

ALOYSIUS GENTIL GONÇALVES

**A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO E A CONSTRUÇÃO DA  
IDENTIDADE LOCAL: INHAPIM (1865-1952)**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

VIÇOSA  
MINAS GERAIS – BRASIL  
2017

**Ficha catalográfica preparada pela Biblioteca Central da Universidade Federal de Viçosa -  
Campus Viçosa**

T

G635f  
2017  
Gonçalves, Aloysius Gentil, 1971-  
A formação de um município e a construção da identidade local, Inhapim:  
(1865-1952) / Aloysius Gentil Gonçalves. - Viçosa, MG, 2017.  
x, 167f. : il. (algumas color.); 29 cm.

Orientador: Patrícia Vargas Lopes de Araujo.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.  
Referências bibliográficas: f.161-167.

1. Inhapim. 2. Minas Gerais. 3. Região Leste. 4. Municipalização.  
5. Emancipação. I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de História.  
Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania. II.  
Título.

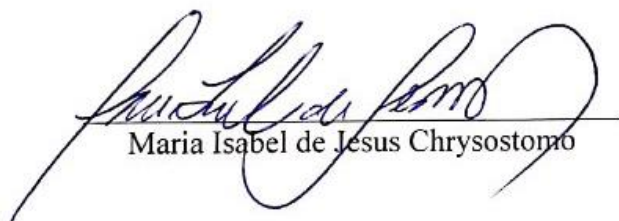
CDD 22. ed. 869.1

ALOYSIUS GENTIL GONÇALVES

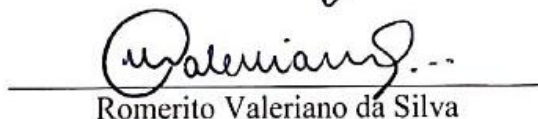
**A FORMAÇÃO DE UM MUNICÍPIO E A CONSTRUÇÃO DA  
IDENTIDADE LOCAL: INHAPIM (1865-1952)**

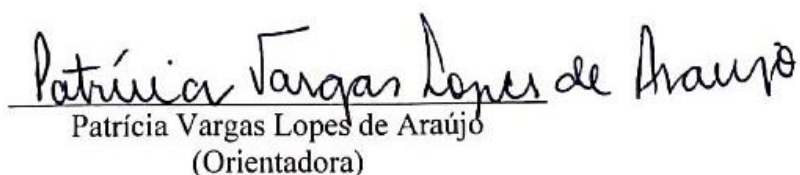
Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 15 de dezembro de 2017.

  
Maria Isabel de Jesus Chrysostomo

  
Luiz Gustavo Santos Cota

  
Romerito Valeriano da Silva

  
Patrícia Vargas Lopes de Araújo  
(Orientadora)

*“Essas gerais são sem tamanho.”*

*“O sertão está em toda parte.”*

*(João Guimarães Rosa, “Grande sertão: veredas”)*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, força maior na vida de todo ser que vem a este mundo! Minha eterna gratidão pelas oportunidades surgidas e ressurgidas ao longo da minha vida.

Em memória de meu pai, Gentil, que faleceu antes de ver muitas das conquistas e vitórias de seus filhos e filhas – e foram tantas.

Em especial à minha mãe, Aparecida, memória viva de muitas histórias pelas quais pude “viajar” durante todo este tempo e pelas outras que já vivi. A ela o meu respeito e admiração!

Aos meus irmãos (Domingos, Tarcízio e Paulo) e irmãs (Gorete e Adriana) agradeço pelo apoio e incentivo de sempre. E juntamente com eles e elas, meus sobrinhos (João Vítor e Luis Felipe), cunhado (Moisés) e cunhada (Dagmar).

À professora-orientadora Patrícia Vargas Lopes de Araújo, doutora na História, por sua eterna paciência e estímulo constante. Sem ela, teria desistido antes do fim.

Ao professor Jonas e, através dele, a toda coordenação do Mestrado que me concederam um tempo extra para a conclusão desse trabalho. Aqui também devo agradecer às “meninas” da secretaria, Mileny e Ana Paula, pela permanente atenção. E, claro, a todos os professores do programa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania, pelo conhecimento partilhado e discutido com todos nós, alunos e alunas.

Também cabe aqui um agradecimento especial à Universidade de Évora (Portugal), através do professor Filipe Themudo Barata, que numa parceria com a UFV (Universidade Federal de Viçosa), nos proporcionou a participação enriquecedora no curso “Gestão do Patrimônio Cultural e Especialização Inteligente.” Abriu-nos os horizontes d’além-mar!

Ao Renato, que como amigo verdadeiro, sempre acompanhou todo este processo, desde a entrada, a permanência, as muitas idas e vindas na estrada, até a conclusão deste curso. Através dele sou grato a todos os outros amigos que também acreditaram nesta conquista.

Aos meus colegas da turma/2015 do Mestrado e aos que vieram depois (turma/2016 e a turma de Évora-Portugal): muito obrigado pela parceria e cumplicidade! E dentre estes, quero destacar a companhia da Aline que, pela proximidade que nossas viagens até Viçosa nos proporcionou, pôde partilhar muitas expectativas, angústias, dúvidas, alegrias e vitórias, que quase sempre nos eram comuns.

Ao Bruno, biblioteconomista do Colégio São Francisco Xavier (Ipatinga-MG), um obrigado especial, pois, sem ele, a parte estética, estrutural e de formatação de todo o material do trabalho final, dentro das normas da ABNT, não teriam sido feitas.

Ao André, que chegou somente no final de todo o processo, mas que pôde colaborar de perto com o estímulo e a torcida para que tudo fosse concluído no tempo certo.

Às escolas nas quais trabalhei ao longo do tempo deste Mestrado: Escola Estadual Emília Cabral Mota (Vale Verde/Ipaba-MG), Colégio Tiradentes da Polícia Militar (Unidade de Ipatinga-MG), Colégio São Francisco Xavier (Ipatinga-MG) e Seminário Propedêutico São José de Ubaporanga-MG. Todas elas, através de seus diretores, funcionários, colegas professores e alunos, de alguma forma estiveram presentes neste processo, pois puderam colaborar, cada um a seu modo – mesmo que “apenas” com uma palavra de estímulo –, para que esta conquista fosse possível.

Agradeço ainda, ao Museu Casa do Bentoca – e a todos os seus funcionários, em especial Áurea Maria Chagas Portugal Gonçalves (Aurinha) – e à Fundação Maria José Motta – e toda sua diretoria, em especial o Monsenhor Raul Motta de Oliveira – o meu muito obrigado pelo apoio, empenho e abertura em disponibilizar os arquivos para consulta ao longo de todo esse processo. Sou eternamente grato para com todos e cada um.

## RESUMO

GONÇALVES, Aloysius Gentil, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, dezembro de 2017.  
**A formação de um município e a construção da identidade local: Inhapim (1865-1952).**  
Orientadora: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Através dessa dissertação, resultante do trabalho de pesquisa desenvolvido durante o Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania pela Universidade Federal de Viçosa, estudamos a formação do município de Inhapim e a construção de sua identidade, buscando conhecer a sua origem ainda no século XIX (1865), passando pelo processo de sua emancipação político-administrativa, chegando até a sua consolidação enquanto espaço urbano (1952). Para realizar este estudo, procuramos partir do princípio da importância de se valorizar o elemento local frente à imposição do global. As fontes consultadas, basicamente, foram os jornais produzidos localmente que forneceram elementos que ajudaram a revelar a identidade local, bem como uma literatura de cunho memorialista. Além dessas fontes, também a bibliografia pertinente ao tema alicerçou nosso trabalho de pesquisa. Desse modo, acreditamos poder contribuir para a escrita de uma história local e também regional, tão necessárias num mundo dominado pelo discurso globalizante.

## **ABSTRACT**

GONÇALVES, Aloysius Gentil, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, December, 2017. **The formation of a municipality and the construction of local identity: Inhapim (1865-1952)**. Adviser: Patrícia Vargas Lopes de Araújo.

Through this dissertation, resulting from the research work developed during the Master's Degree in Cultural Patrimony, Landscapes and Citizenship by the Federal University of Viçosa, studied the formation of the municipality of Inhapim and the construction of its identity, seeking to know its origin in the 19th century (1865), passing through the process of its political-administrative emancipation, reaching its consolidation as urban space (1952). In order to carry out this study, we tried to start from the principle of the importance of valuing the local element in front of the imposition of global. The sources searched were basically the locally produced newspapers that provided elements that helped to reveal the local identity as well as a memoirist literature. In addition, the bibliography pertinent to the theme also supported our research. In this way, we believe we can contribute to the writing of a local and regional history, so necessary in a world dominated by the globalizing discourse.

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Mapa de Localização do Município de Inhapim/MG (2017).....	3
FIGURA 2 - Mapa da Capitania de Minas Gerais (c. 1776) .....	21
FIGURA 3 - Igreja de duas torres dedicada ao padroeiro São Sebastião (Foto).....	39
FIGURA 4 - Igreja de duas torres dedicada ao padroeiro São Sebastião (Pintura).....	39
FIGURA 5 - Desaterro para a construção da nova igreja Matriz de São Sebastião. ....	42
FIGURA 6 - Missões em 1915.....	43
FIGURA 7 - Missa Campal.....	44
FIGURA 8 - Professora, padre, professor e alunos da escola primária de Inhapim.....	45
FIGURA 9 - Primeiro automóvel chegado a Inhapim (1920).....	46
FIGURA 10 - Banda de música dos Bacuraus (1911).....	47
FIGURA 11- Campo de futebol do então distrito de Inhapim .....	47
FIGURA 12 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (a)”.....	50
FIGURA 13 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (b)”. ....	51
FIGURA 14 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (c)”.....	51
FIGURA 15 - “Mapa de huma parte da Província de Minas Geraes” (sem data).....	64
FIGURA 16 - “O Bispado de Mariana no governo de D. Antônio F. Viçoso” (1853). ....	65
FIGURA 17 - Mapa da genealogia do município de Inhapim. ....	71
FIGURA 18 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (a). ....	81
FIGURA 19 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (b).....	81
FIGURA 20 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (c). ....	82
FIGURA 21 - Missa pela instalação do município e posse do prefeito (1939).....	82
FIGURA 22 - Mapa de Inhapim no ano da instalação do município (1939). ....	87
FIGURA 23 - Igreja Matriz de São Sebastião de Inhapim.....	91

FIGURA 24 - Antigo Palacete Santos (1920). .....	91
FIGURA 25 - Antigo Palacete Santos (1950). .....	92
FIGURA 26 - Antigo Palacete Moura. ....	92
FIGURA 27 - Antigo prédio da Cadeia Pública. ....	93
FIGURA 28 - Igreja Matriz com plantação de eucalipto ao fundo. ....	102
FIGURA 29 - Parte da antiga Rua Direita. ....	104
FIGURA 30 - Rua Coronel Antônio Fernandes. ....	105
FIGURA 31 - Parte da antiga Avenida 28 de Março. ....	106
FIGURA 32 - “Planta” da área central de Inhapim em 1947. ....	109
FIGURA 33 - Antiga Praça Duque de Caxias (década de 1940). ....	111
FIGURA 34 - Antiga Praça Duque de Caxias (década de 1950). ....	112

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1 - Genealogia do município de Inhapim.....	70
TABELA 2 - Galeria dos prefeitos de Inhapim.....	128
TABELA 3 - Acervo de jornais do Museu “Casa do Bentoca” .....	155

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

### PARTE I

#### **CAPÍTULO 1 - NO TERRITÓRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS, UM**

<b>LUGAR E SUAS ORIGENS .....</b>	<b>14</b>
-----------------------------------	-----------

1.1 O Leste de Minas Gerais: elementos para uma compreensão .....	14
1.2. A ocupação da região e a formação do lugar.....	27
1.3 O nucleamento urbano: a dinamização da vida local .....	34

#### **CAPÍTULO 2 - MUNICIPALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: CONSTITUINDO**

<b>UM TERRITÓRIO .....</b>	<b>53</b>
----------------------------	-----------

2.1 Questões acerca da municipalização e de processos de emancipação no Brasil .....	53
2.2. A municipalização em Minas Gerais.....	62
2.3 O processo de emancipação político-administrativa de Inhapim .....	72

#### **CAPÍTULO 3 - O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE UM MUNICÍPIO**

<b>NO LESTE DE MINAS GERAIS .....</b>	<b>84</b>
---------------------------------------	-----------

3.1 A estruturação de um município e sua consolidação.....	84
3.2 Questões acerca do poder local .....	112
3.3 Inhapim e a construção de sua identidade .....	115

### PARTE II

#### **REVISTA “INHAPIM, ONTEM E HOJE”, VOLUME 2 - DOSSIÊ**

#### **ACADÊMICO: “INHAPIM, UM LUGAR NA PAISAGEM DO VALE DO RIO**

<b>DOCE” .....</b>	<b>130</b>
--------------------	------------

1.1 Roteiro de Produção da Revista “Inhapim Ontem e Hoje” (número 2) .....	132
1.2 Questões de Toponímia: o nome de Inhapim .....	133
1.3 Acervo de jornais do “Museu Casa do Bentoca” .....	137

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>156</b>
----------------------------------	------------

<b>FONTES .....</b>	<b>160</b>
---------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>161</b>
--------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa se coloca, em grande medida, sob a perspectiva de questões relacionadas ao território procurando relacioná-la a outros aspectos importantes como a região e o município. Para o geógrafo Milton Santos, existem “variáveis explicativas”<sup>1</sup> para a compreensão das questões relacionadas ao território em suas diversas dimensões. De acordo com o autor, o “território é formado por frações funcionais diversas”<sup>2</sup>, o que leva a uma variação na própria dinâmica que se constrói em torno da ocupação e, antes mesmo, da constituição de um determinado espaço territorial. Santos ainda nos diz que a “articulação entre diversas frações do território se opera exatamente através dos fluxos que são criados em função das atividades, da população e da herança espacial.”<sup>3</sup> Concordamos com Santos quando ele diz que “não se deve esquecer de que, no espaço, o econômico, o social, o político e o cultural se dão de forma diferenciada”<sup>4</sup>. E, por isso mesmo, passível de uma espécie de mudança/transformação ao longo do tempo. Santos propõe inclusive uma “(...) espécie de periodização. Esta tem que ser ao mesmo tempo socioeconômica, política e espacial, pois devemos buscar correlações integrais, isto é, que levem em conta todos os dados da questão.”<sup>5</sup>

Esse trabalho, inserido na linha de pesquisa Tempo e Espaço das Paisagens do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa, volta-se, de forma específica, para o estudo de uma área da região Leste do estado de Minas Gerais. Essa região viveu um processo de colonização, de certa forma, tardia, se comparada com as outras de Minas Gerais. Porém, de forma semelhante às demais regiões, o Leste de Minas passou por um processo de territorialização marcado, em grande parte, pelo aspecto econômico, o que, via de regra, motivou praticamente todo o processo de colonização do território que se tem notícia na história do Brasil. Como parte desse processo, e em grande medida, paralelo a ele, destacam-se também outros aspectos, como por exemplo, o papel da religião que, principalmente, através de seu viés cristão-católico – mesmo reconhecendo já a presença de outras denominações religiosas cristãs em algumas áreas específicas –, em muito contribuiu para a construção e a reconstrução da paisagem constitutiva da região.

---

<sup>1</sup> SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 97.

<sup>2</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>3</sup> *Ibidem*, p. 96.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 97.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 96-97.

Nesse sentido, diversos trabalhos<sup>6</sup> já foram e ainda têm sido desenvolvidos para a compreensão de como estes fatores – a economia e a religião – tiveram papel determinante para a efetivação da ocupação do território correspondente ao estado de Minas Gerais. Inclusive já se consolidou sobremaneira a ideia, amparada na própria prática acadêmica, de que uma região do estado representa de forma bem definida esta dualidade motivadora para este processo de ocupação conduzido pelo colonizador europeu, a sua área central, em especial os lugares que se constituíram em função da atividade mineradora. Isto se constata pela grande variedade de estudos em torno da temática do ouro e da religiosidade mineira produzidos em diversas instituições acadêmicas do país e até mesmo fora dele. A contribuição destes estudos, sem dúvida, é de grande importância para a historiografia do país, bem como para a compreensão das realidades regionais. Porém, a nosso ver, outras regiões do estado carecem ainda de estudos que se coloquem numa perspectiva de compreensão da realidade de constituição do território mineiro como um todo, contribuindo, desta forma, para uma ampliação da escrita de uma história das Minas Gerais. Como direcionamento para esta nossa pesquisa, de forma a contribuir com os estudos sobre o território e a paisagem do Leste de Minas Gerais, procuramos apresentar questões que nos remetem aos processos de municipalização ocorridos ao longo do tempo no estado, acompanhadas de reflexões em torno da problemática da emancipação de um município. No caso específico, trabalhamos a partir da história da formação de Inhapim e sua constituição espacial.<sup>7</sup>

---

<sup>6</sup> A título de ilustração, citamos aqui duas obras, a primeira que discute aspectos relevantes do fator econômico que colabora neste processo de territorialização: CARRARA, Angelo Alves. *“Estruturas Agrárias e Capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX)”*. In: **Série Estudos – 2** do Núcleo de História Econômica e Demográfica do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG: 1999. A outra referência é uma obra que discute aspectos ligados à religiosidade que caminha, de certa forma, paralela – sem deixar de ser, em muitos casos, determinante – a todo este dinâmico processo de ocupação do território brasileiro, constituindo assim novas territorialidades: MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

<sup>7</sup> Inhapim é um município localizado na região do Vale do Rio Doce (Leste de Minas Gerais) com uma área de 847, 837 km<sup>2</sup>. Sua população, de acordo com os dados do Censo de 2010 do IBGE (<https://www.ibge.gov.br/>), são 24.269 habitantes, sendo 12.122 homens e 12.147 mulheres. E ainda 13.975 a população urbana e 10.294 a população rural. Além da área urbana central (sede), o município possui 8 distritos: Bom Jesus do Rio Preto, Itajutiba, Jerusalém, Macadame, Novo Horizonte, São Tomé, Santo Antônio do Alegre e Tabajara. A economia do município é baseada na agricultura e na pecuária, além de uma diversificada atividade comercial, principalmente na área urbana central e nas sedes dos distritos. Inhapim é sede de Comarca que engloba mais 6 municípios (Bugre, Dom Cavati, Iapu, São Domingos das Dores, São João do Oriente, São Sebastião do Anta) que foram emancipadas de seu território original.

Para um conhecimento prévio, apresentamos a seguir, um mapa (FIG. 1) do território de Inhapim, com seus contornos atuais.

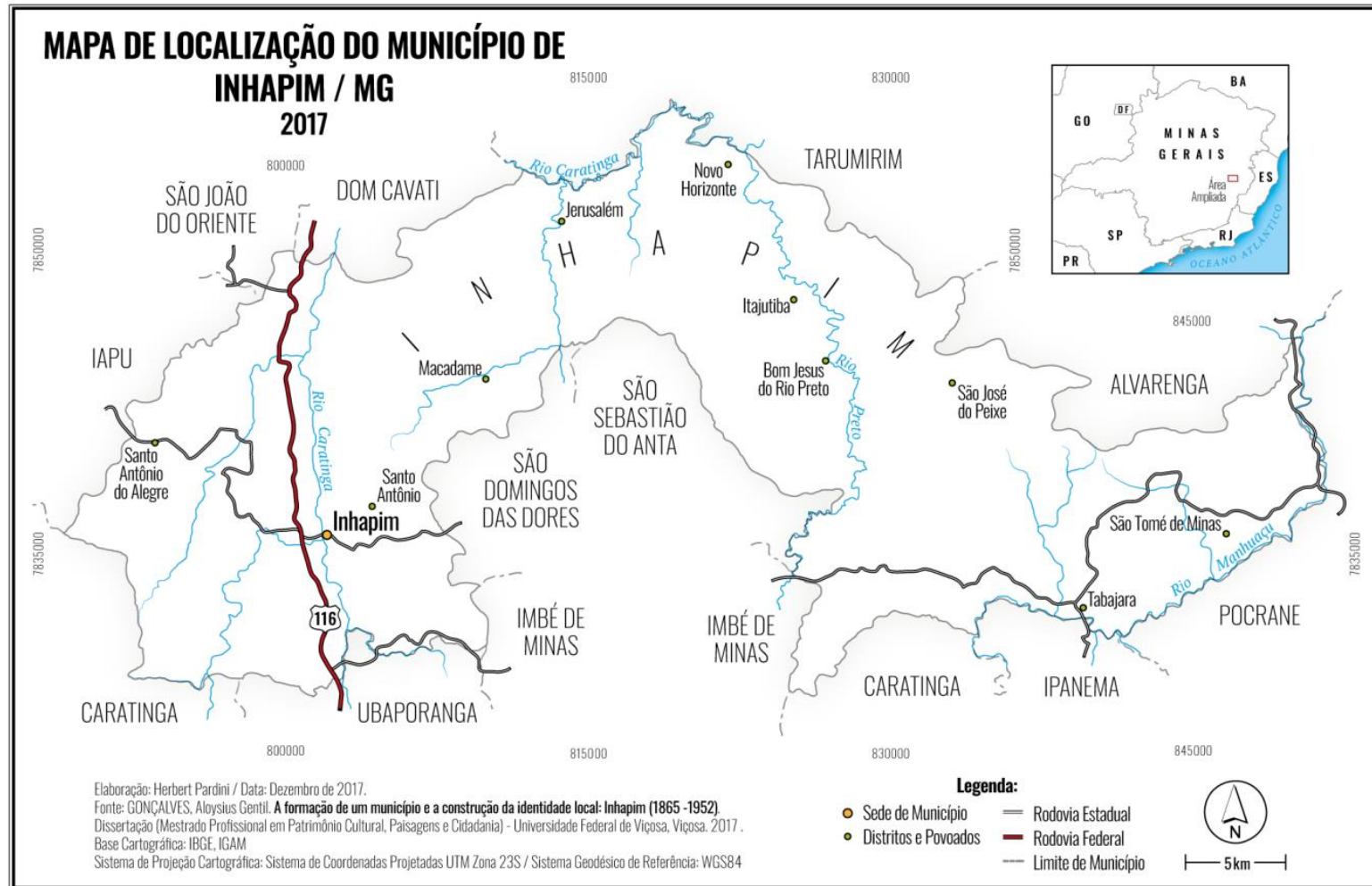


FIGURA 1 - Mapa de Localização do Município de Inhapim/MG (2017).  
Fonte: Adaptado e elaborado pelo autor, 2017.

Finalmente também procuramos compreender como ocorreu a consolidação do município, articulando-o com questões específicas do poder local, em especial através da ação, por exemplo, da Igreja Católica e da liderança de figuras políticas ligadas a famílias que disputavam a hegemonia desse poder local. Tudo isso, a nosso ver, ajudando a compor uma identidade própria para Inhapim<sup>8</sup>.

Deste modo, acreditamos que se apresenta diante de nós a possibilidade de um estudo relacionado à compreensão dos processos mais amplos de colonização do interior do Brasil, voltando-se para uma perspectiva específica: a ocupação e a territorialização do Leste de Minas Gerais – no caso em tela, Inhapim no Vale do Rio Doce. O que, em nossa percepção é de grande valia, haja vista a carência de abordagens acadêmicas que privilegiem esta região e sua formação enquanto territorialidade específica.

No intuito de compreender estes processos, procuramos inseri-los dentro do contexto do município de Inhapim, buscando elementos que nos permitissem certo conhecimento de um dos momentos históricos de ocupação do território ao qual ele pertence, sem esquecer, obviamente, da existência de outros momentos anteriores a este, como foi o caso da ocupação feita pelos povos aos quais comumente chamamos de indígenas – que não é o objeto específico do presente estudo.

Assim, parte-se da contextualização do período durante o qual algumas famílias da Zona da Mata Mineira começam a chegar à região, passando pela compreensão do processo de nucleamento urbano – com destaque para a emancipação político-administrativa – e chegando até a consolidação da estrutura urbana do município. Cronologicamente temos o ano de 1865 como referência para a chegada destas primeiras famílias à região. Como parte deste processo, temos também o ano de 1938 como aquele em que houve a emancipação político-administrativa do município. E finalmente, dentro do nosso recorte temporal, temos o ano de 1952, quando ocorreu um reordenamento urbano na área mais central da cidade com o estabelecimento, por exemplo, de novos nomes para algumas das principais ruas. Percorrendo

---

<sup>8</sup> Cabe lembrar aqui que essa identidade referida é basicamente urbana. Isto porque, o propósito desse nosso trabalho de pesquisa se limitou exatamente à área urbana do município de Inhapim, não se voltando para aspectos muito específicos da zona rural, com destaque, por exemplo, para os seus distritos. Em grande parte, isso ocorreu devido à escassez de fontes, bem como à limitação de tempo. Quem sabe possa ficar para outro estudo essa possibilidade de ampliação de nosso campo investigativo que inclua elementos da história e da formação do município como um todo, incluído aí a zona rural.

esse itinerário cronológico, acreditamos, assim, poder contribuir para o estudo dos processos de municipalização ocorridos em Minas Gerais ao longo do século XX.

Inhapim, cidade localizada na região que hoje é denominada como Vale do Rio Doce, estado de Minas Gerais, possui uma história marcada, como já referido, pelo deslocamento de famílias da Zona da Mata Mineira, durante a segunda metade do século XIX – principalmente a partir do ano de 1865 –, em busca de novas áreas para o plantio, dentro de um processo de expansão da lavoura cafeeira. As terras de Inhapim, revelando fertilidade adequada para os interesses daquele processo de expansão, passaram a receber novas levas de “aventureiros” – termo utilizado em alguns relatos para se referir a muitos que se dirigiam para o “interior da mata”, como se dizia naquela época<sup>9</sup> – que chegavam com suas famílias passando a derrubar a mata abundante e a expulsar os nativos – ou simplesmente eliminá-los – com o objetivo de preparar a área para o plantio da lavoura.

O nucleamento urbano que surge, organiza-se, praticamente desde o início em torno das terras “doadas” a São Sebastião para a construção de uma igreja, prática recorrente naquele final do século XIX e mesmo em tempos mais remotos da ocupação portuguesa de nosso território<sup>10</sup>. Ao longo das primeiras décadas do século XX, o lugarejo foi crescendo e se transformou pela constante chegada de novas famílias, em grande parte, ainda dentro da lógica da busca por novas áreas para a expansão da lavoura cafeeira. Esse processo se intensifica, chegando até a emancipação do município, que se separa de Caratinga no ano de 1938<sup>11</sup>. Daí em diante as transformações se ampliaram, porém sem se perder certas características básicas presentes desde o início.

Dentre essas marcas, compondo de certa forma uma identidade local, podemos identificar e destacar – o que se constata em especial nas obras de memorialistas escritas, no passado e no presente, e também em muitos dos jornais consultados –, a religiosidade católica do povo em suas mais diversas manifestações de fé, a proximidade e a interação entre as famílias e as intensas disputas político-eleitorais de suas lideranças. E mesmo, o que é praticamente inevitável, as imbricações entre estas múltiplas características do lugar e de seu

---

<sup>9</sup> Cf. **Revista Inhapim Ontem e Hoje (RIOH) – 50 Anos de Inhapim**. Revista publicada pelo “Museu Casa do Bentoca” (Fundação Maria José Motta) no ano de 1988, em comemoração pelos 50 anos de emancipação político-administrativa de Inhapim. A revista se propõe a divulgar a história da cidade a partir, principalmente, do seu acervo documental, bem como da promoção de atividades em parceria com as escolas do município.

<sup>10</sup> É o que nos apresenta em parte de sua obra o autor já referido: MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

<sup>11</sup> Informações colhidas também na publicação já referida **Revista Inhapim Ontem e Hoje (RIOH) – 50 Anos de Inhapim**.

povo. Curiosamente, até o tempo presente, ainda se encontram traços dessas características nas práticas religiosas e políticas do lugar.

A cidade de Inhapim possui um museu (Casa do Bentoca) que guarda importantes registros desta história, do seu surgimento até os dias atuais. Como parte do acervo do museu – composto por documentação escrita, iconográfica, material, etc. – existem algumas coleções de jornais produzidos em períodos distintos da história da cidade que revelam aspectos importantes acerca da sociedade ali constituída. A partir desse material jornalístico, pôde-se obter uma compreensão e uma interpretação acerca do discurso que se produziu, imbuído de determinados interesses, a partir de uma cidade do interior de Minas Gerais, bem como certa memória construída ao longo do tempo sobre a história local.

Como delimitação do objeto a ser estudado, portanto, estabelecemos a história da formação de Inhapim e sua constituição enquanto território de expansão da atividade econômica, destacadamente a cafeeira, na região do Leste de Minas Gerais. Essa expansão foi marcada pelo processo de chegada de diversos grupos familiares de fora da região, passando pela sua nucleação urbana e a problemática que envolve a sua emancipação político-administrativa, chegando ao momento em que se deu, de alguma forma, a consolidação deste processo de urbanização. Assim, temos delimitado, cronologicamente, um período que vai de 1865 a 1952.

Como contexto mais amplo da historiografia no qual se coloca esse nosso trabalho de pesquisa, podemos enquadrá-lo numa perspectiva da História das Cidades, articulado, certamente para uma dimensão própria de uma História Local e até mesmo Regional. Isto porque, ao longo de todo o processo de pesquisa buscamos identificar, para compreender, elementos característicos da ocupação do Leste de Minas Gerais.

Desse modo, foram se tornando evidentes os objetivos mais relevantes a serem alcançados a partir do desenvolvimento desse nosso trabalho de pesquisa. Assim, acreditamos poder colaborar para a compreensão do processo de ocupação da região Leste de Minas Gerais e, para isso ser efetivado, discutir aspectos referentes aos conceitos de região, território e territorialização. Nessa linha de raciocínio, objetiva-se também colaborar com os estudos dos processos de municipalização e emancipação ocorridos em Minas Gerais ao longo do século XX, o que, a nosso ver, pode contribuir para a escrita de uma história local e regional.

Para a compreensão do processo de territorialização – que envolve a disputa de poder entre grupos que delimitam um espaço – da região Leste de Minas Gerais, utilizamos como método, basicamente, uma revisão bibliográfica da temática em pauta, acompanhada de uma reflexão teórica em torno de conceitos pertinentes ao assunto – de modo a possibilitar uma adequada operacionalização desses mesmos conceitos –, tendo como embasamento permanente o trabalho de análise de fontes documentais às quais tivemos acesso (jornais, obras memorialistas, fotografias, livro do tombo da paróquia, etc.).

Sabe-se que o levantamento de uma bibliografia pertinente é de início necessário para se mapear aquilo que se tem pesquisado e, de certa forma, já se tem consolidado a respeito deste território dentro do contexto mais amplo de estudos sobre a ocupação do Leste das Minas Gerais<sup>12</sup>. Assim pudemos detectar as perspectivas de abordagem da temática até o momento presente, bem como as possíveis lacunas ainda existentes que demandam análise e estudos adequados. Por isso mesmo, por exemplo, é bastante consensual o fato de que os estudos que dizem respeito às questões de ocupação do território em Minas Gerais, em geral, privilegiam, amplamente, as regiões auríferas que, em função do aspecto econômico preponderante nestes estudos, sempre despertaram maior interesse para a pesquisa. Em tempos mais recentes – e cabe destacar aqui de forma bem promissora e cada vez mais prolífica – tem-se destacado a publicação de trabalhos que procuram compreender outras regiões do estado, dentre elas o próprio Sertão do Leste, onde se localiza o Vale do Rio Doce. Em muitos desses trabalhos, evidencia-se também a preocupação com outras atividades econômicas, para além daquela vinculada à mineração, com destaque para a criação de gado e, principalmente, a produção cafeeira.

Vale acrescentar aqui também, informações acerca do trabalho realizado com as fontes, o que é de fundamental importância no tipo de estudo que se propôs a ser feito. Assim, realizamos um trabalho com um conjunto diverso de fontes documentais, sejam elas primárias ou secundárias, com destaque para jornais, fotos e relatos escritos – publicados ou não –, além de uma consulta criteriosa em uma literatura memorialista<sup>13</sup>, que se propõe a recordar e contar

---

<sup>12</sup> Referente a este processo de consolidação de estudos recentes sobre a região Leste de Minas Gerais podemos citar, a título de exemplo, uma dissertação de mestrado, pela UFMG, escrita por SANTOS, Victor Vinícius dos. **Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão do Leste nas Minas Gerais do século XIX** (Dissertação de Mestrado). UFMG – Belo Horizonte: 2014. Contendo ricas informações sobre o tema, a dissertação discute, sob a perspectiva geo-histórica, o processo de ocupação empreendido na região.

<sup>13</sup> Esta literatura de cunho memorialista foi escrita por pessoas ligadas, por laços familiares ou sentimentais, à história da cidade de Inhapim, com destaque, além de outros, para CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**.

a visão de uma parte do processo de constituição do território em questão. Neste processo de trabalho com as fontes, o acesso ao acervo de alguns museus bem como a sites de determinados órgãos e instituições, seguido da devida sistematização do material pesquisado, embasado em critérios científicos consagrados, compôs parte significativa da prática metodológica utilizada.

No que diz respeito ao campo historiográfico dentro do qual se coloca a presente pesquisa, podemos delimitar nosso trabalho numa perspectiva que transita entre a História Local e a História Regional, com a utilização de elementos próprios também da Micro História, como nos lembra o autor de “*O Campo da História*”: “a Micro História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos”<sup>14</sup>. Em sua obra, Barros nos mostra ainda haver permanentes interfaces entre as diversas abordagens possíveis de um fato ou processo histórico. Isto, levando-se em conta também, o resguardo que se faz das peculiaridades de cada campo específico. Assim temos, a princípio em linhas gerais, a delimitação do campo historiográfico no qual se insere o presente trabalho.

Estabelecida essa delimitação básica e procurando aliar o levantamento bibliográfico e o trabalho permanente com as fontes, procurou-se empreender também uma reflexão teórica sobre determinados conceitos que abarcam a questão (região, território, territorialização e municipalização), o que se constituiu como um elemento importante para se articular uma compreensão mais aprofundada e ampla sobre os processos de conformação territorial realizados ao longo da história em Minas Gerais, especialmente a partir da segunda metade do século XIX e a primeira metade do XX, que compõe o recorte temporal dessa nossa pesquisa. Para tanto, esses elementos teóricos contribuíram de forma operacional para o entendimento do processo de ocupação da região Leste de Minas Gerais, bem como da constituição do município de Inhapim.

Há que se destacar aqui a conceituação em torno do termo “região”, visto ganhar a cada dia uma nova (ou renovada) importância e até mesmo um sentido direcionador para os estudos referentes a esta temática, no dizer mesmo de muitos estudiosos contemporâneos

---

GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 2007 e ainda FARIA, Padre Geraldo Homem de. **Memória**. Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 1999.

<sup>14</sup> BARROS, José D’Assunção. **O Campo da História**: Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 153.

como nos lembra, por exemplo, Rogério Haesbaert para quem “regionalizar é uma ação ligada também ao sentido de orientar (-se)”<sup>15</sup>.

E mais, mesmo se pensarmos na visão já clássica de que vivenciamos a ação de um processo que é marcado pela ideia de globalização – nos seus mais diversos sentidos e aplicações – engana-se quem imagina que temas e estudos que privilegiem aspectos regionais tenham menor importância e às vezes pouca utilidade. O que se vivencia hoje é, em grande parte, uma espécie de reação ao avanço globalizante, ou seja, busca-se um redirecionamento do olhar para perspectivas que se voltam para repensar a questão regional.

Haesbaert nos alerta inclusive que devemos “assumir a natureza do regional, hoje, ao mesmo tempo como condicionado e condicionante em relação aos processos globalizadores – ou melhor, como seu constituinte indissociável”<sup>16</sup>, ou seja, a compreensão de que vivenciamos esta realidade globalizada, possibilitada em grande parte pelo encurtamento das distâncias através dos meios de comunicação, não nos exime, enquanto historiadores, por exemplo, de uma tarefa de busca constante por compreender exatamente esta relação: regional-global. Haesbaert chega a realçar a força desta relação “a ponto de, muitas vezes, regionalização e globalização se tornarem dinâmicas tão imbricadas e complementares que passam a ser, na prática, indiscerníveis”<sup>17</sup>.

Milton Santos, sobretudo, refletiu, em diversos momentos, ao longo de sua obra, a respeito desta questão que perpassa gerações de estudiosos da geografia e de outras áreas que se ocupam em buscar certa compreensão acerca da importância de se valorizar o estudo da região. Em parte, ele resume assim sua reflexão a respeito:

Da mesma forma, como se diz, hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma, nas mesmas condições, que a expansão do capital hegemônico em todo o planeta teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe (...) ao contrário, pensamos que (...) o espaço se torna mundial, o ecúmeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenômeno da região. As regiões são o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a reconheçamos como um espaço de conveniência e mesmo que a chamemos de outro nome.<sup>18</sup>

---

<sup>15</sup> HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilema da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 9.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 10.

<sup>18</sup> SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço**. São Paulo: Hucitec. 1996. p. 196.

Como se vê, a valorização do aspecto regional num mundo globalizado é de grande importância e diria até de absoluta necessidade, pois, de alguma forma, ocorre um processo de mútua dependência. Talvez alimentado por essa linha de pensamento é que Haesbaert tenha constatado que

Paradoxalmente, é quando a globalização parece mais evidente que se destaca também com mais força – ou se torna mais visível – a necessidade de reconhecer as “diferenciações regionais”, ainda que, mais simplesmente, para uma espécie de “adequação” a esses processos mais amplos. Com certeza, nas próximas décadas, o conhecimento aprofundado da diversidade regional da Terra será cada vez mais um instrumento de poder e em torno do qual se travarão, quando não lutas efetivas, acirrados debates.<sup>19</sup>

Associado ao permanente debate que envolve a questão da região, em especial num mundo de intenso processo de globalização, outra problemática que se coloca é a importância da valorização do elemento local, vinculado, de certa forma, à dimensão do lugar, para a construção de uma identidade própria de um município, nesse caso, Inhapim, no interior de Minas Gerais.

Mais uma vez, Milton Santos nos direciona rumo a uma instigante reflexão de grande utilidade no sentido de operacionalização de nosso trabalho. Para ele, o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”<sup>20</sup>. E constata que nos dias de hoje, “cada vez mais, os lugares são condição e suporte de relações globais que, sem eles (lugares), não se realizariam, e o número é muito grande. As regiões se tornaram lugares funcionais do Todo, espaços de conveniência”<sup>21</sup>. Ou seja, numa perspectiva de reconhecimento de uma realidade global que se impõe, há que se reconhecer também, necessariamente, no sentido até de uma maior valorização, a importância do lugar e tudo que ele possibilita que se viva e se construa. No dizer ainda de Santos:

Nesse sentido, o lugar não pode ser visto como passivo, mas como globalmente ativo, e nele a globalização não pode ser enxergada apenas como fábula. O mundo, nas condições atuais, visto como um todo, é nosso estranho. O lugar, nosso próximo, restitui-nos o mundo: se este pode se esconder pela sua essência, não pode fazê-lo pela sua existência. No lugar, estamos condenados a conhecer o mundo pela que ele já é, mas também, pelo que ainda não é.<sup>22</sup>

---

<sup>19</sup> HAESBAERT, *op. cit.*, p. 183.

<sup>20</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 158.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 156.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 162-163.

Ou seja, o lugar sempre traz consigo uma gama de possibilidades para a permanente ação do homem no espaço que lhe é dado habitar. Nesse sentido, Santos salienta que “o lugar é a oportunidade do evento. E este, ao se tornar espaço, ainda que não perca suas marcas de origem, ganha características locais.”<sup>23</sup> Vê-se aqui, o reforço da ideia de valorização necessária de aspectos que caminham rumo a uma dimensão local dos acontecimentos, ou do evento, como bem se referiu Santos, que inspiradamente quanto a essa questão, utilizou ainda uma metáfora: “É como se a flecha do tempo se entortasse no contato com o lugar.”<sup>24</sup> E arremata:

O evento é, ao mesmo tempo, deformante e deformado. Por isso fala-se na imprevisibilidade do evento, a que Ricoeur chama de autonomia, a possibilidade, no lugar, de construir uma história das ações que seja diferente do projeto dos atores hegemônicos. É esse o grande papel do lugar na produção da história (...).<sup>25</sup>

Desse modo, considerando que o lugar vincula-se essencialmente à produção da história, podemos considerar de fundamental importância estudos que se proponham a investigar acerca de uma determinada história local e, porque não dizer também, de uma história regional. Até mesmo porque, segundo Santos, “o mundo (...) é apenas um conjunto de possibilidades, cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares.”<sup>26</sup> E mais, “o lugar oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz.”<sup>27</sup> Percebe-se assim a real dependência do global para com a dimensão do lugar do ponto de vista inclusive de sua realização efetiva. Isto, mesmo sabendo com Santos que “a ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade.”<sup>28</sup>

E, numa comparação que nos ajuda a pensar ainda mais sobre a relação do global e do local

A ordem global funda as escalas superiores ou externas à escala do cotidiano. Seus parâmetros são a razão técnica e operacional, o cálculo de função, a linguagem matemática. A ordem local funda a escala do cotidiano,

---

<sup>23</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 163.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 163.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 169.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 170.

e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contiguidade.<sup>29</sup>

E, finalizando sua análise, mas prosseguindo ainda em sua proposta comparativa, Santos afirma que

A ordem global é desterritorializada, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu espaço, movediço e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que reterritorializa, é a do espaço banal, espaço irreduzível, porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas, e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia da comunicação.

Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente.<sup>30</sup>

Pretendeu-se discutir esta conceituação específica no intuito de embasar a pesquisa num âmbito de discussão mais abrangente, para se entender a importância, quase sempre negligenciada, que a região Leste de Minas Gerais – em especial num dos processos de sua ocupação, neste caso, o do século XIX e a posterior formação de seus municípios – possui no cenário do estado, bem como no contexto da historiografia mineira. Desse modo, através da articulação conceitual pertinente, pode-se colaborar para o entendimento da dinâmica própria da formação de muitos dos municípios mineiros, em especial os processos ocorridos entre o final o século XIX e a primeira metade do século XX. Em nosso caso específico, entre os anos de 1865 e 1952, que seriam, respectivamente, os marcos referenciais da chegada das primeiras famílias vindas da Zona da Mata Mineira – na esteira da expansão da lavoura cafeeira –, que contribuíram para a constituição do território do município de Inhapim e da sua consequente consolidação nos aspectos referentes à urbanização.

Sendo assim, levando-se em conta a consciência em torno das questões aqui apresentadas, no intuito de direcionamento do nosso trabalho, nossa hipótese geral pode ser assim elaborada: Inhapim, cidade do Vale do Rio Doce, através de sua história – que perpassa a constituição do município e a formação de sua identidade – pode ser considerada como representativa da importância de valorização do elemento local, inserido num lugar específico, frente à imposição do global.

---

<sup>29</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 170.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 170.

Para a busca de comprovação dessa hipótese, o trabalho foi estruturado em torno de capítulos através dos quais se procurou estudar o objeto em questão: a história da formação de Inhapim. Desse modo, num primeiro capítulo a questão central é conhecer as origens do lugar dentro do contexto do Leste de Minas Gerais. Num segundo capítulo, procura-se compreender os processos de municipalização e emancipação de Inhapim numa abordagem que o conecta ao estado e ao país. Finalmente no capítulo três, a preocupação principal é identificar os elementos que demonstrem a consolidação urbana do município e a constituição de um poder local, formando assim uma identidade própria para o lugar.

Como o Mestrado Profissional nos propõe ainda a elaboração de um produto como fruto do trabalho de pesquisa, nos dedicamos à execução da seguinte proposta: a produção e a editoração do segundo número da revista “Inhapim Ontem e Hoje” do “Museu Casa do Bentoca” com destaque para a inclusão de dois textos produzidos ao longo desse estudo, na forma de um dossiê acadêmico, refletindo sobre o nome de Inhapim (toponímia) e os jornais produzidos ao longo do tempo na cidade.

Assim, percorrendo este itinerário de investigação em torno desta temática instigante, pretendemos, através deste trabalho de pesquisa e reflexão acadêmica, contribuir para o incremento da compreensão das questões relacionadas ao território das Minas Gerais. Parte-se de uma perspectiva local, perpassando o âmbito regional e ampliando-se numa dimensão que se projeta, certamente, para uma globalidade da questão, visto serem aspectos que compõem uma mesma realidade, o processo de construção de uma parte componente de uma territorialidade específica, o Leste de Minas Gerais.

# CAPÍTULO 1

## NO TERRITÓRIO DO LESTE DE MINAS GERAIS, UM LUGAR E SUAS ORIGENS

### 1.1 O Leste de Minas Gerais: elementos para uma compreensão

Tradicionalmente, o Leste de Minas Gerais é apresentado como um território<sup>31</sup> de fronteira<sup>32</sup> até o final do século XIX, persistindo mesmo esta denominação a certas partes desta grande área geográfica até as primeiras décadas do século XX. Se levarmos em conta a conceituação de território proposta pela maioria dos geógrafos, teremos que considerar, a princípio, elementos de cunho técnico, tais como aspectos físicos, políticos (relacionados ao exercício de poder), econômicos, culturais (simbólicos), na busca de compreensão do que representaria este “território de fronteira”. Além do mais, hoje já é bastante consensual a ideia de que é necessário procurar compreender o território não somente a partir de questões meramente técnicas, mas levando-se em consideração também uma gama variada de possibilidades de definição, bem como de usos práticos daquilo que a sua conceituação expressa.

Milton Santos, geógrafo de reconhecida fama internacional, por exemplo, nos diz que “a configuração territorial é dada pelo conjunto formado pelos sistemas naturais existentes em um dado país ou numa dada área e pelos acréscimos que os homens superimpuseram a esses sistemas naturais.”<sup>33</sup> Ou seja, Santos reconhece a interação homem/natureza na conceituação do que venha a ser o território. E mais, numa clara distinção daquilo que muitos costumam confundir no significado, afirma categoricamente que “a configuração territorial não é o

---

<sup>31</sup> Sobre a terminologia utilizada de “território” vale ressaltar que ao longo das primeiras páginas desse capítulo vai sendo apresentado uma discussão que envolve a conceituação desse termo.

<sup>32</sup> A respeito do uso do termo “fronteira”, para além de uma conceituação técnica vinculada à geografia, diversos autores que se dedicam ao estudo das questões relacionadas à ocupação dos chamados Sertões do Leste – em especial aquela intensificada ao longo do século XIX – a têm compreendido como uma área de limite para o próprio processo de expansão em curso naquela época. Em muitos desses estudos, esta área é caracterizada pela prevalência do elemento “selvagem”, onde a mata se adensa e, na maioria dos casos, conta com a presença de povos nativos, muitos deles retratados de forma generalizada como uma espécie de ameaça, sendo vistos como perigosos e violentos. Além dessa visão limitada e reducionista, o local é apresentado também como marcado pela forte presença de doenças quase sempre fatais, à época: malária, febre amarela, varíola, tuberculose, etc. Ver, por exemplo, ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63>. Acesso em 25/10/2017.

<sup>33</sup> SANTOS, Milton. **A natureza do espaço – Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo, Hucitec, 1996. p. 51.

espaço, já que sua realidade vem de sua materialidade, enquanto o espaço reúne a materialidade e a vida que a anima.”<sup>34</sup> Portanto, o espaço reúne uma amplitude maior de significação, abarcando por isto mesmo a dimensão do território. Santos ainda nos chama a atenção ao afirmar de forma categórica: “o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.”<sup>35</sup> Sendo assim, entendemos que, compreender um processo de territorialização – que de certa forma é o que se pretendeu com o presente trabalho de pesquisa – passa necessariamente pela compreensão da ação humana sobre o espaço.

Rogério Haesbaert, destacado geógrafo da atualidade no Brasil, também nos oferece uma reflexão importante sobre esta questão conceitual. Ele procura compreender o território numa relação permanente com outro conceito importante, o de região, mas nos alerta que por trás desses conceitos “não podemos esquecer, entretanto, encontra-se nosso ‘conceito-mestre’ ou, como preferimos, ‘categoria-chave’, o espaço.”<sup>36</sup> Para reforçar esta ideia, o autor vai nos apresentando uma certa caminhada, até mesmo numa perspectiva histórica, para o conceito de espaço, tributando aos geógrafos quantitativos ou neopositivistas a elevação desse conceito a um nível de centralidade na própria linguagem da Geografia. Porém, reconhece que “hoje, quase senso comum, de que a Geografia se define como a disciplina focalizada sobre a dimensão espacial da sociedade, seu conceito-mestre – ou, para nós, categoria, por sua maior amplitude – não é a região ou o território, mas o espaço.”<sup>37</sup> Ou seja, numa visão mais abrangente, como se deduz do entendimento de Haesbaert<sup>38</sup>, a ideia do espaço engloba outros conceitos dentro da sua própria significação.

A partir desta reflexão inicial que procura colocar a questão do espaço como central na conceituação geográfica, Haesbaert cita uma das principais referências da chamada Geografia Política, o francês Claude Raffestin, e através da linguagem utilizada por ele faz uma distinção bem clara de espaço e território. Por meio dessa distinção, ele nos apresenta o espaço através da ideia de uma “noção”, enquanto o território é apresentado como um “conceito”. Ainda nessa perspectiva de Raffestin, Haesbaert nos mostra que ele considera o

---

<sup>34</sup> SANTOS, *op. cit.*, p. 51.

<sup>35</sup> SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. p. 138.

<sup>36</sup> HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilema da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p. 158.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 160.

<sup>38</sup> Cabe ressaltar aqui que, por exemplo, Milton Santos não chega a fazer este processo de distinção, como o faz Haesbaert, para compreender a diferença entre espaço e território.

espaço e a território de forma não equivalente, sendo que o espaço antecede ao território. Desse modo, ocorreria sempre um processo de apropriação que envolveria o espaço e o território, sendo que o segundo é produzido a partir do primeiro.

Mais à frente, em parte de sua reflexão, Haesbaert, num esboço de conclusão inicial, nos diz:

Embora não equivalentes, como se referiu Raffestin, espaço e território nunca poderão ser separados, já que sem espaço não há território – o espaço não como outro tipo de “recorte” ou “objeto empírico” (tal como na noção de “matéria-prima preexistente” ainda não apropriada) mas, em caráter também epistemológico, como outro nível de reflexão ou “outro olhar”, mais amplo, cuja problemática específica se confunde com uma das dimensões fundamentais da sociedade, a dimensão espacial. Ao território caberia, dentro dessa dimensão, a focalização na espacialidade das relações de poder.<sup>39</sup>

Para ele, o território está relacionado de forma bem direta, a partir de um foco específico, às “problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas.”<sup>40</sup> Portanto, a compreensão do que seja o território, passa pelo entendimento da vinculação desse com a dimensão das relações políticas e, por isto mesmo, com o poder em suas “múltiplas esferas”. Pode-se especular talvez aqui, acerca da influência da visão de Raffestin sobre a compreensão de Haesbaert, já que o geógrafo francês está, de certo modo, ligado à ideia foucaultiana da microfísica do poder.

O próprio Haesbaert caminha na direção desta ideia de vinculação do território ao exercício de poder, como ele mesmo diz: “em suas múltiplas esferas”. E, como uma espécie de reforço desta referida vinculação, quando trata da territorialização, ele nos apresenta assim a questão: “(...) o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural.”<sup>41</sup> Haesbaert reconhece, no entanto, que se deve antes de mais nada reconhecer a amplitude da concepção do que seja o território, mas admite ser igualmente inevitável o direcionamento de um “foco” em determinadas questões, como é o caso daquelas relacionadas à dimensão política.

---

<sup>39</sup> HAESBAERT, *op. cit.*, p. 166.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 166.

<sup>41</sup> HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p. 79.

Neste ponto, convém pensar também acerca da diferenciação que se faz necessária entre território e região, visto serem conceitos diretamente relacionados à questão espacial e, por isso mesmo, passíveis de certas incompreensões. Mais ainda, na busca exatamente por compreensão do que venha a ser o território do Leste de Minas Gerais, é de basilar importância a distinção clara daquilo que é próprio a cada um destes conceitos. O próprio Haesbaert também nos ajuda a pensar a respeito, ressaltando que

Essa distinção fica evidente quando verificamos os usos predominantes dos termos “territorialização” e “regionalização”: enquanto o primeiro tende a ser dirigido sempre mais para o campo das práticas e dos sujeitos sociais em sua esfera concreta de produção do espaço, o segundo tem mais trânsito no sentido epistemológico, enquanto princípio de “recorte analítico” do espaço através de determinados critérios propostos pelo investigador – ou, no caso do planejamento estatal, pelo planejador.<sup>42</sup>

Fica evidenciado que, a compreensão do território passa pela necessidade da experiência da concretude manifesta através da ação humana no espaço. Por outro lado, a questão da região envolve o aspecto da reflexão acerca dessa ação.

Da mesma forma que o território acaba por se voltar para determinado foco, Haesbaert demonstra que “a região adquirindo foco conceitual próprio, responderia não somente por questões analítico-metodológicas, mas também por questões da ordem das práticas efetivas de diferenciação do espaço.”<sup>43</sup> Reconhece assim que a região deve ser compreendida levando-se em conta dimensões variadas, sejam elas de ordem econômica, política, cultural, etc. E mais ainda, nos chama à consciência de que não devemos nos esquecer de que estes conceitos (território e região) devem ser levados em conta no tempo e no contexto em que são utilizados. Por fim, concordamos com Haesbaert quando propõe uma relação “integradora”, numa “perspectiva associativa”, entre estes conceitos em estudo, mas ressaltando que “pode até ocorrer que um seja concebido como estando ‘no interior’ do outro, mas não a ponto de o diluir e sim de vê-los, também, de alguma forma, integrados.”<sup>44</sup>

Como uma espécie de breve conclusão acerca da discussão que apresenta sobre o território e a região, Haesbaert procura distinguir de forma bem clara o que ele chama de “problemática” à qual os conceitos em análise estariam vinculados. Assim, a região diria respeito a uma questão “teórico-metodológica”, englobando a “análise”, a “organização” e a

---

<sup>42</sup> HAESBAERT, 2010, p. 169-170.

<sup>43</sup> *Ibidem*, p. 171.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 174.

“diferenciação” no que concerne ao chamado espaço geográfico, sem, no entanto, excluir desta compreensão a dimensão prática da sua aplicação. Já o território se articularia entre as dimensões do “espaço” e do “poder” nas suas múltiplas e variadas formas de se manifestar.

Haesbaert arremata sua apresentação e análise da questão que envolve os conceitos de território e de região através de uma síntese com a qual concordamos, visto nos auxiliar sobremaneira em nosso próprio trabalho de pesquisa. Para o autor:

Na nossa proposta de constelação conceitual, que tenta superar o tratamento dual (sem, entretanto, ignorar a distinção) entre os campos empírico e racional ou, em uma perspectiva mais ontológica, material e ideal, a região não estaria no mesmo patamar de conceitos como território, lugar e paisagem, mas numa situação intermediária entre a grande categoria mestre, o espaço, e esses conceitos mais diretamente vinculados ao mundo das práticas – sejam elas políticas, econômicas e/ou culturais (ou, se quisermos de modo mais estrito: o território e as relações de poder, o lugar e a experiência vivida, a paisagem e o campo das representações).<sup>45</sup>

Após esta breve e necessária análise de cunho mais teórico a respeito de questões que julgamos de importância para a efetivação deste nosso estudo, voltemo-nos agora para a busca de compreensão de aspectos relevantes sobre o Leste de Minas Gerais, onde se efetiva de forma concreta nosso objeto específico de estudo: a história da formação de Inhapim<sup>46</sup>.

\*\*\* \*\*

Pensando inicialmente no aspecto físico, que nos coloca diante da perspectiva da natureza e suas realidades de relevo, clima e vegetação, por exemplo, temos historicamente, o fato de ser o Leste de Minas Gerais, muitas vezes, identificado de forma generalista como uma área denominada de Zona da Mata. Mas, devido à sua extensão e diversidade interna,

---

<sup>45</sup> HAESBAERT, *op. cit.*, p. 179. (grifo nosso)

<sup>46</sup> A respeito do nome que designa o município de Inhapim temos uma referência na “Revista Inhapim Ontem e Hoje” (RIOH), lançada em 1988 pelo “Museu Casa do Bentoca” (Fundação Maria José Motta), na qual se apresenta, baseado em referências não muito claras nem evidentes, que o nome teria o significado de “amanhece”. O curioso é que na tradição oral dos moradores da cidade, e mesmo em certas informações oficiais divulgadas pela prefeitura local, este significado é o único utilizado, sem nenhuma referência a algum estudo mais específico da origem do nome. Na parte final desse nosso trabalho, como produto concreto da pesquisa, apresentamos uma análise reflexiva sobre questões de toponímia na qual se discute sobre o nome do lugar e seu significado.

costuma ser apresentada de forma “dividida” em Zona da Mata Sul, Central e Norte<sup>47</sup>. Carrara ao se referir à ocupação da região, nos diz que

A primeira porção da Mata a começar a ser ocupada, ainda em meados do século XVIII, foi o norte — o *sertão do Cuieté*, tido como infestado dos temerosíssimos botocudos supostamente antropófagos. Corresponhia aos vales dos rios da margem direita do rio Doce, até Ponte Nova e Manhuaçu.<sup>48</sup>

A porção Norte da região, espécie de porta de entrada para a ocupação, foi sempre associada à presença do rio Doce e dos outros rios que formam sua bacia. O rio Caratinga, às margens do qual ocorreu a formação do município de Inhapim – localizado na margem direita do rio Doce –, é parte componente desta bacia. Esta presença do rio Doce, ao longo da história, serviu como referência e “caminho” natural para a ocupação efetiva das terras que o margeiam, seja em tempos mais remotos – para os diversos grupos indígenas, considerados como povos nativos –, seja para aquela leva de exploradores que “descobriram” esta área durante o período do Brasil colonial e, principalmente, no desenrolar do século XIX<sup>49</sup>. Em geral, um curso d’água de maior volume e extensão servia sempre como referência para a ocupação de áreas “inexploradas”, mesmo com as dificuldades inerentes exatamente à presença do rio como questões ligadas à insalubridade, dificuldade de navegação em determinados pontos e outras mais. Não foi diferente, neste caso, quanto ao rio Doce.

---

<sup>47</sup> O historiador Ângelo Carrara em um precioso estudo denominado “Estruturas agrárias e Capitalismo” – no qual apresenta questões relacionadas à “ocupação do solo” e a “transformação do trabalho” na Zona da Mata Mineira entre os séculos XVIII e XIX – utiliza esta divisão em três sub-regiões: norte, central e sul. Ele se apropria de informações que se encontram num estudo (“Distribuição das propriedades rurais no estado de Minas Gerais”, publicado na Revista Brasileira de Geografia, em 1951) de Elza Coelho de Souza sobre os dados do censo do IBGE de 1940.

<sup>48</sup> CARRARA, Angelo Alves. Estruturas Agrárias e Capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: **Série Estudos – 2** do Núcleo de História Econômica e Demográfica do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG: 1999. p. 14.

<sup>49</sup> Seria interessante aqui, e talvez até mesmo necessário, estabelecer uma clara distinção, para a compreensão que se faz ao longo deste nosso trabalho, das diversas ocupações que ocorreram não somente no território em questão – o Sertão do Leste –, como de resto em todo o continente americano. Há certa concordância em torno da compreensão de que a ocupação humana na América remonta aos períodos finais da chamada Pré-história – entre 10.000 e 20.000 a.C., aproximadamente – dando início à formação e à gradual distinção de povos em toda a vasta extensão territorial do continente, incluindo, obviamente, o território que hoje corresponde ao Brasil. Outro momento significativo de “ocupação” da América é compreendido pelos historiadores como sendo aquele conduzido por povos europeus a partir do século XV, dando início ao processo conhecido como colonização. Esse processo contou ainda com a brutal e forçada migração, conduzida pelos europeus, de um grande e diverso contingente de povos de origem africana transformado em mercadoria e forçado a trabalhar de forma escravizada.

Procurando nos ater ainda a esta questão física na busca por compreensão do território do Leste de Minas Gerais, temos uma designação recorrente que se consolidou entre os geógrafos e historiadores, o “Sertão do Leste” que, designava quase sempre as terras da Zona da Mata como um todo, mas subsistindo por mais tempo na referência às áreas da Mata norte, notadamente aquela do Vale do Rio Doce. Essa expressão a vemos em estudiosos da área, como por exemplo, Haruf Salmen Espíndola que, ao refletir sobre o processo de ocupação das terras portuguesas na América resultando na ultrapassagem da linha de Tordesilhas, se refere de forma bem didática, inicialmente sobre o uso do termo “sertão”:

Na imensa extensão da América e frente à escassez de homens e mulheres para colonizar os pontos estratégicos, espaços foram ocupados e, dessa forma, foi possível reivindicar as terras vazias entre os pontos ocupados. Esses vazios eram chamados de sertões, que eram muitos e bastante diferente uns dos outros.<sup>50</sup>

Para além de outros possíveis significados em sua ampla polissemia, a palavra “sertão”, nesta perspectiva aqui apresentada, reforça certa ideia de vazio no sentido demográfico, de ocupação e, conseqüentemente de exploração. Isso sem falar ainda também da variedade concreta de “sertões” como se referiu Espíndola quando afirmou “que eram muitos”. Patrícia Araújo também caminha nessa linha de compreensão, evidenciando que o “sertão” se liga à ideia de áreas de difícil acesso e distantes daquelas já mais exploradas, próximas ao litoral.

Em Minas Gerais, sertão eram as áreas dominadas por índios, áreas por onde se corria um determinado rio, lugares de perigo e de adversidades naturais de toda ordem. A designação “minas” ou “sertão” era ainda importante para a definição do tamanho das concessões de terras de sesmarias — meia légua em quadra nas terras onde houvesse minas e nos caminhos para elas, e três léguas nos sertões—, bem como para a fixação da forma de tributação dos dízimos e da capitação.<sup>51</sup>

Num mapa apresentado no trabalho de Patrícia Araújo, reproduzido a seguir, tem-se a representação espacial dessa constatação de que os sertões estão marcados pela presença do elemento indígena.

---

<sup>50</sup> ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX (Palestra). In: **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 11, nº 16, pp. 71-88, jan/jun. 2009.

<sup>51</sup> ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840** (Tese de Doutorado). UNICAMP – Campinas, SP: 2008. p. 98.

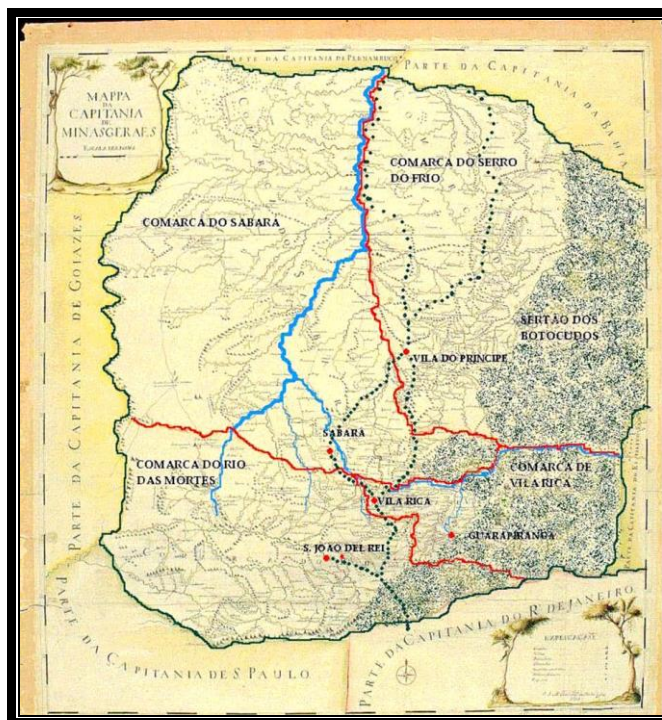


FIGURA 2 - Mapa da Capitania de Minas Gerais (c. 1776)

Nota: observa-se uma extensa faixa de terra a Leste designada de forma genérica como o “Sertão dos Botocudos”.

Fonte: Mapa da Capitania de Minas Gerais, Joaquim José da Rocha, c. 1776. Arquivo Histórico do Exército, RJ. *Apud* ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de.

Como fica demonstrado, as áreas de “sertão” oferecem, em geral, toda sorte de dificuldades e desafios para que sejam efetivamente ocupados e mais ainda explorados e até mesmo controlados pela metrópole, nos tempos da Colônia e, posteriormente, nos tempos do Império e nas primeiras décadas da República, a situação ainda permanece bastante inalterada.

Outra questão que se coloca, evidentemente, diz respeito à necessidade de compreensão de que existem variados “sertões” e que se diversificam ao longo do território em questão. O próprio Espíndola, mais uma vez pode ser aqui citado, em especial, quando nos apresenta esta variação de forma bem direta:

A constituição das Minas Gerais deu-se no interior dos sertões, na cordilheira central que formava a zona de transição entre as formações florestais, o cerrado e a caatinga. Nesse maciço se formou o rosário de cidades mineradoras, centros de “civilização” separados do mar por grandes extensões de florestas tropicais, chamadas sertões intermédios ou sertões do Leste. As Minas logo foram distinguidas das Gerais, que passaram a referir-se aos muitos sertões que se espalhavam por todas as direções, tendo como contraponto os núcleos urbanos interligados por caminhos conhecidos e

trafegados que formavam o eixo central: o Sertão do Retiro da Mandioca, no sul de Minas, o Sertão da Farinha Podre, atual Triângulo, o Sertão de São Francisco, o Sertão do Cuieté e o Sertão dos Arrepiados, no leste, entre outros. Aqueles que ocupavam os sertões, a partir desse centro, ficaram conhecidos como geralistas.<sup>52</sup>

A partir dessa perspectiva, podemos perceber não somente a variação inerente à conceituação dos chamados “sertões”, mas a grande importância dessa categoria na compreensão do que sejam as chamadas “Minas Gerais”, que se constituiu exatamente no “interior dos sertões” no dizer de Espíndola. No caso do município de Inhapim, sua localização insere-se no caminho do Sertão do Cuieté, localizado em pleno Vale do Rio Doce.

Uma vez mais, ainda o próprio Espíndola, nos fala do Vale do Rio Doce, a partir de uma referência às ordenações vindas da metrópole – prática recorrente durante o período do Brasil colonial – que se referem aos sertões:

Quando o Marquês de Pombal assumiu, ele deu ordem expressa aos governadores para conhecerem, ocuparem e explorarem os sertões. O Conde de Valadares, Dom José Luís de Meneses, que governou Minas Gerais entre 1769 e 1773, recebeu essa ordem. Ele se voltou para a região do Rio Doce, cuja ocupação foi considerada alternativa para se fazer frente ao declínio na mineração. Desde o século XVI existiam mitos que falavam de fabulosas riquezas, sendo o mais conhecido o da Serra das Esmeraldas, buscado por diversas expedições entre Fernandes Tourinho e Fernão Dias Paes. Esses mitos retornam no último quartel do século XIX, e o olhar das autoridades volta-se para o Sertão do Rio Doce, na expectativa de devolver a Minas uma idade do ouro, que estava se esvaindo. Nesse contexto, Rio Doce tornou-se uma categoria que designava a vasta extensão de terras que separava os centros mineradores do litoral, formada pelas bacias dos rios Doce, São Mateus, Mucuri e Jequitinhonha, bem como pelos afluentes Pomba e Muriaé do rio Paraíba do Sul. Como foi dito, antes era denominada genericamente de sertões do leste ou sertões intermédios.<sup>53</sup>

Como se vê, torna-se evidente a preocupação das autoridades em encontrar e garantir o pleno domínio de áreas que pudessem se tornar “alternativas” àquelas da mineração que, desde o final do século XVIII, já registrava queda significativa na extração de metais preciosos e, conseqüentemente, na cobrança de impostos<sup>54</sup>. Assim foi em especial com a

---

<sup>52</sup> ESPÍNDOLA, *op. cit.*, p. 73-74. (grifo nosso)

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 74-75.

<sup>54</sup> O próprio Espíndola em outro texto de sua autoria (ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008. Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63>. Acesso em 25/10/2017.) nos apresenta uma série de referências da ação das autoridades governamentais, desde os tempos da Colônia, passando pelo período do Império e adentrando até mesmo no início da República, que demonstram um

região do rio Doce no final do XIX – caracterizada, dentro dos critérios já lembrados aqui, ainda como área de sertão – quando novas áreas começam a ser exploradas a partir da efetivação do processo de expansão econômica identificada com a lavoura cafeeira. E, curiosamente, vemos, mesmo algum tempo antes desta época, certa expectativa futura quanto à promissora exploração da região. Novamente, nos reportamos a Espíndola. Ele nos apresenta uma interessante análise que pode nos ajudar na apresentação e compreensão desta problemática:

O movimento intensifica-se a partir do governo de Dom Rodrigo José de Meneses, na primeira metade da década de 1780. Ele vai pessoalmente comandar as investidas nos sertões intermédios, permanecendo por seis meses nos sertões de Arrepiados, região da Zona da Mata, e no sertão do Cuieté, no Rio Doce. As ações se dividiram entre o trabalho de prospecção mineral, instalação de quartéis, assentamento de colonos e distribuição de terras. Mas, não tendo achado minério precioso, Dom Rodrigo acaba retornando a Vila Rica, com malária e desiludido com o ouro do Cuieté. Todavia, ele deixou explicitados os motivos para manter todos os presídios militares e assentamentos humanos: no futuro, além dos grandes haveres que poderiam ser descobertos, a região ofereceria grande potencial de exploração das matas, solos agrícolas e fontes de metais menos preciosos como o ferro, entre outros. Nessa decisão encontra-se um direcionamento geopolítico, que será seguida pelos sucessores, de alargar os domínios de Minas Gerais na direção leste.<sup>55</sup>

Note-se que, mesmo “desiludido”, Dom Rodrigo procura ressaltar a necessidade de se pensar nas possibilidades futuras para a exploração da região, o que será observado efetivamente “pelos sucessores” que vieram após o seu governo.

Reforçando a ideia que associa o termo “sertão” à região localizada a Leste do Estado de Minas Gerais, as reflexões presentes no artigo “Sertões do Leste: A construção de uma região geográfica” publicado na revista de Geografia da UERJ, em 2014, vemos que

[...] o termo sertão associado aos Sertões do Leste refere-se, de imediato, ao domínio climato-botânico da floresta tropical que ocorre nas Serras do Mar e da Mantiqueira, áreas relativamente próximas ao litoral. Ao mesmo tempo, também carrega a concepção que o associa às áreas inóspitas, inexploradas

---

interesse permanente, alimentado por uma esperança sempre renovada – vale dizer, nunca plenamente realizada – de se encontrar grandes jazidas auríferas nas áreas do Vale do Rio Doce, em especial no chamado Cuieté (era originalmente um presídio – guarnição de caráter militar, civil e judiciária – instalado numa das áreas fronteiriças do rio Doce). A cada tentativa frustrada de se encontrar metais preciosos, reforçava-se, ao menos, na visão das autoridades, a presença do Estado garantindo, deste modo, o controle e o conhecimento sobre suas terras. Espíndola procura demonstrar também que muitas das ações empreendidas tinham como uma de suas motivações, a preocupação com a queda na arrecadação do quinto nas áreas tradicionalmente mineradoras.

<sup>55</sup> ESPÍNDOLA, *op. cit.*, 2009. p. 75.

e/ou subexploradas economicamente, não permeadas pelo conhecimento eurocêntrico e, portanto, passíveis de intervenções colonizatórias. Ou seja, um conjunto de ideias.<sup>56</sup>

Efetivamente vemos que os autores, a partir de suas pesquisas, concluem, como muitos outros, que, em geral, sempre houve a percepção da potencialidade da região como área a ser explorada economicamente, revelada na expressiva ideia de serem “passíveis de intervenções colonizatórias”. Isto, mesmo que considerem que os sertões impusessem limites à ocupação já que o consideram como “um contraponto às áreas nas quais se consolidava a ocupação, como em trechos do litoral e em alguns pontos no interior.”<sup>57</sup> Os autores apresentam, enfim, uma delimitação mais específica para o Sertão do Leste:

Fontes históricas variadas situam-no espacialmente entre as antigas capitanias do Rio de Janeiro e Minas Gerais, compreendendo uma vasta área florestada. Antigos relatos de exploradores sobre esses sertões indicam que os mesmos abrangiam acidentes geográficos importantes, como a Serra dos Órgãos, na região serrana fluminense, o vale do rio Paraíba do Sul, entre os estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais e a Serra da Mantiqueira, presente nos estados de Minas de Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo (...)<sup>58</sup>

A partir dessa definição, percebemos as reais dimensões e, mais ainda, a abrangência das terras chamadas de Serão do Leste, que perpassavam por áreas de todos os quatro atuais estados da região sudeste do Brasil.

Quanto ao processo de ocupação – aquela feita no contexto histórico que perpassa o final da Colônia e se estende pelo Império, ao longo do século XIX – desta vasta área, seguindo o curso do rio Doce e também, é claro, dos seus afluentes mais diretos, como o rio Caratinga, conforme já referido, muitos aventureiros em verdadeiras expedições de exploração adentraram “sertão” a fora em busca de riquezas e, com o tempo, em busca de terras para a expansão de áreas agricultáveis. E mais ainda, a chegada a este território será dinamizada não só pela presença de um elemento “desbravador”, mas também, de um número cada vez maior de outros elementos da família de tal “desbravador”, que chegam

---

<sup>56</sup> VIEITES, Ethel Guedes; VIEITES, Renato Guedes; FREITAS, Inês Aguiar de. Sertões do Leste: A construção de uma região geográfica. In: **Geo UERJ**. Rio de Janeiro – Ano 16, nº 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp. 257-275.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 275.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 261.

posteriormente, atraídos pelo “sucesso” da empreitada inicial. O historiador Ângelo Carrara chega a afirmar, por exemplo, que

O modo familiar, apesar de irremediavelmente ferido de morte, ainda encontraria alguma sobrevida nas regiões de fronteira do vale do rio Doce, exatamente onde o processo de saturação era muito mais demorado, o que não ocorria nas demais sub-regiões da Mata (...)<sup>59</sup>

Isto é, em áreas da Zona da Mata norte, a forma de trabalho que se estabeleceu em grande medida foi aquele vinculado aos elementos familiares. A partir das afirmações de Carrara constatamos que

Em Minas, as estruturas familiares de produção sobreviveram enquanto tiveram à sua disposição o principal recurso — terras nas áreas de fronteira. Em algumas regiões, como o vale do rio Doce, esta fronteira só se fechou em meados do século XX.<sup>60</sup>

Desse modo, percebemos a vinculação entre este momento de ocupação das áreas de fronteira no Leste de Minas Gerais, dinamizado ao longo do século XIX, e as “estruturas familiares de produção” que se movem em busca de elementos que possibilitem a sua sobrevivência nos territórios que são incorporados seguindo o processo de expansão econômica, especialmente representado pela lavoura cafeeira.

Por isto mesmo, aqui podemos nos voltar para observar mais especificamente o aspecto econômico na compreensão do território. Constata-se que o Leste de Minas Gerais, bem como outras áreas da antiga província, esteve sob uma espécie de proteção especial, sendo expressamente proibidas pelas autoridades metropolitanas de Portugal – e mesmo, posteriormente, já no período do Império, ainda se mantinha certa proibição de serem ocupadas. Proibição esta, ao que tudo indica, para se garantir certo isolamento de regiões auríferas como nos apresenta os autores já referidos:

É interessante observar que, ao longo dos Setecentos, os sertões do Paraíba do Sul e do rio Doce continuavam praticamente indevassados. Toda esta área tornou-se “proibida” por decreto régio, devido à criação de registros por todo o Caminho Novo. Esta medida objetivava impedir o surgimento de rotas clandestinas que, ao se desviarem dos registros, evadiam-se do pagamento do tributo – o quinto.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> CARRARA, *op. cit.*, p. 49.

<sup>60</sup> *Ibidem*, p. 09.

<sup>61</sup> VIEITES *et. al.*, *op. cit.*, p. 265-266.

Como se constata, a Coroa portuguesa, “ao longo dos Setecentos”, sempre ciosa de seus interesses econômicos – a cobrança do quinto – manteve permanente controle sobre estas áreas, evitando o aparecimento de rotas alternativas para a circulação de pessoas e de produtos. Por fim

Observa-se que durante todo o período da mineração, o território correspondente aos Sertões do Leste foi evitado e, de maneira não intencional, preservado, visto que as rotas de acesso ao interior contornavam a mancha florestal, como foi o caso do Caminho Velho. Mesmo com a implementação do Caminho Novo, que atravessava o território, este se manteve preservado em consequência dos decretos régios, que proibiam o trânsito e a fixação de pessoas naquelas terras, evitando assim, rotas alternativas para o desvio do ouro.<sup>62</sup>

O curioso é que, em toda esta questão, mesmo a própria historiografia, de alguma forma, ao privilegiar estudos acerca exatamente das áreas mineradoras, relegou outras regiões – como é o caso do Leste – a um papel secundário em todo o processo de expansão e exploração do território de Minas Gerais.

De modo geral, a economia brasileira, ao longo do século XIX, passou por transformações importantes, muitas delas relacionadas, em grande medida, à busca por alternativas à queda na exploração e na arrecadação de impostos vinculadas à mineração. Porém, de grande abrangência e de central importância, sem dúvida, foi a consolidação do café como “novo” produto que possibilitava a expansão dos negócios e, por consequência, a expansão territorial. Ou seja, os dois elementos, invariavelmente, estavam num processo de interação constante. “A trajetória da cafeicultura seguiu de Resende em sentido norte e nordeste, estabelecendo-se no Sul de Minas e avançando sobre a Zona da Mata mineira até o sul das terras capixabas”.<sup>63</sup> Assim, certas áreas do Leste de Minas Gerais vivenciaram um intenso processo de expansão econômica fruto exatamente deste avanço. “Do vale do Paraíba fluminense, a produção de café se estendeu até o vale do rio Doce ainda no início do século XIX, estruturada na antiga base colonial do latifúndio e na mão de obra servil”<sup>64</sup>. Assim,

Com o café, assiste-se à consolidação dos sertões do leste como uma “região geográfica”. Os sertões deixaram de ser uma “proto-região geográfica”, uma

---

<sup>62</sup> VIEITES *et. al.*, *op. cit.*, p. 266.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p. 268.

<sup>64</sup> *Ibidem*, p. 268.

área de passagem e fixação proibida pela Coroa, para finalmente serem incorporados à economia nacional como área de produção agrícola.<sup>65</sup>

Especificamente, a porção territorial onde se forma o município de Inhapim, no norte da Zona da Mata, no Vale do Rio Doce, é fruto direto deste processo ligado à expansão da lavoura cafeeira, geralmente advinda das partes central e sul desta grande área territorial aqui apresentada.

## 1.2. A ocupação da região e a formação do lugar

Como visto até aqui, a região onde está localizado o município de Inhapim, a porção norte da Zona da Mata – identificada, nos dias atuais, também como Vale do Rio Doce – no Leste de Minas Gerais, teve sua incorporação à dinâmica econômica da região Sudeste do país conduzida, em grande parte, pelo avanço da lavoura cafeeira que, aos poucos foi se tornando alternativa à mineração, de modo mais intenso ao longo de todo o século XIX. Foge ao nosso interesse aqui apresentar esse processo pormenorizadamente em todas as suas nuances possíveis. Porém, como já referido, diversos estudos apontam uma ocupação de áreas do Vale do Rio Doce que remontam a um período bem anterior àquele em que ocorre a formação de um nucleamento urbano que dará origem ao município de Inhapim.<sup>66</sup>

Se levarmos em conta relatos de memorialistas, que, como se sabe, nem sempre encontram equivalência ou confirmação nas pesquisas acadêmicas realizadas, mas que podem nos servir de uma primeira pista na busca por uma narrativa plausível, nos deparamos, por exemplo, com as histórias que são contadas acerca da Guerra do Paraguai (1865-1870). De acordo com tais relatos, com a eclosão do conflito, houve uma intensificação do deslocamento de pessoas oriundas de regiões entre Juiz de Fora e Ubá – núcleos de destaque da Zona da Mata, em sua porção sul e central – rumo a áreas mais ao norte da região que, muito embora tenha sido uma espécie de “porta de entrada” da ocupação do chamado “Sertão do Leste” já

---

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 269.

<sup>66</sup> Distancia-se do objetivo principal deste nosso trabalho um estudo mais detalhado e aprofundado – mesmo reconhecendo a urgente necessidade de fazê-lo – dos chamados povos originários que, efetivamente falando, são os responsáveis diretos pela ocupação primeira da região. Sabemos, no entanto, da existência de importantes trabalhos que já são desenvolvidos neste sentido, incluindo estudos de iniciação científica de graduandos em História, como é o caso de SILVA, Thiago Henrique Mota. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste (1818-1824). In: **Revista de Ciências Humanas**/Universidade Federal de Viçosa. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Vol. I, nº 1 (2001), p. 361-375. Viçosa: UFV, CCH, 2001.

no século XVII, vivia, ainda no XIX, identificada como uma área de fronteira, com a presença marcante de indígenas, considerados ferozes como se dizia na época, e muitas terras encobertas de extensas vegetações características da Mata Atlântica. Num ambiente no qual o clima beligerante – da Guerra do Paraguai – gera toda sorte de possibilidades, os relatos de uma espécie de deserção antecipada – a fuga para regiões inóspitas para se evitar uma convocação para combater na guerra – são bastante verossímeis<sup>67</sup>. Aqui merece destaque um caso que nos interessa sobremaneira, pois irá inserir – no transcurso do ano de 1865 – a área que recortamos como campo de nossa investigação histórica, no contexto mais amplo dos acontecimentos. Na “Revista Inhapim Ontem e Hoje”, encontramos o seguinte relato, colhido de uma publicação do IBGE:

Durante a Guerra do Paraguai, no correr do ano de 1865, chegou à barra do ribeirão Santo Antônio, afluente do rio Caratinga, o senhor Joaquim José Ribeiro. Observando a fertilidade da terra, especial para o plantio de café, iniciou grande derrubada da floresta existente, até então virgem; com seus parentes e amigos realizou o plantio de grandes áreas, depois de ter afastado alguns índios que existiam no local. Como a produção lhe tivesse sido compensadora, decidiu ali se localizar, juntamente com seu amigo José Ribeiro Veloso. Joaquim José Ribeiro é, pois, considerado o fundador de Inhapim.<sup>68</sup>

Como nos lembram relatos desse tipo, da chegada dos “primeiros” a esta “nova” área de ocupação, o clima e a terra de boa qualidade favoreceram, gradativamente, a sua fixação, que resultaria no estabelecimento de um determinado território a partir da apropriação dos recursos naturais do espaço geográfico em questão. Por isso mesmo, fica evidente que estava em curso – visto já existir a presença indígena naquela área ou como diz o trecho citado: “alguns índios” – um processo que poderíamos identificar como uma espécie de “re”-territorialização, pois o que ocorreu foi, exatamente, a apropriação de uma terra que já tinha “dono”.

Os primeiros “de fora” a chegarem às novas áreas “abertas” pelo processo de expansão da atividade agrícola, destacadamente o café, se depararam com a presença de grupos

---

<sup>67</sup> Cfe. **Revista Inhapim Ontem e Hoje (RIOH) – 50 Anos de Inhapim.**

<sup>68</sup> *Ibidem*. Convém ressaltar que a revista é uma publicação do ano de 1988, portanto antes da era da internet, mas no próprio site oficial do IBGE ainda consta esse tipo de relato:

<<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/inhapim/historico>> Acesso em 02/11/2017. No site encontramos também a informação de que “A história de Inhapim tem início em 1811, com a passagem de tropas de transporte de cargas, pois o local era caminho para Degredo de Cuieté. João Caetano, fundador de Caratinga, registra que ‘descendo o Rio Caratinga, encontrei a desembocadura de um córrego, que batizei de São Silvestre, por ser dia 31 de dezembro’. A confluência dos dois rios se dá exatamente no centro da cidade.”

indígenas – nativos que já ocupavam a região, certamente, há várias gerações e que genericamente eram chamados de botocudos<sup>69</sup> – como nos apresentam alguns desses relatos. Como era praxe nestas situações, pode-se deduzir que os primeiros conflitos entre os “desbravadores” e os nativos tenham ocorrido, o que muitas vezes é omitido nos relatos referentes a este período, talvez, muito em função da escassa documentação que reporte ao tema<sup>70</sup>. Se levarmos em consideração a veracidade dos relatos consultados, mesmo que de cunho memorialista, temos que, o grupo nativo foi “afastado” do lugar – pelo histórico da ocupação das terras brasileiras, pode-se mesmo arriscar a dizer que, certamente, a grande maioria deles foi morta – para favorecer a ocupação e o plantio das primeiras roças, que logo se mostrou uma atividade rentável e promissora<sup>71</sup>.

No caso específico de Inhapim, o relato referido não deixa claro se o deslocamento de Joaquim José Ribeiro<sup>72</sup> e de alguns companheiros de desbravamento foi motivado direta e

---

<sup>69</sup> Para conhecer, mesmo que de forma mais geral, alguns aspectos próprios dos botocudos, podemos nos valer de uma parte deste breve texto produzido como fruto do estudo proposto pelo autor, Thiago Henrique Mota Silva, quando nos apresenta um contexto do século XIX, momento em que o Príncipe Regente D. João VI declara “Guerra Ofensiva aos Botocudos” visando, dentre outros objetivos, garantir acesso à navegabilidade do Rio Doce. O autor assim nos relata: “A declaração de guerra tem como premissa a ferocidade apresentada por esses índios, genericamente intitulados Botocudo, que integram o grande grupo indígena dos Tapuia. Os Tapuia, definidos desde a colônia como contrários aos Tupi, encontrados pelos portugueses no litoral e adjacências, foram caracterizados como o mais bravo e bárbaro gentio do Brasil.” E detalhando um pouco mais: “Os relatos sobre os Botocudo estão presentes em fontes primárias que cobrem desde o século XVI até o XX, porém com designações variadas. Geralmente associados ao barbarismo, insolência diante do processo de domesticação, aceitação da fé cristã e aderência ao processo civilizador imposto pelos europeus, são apresentados como Aimoré, sobretudo na região sul da capitania da Bahia e nas capitanias de Ilhéus e Espírito Santo, e Tapuia, quando se adentra o interior.” (SILVA, *op. cit.*, p. 363)

<sup>70</sup> Mesmo diante da escassez de documentação específica, consolidou-se, ao longo do tempo, a imagem dos botocudos como ferozes, ameaçadores, alguns até considerados antropófagos. Um dos aspectos que entram neste processo de consolidação desta imagem liga-se, segundo alguns estudos, ao fato dos botocudos utilizarem adornos de madeira (os chamados “batoques” ou “botoques”) nos lábios e nas orelhas, o que, na visão do colonizador, transmitia exatamente a ideia de ameaça, medo e estranhamento. Thiago Henrique Mota Silva nos relata que “Esta imagem traçada a respeito da índole dos Botocudo, que ocupavam os chamados Sertões do Leste, hoje equivalente às regiões da Zona da Mata e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, em Minas Gerais, e suas adjacências em São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Bahia, decorria de uma série de interesses dos vários atores envolvidos: o governo da capitania, os interesses régios, as posses dos fazendeiros da região e os próprios índios.” O autor reforça ainda um dos interesses presentes: “Os agentes ‘brancos’ desse processo, salvo suas particularidades e interesses específicos, viam nos indígenas povos bárbaros a impor barreiras ao progresso.” Mais à frente, o autor em seu texto, ao constatar certa mudança na caracterização do Sertão do Leste, afirma categoricamente: “De barreira natural ao contrabando, a região dos Botocudo passou a ser vista como território de solo abundante e fértil a ser desbravado.” (SILVA, *op. cit.*, p. 364-365)

<sup>71</sup> Podemos aqui nos lembrar do aspecto da territorialização, terminologia emprestada da Geografia, numa interpretação que nos leva à compreensão do domínio e exercício de poder sobre determinado território. Pois bem, analisando numa abordagem preliminar este processo empreendido de expansão da fronteira agrícola sobre a região, podemos pensar numa espécie de “re”territorialização, já que o originário ocupante da região perde gradualmente o domínio e a “posse” da terra, forçado a “ceder” o lugar para a “ocupação” daqueles que vêm de “fora”.

<sup>72</sup> De acordo com informações colhidas na obra de cunho memorialista “Cantinho da Saudade” (CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**. GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 2007.), Joaquim José Ribeiro saiu de Mar de Espanha com a esposa Maria Joana de Jesus, juntamente

exclusivamente pela Guerra do Paraguai ou unicamente pela atração de conquista de novas terras produtivas para o plantio da lavoura de café. Talvez seja razoável se conjecturar que os dois fatores talvez tenham se associado neste caso, favorecendo a incipiente formação de um novo povoamento nas áreas da Mata norte, no Vale do Rio Doce, às margens de um afluente, o rio Caratinga<sup>73</sup>. E lembremos que se tratava ainda de uma área de fronteira que “sofria”, naquela quadra histórica da segunda metade do século XIX, um processo de expansão dos interesses econômicos e consequente exploração<sup>74</sup>.

E, uma vez mais, quanto aos nativos, mesmo já tendo nos referido anteriormente à carência de estudos mais aprofundados, variadas pesquisas relatam a forte presença deles em diversas áreas da região, em especial nas margens do rio Doce e em muitos dos seus afluentes que compõem sua extensa bacia hidrográfica – que domina a paisagem natural de boa parte do Leste de Minas Gerais. O elemento indígena, presente na região, deixou sua marca no

---

com 15 filhos e foi se embrenhar na “mata”, como se dizia àquela época. Pelos relatos referidos, ele teria se deslocado para tão longe com medo da convocação de seus filhos para combaterem na Guerra do Paraguai. Segundo os mesmos relatos, ele teria comprado três sesmarias de João Caetano do Nascimento, o fundador de Caratinga. “As terras se estendiam da divisa de São Domingos do Ubá (hoje município de Ubaporanga), Imbé (hoje município de Imbé de Minas), São Domingos das Dores e Santo Antônio. Fixou-se com a família à beira do riacho Santo Antônio, afluente do Rio Caratinga. Um de seus irmãos, Manoel Ribeiro, veio se unir ao grupo na grande aventura. E o alertou para a água de Santo Antônio, que ele considerava escassa. Um pouco mais abaixo, às margens do Rio Caratinga, o fluxo das águas se mostrava mais volumoso. Constatando essa vantagem e a fertilidade da terra para o plantio do café, nossos heróis iniciaram a derrubada da floresta virgem. A colheita lhes foi compensadora e por isso decidiram aqui se localizar, nesta terra que começava a se chamar Inhapim.” (p.103-104)

<sup>73</sup> O trabalho de Thiago Henrique Mota Silva nos faz pensar aqui em mais um aspecto que se deve considerar dentro deste contexto histórico: “(...) podemos perceber o avanço da ‘civilização’ para o sertão, buscando conter os ataques dos índios ‘Botocudos’ à população que coloniza as regiões próximas ao rio Doce. O interesse pelo rio é latente, ‘próprio para ser ocupado nas atuais circunstâncias’, definido como um curso natural para o transporte e um limite à ação dos índios, que necessitam atravessá-lo para alcançar as aldeias de colonos.” (SILVA, *op. cit.*, p. 368)

<sup>74</sup> Ainda nos valem aqui dos estudos de Thiago Henrique Mota Silva que nos diz que “O devassamento do território indígena foi efetivado pela doação de sesmarias aos colonos que se propusessem a cultivá-lo, sobretudo à margem dos rios, de forma a acelerar o processo de dominação dos Botocudo e assegurar os objetivos (...), a saber: expandir a ocupação territorial e garantir o desenvolvimento do comércio fluvial, visto serem os rios os principais elos entre sertão e litoral. A declaração de guerra aos Botocudo em 1808, por parte de D. João VI, foi determinante na reinstauração do sistema de ‘guerra justa’ aos índios, transformando aqueles que se negassem ao processo de aldeamento e domesticação em força de trabalho compulsória.” (SILVA, *op. cit.*, p. 366) Mais à frente, em seu texto, nos diz também: “A ocupação das terras dos Sertões do Leste, que de maneira geral correspondiam a todo o leste do estado de Minas Gerais e adjacências, pretendia alcançar o interior do país e habitá-lo. Para tanto, as políticas de concessão de sesmarias nas margens dos rios e a construção dos quartéis: o primeiro com o claro objetivo de povoar a região, o segundo pretendendo oferecer segurança aos colonos que se dispusessem a tais fins e, ambos, almejando empurrar os índios cada vez mais para o interior do continente, com os colonos conquistando-lhes as terras e os quartéis dando a esses cobertura em suas ações.” (SILVA, *op. cit.*, p. 374)

território que habitava, constituindo antes mesmo da chegada daqueles que vieram de “fora”, uma territorialidade específica<sup>75</sup>.

Na consulta a alguns registros escritos sobre a ocupação da região, como por exemplo, no histórico do município de Inhapim elaborado pelo IBGE, já referido anteriormente, não foi encontrada nenhuma indicação direta da vinda destes “primeiros ocupantes” acompanhados de negros escravizados. Porém, é de se supor que, vivenciando o período do Império brasileiro, quando ainda prevalecia amplamente o uso da mão de obra escrava, tais desbravadores talvez se fizessem acompanhar de cativos de sua propriedade trazidos das áreas de onde procediam originalmente, visto serem muitos deles ligados à produção rural nas áreas de onde provinham. Não podemos, porém, inferir que tenha sido transplantado a estas novas áreas de ocupação, aquele sistema de exploração da mão de obra escrava negra em toda sua caracterização clássica. Inclusive, podemos ver em estudos como os de Ângelo Carrara, aqui já citado, que o processo de ocupação da Mata norte se deu, em grande parte, utilizando-se mais o sistema familiar de trabalho. Essa constatação não descarta, obviamente, casos em que parte da mão de obra tenha sido de pessoas escravizadas<sup>76</sup>.

Os primeiros de “fora” que chegaram a esta nova área de expansão do território mineiro – vindos de regiões próximas a Juiz de Fora e Ubá, no caso específico, da cidade de Mar de Espanha –, são citados como quem vinham “fugindo da Guerra do Paraguai”. Ao chegarem, vão de imediato se estabelecendo, tratando logo de fazerem vir para perto de si os seus, que haviam ficado nas terras de origem aguardando notícias alvissareiras das suas incursões, que além do aspecto de fuga, também continha o desejo de abrir novas perspectivas para o futuro da família, que, em geral, conforme os padrões da época, era numerosa. Pelo que se constata, este vínculo familiar é sempre um elemento agregador dentro deste processo de povoamento da região, funcionando como uma atração para novos “desbravadores”, sempre

---

<sup>75</sup> O Museu Casa do Bentoca possui peças de cerâmica identificadas como sendo obras da cultura indígena, tendo sido localizadas em fazendas da região. Além disso, por exemplo, no início dos anos 2000, um grupo de pesquisas arqueológicas (Grupo “FOSSILIS” de Caratinga-MG) identificou e coletou uma grande quantidade de restos de cerâmica indígena na região de Caratinga, da qual Inhapim faz parte.

<sup>76</sup> Sobre a questão do uso da mão de obra escravizada negra na porção norte da Mata, obviamente, sem pretender esgotar a discussão acerca do tema, um simples exemplo para uma prévia suposição para o caso específico em estudo, pode ser identificado numa peça utilizada para castigos aos cativos em bom estado de conservação, existente no município de Dom Cavati (anteriormente distrito pertencente ao município de Inhapim). A peça se encontrava em uma antiga fazenda da região rural entre Inhapim e Dom Cavati e foi tombada pelo Patrimônio Histórico local, que a levou, em 2007, para ser preservada, estando exposta atualmente na Casa de Cultura daquela cidade. Cabe ressaltar ainda que o presente estudo não teve como propósito uma análise específica direcionada para este aspecto, mesmo reconhecendo a carência de trabalhos acadêmicos voltados para a compreensão da questão escravista na região.

interessados em garantir a ocupação de áreas que pudessem lhes proporcionar meios e condições adequadas de sobrevivência.

Vale também mencionar que existem alguns relatos de outro tipo de fuga, relacionada a algum crime (homicídio ou tentativa de homicídio) cometido. Assim, não raro, famílias inteiras, com alguns poucos pertences, se deslocavam para as “novas” regiões quase que da noite para o dia – algumas vezes em função de crime envolvendo alguém da família –, percorrendo longas distâncias em condições invariavelmente precárias. Mesmo neste caso, a referência à família, que vai junto em busca de novas áreas, se mostra algo recorrente.

Podemos citar aqui, por exemplo, o caso da família do senhor Artur Teixeira Ervilha que, deixando a região de Ubá, dirigiu-se com todos os filhos para a região de Inhapim, no ano de 1914, num carro de boi. A família adquiriu terras para o plantio, principalmente do café, e foi durante muitos anos proprietária de uma fazenda nas proximidades da área urbana da cidade.<sup>77</sup>

Ao menos mais um exemplo pode aqui ser referido: diz respeito à família de Mamédio Francisco Militão – que nomeia atualmente um Museu Rural no município de Inhapim – cujo patriarca (Antônio Francisco Militão), que era filho de escravos, habitante de Rio Pomba (região centro-sul da Mata), informado por um dos filhos (João, que fora antes para a região de Inhapim) da disponibilidade de uma propriedade rural de boa qualidade, decide comprá-la e transferir residência. A família fez a longa viagem num carroção de bois (o museu ainda conserva esse carroção em bom estado), em 1920. Eram marido, mulher, filhos, animais e alguns amigos fiéis.<sup>78</sup>

Valendo-se de certos elementos motivadores, como por exemplo, a fertilidade da terra para o plantio de café, o fluxo para a região recém “descoberta” – talvez melhor dizendo, recém-aberta para a ocupação dos “de fora” e, conseqüentemente, para a exploração – logo se intensificou. E, cada vez mais, o deslocamento para essas áreas se dá com toda a família – ou, pelo menos no início, parte dela. No exemplo citado acima – da família de Mamédio Francisco Militão – um dos filhos, João, já se deslocara antes do restante da família e conhecendo a disponibilidade de terras e, certamente, a fertilidade delas, motivou a

---

<sup>77</sup> Esse relato foi escrito como registro de memória da família de Artur Teixeira Ervilha. Tivemos acesso a esse registro através de um dos filhos de Artur Teixeira Ervilha, Hermógenes Teixeira Ervilha, ainda morador da cidade de Inhapim.

<sup>78</sup> Esse relato consta dos registros do Museu Rural Mamédio Francisco Militão, mantido por um das netas do patriarca da família, Maria das Dores Belgo Militão V. Barroso.

transferência dos outros. E, mesmo nos primeiros tempos do povoamento local, essa atração de famílias pelas notícias da fertilidade da terra está presente: “Em 1880 já se havia formado um lugarejo, com a população sempre crescendo, recebendo cada dia famílias de emigrantes, vindas “lá de fora”, atraídas pela fama de suas terras férteis.”<sup>79</sup> Esse “lá de fora”, como já referido, diz respeito geralmente, às regiões próximas a Ubá e Juiz de Fora, ambas, cidades importantes da Zona da Mata mineira, em sua porção mais central e sul, respectivamente.

De acordo com as narrativas e registros consultados, os primeiros a chegarem à área onde surgiria Inhapim, procuraram os terrenos que oferecessem melhores condições para a implantação de um processo de ocupação do território, a saber: solo fértil propício à agricultura, curso d’água abundante, facilidade de acesso e de circulação, etc. Assim, a margem do córrego Santo Antônio (afluente do rio Caratinga, que por sua vez, é afluente do rio Doce) é considerada o local de constituição das pioneiras propriedades do município – área do efetivo plantio das primeiras roças e das lavouras de café – sendo a referência principal ligada ao senhor Joaquim José Ribeiro, que é considerado o “fundador” de Inhapim. Como a notícia das primeiras colheitas foi animadora, novas levas de famílias<sup>80</sup> – quase sempre com alguma ligação de parentesco umas com as outras – vão se somando àquelas já instaladas nesta parte do território correspondente à Zona da Mata, em sua porção norte, no Vale do Rio Doce, Leste de Minas Gerais.

Como acabamos de ver, com o passar dos anos e das notícias de boas colheitas, o deslocamento de várias famílias de outras regiões – mas ainda a maioria sendo originária da porção mais central e sul da Zona da Mata – se intensifica, ampliando sobremaneira a ocupação da área que viria a se constituir como o nucleamento urbano do futuro município de Inhapim. Com a intensificação da chegada de novos povoadores, tratou-se logo de cuidar da oficialização, perante os poderes constituídos – ainda sob o signo da Monarquia – do núcleo urbano que se procurava estruturar. Como era praxe no período – no qual a ligação do Estado e a Igreja era uma regra, inclusive estabelecida na constituição de 1824 –, primeiramente, antes dessa oficialização, o respaldo da Igreja Católica era o passo inicial para um efetivo reconhecimento. Sobre esse aspecto discutiremos no próximo tópico de maneira mais adequada.

---

<sup>79</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 05.

<sup>80</sup> Em CHAVES, *op. cit.* 2007, consta num texto intitulado “Os fundadores” a referência a algumas das famílias pioneiras na ocupação da região. Lá estão citadas: “os Moreira, os Mesquita, os Siqueira, os Quintela, os Viggiano, os Azevedo, os Silva Araújo, os Abi-Saber, os Chagas, os Fernandes e tantas outras.” (p. 104-105)

### 1.3 O nucleamento urbano: a dinamização da vida local

A respeito dos processos de ordenamento urbano, Murilo Marx em seu “Cidade no Brasil terra de quem?”, afirma categoricamente: “o patrimônio religioso decidiu o nascimento dum sem-número de povoações no litoral e nos vastos sertões”<sup>81</sup>. E na sequência de sua reflexão diz claramente:

Não era somente o acesso garantido então à desejada e necessária assistência religiosa que se obtinha, mas também o reconhecimento da comunidade de fato e de direito perante a Igreja oficial, portanto perante o próprio Estado. Não era apenas o acesso ao batismo mais próximo, ao casamento mais fácil, ao amparo aos enfermos, aos sacramentos na morte, mas também a garantia do registro de nascimento, de matrimônio, de óbito, registro oficial, com todas as implicações jurídicas e sociais. Não era somente o acesso ao rito litúrgico que propiciasse no quotidiano, mas faustos e infaustos, o conforto espiritual, era também o usufruto da formalidade civil com todo o direito e a segurança que pudesse propiciar.<sup>82</sup>

Assim, buscaram-se para o lugarejo, as bênçãos da Igreja sob a proteção de São Sebastião. Mas também se procurava garantir o reconhecimento por parte dos poderes do Estado e o acesso a certos direitos para os moradores daquele local.

Cumprindo o propósito de se constituir o “patrimônio” do referido santo, como se dizia na linguagem eclesiástica, foram feitas doações pelas famílias dos primeiros moradores locais para, deste modo, erguer-se a primeira capela como marco significativo deste processo de ocupação territorial. Murilo Marx ainda nos auxilia na compreensão deste tipo de prática quando apresenta uma definição para os “patrimônios religiosos”. Segundo esse autor, os patrimônios religiosos constituíam-se por “porções de terra doadas nominalmente a uma devoção, a um santo padroeiro. Passavam a constituir um patrimônio desse orago, de sua capela, administrado por uma entidade que devia merecer a autorização da Igreja (...)”<sup>83</sup>. E mais, vai ainda detalhando aspectos importantes e significativos no que diz respeito às referidas doações feitas para a constituição deste patrimônio.

A terra, alguma outra dotação em bens móveis, víveres ou dinheiro representavam o dote inicial, e por vezes periódico, do santo predileto, transformado em orago da nova capela. Propiciavam assim, as condições

---

<sup>81</sup> MARX, Murilo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991. p. 14.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.18.

<sup>83</sup> *Ibidem*, p. 39.

para a construção do templo, para sua manutenção e reparo, para seu equipamento litúrgico e funcionamento efetivo. Em troca, os fundadores do patrimônio, os que tornavam possível a existência da capela, obtinham atenções especiais para si e para os seus em termos espirituais, como missas após a morte.<sup>84</sup>

Como se vê, para além do aspecto meramente religioso da questão, a doação acaba por se tornar uma forma de exercício de poder, pois as famílias mais ricas e influentes de cada lugar certamente buscavam se posicionar como doadoras de valores mais vultosos, visando se colocar como as principais beneficiárias de todo serviço religioso que se pudesse necessitar. E, por isso mesmo, tornavam-se bem vistos e, certamente, admirados e respeitados na comunidade.

No caso de Inhapim, os relatos consultados nos mostram o seguinte quadro sobre o povoado naquela quadra final da Monarquia:

O povoado propriamente dito surgiu em 1882, quando alguns moradores se reuniram e fundaram uma caixa comum, conseguindo arrecadar duzentos e cinquenta mil réis em dinheiro, com o qual adquiriram um pedaço de terra, que acrescido pela doação de 2 alqueires, feita pelos Srs. Francisco da Silva e Teobaldo José de Melo (foi doado a São Sebastião), constituiu-se o patrimônio de São Sebastião de Inhapim.<sup>85</sup>

Note-se pela descrição – que se refere a nosso objeto de estudo, a história da formação de Inhapim – uma dinâmica muito semelhante àquela referida e descrita anteriormente a partir dos estudos de Murilo Marx e suas reflexões.

Em seguida, ocorre a elevação de Inhapim à categoria de Distrito de Paz<sup>86</sup>, constituindo-se como uma parte da freguesia da Vila de Caratinga, o que se dá por decreto de

---

<sup>84</sup> *Ibidem*, p. 39.

<sup>85</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 05.

<sup>86</sup> O entendimento em torno do funcionamento dos chamados Distritos de Paz perpassam a história do Brasil em sua dimensão jurídica, tendo sido herdados de Portugal, assim como muitas outras instituições. Mesmo após a concretização do processo de independência do nosso país, as heranças portuguesas permaneceram muito presentes. Um dos bons exemplos, sem dúvida, pode ser encontrado na figura do Juiz de Paz, que representa, de algum modo, a sociedade, dentro da estrutura dos Distritos de Paz. No caso de Inhapim, a criação do referido Distrito de Paz ocorre já no período da República (21/11/1890), mas antes da promulgação da Constituição de 1891, que estabelece novas regras para o país, incluindo um novo ordenamento jurídico. Ou seja, esta elevação à categoria de Distrito de Paz, bem como a instalação do Cartório de Paz do Distrito, mesmo baseada nas práticas do período monárquico, já vão começar a se diferenciar, em alguns aspectos, da prática estabelecida anteriormente no Império que envolvia toda a população apta a votar como se pode constatar na citação abaixo de TEIXEIRA, Flávio Augusto de Freitas. **Sobre as terras de São Sebastião: estudo e representação cartográfica da freguesia do Anta nos Sertões do Leste (1855-1858)** (Dissertação de Mestrado). UFV – Viçosa, MG, 2016. Em sua dissertação, ele se refere à Lei nº 1 de 1º de outubro de 1828 (Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LIM/LIM-1-10-1828.htm)>. Acesso em 31/08/2017). Segundo

21 de novembro de 1890<sup>87</sup>, já amparado frente aos poderes da nascente República, proclamada no ano anterior. Ocorre no mesmo ano a instalação do Cartório de Paz do distrito, sob a responsabilidade do Major Achilles de Sá Quintela<sup>88</sup>.

De acordo com dados da “*Revista Inhapim Ontem e Hoje*” – também encontrados no site do IBGE – algum tempo antes da elevação à categoria de distrito, por volta do ano de 1885, o povoado de Inhapim contava com 14 casas, sendo 3 de comércio, 1 de farmácia, 1 oficina de funileiro e 1 capelinha no antigo cemitério, erguida no local mais alto. É bastante plausível que este quadro não estivesse assim tão alterado cinco anos depois, quando da elevação à condição de Distrito de Paz.

Mais alguns dados, de outras fontes, nos permitem traçar melhor o aspecto do lugar naquele final de século XIX. No jornal “*O Combate*”, sob o título “Notícia Histórica da Comarca de Caratinga”, temos o seguinte sobre o “Distrito de Japim”, correspondente a Inhapim:

O arraial está situado num vale de cinco vertentes, aberto e aprazível. O clima é temperado; seu comércio, apesar de novo, é animado. A sua cultura principal é o café, cuja exportação anual atinge a oitenta mil arrobas. As suas águas correm dos rios Caratinga, São Silvestre, Preto, Alegre e Santo Estevão e dos córregos São Domingos e Anta. O seu corpo eleitoral compõe-se, neste ano – 1895 – de 813 eleitores. Este distrito, com as boas aguadas que tem, pode sustentar, com vantagens, engenhos centrais e fábricas de tecidos nos ricos vales dos rios Preto e São Domingos.<sup>89</sup>

---

pôde concluir, “o distrito de paz poderia ter um cartório de registro de notas, mas se tratava ainda de um núcleo de povoamento sem autonomia administrativa civil e religiosa, devendo, no entanto, possuir número suficiente de pessoas habilitadas a exercerem cargos distritais, tais como juízes, escrivães e inspetores de quarteirões. Cada Distrito era entregue a quatro juízes de paz que eram eleitos pela população votante e que exerciam, sucessivamente e por ordem de votação, o cargo pelo período de um ano cada um. (...) Os Distritos de Paz eram então agrupados em Freguesias, as quais correspondiam à unidade de jurisdição de uma diocese, relacionada, portanto, a uma circunscrição territorial eclesiástica, que possuía uma igreja matriz e poderia haver também capelas filiais, chamadas ‘capelas aplicadas’” (p.50). Com a República, mudanças nesta sistemática foram sendo, progressivamente, implantadas, modificando sobremaneira a forma de constituição e de funcionamento dos Distritos de Paz. Uma mudança bastante evidente e significativa que irá se processar, ao longo do tempo, por exemplo, diz respeito ao envolvimento da população local com direito a voto na escolha dos juízes de paz, que acabou por não ser mais considerado.

<sup>87</sup> Cfe. **APM – Arquivo Público Mineiro**: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 18 mar.2017.

<sup>88</sup> Cfe. **RIOH**. Sobre o Major Aquiles de Sá Quintela, no livro “*Cantinho da Saudade*” (CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**. GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 2007.) temos algumas informações, de caráter memorialista, sobre ele. Consta que era natural de Serraria, no estado do Rio de Janeiro. Chegou a Inhapim ainda adolescente, por volta de 1880, acompanhando os pais. “Quando Inhapim foi elevado a distrito, em 1890, o jovem Achilles ocupou o cargo de Escrivão de Paz, nele permanecendo até 1920. Sentindo inclinação pela agricultura, adquiriu uma fazenda e deixou o Cartório para se ocupar dos assuntos relacionados com a mãe-terra.” (p. 107) Faleceu em 28 de junho de 1929, com 61 anos de idade, quando ainda era uma pessoa respeitada e de muita influência no então distrito de Inhapim.

<sup>89</sup> Jornal “*O Combate*” n. 10 – 13//01/1895. Periódico publicado em Caratinga no final do século XIX, contendo assuntos de interesses variados, com notícias da região – sede e distritos – e do mundo. A presente referência foi

Há que se destacar aqui as possibilidades representadas pelos cursos d'água presentes no então distrito de Caratinga, bem como o cultivo do café. Chama a atenção também, o número expressivo de eleitores (813) para aquela quadra histórica, num lugarejo que somente há pouco tempo se tornara Distrito de Paz.

Outro número do mesmo periódico registra certa disputa ocorrida no distrito pela instalação da linha de correio particular entre o distrito e a sede do município, Caratinga.<sup>90</sup> Tudo leva a crer que, a disputa girava em torno dos interesses em operacionalizar o negócio a ser instalado, bem como dos possíveis lucros que pudessem advir desta instalação. Também podemos especular sobre o próprio jogo de relações de poder local presente numa disputa como esta, bem como o desejo de se garantir o controle sobre a área territorial em questão. Quem obtivesse o controle de tal negócio estaria, certamente, delimitando seu espaço de poder e domínio sobre os demais habitantes e grupos constituídos localmente, bem como, é claro, estabeleceria um controle político sobre este território específico. Aliás, tal prática é típica de um modelo de exercício de poder que leva em conta exatamente uma espécie de apropriação de determinados equipamentos urbanos e, conseqüentemente, o controle do uso de tais equipamentos com o objetivo claro e evidente de se manter o controle de um poder determinado.

Retornando ao aspecto religioso, referido anteriormente de forma muito breve, devemos reconhecer que se trata de elemento de destacada centralidade na formação do município de Inhapim e, porque não dizer também, de toda a cultura que se estruturou no Brasil colonial a partir da dominação de uma nação católica, como é o caso de Portugal. Neste nosso estudo, vimos que, após as primeiras iniciativas para a constituição do patrimônio do santo – aqui correspondendo à terra doada – a grande preocupação em seguida se dá em torno da construção da igreja para o culto dos fiéis. Novamente Murillo Marx reflete de forma bem pertinente sobre esta questão ao afirmar que

---

localizada em um conjunto de anotações, fruto de uma pesquisa de caráter histórico, contendo mais de 160 folhas manuscritas acerca da Diocese de Caratinga. O material foi produzido na década de 1960 a partir das pesquisas feitas em jornais, revistas e livros que faziam referência à região. O trabalho foi realizado pelo Monsenhor Raul Motta de Oliveira, jornalista e vigário geral da Diocese de Caratinga, com o propósito de se publicar a História da Diocese. Encontra-se arquivado no acervo do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário, em Caratinga. Vale registrar aqui que, no que se refere a Inhapim, enquanto ainda distrito de Caratinga, pouco se encontrou de registro mais significativo, apenas algumas referências de caráter mais social, como moradores que se deslocavam de um lugar a outro, o nascimento de algum filho, etc.

<sup>90</sup> Jornal “O Combate” n. 09 – 06/01/1895.

A institucionalização da vida dessas tantas e tão dispersas comunidades se dava pela oficialização de sua ermida, de sua capelinha visitada por um cura, pela sua elevação um dia a matriz, elevação que significava a ascensão de toda uma região inóspita, ou de ocupação mais antiga e em expansão, ao novo *status* de paróquia ou freguesia.<sup>91</sup>

Nesse contexto, cabe destacar a atuação das famílias que foram se agregando em torno do novo patrimônio. Tais famílias se unem com o fim de arrecadar recursos para a construção do templo para o culto, mas também no sentido de reforçar o poder local almejado por cada uma delas, enquanto constituidoras de grupos determinados que buscam reforçar o controle sobre o território em questão, ocupando-o de alguma forma. O próprio Murilo Marx nos diz que “esse crescimento às custas do patrimônio religioso era o próprio mecanismo da expansão da localidade e, muito antes, o próprio instrumento social de obtenção de um lugar para morar, de uma possibilidade de coabitar.”<sup>92</sup>

No caso específico de Inhapim, posteriormente àquela primeira capela, outra maior, com duas torres, foi edificada no mesmo local<sup>93</sup>, como mostram as figuras a seguir. A primeira delas é a reprodução de uma foto sem a identificação específica da data em que foi feita – certamente nas primeiras décadas do século XX –, mostrando a igreja, provavelmente em dia de missa, o que se pode depreender pela aglomeração de pessoas à sua volta. Na segunda figura, nota-se, a partir da visão do artista que produziu o quadro, a posição tradicional da igreja mais ao alto com relação ao aglomerado de casas, sem um sinal claro de arruamento mais estruturado em seu entorno.

---

<sup>91</sup> MARX, *op. cit.*, 18.

<sup>92</sup> MARX, *op. cit.*, p. 44.

<sup>93</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 05.



FIGURA 3 - Igreja de duas torres dedicada ao padroeiro São Sebastião (Foto).  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 4 - Igreja de duas torres dedicada ao padroeiro São Sebastião (Pintura).  
Nota: imagem de um quadro pintado pelo artista plástico Osvaldo Silva Araújo.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

O passo seguinte seria a solicitação de um padre que pudesse atender às famílias recém-chegadas àquelas terras. Para tanto, tratou-se logo de fundar o “Grêmio de Inhapim”

(1890) – uma espécie de associação daqueles que se interessavam na causa da construção da capela e que se propunham a ajudar financeiramente ou angariando fundos – que constatou a necessidade de reunir recursos para a instalação e manutenção do vigário no primeiro ano. Foi enviado então um requerimento ao bispo de Mariana – circunscrição eclesiástica à qual estava ligada, naquela época, Inhapim, a região vizinha e toda uma vasta área que abrangia para além do Leste de Minas Gerais – nos seguintes termos:

O nosso distrito tem uma capela muito decente e provida dos precisos paramentos para funcionar, como prova o atestado do Revmo. Vigário Pe. Fortunato de Souza Carvalho, que aqui tem celebrado muitíssimas vezes, e ainda este ano se fez o mês de Maria com mais decência e concorrência do que em outros lugares da Mata.<sup>94</sup>

Apesar de toda a “decência” já existente na capela, outras contingências próprias da época, fizeram com que, somente em 1902, o primeiro pároco se instalasse em Inhapim, padre José Faustino dos Santos. Formado dentro dos rigores do seminário de Mariana, dedica-se intensamente para ajustar a vida do lugar aos ditames do catolicismo. Concomitante a este objetivo específico, realiza um importante trabalho de integração da extensa área que compõe o povoado, pois atende a distantes localidades sob sua jurisdição, percorrendo tudo a cavalo<sup>95</sup>. Efetivamente as dificuldades deviam ser muitas, pois até mesmo num simples e curioso verso de autoria anônima, publicado no “*O Combate*”, jornal de Caratinga, sede do município, fica evidenciada a visão que se tinha do lugar em questão:

INHAPIM:

Quem vai para o Inhapim

Traga contas de rezar,

Inhapim é purgatório

Onde as almas vão penar.

Quem é farto e passa bem,

Está calado,

Quem sofre fome e passa mal,

Está danado.<sup>96</sup>

---

<sup>94</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 08.

<sup>95</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 08.

<sup>96</sup> Jornal “*O Combate*” n. 20 – 07/04/1895.

No mesmo número do jornal, encontramos ainda a notícia de dois padres – Maximiano e Fortunato – que vão embora do lugarejo na calada da noite motivados por questões obscuras. Só há o comentário escrito no jornal, sem assinatura do autor, dando conta que os mesmos saem num momento em que o clima político não era dos melhores: “(Nesta) Orgia política que atravessamos, neste bacanal indizível de ódios e vindictas... Talvez sejam os Lots fugindo ao castigo que vai chover sobre esta Gomorra política”.<sup>97</sup> Como não se esclarecem as motivações para a saída de cada um dos sacerdotes, fica a dúvida sobre que “orgia política” seria esta a que o jornal faz referência. É de se supor que envolvesse os grupos de poder local – geralmente composto por membros das famílias dos pioneiros habitantes do lugar – no interesse de se manter numa posição de destaque perante a sociedade, determinando o rumo a ser seguido por ela. E para tanto, como fica subentendido, se valiam de todo tipo de artifício, mesmo os menos dignos de uma consideração ética e moral adequadas.

Como se vê, a vida do lugar vai adquirindo o seu ritmo próprio, marcado profundamente pela religiosidade do seu povo. As famílias se dedicam à formação de seus filhos num ambiente de muitas e variadas expressões da fé católica. As procissões e os festejos em homenagem a algum santo da devoção mais popular são uma constante. Os destaques ficam para a festa do padroeiro (20 de janeiro, dia em que se recorda o martírio de São Sebastião, de acordo com o calendário católico) e as festividades que homenageiam Nossa Senhora, durante o mês de maio, principalmente. São momentos de grande envolvimento da população, que na sua quase totalidade é composta por fiéis católicos. Alguns poucos protestantes vêm barrados – de forma até mesmo violenta, em alguns casos – suas tentativas de se instalar neste ambiente.<sup>98</sup>

---

<sup>97</sup> *Ibidem.*

<sup>98</sup> Em 1953 ocorreu uma grande festa pelos 25 anos de criação da Paróquia de São Sebastião de Inhapim e os 50 anos da criação do Apostolado da Oração (Associação religiosa ligada à Igreja Católica). Durante os dias de festa (durou quase uma semana) houve uma série de palestras proferidas por autoridades civis e eclesiais. Uma destas palestras – feita pelo Sr. Oswaldo da Silva Araújo, coletor estadual, artista plástico e membro de uma das famílias tradicionais do lugar e que sempre esteve ligada à luta pelo poder local – foi sobre a vida do primeiro pároco de Inhapim, padre José Faustino de Souza que trabalhou no ainda Curato (designação religiosa correspondente a uma comunidade católica antes de se tornar uma Paróquia) no início do século XX. Nos dados biográficos destacados pelo palestrante, consta a informação sobre a tentativa de entrada de grupos protestantes na região, o que foi prontamente barrado. As informações sobre estas festividades, bem como a respeito da referida palestra, foram encontradas em vários números do Jornal “A Bandeira” (ano de 1953), informativo semanal publicado em Inhapim durante mais de quatro anos (1952-1956) e que se autointitulava como um verdadeiro “*documentário histórico e sentimental de um povo e de uma época*”. Há também alguns relatos escritos sobre a memória da cidade dando conta de que no paróquiato do padre Othon Fernandes Loures (1946-1959), houve a expulsão “a pedradas e bagaços de laranja” liderada pelo sacerdote, de um grupo de protestantes que realizava um culto em praça pública da cidade, na década de 1950.

Como podemos demonstrar através de algumas imagens significativas da época, percebe-se a intrínseca relação da religiosidade católica com o povo do lugar. As figuras são reproduções de fotos pertencentes ao acervo do Museu “Casa do Bentoca”, de Inhapim.



FIGURA 5 - Desaterro para a construção da nova igreja Matriz de São Sebastião.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Nessa foto retratando o desaterro do morro em volta da antiga igreja para a construção da nova Matriz, nota-se o trabalho feito de forma voluntária por pessoas da comunidade urbana e também rural. Pela época da construção da nova igreja, finalizada em 1938, é provável que a foto seja do início dos anos de 1930. Em torno da área doada para a constituição do patrimônio de São Sebastião – como já referido anteriormente –, ainda no final do século XIX, é que a cidade foi sendo estruturada. Este momento de construção de um novo templo católico foi de fundamental importância para a conformação mais atual da área urbana central da cidade, bem como do fortalecimento do sentimento de pertença à comunidade.



FIGURA 6 - Missões em 1915.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Essa foto de uma procissão saindo da antiga igreja de duas torres, bem no alto do morro – segundo o registro constante na foto, a procissão foi realizada ao final das “Santas Missões” pregadas pelos Padres Missionários Lazaristas –, mostra o percurso dos fiéis que passam pela área mais central do povoado para retornar à igreja. Por esse registro de 1915, nota-se a conformação clássica dos lugarejos do interior: a igreja em local de destaque numa parte mais elevada do terreno. Vemos também o casario que foi sendo construído no entorno do templo religioso, fazendo surgir um arruamento sem muita estrutura ou planejamento adequados, mas que já serve como delimitação para certos espaços que serão constituídos algum tempo depois, como a praça que passou a ocupar o descampado que aparece na parte inferior da foto.

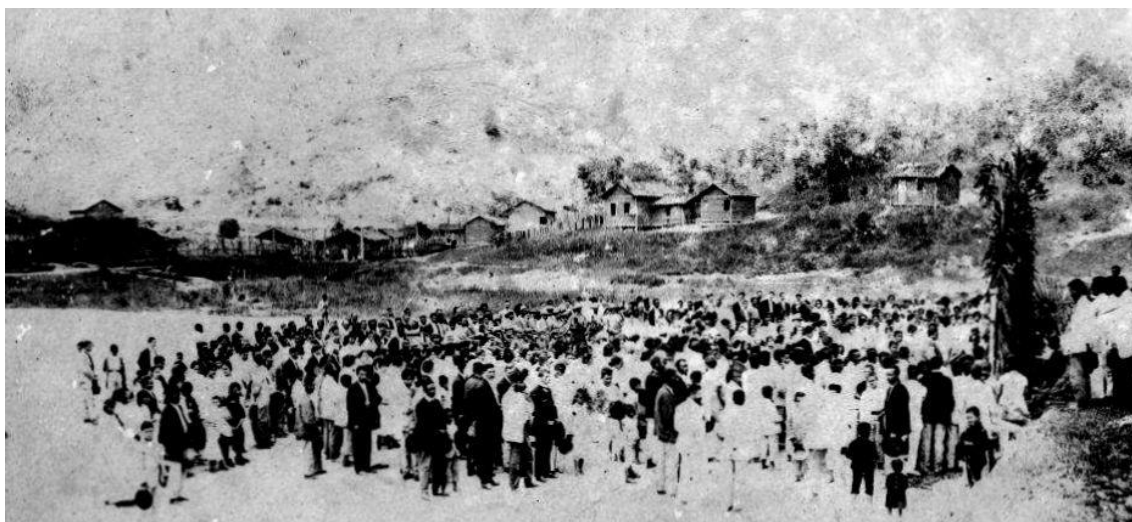


FIGURA 7 - Missa Campal.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Através dessa foto, de uma “Missa Campal” em Inhapim no início do século XX, nota-se um arruamento ainda muito irregular ao fundo, com um casario muito simples, aparentando ser de “pau-a-pique”. Pela ação da Igreja Católica, em seu processo de expansão da fé cristã, percebe-se a forte influência, desde o início da formação urbana de Inhapim, do aspecto religioso como elemento determinante.

Ainda percebemos claramente, o papel da Igreja na vida do lugar através da vinculação da dimensão religiosa com a dimensão educacional, como fica evidenciado pelo registro fotográfico de 1911, apresentado a seguir, que traz à frente: a professora Honorina Chaves, uma das pioneiras da educação em Inhapim, o padre Afonso Painhas e o professor Elias, acompanhados por diversos alunos da escola primária local, numa formação típica da época, com os meninos (à direita da foto) separados das meninas (à esquerda da foto). O conjunto de pessoas retratadas na imagem, do início do século XX, revela, uma vez mais, a forte vinculação do aspecto religioso com a vida do lugar.



FIGURA 8 - Professora, padre, professor e alunos da escola primária de Inhapim.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Sobre esta presença marcante da Igreja Católica no exercício de poder local – mesmo um pouco mais distante cronologicamente da origem do lugar, mas que ajuda a reforçar essa percepção acerca dessa prática – temos o relato a seguir, publicado na “*Revista Inhapim Ontem e Hoje*” e baseado nas lembranças e memórias de pessoas que vivenciaram os acontecimentos referidos:

No tempo da construção de nossa nova igreja Matriz, em 1935, duas barraquinhas se tornaram famosas – a Barraquinha Verde e Rosa e a Barraquinha Vermelho e Branco. Organizada pelas moças da sociedade, elas tiveram uma disputa acirrada, no ardor de angariar recursos para a construção do templo. Saiu vitoriosa a Vermelho e Branco, mas ambas conseguiram uma vultosa renda, que deixou o Monsenhor Aristides Rocha – construtor da igreja – muito feliz.<sup>99</sup>

Como se pode perceber por este tipo de testemunho e pela referência anteriormente citada da “constituição do patrimônio de São Sebastião”, a sociedade de um lugar como Inhapim vai se estruturando, em grande parte, a partir da vida religiosa de seu povo. Isto é, existe uma forte marca do discurso religioso presente nas manifestações e relações que são estabelecidas localmente. Inclusive na consolidação de determinados grupos da sociedade que representam os interesses das famílias que mantêm a posse das principais terras do município, bem como da área territorial urbana. Evidentemente esse aspecto religioso não é o único

---

<sup>99</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 24.

determinante na vida de uma sociedade, mas no caso em estudo, a partir da análise das fontes consultadas, percebe-se uma preponderância de tal aspecto. Desse modo, outras manifestações do campo cultural vão-se se impregnando na vida das pessoas a partir, ou em função, da perspectiva religiosa. Pode-se dizer que há uma espécie de construção da identidade comunitária e até mesmo urbana – enquanto pertencimento à cidade – em torno da manifestação religiosa representada pela presença efetiva da Igreja.

Por isso mesmo, ao se traçar este quadro mais geral da vida do lugar, vale registrar também outras manifestações culturais de relevância. Por exemplo, a existência de grupos de teatro, a partir da década de 1920, e bandas de música, a partir dos anos 20 também, que animam e marcam o ritmo de vida do lugar, mesmo distante dos grandes centros, mas que servem como um incremento da vida social local, que se adéqua aos moldes típicos de então<sup>100</sup>. Podemos demonstrar essa dinamicidade local através de material fotográfico que ficou como registro daquela época. Assim, temos numa foto de 1920, apresentada logo a seguir, o primeiro automóvel que teria circulado pelas ruas da cidade. Nota-se, pela imagem, o lugar ainda bastante marcado por uma paisagem rural com alguns poucos elementos que denotam um processo de urbanização em curso, como o casario simples e esparso.



FIGURA 9 - Primeiro automóvel chegado a Inhapim (1920).  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

<sup>100</sup> Cfe. RIOH, *op. cit.*



FIGURA 10 - Banda de música dos Bacuraus (1911).

Nota: Bacuraus era um dos grupos políticos atuantes no então distrito de Inhapim, ainda pertencente ao município de Caratinga.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

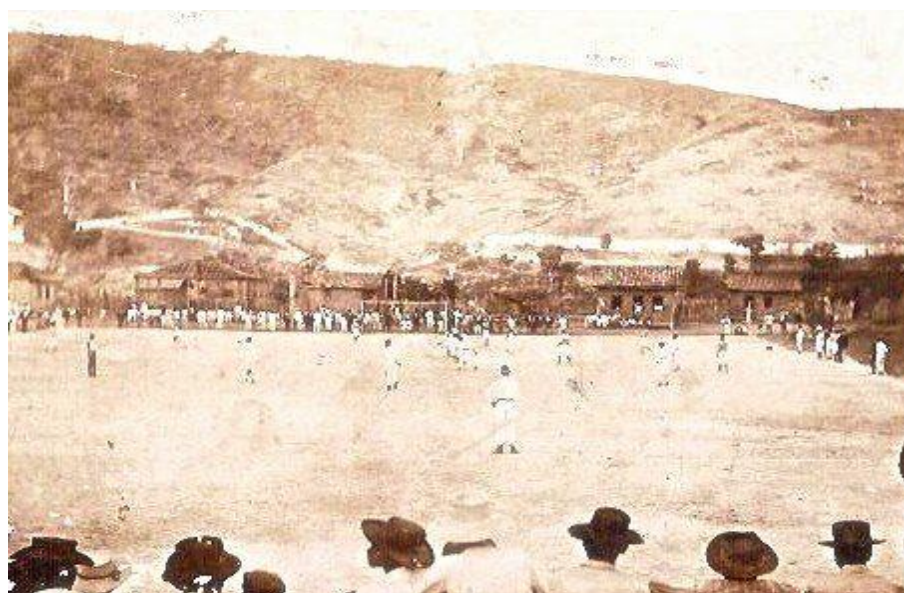


FIGURA 11- Campo de futebol do então distrito de Inhapim

Nota: Atualmente, o estádio municipal, com gramado, arquibancada e muros, fica basicamente no mesmo espaço. Foto tirada no início do século XX, provavelmente durante a primeira década.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Até mesmo datas que guardam um caráter cívico não passam sem a devida comemoração, sempre com a presença das bandas de música e também dos alunos da escola primária local. Exemplo disso, temos nesta lembrança registrada anos mais tarde por alguém que participou das festividades do centenário da Proclamação da Independência (07/09/1922) neste distante lugarejo do interior de Minas Gerais: “As datas históricas haviam de ser comemoradas, festejadas e cultivadas condignamente, como se fôssemos o coração da pátria. Éramos civilizados, pois havia alguns homens que até usavam fraque, cartola e bengala encastoada.”<sup>101</sup>

Ainda neste aspecto cultural, além das produções amadoras locais – ligadas geralmente ao Grupo Escolar –, desde a época em que Inhapim era distrito de Caratinga até períodos posteriores à emancipação, a comunidade recebia grupos teatrais que percorriam as cidades do interior, apresentando-se em diversos lugares. É o que se pode depreender de mais esta lembrança de caráter memorialista, escrita em forma de crônica:

No período de 1928 a 1945, mais ou menos, apareciam frequentemente troupes teatrais que, tendo estado em Caratinga, recebiam informação de que aqui era boa praça, recebia bem os artistas, possuía uma razoável casa de espetáculos, com bom palco e sofríveis poltronas em extenso salão, casa que fica próximo à Praça da Matriz, que foi também de cinema, hoje com outra finalidade.<sup>102</sup>

Para além destes exemplos das diversas formas de manifestação artística, religiosa e cultural presentes num lugar do interior, como é o caso de Inhapim, buscamos ainda traçar neste trabalho de caracterização de um local específico do Leste de Minas, na porção norte da Zona da Mata, um quadro geral daquele então distrito de Caratinga, em pleno Vale do Rio Doce. Assim, por exemplo, encontramos na “*Revista do Arquivo Público Mineiro*”, informações preciosas sobre o lugar em questão, no início de século XX. Trata-se, na verdade, dos dados de um relatório datado de 19 de maio de 1905 escrito pelo escrivão de paz Ricardino de Abreu e Silva, publicado na referida revista, à página 32, referindo-se ao

---

<sup>101</sup> CHAVES, Anatólio. **A Crônica de Pásaro Canoro I – Crônicas, Quadras e Poeminhos**. Inhapim, MG: Edição da “Fundação Maria José Motta”, 1994, p. 13. Livro que reúne textos produzidos em diferentes épocas (final da década de 1930 até o início dos anos 90) pelo autor inhapinhense. A maioria dos textos foi publicada nos vários jornais produzidos em Inhapim ao longo destes anos. Como temática principal o autor privilegia os acontecimentos do cotidiano desta cidade típica do interior de Minas Gerais. Os textos mais antigos, em geral, foram escritos próximos aos acontecimentos referidos. Já os textos mais recentes (década de 1990), quase sempre são fruto de suas lembranças e memórias de tempos passados. A presente citação está num texto escrito em 1993 intitulado: “INDE...PEN...DÊN...CIA OU MOR...TE!”.

<sup>102</sup> *Ibidem*, p. 16.

município de Caratinga e suas potencialidades, apresentando a situação de cada distrito, dentre eles Inhapim.

(...) districto do Inhapim, com importante população; vastíssimo em terrenos, de superior qualidade; com ricas mattas, cobertas da melhor espécie de madeiras para construcções e mobília de luxo e arte; seu comércio é activo; suas lavouras são boas e cuidadas regularmente; possui uma boa machina para o beneficiamento dos cafés e uma importante caeira, pertencente a antiga firma Araújo, Fernandes, Pereira & Comp.; seu foro de paz é correcto; mantendo um asseiado e limpo cartório(...).<sup>103</sup>

Percebe-se, a partir do relatório apresentado, aspectos da dinâmica econômica do distrito, bem como suas potencialidades a serem devidamente exploradas. E na sequência do relatório, fica demonstrada a riqueza natural componente da paisagem local.

(...) seu clima é superior, suas aguadas nada deixa a desejar-se; é banhado pelo Rio Caratinga e o São Silvestre; abaixo da povoação tres kilometros no lugar denominado Cachoeirão, o rio fôrma uma quéda d'agua, a mais importante da matta; medindo 443 metros de altura, por um volume de 15 metros de largura e 3 metros de profundidade; isto na fazenda denominada Cachoeirão, legitimada e de propriedade de João José de Oliveira, conhecido por João Juca.<sup>104</sup>

Ainda nesta apresentação do relatório, o escrivão procura localizar o distrito dentro de um contexto regional, identificando as distâncias deste com outros lugares próximos ou mais distantes: “Este importante districto dista da séde do município 5 leguas, da estação de Ponte Nova, 27; da Estação de Carangola, 20; da margem do Rio Doce, 6; e do Cuiethé 17 leguas.”<sup>105</sup>

Finalmente, o autor do relatório, apresenta as chamadas povoações que compõem a área territorial do distrito de Inhapim

Fazem parte deste districto, importantes povoações, como a de Sant'Anna do Imbé, São Domingos das Dores; Santo Antonio; Bom Jesus e São Sebastião do Rio Preto; Barreiras, Café e o povoado do correjo das Pedras, estes povoados, com excepção de um, por si só, podem constituir cada um, um bom districto; são todos de boas aguadas, bons climas e bons terrenos; (do Estado) em sua maior extensão.<sup>106</sup>

---

<sup>103</sup> Cfe. APM – Arquivo Público Mineiro: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>> Acesso em 20/04/2017.

<sup>104</sup> *Ibidem.*

<sup>105</sup> *Ibidem.*

<sup>106</sup> *Ibidem.*

Ainda nesta mesma perspectiva de apresentação do distrito de Inhapim, pertencente ao território do município de Caratinga, podemos nos valer também de dados dos anos iniciais da década de 1920, colhidos em uma publicação que se baseou em informações do “Serviço de Estatística Geral”, ligado à secretaria da Agricultura de Minas Gerais, que nos dão conta que Inhapim, distrito de Caratinga, possuía, àquele tempo, uma área de 610,48 km<sup>2</sup>, uma população de 19.738 habitantes e uma densidade de 32,40 habitantes por km<sup>2</sup>.<sup>107</sup> Essas informações constam dos detalhes das imagens reproduzidas a seguir.



FIGURA 12 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (a)”.  
Fonte: Acervo da Biblioteca do Seminário Nossa Senhora do Rosário de Caratinga-MG.

<sup>107</sup> “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes”. Colleção, em ordem alfabetica de 178 mappas municipaes organizados segundo dados referentes ao anno de 1921, e de accôrdo com a divisão administrativa anterior à lei n. 843, de 7 de setembro de 1923. Imprensa Official, Belo Horizonte, 1927. Este álbum foi editado dentro do clima de comemorações do centenário da Independência do Brasil, ocorrido em 7 de setembro de 1922. A edição consultada faz parte do acervo da Biblioteca do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário de Caratinga-MG.



FIGURA 13 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (b)”.  
 Fonte: Acervo da Biblioteca do Seminário Nossa Senhora do Rosário de Caratinga-MG.

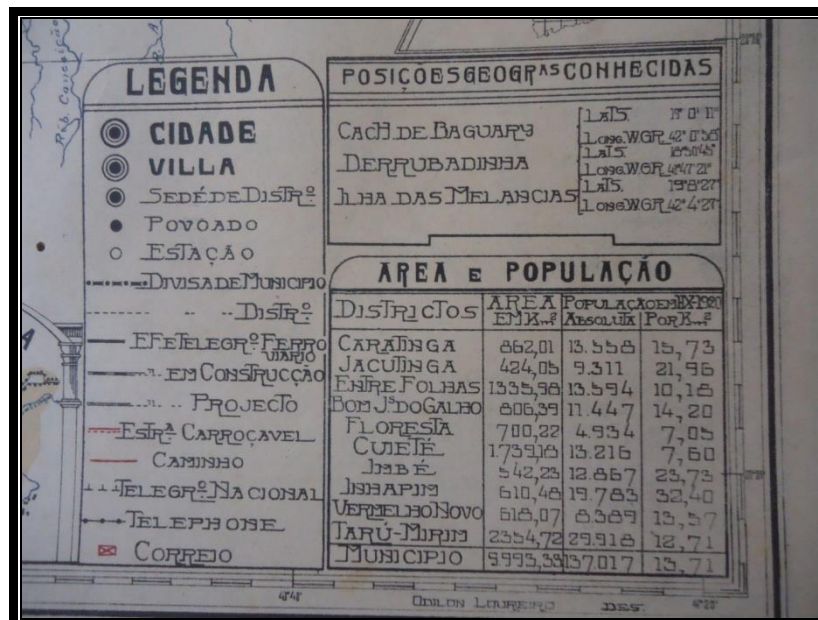


FIGURA 14 - “Álbum Chorographico Municipal do Estado de Minas Geraes (c)”.  
 Fonte: Acervo da Biblioteca do Seminário Nossa Senhora do Rosário de Caratinga-MG.

Enfim, temos um município inserido dentro do vasto território do Leste de Minas Gerais, identificado todo ele, durante certo tempo, também como Zona da Mata. No caso em tela, Inhapim, está localizado na porção norte da Mata, no Vale do Rio Doce. A formação do município pode ser identificada como uma típica representante do processo ocorrido na região, em pleno século XIX, fruto do avanço da lavoura cafeeira provinda das porções central e sul da Mata, numa época em que todo este vasto território era sempre referido como sendo o temido “Sertão do Leste”.

Além deste momento inicial de sua estruturação, Inhapim também teve um processo de formação de seu nucleamento urbano em torno de uma área originalmente doada para a construção de uma capela, dedicada a seu santo protetor, no caso específico, São Sebastião. Este processo de constituição de um nucleamento urbano em torno de um “patrimônio” religioso também segue certo padrão, não só da região específica, mas de outras áreas do Brasil.

A partir da compreensão desta primeira fase de formação de seu nucleamento urbano, bem como de sua posterior expansão, pretendemos no próximo capítulo entender como ocorreu o passo seguinte no processo de municipalização de Inhapim, a saber, a sua emancipação política do então município-sede, Caratinga. Neste sentido, o que se estabeleceu reflexivamente neste primeiro capítulo será de grande valia, pois ao compreender a questão do território articulada com o poder e a dimensão política, pretendemos buscar elementos para o entendimento de como esta articulação se efetiva nesta realidade específica, qual seja o processo de municipalização de Inhapim.

## CAPÍTULO 2

# MUNICIPALIZAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: CONSTITUINDO UM TERRITÓRIO

Após o desenvolvimento do primeiro capítulo no qual procuramos identificar Inhapim dentro de um território específico – o Vale do Rio Doce, no Leste de Minas de Gerais, “antiga” Zona da Mata Norte –, pretendemos agora avançar na direção de compreendermos como ocorreu o passo seguinte no seu processo de municipalização, através da emancipação de seu território frente ao município-sede, Caratinga.

Preliminarmente, apresentamos discussões de cunho mais teórico sobre a temática da municipalização e dos processos de emancipação no Brasil. Num segundo momento procuramos identificar mais especificamente em Minas Gerais como todo este processo se desenvolveu ao longo da história da capitania e do estado. Finalmente, de forma mais pontual, apresentamos como se deu o processo de emancipação política de Inhapim.

### 2.1 Questões acerca da municipalização e de processos de emancipação no Brasil

Para a identificação e a compreensão de um processo de municipalização é necessário definir de antemão, o que se entende exatamente pelo termo municipalização. Numa definição simples e direta, podemos dizer que “municipalização” se refere ao processo de constituição e instituição de um poder no âmbito local. Bernardo Alves Furtado cita uma definição para “município” elaborada pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) e que transcrevemos aqui de modo a nos ajudar nessa reflexão sobre o tema:

Divisão administrativa de origem romana, levada à Península Ibérica, e de Portugal trazida para o Brasil; equivalente a vila: menor unidade territorial político-administrativa autônoma; entre os antigos romanos, cidade que possuía o direito de se administrar e governar por suas próprias leis; substitui definitivamente o termo "vila" desde a República, tendo aparecido pela primeira vez na legislação brasileira na Carta Régia de 29/10/1700.<sup>108</sup>

---

<sup>108</sup> FURTADO, Bernardo Alves. **Minas Gerais – Evolução dos Limites Municipais: Uma Análise Exploratória**. Dissertação de Mestrado em Geografia. PUC-Minas: 2003. p. 7.

Nessa definição vemos a presença de uma referência, primeiramente histórica para o termo município, numa vinculação até mesmo com práticas da antiguidade romana e que chegou ao Brasil pelas mãos dos colonizadores europeus vindos de Portugal. Por essa definição, percebemos de certa forma a vinculação com a ideia de um governo local, pois faz uma referência clara ao município como a “menor unidade territorial político-administrativa autônoma”.

Dentre outras referências, encontramos também, por exemplo, em Georges José Pinto, a definição de que município é

a menor unidade territorial brasileira com governo próprio, é formado pelo distrito sede, onde acha-se localizada a cidade, que é a sede municipal e que leva o mesmo nome do município e, que corresponde à zona urbana municipal e também pelo território ao seu entorno, a zona rural municipal, que pode ser dividida em distritos, cuja maior povoação recebe, geralmente, o nome de vila.<sup>109</sup>

Através dessa definição, vê-se reforçada a ideia de “menor unidade territorial” já referida, ampliando a explicação, ao detalhar as partes componentes de um município na acepção mais concernente à classificação atual para esta área delimitada do território. Desse modo sobressai a cidade como “sede municipal”, correspondendo à zona urbana; os distritos e suas povoações chamadas de vilas, correspondendo à zona rural do município.

Já Adilar Antônio Cigolini nos auxilia, com sua reflexão, a compreender afinal de contas, a função precípua inerente a esta unidade básica do território, dentro da conjuntura organizacional brasileira, quando diz que “pode-se considerar que o município, como parte do Estado transportado para a escala local, tem o papel de estabelecer a regulação da vida local e inserir aquela localidade na rede federativa, dando visibilidade e representatividade política ao grupo, diante do quadro nacional”.<sup>110</sup>

Retornando agora à referência histórica citada, constatamos que a prática portuguesa de administração local na colônia está vinculada à tradição transplantada da Europa para o Brasil, identificada pela instalação em determinadas povoações, das chamadas Câmaras Municipais que, através de seus representantes – os vereadores eleitos por aqueles que podiam

---

<sup>109</sup> PINTO, Georges José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG: Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte**. 2003. 248 f. Dissertação de Mestrado em Geografia. Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

<sup>110</sup> CIGOLINI, Adilar Antônio. **Território e Criação de Municípios no Brasil Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. pp. 190-191.

votar, todos eles classificados como “homens bons”, assim identificados aqueles que possuíssem propriedades e certo nível de renda – administravam a vida local, cuidando de variados aspectos referentes ao dia a dia das localidades que foram surgindo na medida em que a colonização avançava pelas diversas regiões do Brasil.

Verifica-se que, mesmo com a proclamação da independência do país, em 1822, separando-se politicamente do governo português, certas práticas de administração local irão se manter ainda na nova estrutura que se estabelece, principalmente com a primeira constituição do Brasil autônomo. Diogo Lordello de Mello nos apresenta essa constatação:

A primeira constituição brasileira, promulgada em 1824 pelo imperador Pedro I, estabeleceu que em todas as cidades e vilas haveria uma câmara, à qual competia o governo econômico e municipal. As câmaras eram eletivas e o exercício das funções municipais, não-definidas, consistia na formulação de posturas policiais, na aplicação das rendas do município e na discussão das próprias atribuições, que seriam estabelecidas por uma lei regulamentar. Não foi, porém, assegurada na Constituição, nem na legislação regulamentar, a autonomia do município, no sentido que veio a ter posteriormente.<sup>111</sup>

Nota-se, como já referido, a partir da lei estabelecida pelo governo independente, certa manutenção de uma estrutura de poder local e administração pública muito semelhante àquela adotada no período da Colônia. A tradição das Câmaras Municipais, como forma de exercício do poder local, ainda se manterá resistente durante o período imperial, ao longo de boa parte do século XIX.

Posteriormente, com a proclamação e instalação da forma republicana de exercício do poder central no Brasil e sua pretensa prática federalista, elaborou-se uma nova constituição, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, antes de serem completados dois anos da substituição da monarquia. Na nova legislação federal, encontra-se um único artigo que faz referência direta à questão do município: “Art 68 - Os Estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos Municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse.”<sup>112</sup> Desse modo, transfere-se para cada unidade federada a responsabilidade no trato com essa questão específica, deixando entender que legislações estaduais cuidariam das definições específicas que se fizessem necessárias. No dizer de Mello

---

<sup>111</sup> MELLO, Diogo, Lordello de. Governo e administração municipal: a experiência Brasileira. In: **RAP (Revista de Administração Pública)** Rio de Janeiro 35(2): 79-96, Mar./Abr. 2001. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6372/4957>> p. 80-81. Acesso em: 28/06/2017.

<sup>112</sup> Informações coletadas no site da Casa Civil da Presidência da República. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em: 28/06/2017.

Predominou, no período da Constituição de 1891 — a chamada República Velha —, o poder dos estados no sistema governamental do país, o que levou à reforma constitucional de 1926. Entre outras limitações ao poder estadual, nesta reforma estabeleceu a intervenção da União nos estados, para assegurar a autonomia municipal, pois os governos estaduais, principalmente os governadores ou presidentes estaduais, abusavam excessivamente de seus poderes em relação aos municípios.<sup>113</sup>

Vemos desse modo que no início da república brasileira – na citação chamada de República Velha<sup>114</sup> –, como não houvesse muita clareza e detalhamento em legislação federal pertinente aos municípios, em sua criação e mesmo em sua administração, ocorriam certos excessos por parte de governantes estaduais. Essas práticas ensejaram a referida intervenção do poder central no sentido de ordenar melhor esta questão, o que se fez através inclusive de uma reforma na constituição federal, em 1926, anos após a sua promulgação.

Posteriormente, a Constituição de 1934, promulgada na esteira da chamada Revolução de 1930, liderada por Getúlio Vargas, acabou sendo, de certa forma, a “legitimação” do poder ao qual fora alçado com o golpe perpetrado contra Washington Luís. Independente dessa discussão mais política a respeito do momento histórico, no que concerne à legislação que envolve a questão municipal, constatamos com Mello que

os municípios seriam organizados de forma que lhes ficasse assegurada a autonomia em tudo o que dissesse respeito ao seu peculiar interesse, explicitou as formas pelas quais a autonomia se manifestaria: eletividade do prefeito e dos vereadores da Câmara Municipal, podendo aquele ser eleito por esta; decretação dos impostos e taxas e arrecadação de suas rendas; organização dos serviços de sua competência. O prefeito poderia ser nomeado pelo governador do estado no município da capital e nas estâncias hidrominerais.<sup>115</sup>

Para além dessas atribuições mais gerais apresentadas – com destaque para a questão que envolve a forma de escolha do prefeito e vereadores, que foi garantida na lei que seria por eleições –, também podemos identificar, a partir do que foi estabelecido pela Constituição de 1934, certa autonomia para os municípios no que concerne à problemática econômica:

---

<sup>113</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 81.

<sup>114</sup> O termo República Velha, muito embora ainda seja corriqueiramente utilizado em diversas ocasiões e lugares – inclusive em diversos livros didáticos, servindo, por isso mesmo, para certa permanência do seu uso – é pouco referido na historiografia sobre o período, que prefere utilizar mais diretamente o termo Primeira República, por se tratar do início da experiência republicana no Brasil. Sobre o assunto, ver: GOMES, Ângela de Castro Gomes; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol.2, nº 4, 1989. p. 244-280.

<sup>115</sup> MELLO, *op. cit.* p.81-82.

Foram também definidos pela primeira vez na Constituição os tributos municipais: impostos (predial e territorial urbano, sobre diversões públicas, sobre a renda de imóveis rurais) e taxas sobre serviços municipais. Outra inovação importante foi a participação dos municípios em 50% do imposto estadual de indústrias e profissões, o primeiro caso de tributos compartilhados.<sup>116</sup>

Por essas referências, podemos perceber que, a partir da lei constitucional de 1934, a estruturação da administração municipal ganha contornos mais definidos e, por assim dizer, mais autonomia efetivamente falando. E mais, no caso de alguma necessidade de intervenção federal em questões de âmbito municipal, ficou estabelecido que ela só poderia ocorrer “para regularizar as finanças municipais, quando se verificasse impontualidade no pagamento de empréstimos garantidos pelo estado; por falta de pagamento por dois anos consecutivos de dívida contraída.”<sup>117</sup>

Na sequência dessas referências à legislação federal no que respeita à questão municipal, temos uma mudança significativa com o advento do Estado Novo, implantado a partir de uma nova ação golpista de Vargas para se manter à frente do poder central. No dizer de Mello

com a ditadura estabelecida pelo presidente Getúlio Vargas em 1937, tanto os estados quanto os municípios perderam sua autonomia. Foram suprimidos os poderes legislativos dos três níveis de governo, os governadores estaduais passaram a ser chamados de interventores e eram nomeados pelo presidente da República. Entretanto, em matéria tributária, os municípios apenas perderam o imposto sobre imóveis rurais, que era de pouca importância no conjunto da receita municipal.<sup>118</sup>

Com a autonomia perdida, os municípios passaram a viver na dependência de decisões vindas de uma instância alheia à sua realidade local mais direta e próxima. E como os interventores nomeados por Getúlio Vargas tomaram para si a responsabilidade de arbitrar acerca de determinadas questões da legislação de cada unidade federada – obviamente sob a orientação do poder central do Estado Novo –, a criação e a estruturação de governos locais não poderiam ficar de fora deste controle. Assim, obedeceram também às regras que estivessem, obviamente, em consonância com as diretrizes do governo ditatorial varguista.

---

<sup>116</sup> MELLO, *op. cit.*, p. 82.

<sup>117</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>118</sup> *Ibidem*, p. 82.

Cabe ressaltar aqui que a criação do município de Inhapim ocorrida em 17 de dezembro de 1938<sup>119</sup>, que compõe parte do objeto do presente estudo, deu-se exatamente dentro desse contexto específico de mudança da prática governamental que suprimira a democracia e implantara uma ditadura personalista identificada com a figura controversa de Getúlio Vargas. E, conseqüentemente, também dentro do contexto de poder no estado de Minas Gerais, da presença e ação de um interventor nomeado pelo governo federal, Benedito Valadares.<sup>120</sup>

Como nosso estudo pretende se ater a aspectos que dizem respeito somente até os anos de 1950, consideramos necessário apontar ainda para questões suscitadas pela Constituição de 1946, então em vigor, considerada como um marco no processo de restauração democrática brasileiro. De acordo ainda com Mello, nessa nova carta constitucional, houve um grande fortalecimento dos municípios, retornando a práticas estabelecidas pela constituição de 1934 e, em alguns aspectos pontuais, indo além, como se pode notar quando se refere a questões tributárias:

Os tributos municipais foram ampliados, compreendendo os seguintes impostos: predial e territorial urbano; de indústrias e profissões; de licença;

---

<sup>119</sup> É importante salientar que a estruturação maior do município de Inhapim e a consolidação, por assim dizer, da sua área urbana, foi sendo constituída ao longo dos anos seguintes à sua emancipação. E mais, nos anos posteriores à sua emancipação de Caratinga, Inhapim também viveu três processos de divisão/desmembramento de seu território: um em 1948 (criação do município de Iapu), outro em 1962 (criação do município de Dom Cavati) e finalmente um último, ocorrido em 1996 (criação dos municípios de São Domingos das Dores e São Sebastião do Anta). Ou seja, podemos dizer que novos processos de territorialização ocorreram dentro de uma territorialidade que se constituía.

<sup>120</sup> Um livro que traz informações importantes sobre diversos políticos mineiros de destaque ao longo da história é “Política: Arte de Minas” do jornalista Carmo Chagas (CHAGAS, Carmo. **Política: Arte de Minas**. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.). Na obra, temos breves biografias de todos os governadores de Minas Gerais. Quanto a Benedito Valadares, é-nos apresentado um político que construiu sua carreira sabendo aproveitar das oportunidades que lhe apareciam, consagrando-se como um dos mais influentes personagens da tradicional política mineira. Nasceu em Mateus Leme, então distrito de Pará de Minas, em 4/12/1892 e faleceu em 2/3/1973, no Rio de Janeiro. Formado em direito, entrou na política elegendo-se vereador – e posteriormente prefeito também – em sua cidade natal, engajando-se, desde o início, no processo revolucionário de 1930, liderado por Getúlio Vargas. Em 1933, quando foi eleito deputado constituinte, teve seu nome confirmado por Vargas para ser interventor federal em Minas Gerais, permanecendo à frente do poder estadual por longos 12 anos. Nesse período sempre permaneceu muito fiel às determinações oriundas do governo central, comandado por Getúlio Vargas, seja no período de vigência da lei constitucional promulgada em 1934, seja sob os ditames emanados do Estado Novo, instituído como ditadura, a partir de 1937. Segundo Chagas, “mais que a capacidade administrativa, entretanto, o que se destaca em Benedito Valadares é sua habilidade política” (p. 181), o que se comprova, por exemplo, quando termina a ditadura Vargas e o país entra num processo de redemocratização, a partir de 1946, ele se tornará uma das principais lideranças do recém-fundado PSD (Partido Social Democrático), o qual, em Minas Gerais, será quase imbatível. Após sair do comando do governo estadual, exerceu mandatos como deputado federal (1946-1955) e senador da república (1956-1971). Quando os militares lideraram o golpe contra o presidente João Goulart, em 1964, Benedito Valadares perde espaço no cenário político, chegando a afirmar: “Chegou o momento de fingir de morto e ir ressuscitando aos poucos, na medida em que a situação permitir” (p. 181). E arremata o jornalista “já afastado da política, Benedito Valadares morreu em 1971, aos 80 anos, sem ter tido ocasião para ressuscitar” (p. 181).

sobre atos de sua economia e assuntos de sua competência. Quanto às taxas, os municípios poderiam cobrá-las pelo exercício de seu poder regulamentar ou pela prestação de certos serviços. Foi também introduzida a contribuição de melhoria, de competência dos três níveis de governo.<sup>121</sup>

Também foi estabelecido de forma mais clara, através da nova Constituição promulgada em 1946, como se faria a repartição dos tributos entre os municípios e as instâncias de poder estadual e federal:

Introduziu-se a participação dos municípios em impostos federais e estaduais: 10% do imposto federal sobre a renda, distribuídos em partes iguais aos municípios, exceto os das capitais, que eram excluídos; 12% do imposto único federal sobre a produção, o comércio e a importação de lubrificantes e combustíveis líquidos ou gasosos e, ainda, no que fosse aplicável, do imposto sobre minerais do país e energia elétrica, seriam entregues aos municípios, em cotas proporcionais à sua área, população, consumo e produção de bens. Os estados, por sua vez, também partilhariam seus impostos com os municípios (exceto o de exportação) quando a arrecadação excedesse, no município que não fosse da capital, o total das rendas municipais de qualquer natureza. O repasse anual seria de 30% do excesso arrecadado.<sup>122</sup>

A partir dessa síntese de como a questão relacionada ao município aparece referida nas constituições brasileiras desde a primeira, em 1824, até a de 1946 – para circunscrevê-la dentro do recorte temporal estabelecido para o presente trabalho de pesquisa –, pretendemos contextualizar o tema abordado nesta pesquisa a partir da legislação vigente.

No intuito de reforçar um pouco mais esta compreensão inicial, convém que se faça também uma referência mais direta àquilo que se nomeia geralmente como processo de emancipação de um município, para depois buscar o direcionamento rumo ao objeto mais específico desta pesquisa.

Entendido de um modo mais amplo, podemos dizer que a emancipação se vincula à instauração de um processo de separação político-administrativo de uma área – geralmente identificada como sendo um distrito – pertencente a determinado município, visando à constituição de um governo local, respeitando a legislação vigente sobre a questão. O processo que envolve o desligamento de um distrito de sua antiga sede municipal é concretizado de maneira oficial por ato governamental, geralmente um decreto-lei que estabelece a efetivação de uma área como território autônomo.

---

<sup>121</sup> MELLO, *op. cit.* p. 82.

<sup>122</sup> *Ibidem*, p. 82-83.

Numa busca de elementos que nos ajudem a compreender algumas questões relacionadas às emancipações, vale-nos o alerta de Cigolini em suas reflexões:

A criação de unidades políticas, independentemente da escala de compartimentação, é um fenômeno inerente à história social. As partições são um elemento central do estabelecimento da vida comunitária, que requer a divisão territorial como forma de organização política, pois desse modo é possível estruturar e organizar as relações internas dos grupos, ao mesmo tempo que se permite o reconhecimento, pelo outro, da existência política dessa comunidade.<sup>123</sup>

Fica claro, em sua visão, da qual compartilhamos, que existe uma relação muito direta entre os processos de emancipação – as “partições” como ele mesmo se refere – e o fortalecimento e a estruturação da dinâmica geradora da “vida comunitária” nas suas mais diversas relações possíveis. E mais, numa tentativa de justificar, de certa forma, a ocorrência deste fenômeno: “o espaço é dividido porque o reconhecimento de uma comunidade política decorre do reconhecimento da jurisdição dessa comunidade sobre uma porção do espaço e isso estabelece uma identidade política diante do conjunto”.<sup>124</sup>

Historicamente falando, Cigolini nos apresenta instigante estudo que reflete a respeito do processo vivenciado no Brasil que perpassa a questão da emancipação de municípios. A partir de uma abordagem mais geral sobre as fases da história brasileira, ele nos apresenta assim, uma espécie de conclusão a respeito do período colonial:

a configuração espacial dos municípios originários do período colonial mostra que, por um lado, os municípios foram criados em virtude da organização da vida local, mas, por outro lado, resultam de ações geopolíticas inseridas num objetivo maior: a estratégica de ocupação e de proteção do território brasileiro. Essa configuração iniciou sua formação pela ação de dois atores: os donatários e a Coroa. Com o fim das capitânicas hereditárias, a criação de municípios ocorria com a aprovação do poder metropolitano, através das autoridades que exerciam a administração da colônia. Nesse período da história, a criação de novos municípios não aparece como problema, mas como solução.<sup>125</sup>

Desse modo foi possível, em grande medida, a ocupação gradativa do território, mesmo que à custa de certo controle externo visto que os aspectos mais evidentes das questões administrativas vinham de fora, da metrópole, instalada em Lisboa.

---

<sup>123</sup> CIGOLINI, *op. cit.* p. 188.

<sup>124</sup> *Ibidem*, p. 188.

<sup>125</sup> *Ibidem*, p. 109.

O mesmo Cigolini nos alerta ainda, pensando a realidade própria daquele período colonial:

O movimento de conquista do território, cuja estratégia inicial impunha uma dinâmica espacial previamente definida para a criação de municípios, manteve uma lógica semelhante na fase de ampliação dessa conquista, quando houve a expansão territorial, com os municípios ocupando papel de destaque nesse processo. Constata-se, igualmente, que o território, ao se expandir, exigiu um processo permanente de compartimentação.<sup>126</sup>

Ou seja, os processos de emancipação realizados naquela quadra histórica contribuíram para que houvesse uma gradativa ocupação, por parte do colonizador de origem portuguesa, do território brasileiro que se expandia na medida em que novas áreas se abriam para a exploração das riquezas que iam sendo descobertas ou de certas práticas econômicas que eram implantadas.

Avançando um pouco mais, cronologicamente falando, rumo ao período subsequente, durante a fase imperial da história brasileira,

nota-se a continuidade da dinâmica espacial existente no Brasil Colônia, ou seja, os municípios foram criados das bordas em direção ao centro, refletindo ainda o movimento de ocupação que ocorria em função de determinações geopolíticas. Em outras palavras, pode-se dizer que os marcos para a institucionalização do território ocorrida durante o Império já haviam sido estabelecidos pelo esquema territorial estruturado no Brasil Colônia.<sup>127</sup>

Esta continuidade na história brasileira no que diz respeito à forma de ocupação de seu território foi garantindo o domínio e a expansão portuguesa e, mesmo realizada a independência, o modelo e a prática utilizados continuaram a existir, de certo modo, como estratégia de territorialização.

Seguindo ainda uma sequência histórica da questão, Cigolini nos apresenta algumas conclusões a respeito dos processos de criação de municípios no período republicano, ressaltando, obviamente, as diversidades próprias de cada fase em que se divide, tradicionalmente, o estudo deste período. Mas de maneira geral,

na República, a malha municipal avançou na medida da ocupação do território e sua configuração resultou de ações espontâneas, dirigidas ou induzidas. Se a configuração dos municípios no período colonial e imperial

---

<sup>126</sup> CIGOLINI, *op. cit.* p. 109.

<sup>127</sup> *Ibidem*, p. 129.

refletia em grande parte a configuração dos limites do próprio país, a configuração da malha municipal formada posteriormente reflete os processos de ocupação do território e densificação política e econômica. A dinâmica espacial desse período mostra que, desde a República Velha até meados da década de 60, o padrão espacial de surgimento dos municípios era bastante semelhante. As emancipações ocorriam predominantemente em áreas com certa densidade de governos municipais, ou como continuação dessas, seguindo a lógica da densificação do uso do território. Desse modo, a compartimentação ocorria com maior intensidade nas áreas já incorporadas à dinâmica política e econômica nos períodos anteriores e, com menor intensidade, alastrava-se sobre os espaços pouco compartimentados adjacentes.<sup>128</sup>

Como se vê, no período dos governos republicanos, ganha certa dinamicidade o processo de emancipações, gerando a criação de um número crescente de novos municípios. Mesmo assim, ainda persistem as vinculações com o processo historicamente instalado que vinculava as áreas ocupadas de forma contígua como sendo aquelas de maior criação de novas unidades locais de administração. E mais,

o padrão histórico observado na formação da malha municipal mostra que a continuidade física da ocupação permite a apropriação mais rápida e, por consequência, a formação de núcleos com a subsequente compartimentação de forma mais intensa do que nas áreas longínquas, que necessitam de maior aporte técnico e político para a criação e manutenção de espaços.<sup>129</sup>

A partir da análise feita até aqui, podemos dar mais um passo rumo à compreensão do processo de municipalização que envolve diretamente Inhapim, buscando agora inseri-lo dentro de um contexto que ainda guarda certo grau de amplitude que vai para além de sua realidade mais local e específica. Isto é, a realidade de Inhapim insere-se no contexto do estado de Minas Gerais, que iremos conhecer, de forma mais geral, a seguir.

## 2.2. A municipalização em Minas Gerais

Em Minas Gerais houve um processo de formação de municípios que se vincula à longa tradição que vem dos tempos da Colônia, em especial, a partir do momento em que se estabelece de forma dinâmica a atividade mineradora. Ainda no final do século XVII tem

---

<sup>128</sup> CIGOLINI, *op. cit.*, p. 189-190.

<sup>129</sup> *Ibidem*, p. 190.

início este processo que se amplia sobremaneira ao longo de todo o século XVIII. Como nos lembra Maria Efigênia Lage de Resende:

Na dinâmica da economia e da sociedade mineradora, os caminhos do ouro funcionam como intermediações fundamentais. São eles os primeiros e principais lugares da territorialização progressiva das Minas Gerais, que acompanha a geografia dos descobertos auríferos e diamantíferos. Vendas, roças, estalagens e capelas, localizadas nos entroncamentos dos caminhos, funcionarão como lugares de suporte infra-estrutural da ocupação, para descanso e provimento, tornando-se, com o tempo, arraiais movimentados, alguns deles origem das primeiras vilas de Minas e núcleos urbanos importantes.<sup>130</sup>

Conscientes dessa realidade histórica identificada por Resende, vemo-nos conduzidos, necessariamente, a buscar referência na criação dos primeiros municípios nas Minas Gerais que acabaram por dar origem, de certa forma, a todos os outros. Sobre essa temática, cada vez mais têm surgido estudos que se ocupam em compreendê-la e apresentá-la ao meio acadêmico, mas, é inegável que o já clássico Joaquim Ribeiro Costa ainda é uma referência de grande importância<sup>131</sup>.

Costa elaborou quadros que nos revelam uma espécie de genealogia dos municípios mineiros a partir das três primeiras vilas criadas, no século XVIII (1711), pelo governador Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, a saber: Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, Vila Rica de Albuquerque e Vila Real de Nossa Senhora da Conceição de Sabará. Hoje, respectivamente Mariana, Ouro Preto e Sabará. Segundo Costa

Constituíram elas as sedes dos três primeiros municípios como núcleos iniciais de manutenção da ordem social, indispensável em face do povoamento que então se desenvolvia com a exploração das Minas. E também os três primeiros centros de irradiação do mesmo povoamento para outras regiões, dando lugar à formação de novos núcleos de população, destinados por sua vez à constituição de outras células da incipiente organização municipal.<sup>132</sup>

Ou seja, as três primeiras povoações constituídas oficialmente pelo governo colonial português surgem dentro do contexto da atividade mineradora, numa perspectiva de

---

<sup>130</sup> RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) In: **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Autêntica: Belo Horizonte. 2007. p. 30.

<sup>131</sup> COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

<sup>132</sup> COSTA, p. 15.



ocorrida no território mineiro, mesmo considerando que este ainda fizesse parte da Capitania de São Paulo. Esta situação inclusive será alterada pela separação oficial concretizada em 1720 por Carta Régia do governo metropolitano português, criando a então chamada Capitania das Minas Gerais, com a capital, de início, exatamente numa das três primeiras sedes municipais criadas, a então Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, futura Mariana. Pouco depois, transferiu-se a capital para outra das pioneiras Vilas, a futura Ouro Preto, também conhecida por Vila Rica.

Abaixo, a figura de um mapa da então diocese de Mariana que abarcava uma extensa região de Minas Gerais, onde se incluía, com destaque, grande parte do “Sertão do Leste”.

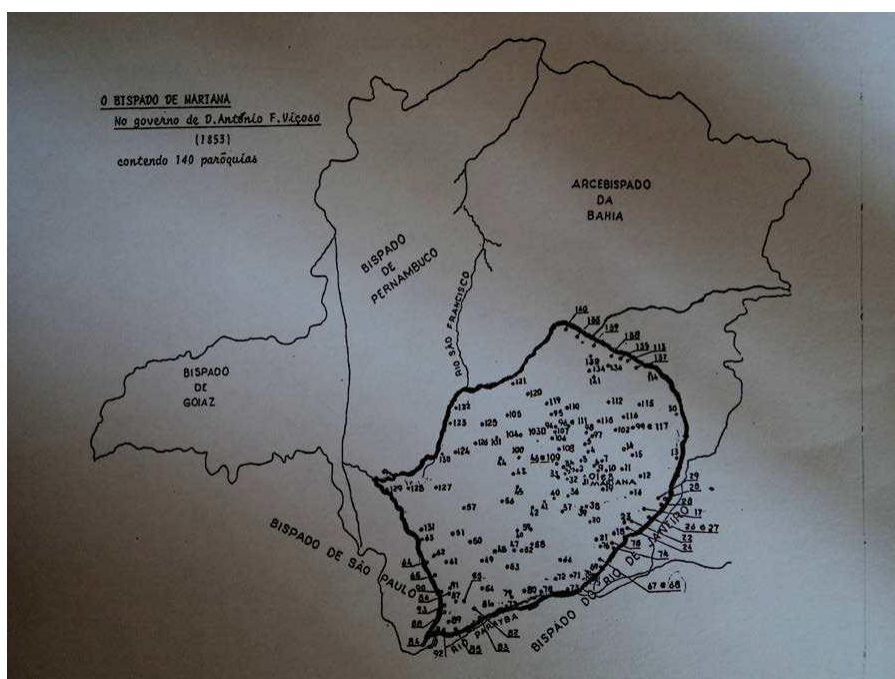


FIGURA 16 - “O Bispado de Mariana no governo de D. Antônio F. Viçoso” (1853).  
Fonte: *In*: CALADO, Mariano. D. Antônio Ferreira Viçoso. Bispo de Mariana. Cacilhas (Portugal): Gráfica ideal de Cacilhas, 1987, p. 38. *Apud* TEIXEIRA, FLÁVIO AUGUSTO DE FREITAS.

Entre a criação das três primeiras vilas (1711) e a separação de Minas Gerais da Capitania de São Paulo (1720), houve ainda a criação de mais cinco vilas: Vila de São João Del-Rei (1713), Vila da Rainha (1714) – hoje Caeté –, Vila do Príncipe (1714) – hoje Serro –, Vila de Nossa Senhora da Piedade de Pitangui (1715), Vila de São José Del-Rei (1718) – hoje Tiradentes<sup>133</sup>. Talvez fosse de se esperar uma dinamização nesse processo de criação de novas sedes municipais após o processo de separação das Capitanias, porém isto não se verificou

<sup>133</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 16.

efetivamente. Até a virada do século, apenas mais seis vilas foram oficialmente criadas através do reconhecimento do governo metropolitano (Vila de Minas Novas, Vila de São Bento do Tamanduá – hoje Itapecerica –, Vila de Queluz – hoje Conselheiro Lafaiete –, Vila de Barbacena, Vila da Campanha da Princesa da Beira – hoje Campanha –, Vila de Paracatu do Príncipe – hoje Paracatu).<sup>134</sup> Dentro de um processo como esse, não é demais lembrar que já era exigido o cumprimento de certas regras para a criação de alguma vila:

A eficácia das medidas representadas pela criação das vilas dependia naturalmente da existência das condições mínimas para o seu funcionamento, tais como a fixação de interesses econômicos, o elemento humano para o exercício das funções públicas e um nível de cultura suficiente para a formação do espírito comunitário, em base nos princípios morais que deviam informar a vida social do Brasil desde o início de sua colonização.<sup>135</sup>

Nota-se, a partir da afirmação de Costa, a preocupação com a questão econômica como elemento primordial nesse processo de formação, constituição e criação de uma sede municipal, bem como a visão metropolitana de controle da situação de exploração colonial quando se reconhece a necessidade do “elemento humano para o exercício das funções públicas”. Também aparece aqui, uma imprecisa referência a uma pretensa “formação do espírito comunitário”. O fato é que muito pouco ocorreu nesse processo de criação de novas vilas no restante daquele século XVIII, como já referido anteriormente. Depois, somente em 1814, com a criação das Vilas de Baependi e de São Carlos do Jacuí. “A partir de 1831 é que se abre, pode-se assim dizer, a fase de criação de novas vilas e respectivos municípios. Seu número se eleva a 126 ao findar do século (...)”.<sup>136</sup>

Tendo início a formação dos municípios mineiros ainda no contexto da exploração do ouro, principalmente na região mais central da então capitania das “Minas Geraes”, o processo de crescimento populacional e, por consequência, da estruturação urbana, vai motivar ao longo daquele século em curso (XVIII) e mais ainda, no século seguinte (XIX), o desmembramento de diversas áreas nas quais vão sendo formados nucleamentos urbanos, emancipando-se do município-sede. Pode-se notar que, muitos deles, vinculados ainda à atividade mineradora. No entanto, já se tornam perceptíveis também, números cada vez mais significativos de povoações que vão surgindo na esteira de novos elementos motivadores para

---

<sup>134</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 16.

<sup>135</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>136</sup> *Ibidem*, p.17.

o processo de expansão sobre áreas ainda consideradas inexploradas, mesmo que já mapeadas de certa forma.

Costa, concordando inclusive com diversos outros autores que estudaram a questão, afirma que “a exploração agrícola, a que os mineiros se viram na contingência de entregar-se, para fazer face à carência de alimentos, de um lado, e de outro, à exaustão das lavras, é que iria concorrer também em grande parte para a expansão demográfica de outras zonas.”<sup>137</sup> Ele aponta exatamente em que direção todo esse processo se moveu, “as zonas da Mata e do Sul foram as que mais se beneficiaram com o afluxo de populações provenientes em sua maior parte das zonas de mineração.”<sup>138</sup> Também nos indica as motivações concretas para essa atração

A primeira (zonas da Mata), pelas melhores condições logo oferecidas à penetração da cultura cafeeira, cuja expansão, iniciada em terras fluminenses, teve o seu ímpeto nas fertilíssimas glebas que se desdobravam entre os rios Paraíba e Doce. A segunda (Sul), como caminho que havia sido à penetração dos bandeirantes paulistas, que ali também encontraram lavras auríferas ao lado de terras de alto teor de fertilidade, foi sobretudo propício à formação de núcleos florescentes em condições de se constituírem em sedes municipais.<sup>139</sup>

Com isso, dá-se, gradativamente, o surgimento de novos núcleos de povoamento em regiões que não se vinculam mais, de forma exclusiva ou direta, à atividade mineradora – ou, em boa parte dos casos, nenhuma vinculação se verifica mais com essa atividade –, o que amplia sobremaneira a possibilidade de expansão sobre várias outras regiões que compõem as Minas Gerais. As atividades econômicas que irão contribuir para este processo de ampliação estão ligadas à agricultura, com destaque para a produção do café, e à pecuária, com o foco voltado para a criação de rebanhos bovinos.

Ao longo de quase todo o século XIX, portanto ainda sob a legislação do governo imperial brasileiro e a transformação das capitânicas em províncias, foram sendo criadas as sedes municipais em Minas Gerais, de certa forma, acompanhando o processo que se expandia de incorporação de novas áreas, muitas delas ainda consideradas de fronteira. Ganham destaque aqui especialmente aquelas vinculadas à expansão da lavoura cafeeira, a saber, as Zonas da Mata e Sul.

---

<sup>137</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 20.

<sup>138</sup> *Ibidem*, p. 20.

<sup>139</sup> *Ibidem*, p. 20-21.

Com a proclamação da República, uma nova legislação estabelecida pela Constituição promulgada em 1891, regulamentando a questão ligada à criação de novas sedes administrativas locais foi instituída. Partindo-se da unidade básica do distrito – identificado como Distrito de Paz ou Judiciário –, regras mais específicas foram estabelecidas:

Exigia-se então para a criação de distrito, população não inferior a 1.000 habitantes, ou a renda líquida municipal de um conto de réis por ano, terreno necessário para logradouro público, terreno decentemente fechado nas imediações da povoação para cemitério público e edifícios públicos para a casa do Conselho Distrital e instrução pública gratuita. A criação de município dependia da existência de população não inferior a 20.000 habitantes e de edifícios públicos na futura sede para a Câmara Municipal e instrução pública.<sup>140</sup>

Além dessas determinações, ficou ainda estipulado pela nova legislação republicana que só se poderia efetuar mudanças no quadro da divisão política, municipal e judiciária transcorrido um prazo de dez anos da última mudança feita. Com esse dispositivo, ao que tudo indica, intentava-se disciplinar a criação de novas sedes municipais e também, de forma mais controlada, estimular certa organização e planejamento das ações de ordem pública por parte do Estado e das autoridades competentes. Em geral, procurou-se obedecer a esta determinação legal com relação aos prazos de revisão do quadro da divisão política, municipal e judiciária, mas alguns casos excepcionais acabaram levando à criação de determinados municípios fora deste período de dez anos.

Conforme as informações coletadas e organizadas por Costa, após a instalação da República e o estabelecimento das legislações pertinentes à criação de sedes locais administrativas, foram criados 12 novos municípios em 1901, pela lei nº 319, editada em 16 de setembro daquele ano. Em 1911, pela lei nº 556 de 30 de agosto, decretou-se a nova divisão territorial do estado de Minas Gerais, ocorrendo a criação de 40 novos municípios.<sup>141</sup>

Como situações excepcionais, conforme mencionado anteriormente, temos os casos de Mutum e Aimorés, que pelo artigo 2º da lei nº 673, de 5 de setembro de 1916 foram estabelecidos como municípios do estado de Minas Gerais, resolvendo uma disputa litigiosa com o estado do Espírito Santo quanto à divisa oficial entre os dois entes federativos.<sup>142</sup> Ainda tivemos, neste período, fora daquilo que poderíamos chamar de grandes blocos de

---

<sup>140</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 26-27.

<sup>141</sup> *Ibidem*, p. 27.

<sup>142</sup> *Ibidem*, p. 28.

emancipações, um caso específico: “Pela lei nº 622, de 18 de setembro de 1914, foi criado o município de São Gotardo, em virtude de transferência para ali, da sede de Rio Paranaíba, que ficou assim suprimido (...).”<sup>143</sup> Em lei editada posteriormente, em 1923, foi novamente criado a sede municipal de Rio Paranaíba.<sup>144</sup>

Por esta mesma lei (nº 843), de 1923, foi criado um conjunto de 36 municípios, em 7 de setembro daquele ano. E, finalmente, pela lei nº 148, de 17 de dezembro de 1938, mais 71 novos municípios foram criados em Minas Gerais, dentre eles, Inhapim.

A partir das informações reunidas por Costa, podemos traçar um verdadeiro quadro genealógico dos municípios mineiros e, especificamente, no caso de Inhapim, vemos que a área que corresponderia territorialmente ao município, vincula-se primordialmente ao antigo e vasto território da Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo – futura Mariana e primeira capital da Capitania de Minas Gerais, quando separada de São Paulo. Conforme os dados consultados, um primeiro desmembramento da Vila do Carmo, vinculado à constituição do município de Inhapim, se deu com a decretação da lei provincial de nº 1300, datada de 30 de outubro de 1866, criando a sede municipal na categoria de cidade de Ponte Nova (denominação que se mantém até os dias atuais). Posteriormente, num desmembramento da área territorial de Ponte Nova, foi criada também por lei da província de Minas Gerais (lei nº 2766, de 13 de setembro de 1881) a sede municipal de Manhuaçu. Em seguida, como desmembramento já ocorrido em pleno governo republicano, surge desta mesma “linha genealógica”, separando-se de Manhuaçu, a sede municipal de São João do Caratinga (atualmente Caratinga) pela lei estadual nº 23, de 06 de fevereiro de 1890. Nesse mesmo ano, Inhapim se torna oficialmente Distrito de Paz de Caratinga. Enfim, pelo decreto-lei nº 148, estabelecido pelo governo do estado de Minas Gerais, publicado em 17 de dezembro de 1938, juntamente com outros 70 municípios também criados na ocasião, Inhapim é desmembrado de Caratinga, sendo constituído como sede municipal.<sup>145</sup>

Resumidamente, apresentamos na tabela a seguir, todo esse processo de desmembramentos.

---

<sup>143</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 28.

<sup>144</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>145</sup> *Ibidem*, p. 94-95.

TABELA 1 - Genealogia do município de Inhapim

<b>Município</b>	<b>Lei</b>	<b>Data</b>
Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo – Mariana	Carta Régia	Criação: 08 de abril de 1711 Oficialização: 14 de abril de 1712
Ponte Nova	Lei Provincial nº 1300	30 de outubro de 1866
Manhuaçu	Lei Provincial nº 2766	13 de setembro de 1881
São João do Caratinga	Lei Estadual nº 23	06 de fevereiro de 1890
Inhapim	Decreto-lei nº 148	17 de dezembro de 1938

Fonte: COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970. A tabela foi criada, pelo autor dessa dissertação, a partir de dados colhidos na obra citada.

Cabe-nos agora, seguindo a nossa proposta de trabalho, procurar entender, para além do ato governamental, como se deu este processo de desmembramento da área territorial do município de Inhapim, de sua antiga sede, Caratinga.

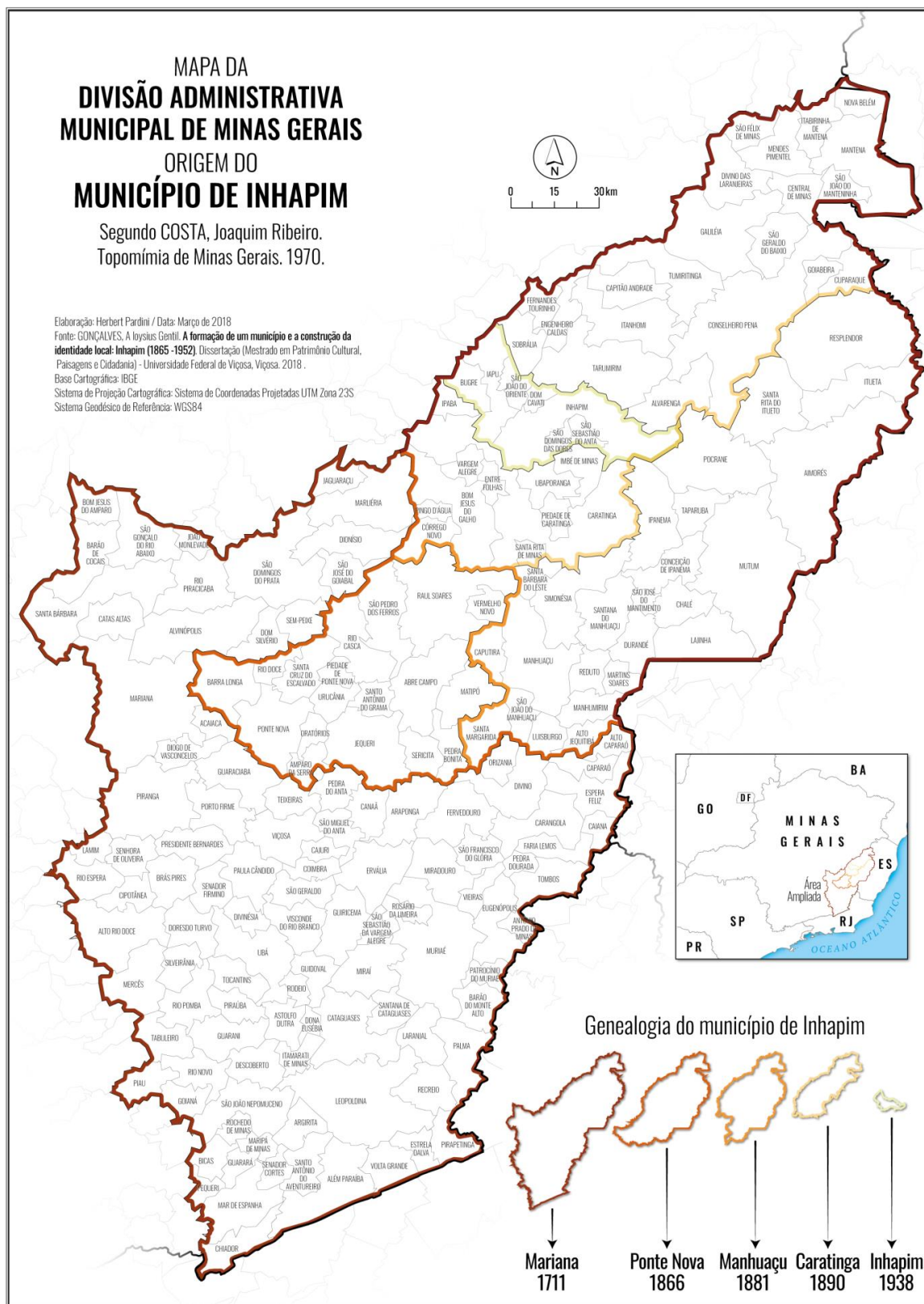


FIGURA 17 - Mapa da genealogia do município de Inhapim.

Fonte: Adaptado e elaborado pelo autor, 2017.

### 2.3 O processo de emancipação político-administrativa de Inhapim

O quadro traçado no primeiro capítulo, localizando Inhapim dentro do contexto geográfico do Vale do Rio Doce, na região do Leste de Minas Gerais, nos apresentou um território ainda vinculado politicamente ao município de Caratinga. Nesse primeiro momento, Inhapim vivia na dependência administrativa externa, não possuindo o que seria um poder institucionalmente constituído, de forma oficial, na esfera local.

Na década de 1930, a cidade conseguiria sua emancipação, fato ocorrido mais exatamente em 17/12/1938, fruto de lei estadual editada naquele ano que criou um grande número de municípios (71 ao todo). Esse processo de emancipação, obviamente, não ocorreu assim de maneira absolutamente automática, ligada simplesmente à vontade de alguns ou de uma mera formalidade de um decreto assinado pelo governo estadual, mas envolveu discussões e debates na comunidade, expressos, por exemplo, nas páginas de jornais editados na época, no então distrito de Inhapim: “*O Iman*” e “*O Inhapim*”, que funcionaram como uma espécie de porta-vozes do discurso daqueles grupos que lideraram o processo emancipatório.

O “*Iman*”, que se apresentava aos leitores como sendo o “Órgão defensor do interesse público local e regional”, era um jornal editado semanalmente – em alguns períodos, quinzenalmente – no distrito de Inhapim, quando este ainda pertencia ao município de Caratinga. Encontram-se arquivados no “Museu Casa do Bentoca”, 06 fotocópias de exemplares dos anos de 1935 e 1936. Apesar de o jornal ter sido editado, segundo informações – e uma parte da sequência encontrada –, por mais de 50 números, o acervo só possui estas cópias. Os jornais abordam desde conteúdos religiosos até pequenas anedotas. As propagandas inseridas ao longo das páginas contemplam basicamente o comércio do distrito, havendo também pequenos anúncios dos filmes em cartaz no cinema local e ainda o oferecimento de serviços médicos prestados pelo clínico geral residente na localidade. O jornal também serviu de canal para a divulgação da campanha pela emancipação de Inhapim do município de Caratinga, sendo dirigido, inclusive por um dos líderes desse processo, Anastácio Chaves.

Outro jornal ligado a esse processo, “*O Inhapim*”, funcionou como órgão “oficial” na luta pela emancipação do município, apresentando-se como o “Propugnador pela criação (*sic*) da Villa de Inhapim”. Além dos artigos sobre esta questão, apresentava matérias de interesse variado dos leitores. Este jornal se volta de maneira bem específica à causa da emancipação

político-administrativa do distrito, servindo como uma espécie de tribuna de onde são emitidas as falas em defesa do ideal anunciado no lema do jornal. Em suas quatro páginas, divididas em quatro colunas, destacadamente em seus editoriais, encontramos o posicionamento das lideranças locais acerca do ideal pretendido. Mesmo manifestando a necessidade de união das forças políticas em torno desta causa, não se deixa de notar a disputa de poder que se estabelece entre estas lideranças, logicamente já vislumbrando a manutenção ou a conquista dos postos de comando na futura cidade. Isto fica inclusive evidenciado pelos nomes dos diretores do jornal: Alberto Azevedo, filho do Coronel Guilherme Milward de Azevedo, antigo líder político do lugar. O outro diretor é o senhor Anastácio de Araújo Chaves, que havia dirigido o jornal anteriormente mencionado (“*O Iman*”) e que, politicamente falando, era vinculado ao grupo de Alberto Azevedo. Constam de suas páginas também assuntos ligados ao dia-a-dia da sociedade local como os casamentos, aniversários, apresentações teatrais e disputas esportivas (futebol), além das propagandas comerciais e de prestação de serviços do distrito ou da sede do município, Caratinga.

Um dos articulistas que escrevem no jornal “O Inhapim”, morador do povoado de Santo Estêvão, que assina seus textos com o sugestivo nome de João Groteiro é um dos empolgados propagadores da necessidade e importância da emancipação ser efetivada, destacando as “suas vantagens para a população”:

Creado o novo município de Inhapim, esta nova communa passará a ter a sua administração autonoma, orçando e arrecadando a sua receita applicando o seu dinheiro de accôrdo com as suas necessidades. Até agora Caratinga tem se descuidado de attender as necessidades do povo que reside do Inhapim para cá e excepto melhoramentos feitos logo após a revolução de Outubro, não me consta que outros nos tenham sido dados.<sup>146</sup>

Nota-se aqui a reclamação direta à sede do município, Caratinga, que, segundo o autor, não tem atendido às “necessidades do povo”, ressaltando que os benefícios recebidos pelo distrito vinculavam-se ao governo instalado no país sob a liderança de Getúlio Vargas. No mesmo artigo, o articulista tece reclamações bem específicas das carências do lugar, bem como da postura do município-sede:

Até da rodovia Cidade – S. Domingos, que tão bons serviços prestava a esta zona, a Prefeitura se descuidou, e disto tem resultado muitos prejuízos para a lavoura e para o commercio. Aqui em baixo, onde as febres e as feridas affligem a população, só temos a certeza de que na cidade de Caratinga

---

<sup>146</sup> Jornal “*O Inhapim*” – Anno I – n. 8: 14 de Março de 1937, p. 1.

sabem da nossa existencia, quando apparecem por aqui os cobradores de impostos para nos arrancar “couro e cabelo”, e os officiaes de justiça para fazerem as execuções para o pagamento de impostos.<sup>147</sup>

Finalmente, reforça a importância de se alcançar a autonomia de Inhapim:

Uma vez que seja creado o nosso município, cuja sede é bem mais próxima de nossa zona e cujos homens principaes conhecem as nossas possibilidades e necessidades, por certo hão de cumprir a lei de organização municipal, que manda gastar com cada districto a metade de sua renda. E então teremos pontes, estradas e escolas públicas, melhoramentos que, por si sós, farão o nosso desenvolvimento.<sup>148</sup>

A fala aqui é de um morador distante da sede do município, Caratinga, que acredita na proximidade como fator de se alcançar os benefícios para seu lugar de moradia. Como foi referido acima, João Groteiro, autor do texto publicado no jornal “*O Inhapim*” era morador de um povoado chamado Santo Estêvão, que futuramente, em 1948, se emancipou de Inhapim, tornando-se o município de Iapu.

As dificuldades para a execução de um processo como este de emancipação, podem ser de naturezas diversas, mas antes de tudo, a necessidade de adequação às determinações da legislação vigente à época, é a mais evidente. Outra questão que se coloca, tem a ver com a própria disputa de poder em torno de um processo como este, pois a separação de um distrito de seu município de origem pode atender a alguns interesses bem específicos, mas também ferir a outros tantos e, principalmente, gerar disputa pelo domínio do poder local. No caso de Inhapim, como em diversas outras situações semelhantes que envolviam processos de emancipação, certamente foi também o que aconteceu.

Um dos aspectos dessa problemática, como referido anteriormente, já era conhecido e discutido à época, pelo menos é o que se pode concluir pelo que foi publicado em editorial do jornal “*O Inhapim*” de 07/03/1937, onde são apontadas as exigências legais para a criação de um município naqueles tempos:

Estabelecem que, para ser creado um município em nosso Estado, o districto ou logar a isso candidato possua população mínima de vinte mil habitantes, renda municipal annual mínima de oitocentos contos de réis, existência no logar designado para séde, de edifícios com capacidade e condições

---

<sup>147</sup> *Ibidem.*

<sup>148</sup> *Ibidem.*

necessárias para o Governo Municipal, instrução publica, posto sanitário e matadouro, bem como terreno para cemitério.<sup>149</sup>

Nota-se a presença de certas exigências previstas na legislação que certamente limitavam muitos lugares de pleitearem tal conquista. Ou seja, não seria simplesmente por mera vontade de alguns que o processo seria efetivamente concretizado. Muito embora possamos especular a existência de determinados interesses que, certamente, em determinados casos, tenham levado à não observância do que previa a legislação específica.

No caso em estudo, vemos que, ciente destas exigências, os responsáveis pelo editorial completam em sua apresentação intitulada “Villa de Inhapim”: “Ora, quem dirá que Inhapim não possui a renda e população exigidas e que não possa conseguir os outros requisitos enumerados, para a sua emancipação?”<sup>150</sup>. Pode-se inferir, por este tipo de discurso, que as lideranças locais estivessem preocupadas com a possibilidade de existência, por parte dos líderes maiores da sede do município (Caratinga), de questionamentos em torno da possibilidade de emancipação de seu mais rico distrito. Sem dúvida, um desafio a mais para continuarem na luta pela emancipação. Até porque, no jogo de relações de poder, visto sob uma perspectiva de domínio sobre determinado território, um município perder uma de suas principais fontes de renda advinda da agricultura, significava talvez a limitação, ou até mesmo a diminuição, de parte deste poder, em especial no que se refere a uma dimensão mais regional. Mas, curiosamente, não se encontrou, ao menos nos jornais e em arquivos públicos consultados, nada que demonstrasse preocupação dessa natureza por parte das autoridades de Caratinga.<sup>151</sup>

Em meio a essa problemática que envolve certo jogo de interesse, consideramos também de fundamental importância na busca de compreensão e de análise da emancipação de um município do Vale do Rio Doce, o conhecimento acerca do posicionamento das lideranças que estavam à frente desse processo. Uma vez mais, procuramos nos valer de uma fonte jornalística para esta apresentação.

---

<sup>149</sup> Jornal “O Inhapim” – Anno I – n. 7: 7 de Março de 1937, p. 1.

<sup>150</sup> *Ibidem*.

<sup>151</sup> De fato, realizamos pesquisas em jornais editados em Caratinga naquela época – dentro da nossa proposta de utilizar este tipo de fonte – e não identificamos referências diretas ao processo emancipatório de Inhapim. E mesmo em arquivos públicos consultados, não se localizou documentação que fizesse esse tipo de referência. Talvez pudéssemos inferir daí que a preocupação maior e mais direta sem dúvida era de quem queria a separação, expressa nos jornais publicados no distrito. Há que se ressaltar também o fato de que a iniciativa de emancipação só se concretizava através de um ato governamental, não cabendo, ao que se sabe, nenhum tipo de contestação por parte de quem “perdia” parte de seu território.

Primeiramente, vejamos o então chamado “Capitão” Alberto Azevedo – título comum a certas lideranças políticas locais, típico da época referida, amplamente chamada de Coronelismo<sup>152</sup>. O líder político, através de um cartão enviado aos editores do jornal e pedido para ser publicado, faz um apelo ao povo do lugar, especialmente aos seus correligionários:

Aos meus amigos de Inhapim, especialmente aos eleitores do Partido Progressista, devo informar que não estou mais na chefia do districto, posto em que sempre procurei defender os altos interesses do partido, jamais me desviando para o lado de interesses ou preferências pessoais, e este é o meio de que me sirvo para expressar a todos que me obedeciam como chefe único os meus melhores agradecimentos. Espero que cada qual se conserve na sua posição, com maior entusiasmo, porque aquelle que os chefiava, assim procedeu para ocupar outro sector mais importante, que é o de promover, com todas as forças e com todo o Inhapim, a campanha pela elevação do nosso districto a município (...), espero que todos concorram com o amor que a causa merece, sem cor política, cada um dentro de sua posição, e dentro de seu partido, em torno da Villa, apenas.<sup>153</sup>

Dessas palavras, depreendem-se alguns aspectos curiosos da luta política presente na localidade. Através do discurso construído e enunciado pelas páginas de um jornal local, vemos a figura de um chefe político que se dirige aos seus aliados e, de certa forma aos seus adversários também, numa conclamação à união em torno de uma causa comum: a emancipação político-administrativa de Inhapim. Na sequência destas palavras, seguem-se outras que vão na mesma linha de convocação à unidade de ideais, transparecendo, no

---

<sup>152</sup> Ver JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S.A. 1986. A autora reconhece que “o exercício do mando político, desde a segunda metade do século XIX, pelo Coronel é necessário e fundamental para o regime republicano. Encontrando as áreas de influência eleitoral definidas, revitaliza-as para servir principalmente aos desígnios da burguesia agro-exportadora das áreas cafeeiras, nova senhora do Estado. O Coronel, auto-suficiente em seu município, é atrelado a novos compromissos, subordinando-se a uma organização partidária mais complexa ou, em sua ausência, a um jogo político bem mais sofisticado.” (p.12) E numa definição bem direta de quem e o que representa a figura do Coronel: “o característico Coronel foi, por muito tempo, um fazendeiro, possuidor de várias propriedades, em diversos distritos. O Coronel fazendeiro era aquele que mais se aproximava do histórico senhor de engenho da antiga sociedade patriarcal. Constituíam-se ele, também, em um elo na evolução do poder pessoal que se situava entre a antiga sociedade escravocrata e a moderna sociedade capitalista.” (p. 42) No que se refere aos acordos realizados dentro de todo esse sistema, a autora procura definir melhor a chamada Política dos Governadores que “tinha como objetivo, harmonizar os interesses dos estados mais ricos, fortalecer as situações estaduais e assegurar nas urnas resultados eleitorais favoráveis.” (p.36) O presidente da república neste contexto procurava estabelecer compromissos com os governadores de cada estado, especialmente aqueles mais carentes de recursos, aos quais dava a liberdade de conduzir o processo eleitoral em cada uma das unidades federativas. Desse modo, estabeleciam-se os diversos níveis de compromissos e acordos. Janotti diz finalmente: “Para a realização desses acordos, o município sufragaria nas urnas os candidatos escolhidos pela oligarquia. Por esta razão, tornou-se ele, necessariamente, o centro das maiores manipulações do sistema. Como o poder municipal era fraquíssimo e quase nada poderia oferecer ou pesar nessa barganha, os coronéis revestiam-se da autoridade municipal. Eles comandavam o ‘eleitorado de cabresto’ e, portanto, eram os lídimos integrantes do pacto. Conseguiriam os votos e, em troca, reconheciam-lhe a autoridade política.” (p. 37)

<sup>153</sup> Jornal “*O Iman*” – Anno I – n. 52: 23 de Agosto de 1936, p. 1. Intitulado “Órgão defensor do interesse local e regional”, era publicado no distrito de Inhapim, ainda pertencente ao município de Caratinga. Grifo nosso.

entanto, a provável existência de uma disputa acirrada pelo controle e estabelecimento do poder institucionalmente constituído no âmbito local.

Concluindo a sua fala, voltada inicialmente ao povo do lugar – numa motivação à unidade de ideais e propósitos –, o vemos também se dirigindo às várias esferas de poder e interesses diversos, procurando marcar uma posição clara em favor da emancipação:

Inhapinhenses, iremos para a lucta sem ressentimentos e sem ódios, e a nossa attitude será resultante da que tiverem os que collaborarem connôscos ou que se contraporem a nós. Àquelles que nos derem seu apoio sincero, saberemos agradecer; àquelles que nos acompanharem com segundas intenções diremos que nosso ideal é justo e elevado; ao povo de Caratinga, diremos que nos anima o desejo de vermos dois municípios fortes, progredindo, em vez de um só, grande e que não poderá ser tão bem administrado, perturbados, assim, os interesses geraes; ao Governo do Estado, diremos que estamos aparelhados para sermos o que desejamos ser e que será também de interesse do próprio Estado o nosso desmembramento, e isto faremos com dados positivos; àquelles que, sem causa justificada, moverem campanha contra nós, diremos que, si não conseguirmos nossa emancipação, o Inhapim nem por isso deixará de ser o que é, e será um bloco, cada vez mais forte, para em toda oportunidade que se offerecer, mais uma vez, mostrar a sua pujança. Eis o nosso rumo – TODOS PELA CREAÇÃO DA VILLA DE INHAPIM! – Inhapim, Agosto, 21 – 1936. – Alberto Portugal Milward de Azevedo.<sup>154</sup>

Temos aqui, de forma bem clara, a determinação em torno do propósito de se alcançar a emancipação, seja naquele momento, seja em outra oportunidade que se coloque mais à frente. Na fala do político local, Alberto Azevedo, vemos a preocupação com a questão regional quando demonstra convicções de que o fortalecimento ocorrerá conjuntamente com o município-sede, Caratinga. E quanto às questões legais, frente à figura do Estado, o discurso da liderança local, procura demonstrar que a adequação às exigências está plenamente garantida.

Ao se consultar também outra fonte para o conhecimento da posição defendida pelas lideranças desse processo de emancipação, pudemos encontrar numa obra de cunho memorialista intitulada “Cantinho da Saudade”, algumas breves informações sobre três destas lideranças:

Alberto Azevedo na chefia do partido político dominante, o Partido Progressista; Guilhermino de Oliveira nos contatos pessoais, na região e em Belo Horizonte, como também nos brilhantes artigos pela imprensa; Anastácio Chaves, meu pai, no “O Inhapim”, jornal de sua propriedade, que

---

<sup>154</sup> Jornal “*O Iman*” – Anno I – n. 52: 23 de Agosto de 1936, p. 1.

deu impulso à campanha pró-emancipação. Era um ideal antigo, desde o início do século. Tomou vulto após a Revolução de 1930.<sup>155</sup>

Afinal, quem eram tais líderes, o que representavam para a cidade? Alberto Azevedo, filho e principal herdeiro, tanto na questão econômica quanto na questão política, de um “coronel” local – Coronel Guilherme, grande proprietário de terras na região. Guilhermino de Oliveira, médico formado em Belo Horizonte e chegado há pouco na cidade, procurando atender às carências de saúde do povo, frente às limitações de recursos de então. Anastácio Chaves, um autodidata que coordena a publicação do jornal local.

Estes líderes, como atores políticos locais, certamente se valiam da posição que ocupavam para constituir uma espécie de rede de clientela em torno de si. O grande proprietário de terras e seus empregados numa relação direta de dependência, além daqueles que mantinham negócios (compra e venda de produtos agrícolas, por exemplo) com ele<sup>156</sup>. O médico, que ao tratar o paciente estabelece com ele e sua família um vínculo de gratidão, principalmente quando o tratamento é coroado de sucesso. Isto numa época em que, em lugares distantes de grandes centros, a medicina era algo bastante precário. No relato seguinte, mesmo sendo de cunho memorialista, evidencia-se tal dedicação, geradora de relações que certamente transcendiam o campo médico e profissional:

Eu era bem pequena, lá pelos meus 9 anos, e um drama se abateu sobre minha família. Uma das minhas irmãs, a Carmita, caiu de cama com uma grave doença neurológica. Dr. Guilhermino foi chamado. Durante quatro meses eu vi aquele moço bonito entrar diariamente em nossa casa. Saía com semblante preocupado. Por fim declarou – ela deveria ser internada num hospital especializado em Belo Horizonte. Meus pais ficaram atônitos, pois não possuíam recursos para tanto. Ele se comunicou com colegas da capital e conseguiu a necessária vaga no hospital. E a viagem? Era tempo das chuvas, as estradas mais do que precárias. Novamente o médico se movimentou, apelando para amigos políticos. Um vagão da Estrada de Ferro Leopoldina, à disposição da paciente e seus acompanhantes, deveria ser tomado em

---

<sup>155</sup> CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**. GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Ideias, 2007, p. 49. A presente publicação é o resultado de uma coletânea de crônicas publicadas no jornal Oficina de Ideias, editado em Inhapim entre 1997 e 2002. No referido jornal havia uma coluna intitulada “Cantinho da saudade”, na qual a autora apresentava, depois de dedicada pesquisa, textos relatando aspectos da sociedade inhapihense – principalmente com relatos sobre as famílias mais tradicionais da cidade – ao longo de sua história.

<sup>156</sup> Para se entender melhor esta problemática colocada, ver: LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova fronteira, 1997. Obra de referência, reconhecida até mesmo internacionalmente, que trata de uma análise profunda das origens e implicações do “Coronelismo”, termo que caracteriza bem as práticas de mandonismo local no período da República Velha. Ao associar o termo à expressão “enxada e voto”, o autor procura compreender as relações existentes entre a posse e o controle da terra e o processo eleitoral daquele tempo marcado profundamente por práticas conhecidas como “compra de voto”, “voto de cabresto”, “eleição no bico de pena”, etc.

Caratinga. Na véspera, minha irmã apresentou sensíveis melhoras. A viagem foi cancelada. Dois meses após, Dr. Guilhermino deu alta à sua cliente. Hoje, que todos já partiram deste mundo – meus pais, minha irmã e ele –, vejo a oportunidade de revelar publicamente a face humana do Dr. Guilhermino. Nossa família lhe fica devendo perene gratidão.<sup>157</sup>

Ao conseguir a vaga no hospital da capital, através da influência dos colegas médicos e o apelo aos políticos, dos quais ele se declara amigo, mostram claramente as redes relacionais que se estabelecem e que são utilizadas para conseguir este ou aquele favor. Não resta outra atitude por parte da família a não ser a “perene gratidão” mencionada no relato. O Dr. Guilhermino se tornaria alguns anos após a ocorrência do fato relatado, o primeiro prefeito da cidade, nomeado pelo governador/interventor do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares, assumindo as funções no início do ano de 1939. E, nas décadas de 1950 e 1960, prosseguindo em sua carreira política, seria eleito deputado estadual e deputado federal. Terminou sua carreira pública como ministro do Tribunal de Contas da União. Até os dias atuais, contam-se numerosos relatos como este de “ajuda” recebida por intermédio das ações do médico-político e que ficaram registrados por escrito ou na memória do povo do lugar. É o saber – no caso o saber médico – relacionado diretamente com a questão do poder.

Finalmente outro ator político do processo de emancipação aqui referido, o autodidata Anastácio Chaves, com sua larga rede relacional – amparada em seu saber prático – criada pelos anos de trabalho no comércio local, no posto de correio do distrito e principalmente como redator de jornal, ajudam a consolidar a imagem de uma liderança que participa de certa forma, do exercício de poder local, através da construção de um discurso jornalístico.

Nas lembranças de alguém que vivenciou o desdobrar destes fatos, a autora do já referido “Cantinho da Saudade”, surge um questionamento na mesma linha daquela apresentada pelo líder político citado anteriormente, Alberto Azevedo:

Por que Inhapim, o principal distrito de Caratinga, que lhes arrecada melhores e maiores impostos, não progredia, seus filhos não desfrutavam de um mínimo de conforto, como o saneamento básico, por exemplo? A sede parecia nos ignorar, mas resistia aos movimentos de libertação. Uma independência, um desmembramento se fazia necessário e urgente. Já possuíamos as condições básicas para tanto.<sup>158</sup>

---

<sup>157</sup> CHAVES, *op. cit.*, p. 99 e 100. (grifo nosso)

<sup>158</sup> CHAVES, *op. cit.*, p. 49.

Nota-se, pela narrativa memorialista, certo tom de desabafo diante da falta de atenção por parte da sede do município, Caratinga, frente às necessidades básicas do distrito. Mesmo assim, “depois de marchas e contramarchas, de editoriais no nosso jornal, que foram parar na mesa de trabalho do Governador do Estado, nossa emancipação aconteceu no dia 17 de dezembro de 1938.”<sup>159</sup>

Mais à frente, no mesmo relato, a testemunha dos fatos nos apresenta a alegria experimentada por todos aqueles que presenciaram tal momento:

A grande notícia nos chegou por volta das dezesseis horas de 17 de dezembro de 1938. Um telegrama do Gabinete do Governador Benedito Valadares nos informava que, pelo decreto nº. 148, Inhapim estava desmembrado de Caratinga e passava a município. Como acontece em todo povoado, o telegrama passou de mão em mão. Nosso pároco mandou repicar os sinos festivamente. Foguetes já preparados estouraram no ar. Ninguém ficou em casa. Os moradores se dirigiram ao adro da igreja. Todos se abraçavam, euforia, vivas e mais vivas.<sup>160</sup>

Vemos, através do relato, a presença do povo, algo certamente previsível num lugarejo como era Inhapim àquele tempo. Merece destaque também, a presença atuante da Igreja e sua principal liderança, o pároco local, Monsenhor Aristides Marques da Rocha – importante e destacado clérigo da Diocese de Caratinga, pois era o seu Vigário Geral (na ausência do bispo diocesano, ele respondia pela direção da diocese); inclusive, foi ele quem, naquele mesmo ano de 1938, concluiu e inaugurou a atual Igreja Matriz de São Sebastião –, que incentivava, de diversas formas a luta pela emancipação.

As imagens a seguir retratam bem esse momento histórico para Inhapim.

---

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 49-50.

<sup>160</sup> *Ibidem*, p. 51.



FIGURA 18 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (a).  
Nota: O prefeito Dr. Guilhermino de Oliveira aparece na imagem de terno escuro no centro da foto. Nota-se o povo participando do evento balançando bandeirinhas do Brasil.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 19 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (b).  
Nota: O prefeito Dr. Guilhermino de Oliveira aparece na imagem de terno claro no centro da foto. Nota-se uma grande presença de populares no evento.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 20 - Instalação do município e posse do primeiro prefeito de Inhapim (c).  
Nota: Pode-se observar pelas faixas, um agradecimento a um dos líderes locais pela emancipação, o Sr. Alberto Azevedo e ao interventor/governador do estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. Nota-se uma grande presença popular na cerimônia.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 21 - Missa pela instalação do município e posse do prefeito (1939).  
Nota: Missa realizada no adro (área externa, no entorno) da Igreja Matriz de São Sebastião. Observam-se a aglomeração do povo e o casario. Ao fundo da imagem, nota-se abaixo da bandeira do Brasil, uma espécie de palco de onde era conduzida a celebração da missa. Identifica-se, quase ao centro da imagem, um grupo de homens com uma espécie de uniforme que, ao que tudo indica, fazia parte de uma das bandas de música locais.  
Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Pelas imagens, percebe-se a festa popular que envolveu a concretização do processo de emancipação político-administrativa, bem como as homenagens àqueles que são considerados os responsáveis pela realização desse anseio coletivo. Além, evidentemente, da presença da Igreja de forma destacada em todo este contexto histórico.

Acreditamos ter conseguido esboçar até aqui, uma espécie de quadro geral sobre este lugar, Inhapim, como parte integrante do vasto território de Minas Gerais. Mais especificamente identificado em nosso trabalho como típico representante de uma região deste estado, a saber, o Leste, no interior do qual se enquadra caracteristicamente ao Vale do Rio Doce. Traçado este cenário, vimos também como se desenvolveram os processos de municipalização e emancipação deste lugar. Pretendemos agora, na sequência desse trabalho, visando à sua conclusão, compreendermos como se processa a consolidação do nucleamento urbano da cidade que se tornara politicamente emancipada, bem como identificarmos de que modo as relações de poder se fortalecem na esteira de todo este processo, constituindo assim uma espécie de identidade local própria.

## **CAPÍTULO 3**

### **O PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DE UM MUNICÍPIO NO LESTE DE MINAS GERAIS**

Realizamos até aqui um processo de busca por compreender como ocorreu a ocupação de uma área que veio a se constituir no território que deu origem ao município de Inhapim, na região Leste do Estado de Minas Gerais, no Vale do Rio Doce. Neste sentido, nos valem de alguns estudos historiográficos que nos forneceram elementos significativos para inserir dentro de um amplo contexto regional nosso objeto de estudo.

Prosseguindo no propósito de nosso estudo, buscamos também, dentro da perspectiva da formação de Inhapim, elementos documentais que revelassem como se deu o processo de municipalização/emancipação desse território específico. Antes, porém, também realizamos uma breve apresentação de questões historiográficas que perpassam a problemática das municipalizações e emancipações ao longo de nossa história, incluindo aí, aspectos legais dos períodos colonial, monárquico e o republicano.

Agora, visando uma conclusão do estudo aqui proposto, investigaremos a dinâmica de consolidação do município de Inhapim, bem como a reafirmação de um poder local que, de alguma forma, se expressa através das disputas políticas que se realizam ao longo do tempo. Tudo isso, a nosso ver, nos indica para um processo de formação de uma identidade local própria, o que, através de um estudo como esse, revela-se de grande importância para a relação que se estabelece do regional com o global e vice-versa.

#### **3.1 A estruturação de um município e sua consolidação**

Depois de concretizado o processo de emancipação do município de Inhapim, pela lei estadual de 17 de dezembro de 1938, o passo seguinte seria a estruturação efetiva para o funcionamento de um governo local da nova cidade. Neste sentido, num precioso documento intitulado “Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio

de 1939-1943, realizado na cidade de Inhapim, do Estado de Minas Geraes”<sup>161</sup>, vemos uma descrição feita na reunião solene de instalação do município, em primeiro de janeiro de 1939, nos seguintes termos:

Ao primeiro de janeiro de mil novecentos e trinta e nove, no edifício do Paço Municipal, nesta cidade de Inhapim, do Estado de Minas Geraes, sob a presidência do senhor Dr. Guilhermino de Oliveira, Prefeito Municipal, na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas abaixo assignadas, com numerosa assistência popular, para o fim de se declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos a partir desta data e até trinta e um de dezembro de mil novecentos e quarenta e treis, o novo quadro territorial da República fixado para o Estado, pelo decreto-lei n. 148, de 17 de dezembro de 1938, na conformidade das normas geraes firmadas pela lei orgânica nacional, n. 311, de 2 de março do mesmo ano, na parte referente às circunscrições que teem por sede esta cidade, digo, esta localidade, digo, cidade (*sic*), e os distritos, de Novo Horizonte, Santo Estevão e Veadinho, quem compõem o seu município.<sup>162</sup>

Por esse relato, temos referência ao primeiro prefeito da cidade, Dr. Guilhermino de Oliveira<sup>163</sup>, nomeado pelo interventor federal no estado de Minas Gerais, Benedito Valadares. Temos também a referência aos três distritos, além da sede, vinculados ao novo município: Novo Horizonte – lugarejo que se mantém até os dias atuais como distrito de Inhapim –,

---

<sup>161</sup> Livro de ata que, segundo relatos, foi encontrado em arquivos da Prefeitura Municipal de Inhapim. Ao que tudo indica, era utilizado pela Câmara Municipal nas sessões solenes de início de cada novo período administrativo e legislativo da cidade. Atualmente esse exemplar encontra-se no “Museu Casa do Bentoca”.

<sup>162</sup> Registro na “Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1939-1943, realizado na cidade de Inhapim, do Estado de Minas Geraes”. (p. 1)

<sup>163</sup> Sobre o Dr. Guilhermino de Oliveira, encontram-se no site da Prefeitura Municipal de Inhapim (<http://www.inhapim.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/biografia---dr-guilhermino-de-oliveira/6509>) alguns dados sobre a carreira política dele, bem como dados sobre sua vida. A obra memorialista “Cantinho da Saudade” (CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**. GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 2007.) também traz informações importantes sobre o primeiro prefeito da cidade. Segundo essas fontes, ele nasceu em 8/12/1907 em Belo Horizonte-MG, tendo se formado em medicina e direito. Exerceu ao longo de sua vida pública, além de prefeito municipal de Inhapim, os cargos de deputado estadual, deputado federal e ministro do Tribunal de Contas da União, tendo pertencido aos partidos PSD (Partido Social Democrático) e ARENA (Aliança Renovadora Nacional). Em 1934 foi residir em Inhapim para atuar como médico, tornando-se referência no atendimento ao povo do lugar, carente desse tipo de benefício. Dr. Guilhermino se integra à vida local, participando ativamente das atividades sociais, religiosas, esportivas e políticas. Quando ocorre a emancipação, em 17/12/1938, acaba sendo nomeado pelo interventor federal em Minas Gerais, Benedito Valadares, como o primeiro prefeito do local. E, segundo algumas narrativas memorialistas, nunca totalmente confirmadas, tal nomeação foi mero acaso, pois dentro do contexto da disputa local pelo poder, o grupo que apoiava o nome do Dr. Guilhermino conseguiu chegar primeiro a Belo Horizonte com a documentação necessária para garantir junto ao governo do estado essa honraria. O fato é que Dr. Guilhermino se tornou efetivamente o prefeito que instalou o município em 1º de janeiro de 1939. Foi ele também o responsável por estruturar toda a questão administrativa e burocrática do município recém-emancipado de Caratinga. Posteriormente, quando deputado estadual e principalmente como deputado federal, conseguiu carrear muitos recursos para obras importantes na cidade, como é o caso do Hospital São Sebastião de Inhapim e o Lar da Criança (espécie de creche e abrigo para crianças carentes). Existem hoje na cidade homenagens ao Dr. Guilhermino como é o caso do estádio municipal e uma escola estadual que levam o seu nome.

Santo Estevão – que mais tarde, em 1948, se emancipou, tomando o nome de Iapu – e ainda Veadinho – que posteriormente passou a ser chamado de Tabajara, mantendo-se também até os dias atuais como distrito de Inhapim.

Para nos auxiliar na localização espacial de Inhapim, no momento de sua emancipação de Caratinga, utilizamos a figura de um precioso mapa – reproduzido a seguir – do ano de 1939, exatamente quando o primeiro governo municipal toma posse. Apesar da baixa qualidade da imagem, podemos identificar a área urbana da sede de Inhapim, seus distritos (Novo Horizonte, Santo Estêvão e Veadinho) e também suas divisas territoriais (ao Sul, Caratinga; ao Norte, Tarumirim; a Leste, Conselheiro Pena e Ipanema; a Oeste, Governador Valadares e Mesquita).



FIGURA 22 - Mapa de Inhapim no ano da instalação do município (1939).

Fonte: Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes\\_formatos\\_docs/photo.php?lid=933](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=933)>. Acesso em: 02 nov. 2016.

Voltando ao livro de registro consultado, constam além desta primeira ata já referida da instalação do município, mais outras duas, numa sequência imediatamente posterior, cronologicamente falando. Na segunda, que inaugura o quadro territorial da República no quinquênio de 1944-1948, não identificamos referências a nenhuma mudança na conformação do território do município de Inhapim. Porém, na ata seguinte, referente ao quinquênio de 1949-1953 temos o registro de mudanças ocorridas:

a partir desta data e até 31 de dezembro de mil novecentos e cinquenta e três, o novo quadro territorial da República, fixado para o Estado com a Lei n. 336, de 27 de dezembro de 1948, na parte referente às circunscrições que têm por sede esta cidade e os distritos de D. Cavati, Itajutiba e Veadinho, que compõem o seu município, tendo-se agora, desmembrado o distrito de Iapu e criado o de D. Cavati.<sup>164</sup>

Por este registro, nota-se a confirmação da emancipação do antigo distrito de Iapu, bem como a criação de um novo distrito (Dom Cavati) que, posteriormente em 1962, também passaria à condição de município emancipado de Inhapim. E, mesmo se mantendo como distrito, não aparece a referência a Novo Horizonte, mas passando a ser referido também o distrito de Itajutiba. Além da permanência de Veadinho, que passaria a ser chamado de Tabajara, como já citado anteriormente.

Neste novo quinquênio (1949-1953) do “quadro territorial” ocorreu também outra mudança significativa, também referida na ata citada. A partir de 1949, Inhapim passa a ser sede de Comarca, desligando-se da antiga circunscrição jurídica de Caratinga à qual tinha continuado a pertencer, mesmo depois da emancipação político-administrativa de 1938.

Retornando mais uma vez ao início da década de 1940, nos primeiros anos do novo município, apresentamos aqui, informações publicadas no jornal “*Inhapim*” de 12 de abril de 1942 – portanto, pouco mais de 3 anos após a emancipação –, no qual se encontra uma apresentação bem detalhada do que era o município recém-criado. Intitulado “Um Município que se apruma”, de autoria de Anatólio Chaves, jovem escritor, filho do autodidata Anastácio Chaves, proprietário da Typographia Inhapim, que publicava o referido jornal. Antes de apresentar os dados, ele afirma categórico: “Seguirão dados fiéis e verdadeiros que, com cifras significativas, falarão alto de nossa pujança, de nossa fertilidade agrária, de nossa

---

<sup>164</sup> Registro na “Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1949-1953, realizado na cidade de Inhapim, do Estado de Minas Geraes”. (p. 5)

grande pecuária espontânea e de nossas riquezas naturais”.<sup>165</sup> Também nos afirma ter colhido tais dados na “Estatística Municipal”, uma espécie de departamento criado pela prefeitura para cuidar de questões relacionadas aos dados e informações gerais do município<sup>166</sup>. Junto a este órgão ele diz: “obtive os resultados animadores de toda nossa produção de 1941, bem como outros dados interessantes sobre a minha querida terra.”<sup>167</sup> E conclui, num tom que beira certo ufanismo, típico do contexto histórico da época – lembremo-nos que se vivia o Estado Novo de Vargas – e do tipo de publicação utilizado: “Assim, mostrarei em seguida de que tamanho somos e de que seremos capazes; acenderei na escuridão de nosso futuro uma luzeta orientadora...”<sup>168</sup>

Primeiramente, o articulista faz uma breve apresentação do município, localizando-o dentro da região à qual pertence, identificando seus limites, bem como seus distritos, sua dimensão e aspectos relacionados à sua população.

Inhapim é um novo município, desligado em 1938, do de Caratinga. Foi instalado em 1º de Janeiro de 1939. A instalação do termo judiciário fez-se no mesmo dia, o qual está subordinado à comarca de Caratinga. Está situado na bacia do Rio Doce, à margem direita, zona leste do Estado (Mata). Confina-se com os municípios de Caratinga, Tarumirim, Ipanema, Conselheiro Pena, Governador Valadares e Mesquita. É composto de 4 distritos: – Sede, Santo Estevão, Novo Horizonte e Veadinho. Possui uma população de 43.000 habitantes e tem 1.150 kms. quadrados. Apresenta uma densidade de população de 37,35 por quilômetro quadrado.<sup>169</sup>

Prosseguindo em sua apresentação, o autor nos apresenta mais alguns dados geográficos do município, o que permite conhecê-lo melhor.

O clima do município é temperado. Apresenta uma temperatura de 21 a 25 graus centígrados em quase todo o ano. Sua altitude na cidade é de 480 metros. Banhado pelo Rio Manhuaçu, pouco montanhoso; apresenta entretanto, algumas serras, destacando-se as de São Silvestre, Alegre, Água Limpa, Balão, Conceição e Santa Maria.<sup>170</sup>

---

<sup>165</sup> Jornal “*Inhapim*” – Ano I – N. 48: 12 de Abril de 1942, p. 1 – Segunda Fase.

<sup>166</sup> Em contato com a Prefeitura de Inhapim, não conseguimos obter informações precisas sobre o funcionamento de tal departamento (Estatística Municipal), hoje não mais existente. A falta de organização da precária documentação, mal conservada nos arquivos municipais, dificultou sobremaneira nosso trabalho de pesquisa com relação a estas informações específicas. Pelo que é referido no próprio jornal, foi uma praxe orientada pelos ditames do Estado Novo – através do poder central liderado por Getúlio Vargas –, a instalação e o funcionamento desse tipo de instituição em cada município do país.

<sup>167</sup> Jornal “*Inhapim*” – Ano I – N. 48: 12 de Abril de 1942, p. 1 – Segunda Fase.

<sup>168</sup> *Ibidem*.

<sup>169</sup> Jornal “*Inhapim*” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I. p. 1.

<sup>170</sup> *Ibidem*.

Aqui cabe uma observação: o rio Manhuaçu, referido na citação, banha o município de Inhapim em uma de suas extremidades rurais, mais especificamente aquela relacionada ao distrito de Veado, que mais tarde passou a ser denominado de Tabajara, nomenclatura que permanece até os dias de hoje.

O articulista do jornal também nos diz sobre o município: “o seu principal escoadouro é a estação de E. F. Leopoldina, em Caratinga, a 32 kms. da cidade de Inhapim, existindo neste trecho uma excelente rodovia, construída pela administração municipal.”<sup>171</sup> Desse modo vemos certa dependência com relação à antiga sede municipal (Caratinga) à qual Inhapim esteve vinculada no passado.

Com relação à área urbana da sede municipal, o artigo do jornal nos apresenta, com certos detalhes, algumas das estruturas nela presentes, revelando certo dinamismo em seu processo de estruturação:

A cidade de Inhapim está situada às margens esquerda e direita do Rio Caratinga. Possui muitas edificações de construção moderna, dentre as quais se destacam: Igreja matriz cuja beleza e valor arquitetônico atestam o grau de religiosidade católica de seu povo; palacete Moura, de dois pavimentos, onde estão instaladas a Prefeitura e a Coletoria Estadual; fórum e cadeia, ambos doados ao Estado pelo governo municipal; palacete Santos, de dois pavimentos, onde funciona o Hotel Santos; vilas Fernandes, Conrado, Batista e muitas outras.<sup>172</sup>

Vale destacar que, excluindo o prédio da antiga cadeia que não mais existe, todos os outros prédios referidos na citação ainda “estão de pé”. A Igreja Matriz de São Sebastião se mantém, basicamente, a mesma, com algumas modificações em sua estrutura interna e certos acréscimos no seu adro (entorno). O palacete Moura não mais abriga a sede da Prefeitura e da Coletoria, pois, desde 2010, houve a mudança da estrutura administrativa municipal para outro prédio, passando a antiga sede a ser utilizada para serviços públicos ligados à assistência social. Já o palacete Santos funcionou durante longos anos, após o fechamento do referido hotel, como prédio do fórum da Comarca de Inhapim. No início dos anos 2000, o fórum foi transferido para um prédio vizinho, passando o antigo palacete Santos a abrigar a Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos públicos do município.

---

<sup>171</sup> *Ibidem.*

<sup>172</sup> Jornal “*Inhapim*” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I, p. 1.

Para ilustrar, de algum modo, a ocupação do espaço urbano de Inhapim dentro de todo este contexto apresentado até aqui, segue a reprodução de imagens bem significativas das construções referidas.



FIGURA 23 - Igreja Matriz de São Sebastião de Inhapim.

Nota: A imagem, da década de 1940, é a reprodução de uma foto retratando parte da área central da cidade, com destaque para a Igreja Matriz de São Sebastião e o casario no seu entorno.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 24 - Antigo Palacete Santos (1920).

Nota: Na época da foto, provavelmente na década de 1920, o palacete funcionava como Inhapim Hotel.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

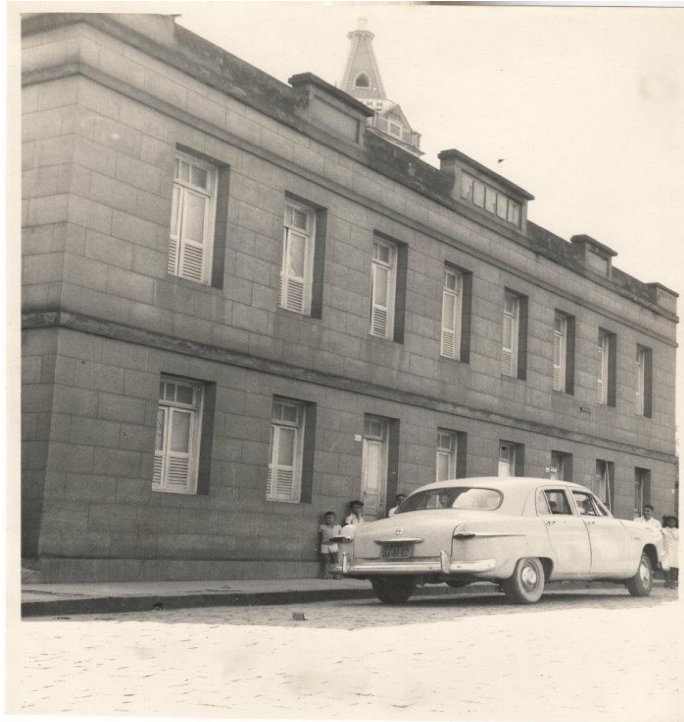


FIGURA 25 - Antigo Palacete Santos (1950).

Nota: Observa-se no alto do prédio do antigo Palacete Santos, a inscrição identificando-o já como Forum da Comarca de Inhapim. Foto da década de 1950. No local, hoje, funcionam a Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos da administração municipal.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 26 - Antigo Palacete Moura.

Nota: Antigo Palacete Moura, que se tornou sede da Prefeitura, da Coletoria Federal e também da Câmara de Vereadores, quando ocorreu a instalação do novo município, em 1939. O prédio era, na ocasião, de propriedade da família Viggiano, que o doou para a municipalidade. Em 2010, a prefeitura foi transferida para outro prédio e no local passaram a funcionar alguns órgãos da administração municipal.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.



FIGURA 27 - Antigo prédio da Cadeia Pública.

Nota: Foto da década de 1940, na então Praça Duque de Caxias. O prédio não existe mais. No mesmo local foi erguida a sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapim. A cadeia foi transferida para um prédio construído em outra rua.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Quanto a outras estruturas existentes na cidade, o artigo também nos informa de maneira detalhada:

A cidade é dotada de excelente luz elétrica, fornecida pela Companhia Força e Luz de Inhapim, cuja usina está instalada a um km abaixo da cidade, com capacidade de 250 H.P., com o aproveitamento de uma pequena parte de uma grande queda d’água, o CACHOEIRÃO, no Rio Caratinga. Possui 12 ruas e 366 casas, com uma população de 1.505 almas. Possui ainda 2 bares, 3 hotéis e pensões, 4 farmácias, 3 advogados, 4 médicos, 3 dentistas. Possui ainda este jornal, um grupo escolar, uma santa casa em vista de instalação.<sup>173</sup>

Ressalta-nos, por estas informações, algo característico do Brasil daquele período histórico: a grande diferença de população da zona urbana com relação à zona rural. Na

---

<sup>173</sup> Jornal “Inhapim” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I, p. 1.

grande maioria dos municípios, a população urbana era notadamente inferior com relação àquela da área rural. No caso de Inhapim, dos cerca de 43.000 habitantes do município, apenas 1.505 residiam, àquela época, em sua sede urbana. Outra informação de destaque é a geração da própria energia elétrica, tendo sido uma obra feita por lideranças locais do antigo distrito de Caratinga.

E quanto aos distritos do município de Inhapim, o artigo também traz informações relevantes para a nossa compreensão:

Na vila de Santo Estevão o Estado mantém duas escolas singulares, com uma matrícula de 100 alunos. Na vila de Veadinho também existe uma escola estadual. Na vila de Novo Horizonte também há uma escola estadual, não instalada por falta de professora. Com uma frequência de 621 alunos, município mantém 10 escolas nos principais núcleos de população, na zona rural.<sup>174</sup>

Ainda na apresentação de mais detalhes quanto ao município através dos dados levantados para a escrita do artigo, o autor nos mostra que “o município possui 2.817 propriedades rurais, cujo valor é de 18.690:500\$000. Não há criadores especializados no município, entretanto toma grande incremento a pecuária. Existem no município cerca de 22.340 cabeças de gado, 43.560 suínos e perto de 400.000 cabeças de ave que constituem fontes de renda do município”<sup>175</sup>.

E também, fundamentando-se nos dados da Agência de Estatística Municipal, mostramos um verdadeiro quadro da produção do município no ano de 1941:

Inhapim produziu o seguinte: 226.000 sacos de milho no valor total de 3.390:000\$000; 100.000 sacas de café no valor de 5.000:000\$000 (notar bem: cinco mil contos!); 55.000 sacos de feijão 2.200:000\$000; 50.000 sacas de arroz, 2.000:000\$000; 18.000 toneladas de cana de açúcar, 540:000\$000; 12.000 toneladas de fumo, 72:000\$000; 22.642 cabeças de suínos, 3.396:000\$000; 6.348 cabeças de gado vacum, 1.906:000\$000; 265.580 cabeças de ave, 660:000\$000; 420.000 dúzias de ovos, 420:000\$000; 160 toneladas de guaxima, 400:000\$000; 4.400 metros cúbicos de madeira, 660:000\$000; 7.100 dormentes, 36:000\$000; 500 quilos de poaia, (até poaia!), 25:000\$000; 5.934 metros cúbicos de carvão vegetal, 118:000\$000; 20.500 quilos de mamona, 10:500\$000; 15 quilos de ouro (também ouro!), 300:000\$000; 2.000 quilos de mica, 30:000\$000 e 10.000 quilos de batatinha, 6:000\$000. – Total desta produção de 1941 Réis: 21.169:500\$000!<sup>176</sup>

---

<sup>174</sup> Jornal “*Inhapim*” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I. p. 1.

<sup>175</sup> *Ibidem*.

<sup>176</sup> *Ibidem*.

Por esses dados, nota-se a diversidade da produção agropecuária do município de Inhapim naquele início dos anos de 1940 e nos primórdios da cidade recém-emancipada. O comentário do próprio autor chama-nos a atenção quando se refere à produção do café, que de longe é a mais destacada, especialmente pelo seu valor na moeda da época (os chamados Réis). Vale lembrar que até os dias atuais, o café ainda é o mais importante destaque na produção agrária do município.

Outro destaque no comentário do autor do artigo é no item referente ao ouro que, como a maioria dos outros produtos, não chega a identificar mais especificadamente em qual área do município tenha sido encontrado. O fato é que, atualmente, não se tem registro do referido produto mineral no território de Inhapim. Em resumo, “a riqueza principal do município é a lavoura cafeeira e a cultura de cereais. Suas terras produzem em abundância café, milho, feijão, cana de açúcar, algodão, batatas e frutas diversas.”<sup>177</sup>

Ainda no aspecto dos negócios lucrativos, o texto do jornal informa que “Inhapim tem um comércio intenso, composto de firmas idôneas gozam estas de conceito muito elevado nas principais praças do país.”<sup>178</sup> Em seguida são listadas as principais firmas existentes na cidade, praticamente todas elas ligadas a alguma família mais influente e tradicional nos negócios do município.

Ampliando um pouco mais a apresentação dos dados do município, identificamos a existência de “um grande depósito calcáreo no lugar denominado Rochedo, distrito de Novo Horizonte. Também a 1 km da cidade é explorada uma caieira em pequena escala, tendo produzido em 1940 perto de 8 toneladas de cal.”<sup>179</sup>

E mais, “o município possui 2 ótimas cachoeiras: CACHOEIRÃO, no Rio Caratinga, e CACHOEIRA ESCURA, no Rio Doce, uma das maiores do Estado. Possui ainda uma grande reserva de matas, com bastante madeiras para construção, cuja área é de 12.420 hectares.”<sup>180</sup>

---

<sup>177</sup> Jornal “*Inhapim*” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I. p. 4.

<sup>178</sup> *Ibidem*.

<sup>179</sup> *Ibidem*.

<sup>180</sup> *Ibidem*.

O autor do referido artigo, numa espécie mesmo de propaganda das potencialidades do novo município mineiro, parece apontar ainda no sentido de um convite a todos quantos se interessem em procurar a cidade para investir e criar nela seus negócios:

Inhapim com suas grandes possibilidades e como município produtor em grande escala, vem tomando um impulso vigoroso, com a construção da Rio-Bahia, a principal rodovia do país. Esta estrada passará dentro da cidade de Inhapim e atravessará todo o município, numa extensão de 35 kms. quadrados, o que virá facilitar o escoamento de sua produção, e consequentemente, a valorização de seus produtos.<sup>181</sup>

E, arrematando, em parte, essa apresentação das possíveis facilidades inerentes a Inhapim, afirma que “a sede do município está ligada aos seus distritos por ótimas rodovias. À vila de Santo Estevão, numa extensão de 24 kms.; à vila de Novo Horizonte, 54 kms.”<sup>182</sup>

Também apresenta ao leitor do jornal “*Inhapim*” uma breve reflexão quanto à situação financeira do município. Assim ele se refere a esta questão: “Inhapim é um município que não deve. Não tem dívidas fundadas nem flutuantes. Seus compromissos assumidos, rigorosamente em dia, são liquidados.”<sup>183</sup>

Para completar essa ampla apresentação do perfil do município de Inhapim naquela quadra histórica do início dos anos de 1940, o articulista do jornal faz também uma rápida referência à ação da justiça local, nos apresentando o seguinte: “o movimento forense de 1941 foi o seguinte: 43 inventários e arrolamentos. 3 divisões. 19 outros feitos. No Cartório Criminal houve 35 denúncias oficiais e 176 executivos fiscais ajuizados.”<sup>184</sup>

Além de toda essa ampla apresentação feita através do artigo do jornal “*Inhapim*”, referido anteriormente, em outros números do mesmo informativo também são encontradas notícias que nos permitem conhecer um pouco mais dos aspectos da sociedade local no período em estudo. Exemplo disso é uma referência feita ao Grupo Escolar local:

O Grupo Escolar de Inhapim vem desenvolvendo esclarecidamente sua missão. Dia a dia prosseguem suas aulas que, gradativamente, vão instruindo as crianças, nas letras e humanidades e lhes abrem os espíritos também sobre os fastos cívicos da Pátria e da humanidade em geral. Seu director, homem educado segundo os princípios sadios do dever e do civismo, trabalha com zelo e amor pela eficiência do instituto e por seu prestígio na sociedade.

---

<sup>181</sup> Jornal “*Inhapim*” – 12 de abril de 1942 – nº 48, ano I. p. 4.

<sup>182</sup> *Ibidem*.

<sup>183</sup> *Ibidem*.

<sup>184</sup> *Ibidem*.

Compreendendo o Sr. Joaquim Campos de Miranda, o sentido nacionalista da actual política do Paiz, promove sistematicamente comemorações condignas das datas nacionaes, abrindo as portas do Grupo ao povo, para que assista e comungue com os escolares ao culto que ali se promove à Patria.<sup>185</sup>

Nota-se pela informação acerca do Grupo Escolar que, dentro dos ditames da época, o professor de um lugar do interior do país sentia-se na obrigação de estar em sintonia com as regras então vigentes na sociedade, pautada em grande parte nos valores de um nacionalismo patriótico.

Revelam-se a nós também, pelas páginas dos jornais, notícias a respeito da ação da administração municipal instalada no recém-criado município como, por exemplo, um comunicado aos donos de carros de boi:

Aviso aos senhores proprietários de carros de bois que as taxas matrícula e emplacamento são recebidas nesta Tesouraria até o dia 31 do corrente, sem multa. Depois daquele dia nenhum carro de boi poderá transitar sem a respectiva placa, que será fornecida depois de pagas as taxas. Tesouraria Municipal de Inhapim, 14 de abril. O Tesoureiro: Nestor Campos.<sup>186</sup>

Após essa publicação, vemos em números posteriores do jornal “*Inhapim*”, uma listagem de todos os proprietários de carros de bois sendo convocados a pagarem suas taxas, sob pena de terem seu carro apreendido.

Identificamos também diversas informações a respeito de ações da prefeitura, com destaque para a instalação de escolas municipais nos distritos, com a designação de uma professora para atuar nestas localidades. Além disso, também são referidas em diversas notícias as ações do primeiro prefeito, Dr. Guilhermino de Oliveira, no sentido de melhoramentos nas estradas da zona rural, como apresentado no editorial escrito e assinado pelo diretor do jornal, Dr. Geraldo Romanelli, advogado:

(...) o Município de Inhapim, que, quando distrito Caratinga não havia um palmo de rodovia propriamente dita, hoje, graças a boa administração municipal, entregue a um moço trabalhador e dotado de segura orientação, já tem diversas estradas, muito bem construídas e conservadas, ligando a sede do Município a diversos distritos e cidades circunvizinhas, num total de 154 quilômetros.<sup>187</sup>

---

<sup>185</sup> Jornal “*Inhapim*” – 29 de abril de 1941 – nº 13, ano I. p. 2.

<sup>186</sup> Jornal “*Inhapim*” – 15 de abril de 1941 – nº 11, ano I. p. 2.

<sup>187</sup> Jornal “*Inhapim*” – 2 de novembro de 1941 – nº 34, ano I. p. 1.

Além dessa preocupação com as estradas rurais e de ligação urbana, outros benefícios de natureza diversa iam sendo conquistados, visto serem necessárias obras de estruturação para um município com apenas três anos de emancipação.<sup>188</sup>

Ganha destaque também numa das edições do jornal, um editorial que, falando exatamente das ações empreendidas pela administração municipal, reflete sobre certas obras de estruturação da área urbana da sede do município. Algumas das referências do editorial ficaram, à época, apenas no plano das boas intenções, porém acabaram por serem concretizadas ao longo do tempo e da administração de outros prefeitos que vieram na sequência após o governo do Dr. Guilhermino. Destaca-se também certa crítica à formação inicial do nucleamento urbano de Inhapim ao afirmar que

Quando nasceu o povoado, não houve um traçado prévio que lhe orientasse, desde o começo, a edificação e, como aconteceu em quase todas as cidades do interior do Estado, as construções em Inhapim também se estenderam ao longo das margens de um rio central, lhe acompanhando passivamente as curvas naturais. Por sua vez, a topografia montanhosa da localidade, lhe comunicou aspeto acidentado às ruas que se estiram, apertadas pelos últimos morros que descem das serras do Caracol à direita, e de S. Silvestre à esquerda.<sup>189</sup>

No caso de Inhapim, como tem sido visto nesse trabalho, a ocupação se deu em função de um interesse ligado à questão econômica de expansão da lavoura cafeeira, basicamente. O passo seguinte, a constituição de um espaço urbano, esteve, de alguma forma, vinculado também a um aspecto da religiosidade popular que, quase sempre, associou-se ao processo

---

<sup>188</sup> Há que se ressaltar aqui, como de resto em toda a pesquisa realizada, a consciência que procuramos preservar em torno da utilização dos jornais consultados como sendo nitidamente uma espécie de voz oficial do poder público local, que, quase sempre, ajudava a manter financeiramente o funcionamento dos referidos informativos. Porém, consideramos ao longo do trabalho, que este tipo de informação colhida nas páginas dos jornais, expressa, obviamente, um discurso específico que ajuda a compor aspectos importantes da histórica local que procuramos reconstituir.

<sup>189</sup> Jornal “*Inhapim*” – 25 de maio de 1941 – nº 16, ano I. p. 1. Esta citação nos direciona rumo a uma compreensão de que o surgimento de um nucleamento urbano, de modo geral ou quase sempre, não segue um planejamento prévio – salvo poucas exceções, fruto de determinados contextos históricos e políticos específicos, como foram, por exemplo, os casos de Belo Horizonte para ser a nova capital de Minas Gerais em substituição a Ouro Preto, no final do século XIX e Brasília, como capital federal no lugar do Rio de Janeiro, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) –, obedecendo mais a uma lógica de ocupação do espaço natural visando a atender às necessidades mais imediatas daqueles que ocupam determinada área. Através do aprofundamento em torno deste nosso objeto de estudo (a história da formação de Inhapim), vemos que, também neste caso não foi diferente.

econômico de ocupação do território mineiro, em especial, mas também brasileiro, de modo mais amplo, se assim quisermos nos referir.

Prosseguindo com nossa referência jornalística, o autor do editorial do jornal “*Inhapim*” ainda vai além, em seu detalhamento da realidade topográfica da área urbana do município em sua sede:

O Rio Caratinga, que constitui um eixo longitudinal e divide a Cidade em duas metades, os dois Córregos Boa Sorte, e o S. Silvestre, que atingem o perímetro urbano em suas barras respectivas, assim como o veio d’água que escoas as numerosas nascentes do Bairro Minguante, são acidentes topográficos que requerem pontes e bueiros destinados a por em comunicação os vários trechos isolados e a permitir o trânsito livre e seguro a pedestres e veículos.<sup>190</sup>

E como que apontando para a possibilidade de aproveitamento da própria estrutura topográfica do local, o editorial indica como lhe dar com as aparentes limitações apresentadas naturalmente pela conformação da área territorial em questão:

Entretanto, estes mesmos impecilhos (*sic*) que motivaram o desenvolvimento anárquico e descontínuo da Cidade, indiretamente vão concorrer para seu embelezamento, visto como serão vadeados por pontes, que lhe comunicarão fisionomia pitoresca muito agradável. Além desse lado estético sugerirá a sensibilidade objetiva do observador capaz uma visão dinâmica do espírito progressista dos Inhapinhenses.<sup>191</sup>

Para exemplificar uma das ações tomadas à época de organização da estrutura urbana de Inhapim, podemos tomar a argumentação do editorialista do jornal. Ele cita obras de estruturação urbana de relevante importância para a conformação do ambiente urbano da cidade:

Nesta hora o Snr. Prefeito Municipal está levando a termo a nova ponte grande que liga as duas margens do Caratinga, no Bairro Minguante, e levantando, à cantaria o esgoto das águas que cortam a Rua 28 de Março. São obras de necessidade absoluta para o trânsito e a vida da Cidade. Transformarão muito o aspeto daquele populoso e bonito trecho urbano, por onde correm obrigatoriamente todos os veículos que nos procuram, além de ser inegavelmente a sala de entrada da Cidade.<sup>192</sup>

---

<sup>190</sup> Jornal “*Inhapim*” – 25 de maio de 1941 – nº 16, ano I. p. 1

<sup>191</sup> *Ibidem*.

<sup>192</sup> *Ibidem*.

Curioso ainda na parte final do editorial é a comparação com obras realizadas em outras épocas, obviamente no período anterior à emancipação: “digno de nota é o fato de abranger toda a largura da rua a obra de travessia do corrego do Minguante. A praxe dos tempos idos eram as estivas provisórias e as acanhadas pontes estreitas que só parcimoniosamente serviam aos fins colimados.”<sup>193</sup> Aqui se evidencia o aspecto comparativo referido: antes, quando ainda Inhapim ainda era distrito de Caratinga, até 1938, as obras eram de caráter mais provisório e, por isso mesmo, sem uma preocupação de se fazer algo mais estruturado que pudesse ser mais permanente. A partir da emancipação, a preocupação dos administradores, pelo que é revelado através das notícias dos jornais, é com uma estruturação visando o longo prazo, constituindo equipamentos urbanos que sirvam à população local, tais como pontes, estradas, calçamentos, ruas, iluminação, escolas, postos de saúde, hospital, etc.

E também, numa linguagem que demonstra certo alinhamento a um discurso oficial – como de resto praticamente todo o noticiário do jornal –, inserindo inclusive o município de Inhapim na amplitude da política nacional, elogia a obra realizada: “o serviço do Prefeito naquele local é definitivo, e de bitola larga, característica inconfundível dos verdadeiros administradores públicos nesta época positiva de reconstrução nacional.”<sup>194</sup>

Enfim, ainda na mesma linha de uma linguagem que revela vinculação com o discurso oficial da administração municipal local, arremata o editorial:

A nova ponte que transpõe o rio, situada no Bairro Minguante é de primeira ordem, e honrará por muitos anos o governo meritório de S. Excia. Tem as cabeças de pedra e o madeiramento escolhido lhe permitirá resistência e durabilidade extraordinárias.

Muito já deve a Cidade a seu primeiro Prefeito; desta feita a população da Minguante, em particular, recebe largos benefícios que a farão mais reconhecida a S. Excia.<sup>195</sup>

Em número posterior do mesmo jornal, encontra-se a notícia de inauguração da referida obra com detalhes sobre suas dimensões:

A ponte em questão está situada no bairro da Minguante, desta cidade e liga as duas margens do rio Caratinga. Mede 17,50 ms. de comprimento por 4,40

---

<sup>193</sup> Jornal “*Inhapim*” – 25 de maio de 1941 – nº 16, ano I. p. 1

<sup>194</sup> *Ibidem*.

<sup>195</sup> *Ibidem*.

ms. de largura. As cabeças são de pedra e o travejamento é de madeira de especial qualidade para o fim. Dá agradável aspeto de solidez e elegância.<sup>196</sup>

O referido jornal acabou por ter uma vida muito curta, funcionou por exatas 52 semanas, completando assim, apenas um ano de pleno funcionamento. Desse modo, para os efeitos da pesquisa realizada, limitou-se sobremaneira o acesso a informações relevantes para a compreensão do momento histórico relacionado ao nosso objeto de estudo.

De maior durabilidade cronológica, “*A Bandeira*” foi outro jornal consultado que nos revelou certos aspectos do processo da constituição/consolidação urbana de Inhapim, através das notícias que divulgava. Foi um semanário editado em Inhapim entre os anos de 1952 e 1956, que, dirigido pelo então pároco local, padre Othon Fernandes Loures, tinha a colaboração de diversos leigos da cidade que acabavam por deixar transparecer sua opinião acerca dos temas tratados. Tinha como lema: “Pela Verdade e pela Justiça a Serviço do Povo”. O acervo do Museu Casa do Bentoca possui arquivados 186 exemplares originais dos anos I ao IV (1952 – 1956). Foi o jornal de maior tempo de circulação deste período, em torno de cinco anos. Por este motivo, o de maior número de exemplares encontrado. Por ser ligado à Igreja Católica e seu principal responsável o pároco da cidade à época, muitas de suas matérias e notícias seguiam muito de perto as orientações pastorais do clero daquele tempo. Ganha destaque, deste modo, a exaltação dos eventos e festividades religiosos, bem como uma espécie de apologia dos dogmas e princípios da Igreja Católica. E, por isso mesmo, percebe-se também em suas páginas uma clara postura de combate ao protestantismo. Mas o conteúdo não era exclusivamente religioso, contemplava também assuntos de interesse geral da comunidade como questões políticas, eventos sociais, anúncios comerciais e propagandas de filmes do cinema local.

Especificamente, no que diz respeito à constituição/consolidação urbana de Inhapim, pudemos identificar pelas páginas do jornal “*A Bandeira*”, por exemplo, algumas conquistas importantes que eram mais do que necessárias para uma melhor estruturação da sede do município. Assim lemos sob o título comemorativo “Até que enfim: temos água!”:

Está de parabéns o Povo de Inhapim. Com o esforço denodado das duas últimas administrações municipais e o concurso eficiente dos poderes públicos no âmbito estadual e federal, nossa bela cidade já está vendo correr das torneiras a preciosa linfa. Embora provavelmente demore ainda a inauguração oficial do grande melhoramento – e esperamos uma festa

---

<sup>196</sup> Jornal “*Inhapim*” – 13 de Junho de 1941 – nº 16, ano I, p. 2.

condigna, em que todos os inhapihenses, sem distinção, tomem parte) – já numerosas casas fizeram a ligação de suas penas d’água e se estão beneficiando delas nestes dias de calor intenso.<sup>197</sup>

Muito embora reconheça a grande conquista, os editores do jornal sinalizam a iminente necessidade de se preocupar com um abastecimento mais amplo que atinja a toda a população urbana. Por isso, finalizam a informação fazendo um verdadeiro apelo à administração:

A Bandeira, dedicada aos interesses do Povo, interpreta o sentimento dos moradores das duas “favelas” que infelizmente se encrustraram em nosso magnífico eucaliptal (parte acavaleiro da Rua Padre Vigilato) para rogar ao Sr. Prefeito que complete a obra, mandando construir lá dois pequenos chafarises ou coisa que o valha: um no “*Calipe*” e outro no “*Presepe*”. São os pobres que o pedem, Sr. Prefeito!<sup>198</sup>

Nota-se que já nos anos de 1950, uma parte da área central da cidade convivia com uma ocupação em um de seus morros, que veio a se transformar no atual Bairro Santa Cruz, que popularmente ainda é conhecido como “*Calipe*”, devido a uma plantação de eucalipto que a própria administração municipal realizou no local naqueles tempos. Desde aquela época e até os dias atuais, diga-se de passagem, a população do bairro convive com uma carência básica, dentre muitas outras: a dificuldade no acesso à água.



FIGURA 28 - Igreja Matriz com plantação de eucalipto ao fundo.

<sup>197</sup> Jornal “*A Bandeira*” – 26 de outubro de 1952 – nº 22, ano I. p. 1.

<sup>198</sup> Jornal “*A Bandeira*” – 26 de outubro de 1952 – nº 22, ano I. p. 1.

Nota: Ao fundo, atrás da Igreja Matriz, a plantação de eucalipto, mandado plantar pela prefeitura, na década de 1950, o que acabou por designar uma parte do morro – mais à direita da foto – como bairro do “Calipe.”

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Outra notícia que pode ser lida nesta perspectiva da constituição/consolidação do nucleamento urbano da cidade de Inhapim nos apresenta, também se referindo ao ano de 1952 – alguns meses antes, inclusive –, uma informação relevante, com a seguinte manchete: “Têm novas denominações as ruas de Inhapim – Emplacamento das ruas e praças e da numeração das casas da cidade”<sup>199</sup> E o jornal, em sua matéria, transcrevendo a fala de um secretário da Prefeitura nos informa em detalhes:

A lei nº. 118, recentemente sancionada pelo Sr. Prefeito, denominou as ruas, avenida, travessa e praças de minha Cidade, minha e nossa. A antiga Rua dos Romanos, até ao alto da Bela Vista, na residência de meu companheiro de Prefeitura, Sr. Teófilo José Moreira – chama-se hoje, Rua Higino Fernandes; o trecho de rua que começa no Bar Inhapim e Casa Centenário e vai até à residência do Sr. Reinaldo Ribeiro de Lacerda, – chama-se Rua Cel. Guilherme; o trecho de rua que se inicia na casa de sedas Santa Terezinha, na esquina que vai para a ponte estreita, passando pela frente da Matriz e do Forum, até a esquina da Farmácia São Luiz, – chama-se hoje Rua Cel. Antônio Fernandes; o trecho que se inicia na esquina da ponte estreita e vai em linha oblíqua até a séde da Banda de Música, – chama-se Rua Professor Elias; a rua que se inicia no jardim da Rua Cel. Guilherme, passando por trás da Matriz e pela frente da séde da Banda de Música, até ao pé do morro um pouco adiante, – chama-se Rua Padre Vigilato (...) <sup>200</sup>

Nota-se, por essas informações, a mudança de nome das principais ruas da cidade, com destaque para a área mais central, numa preocupação em homenagear lideranças de destaque na história da própria cidade: os dois coronéis do antigo distrito, um dos primeiros professores do lugar, o irmão de um dos coronéis, o padre que iniciou a construção da atual igreja matriz.

E continua ainda o secretário da prefeitura:

(...) a rua que se inicia à Rua Higino Fernandes, em direção à chácara do Sr. Ilídio Fernandes Rocha, – chama-se Rua Santo Antônio; chama-se Rua Carmo Viggiano a via que tem começo na Rio-Baía, próximo ao Posto Shell, que salta a ponte de madeira e termina atualmente no Bar Inhapim, entre as Ruas Cel. Guilherme e Cel. Antônio Fernandes; chama-se Rua João Policarpo a via que tem começo na Rio-Baía, atravessando a ponte estreita,

---

<sup>199</sup> Jornal “A Bandeira” – 22 de junho de 1952 – nº 4, ano I. p. 1.

<sup>200</sup> *Ibidem.* (grifo nosso)

passando pelo açougue Planeta e que termina entre as Ruas Cel. Antônio Fernandes e Professor Elias; a praça de jardim, onde se acha atualmente a cadeia pública, chama-se Duque de Caxias (...)<sup>201</sup>

Dessas ruas, grifamos no texto, aquelas que ainda mantêm até hoje o mesmo nome. A então denominada Rua Santo Antônio, muito embora continue a ser popularmente assim chamada atualmente, passou a ser denominada, algum tempo depois dessa época, de Rua Dr. Rodrigo do Vale Castro, em homenagem a um dos prefeitos municipais. A praça Duque de Caxias foi posteriormente denominada de Antônio Fernandes Filho, em referência também a um dos prefeitos de Inhapim, que se destacou pelo fato de exercer três mandatos como administrador da cidade. Outra curiosidade é que a rodovia Rio-Bahia (chamada de BR-116, nos dias atuais) passava dentro do perímetro urbano. Dessa forma, era considerada como uma “rua” da cidade. Posteriormente o traçado da rodovia foi desviado para uma nova via construída paralelamente à cidade, permanecendo assim até os dias atuais.



FIGURA 29 - Parte da antiga Rua Direita.

Nota: A foto, feita durante a década de 1930, mostra um trecho da então chamada Rua Direita, posteriormente Rua Coronel Guilherme, ainda sem calçamento, com destaque para o casario típico da época, tendo ao alto, à esquerda, a Igreja Matriz de São Sebastião.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

---

<sup>201</sup> *Ibidem.* (grifo nosso)



FIGURA 30 - Rua Coronel Antônio Fernandes.

Nota: A foto, feita no início dos anos 1950, mostra um trecho da já assim chamada Rua Coronel Antônio Fernandes – parte da antiga Rua Direita –, com um calçamento de pedra, com destaque para o casario típico da época, tendo ao alto, à direita, a torre da Igreja Matriz de São Sebastião.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Prosseguindo em seu detalhado relato acerca das denominações das ruas da cidade, o representante da administração municipal nos diz ainda pelas páginas do jornal:

(...) chama-se Travessa São Silvestre o pequeno trecho que se inicia na entrada da ponte de madeira, passando por trás do Posto Shell até à ponte de cimento da Rio-Baía; desta ponte, parte a Avenida 28 de Março, passando pela residência do Sr. Antônio Fernandes, filho, pela frente da ponte estreita, pelo Posto Texaco, pela praça de coreto, pela residência do Sr. Vice-Prefeito Argentino José Soares, até se escassear adiante o casario, Rio-Baía afora; partindo também da ponte de cimento referida, pelo lado oposto, temos a Rua Alberto Azevedo, até à residência do Sr. Clotário Sette Bicalho, passando antes pelo Azilo (*sic*) Pe. José Faustino (...)<sup>202</sup>

A Travessa São Silvestre, hoje em dia, tem o nome de Rua Maria José Cordeiro, sendo um caminho que leva a uma parte da zona rural do município. A Avenida 28 de Março passou a ter o nome de Osvaldo Silva Araújo em toda a sua extensão, finalizando atualmente na saída para Caratinga ao atingir a rodovia BR-116. A Rua Alberto Azevedo mantém esse mesmo nome, sendo uma homenagem a um dos principais líderes da emancipação do município e

<sup>202</sup> Jornal “A Bandeira” – 22 de junho de 1952 – nº 4, ano I. p. 4.(grifo nosso)

filho do antigo Coronel Guilherme. O asilo padre José Faustino ainda mantém seu atendimento, porém não mais nessa rua.

A descrição das ruas feita pelo secretário da municipalidade termina da seguinte forma:

(...) a rua que se inicia no Posto Texaco e sobe, passando por trás da Avenida 28 de Março, em curva, até morrer na Praça adiante, – chama-se Rua Major Aquiles; a rua que tem começo na sede social do Club União Atlética de Inhapim e sobe para o hospital, – chama-se Rua do Hospital; a rua nova, que se inicia nas proximidades do campo de futebol e passa pela frente da Marcenaria Rocha, chama-se Rua D. Luizinha; chama-se Praça 15 de Novembro a praça de coreto, que se inicia na Avenida 28 de Março e se acaba na Rua D. Luizinha, passando pela sede social do Club referido; a rua que se inicia na esquina da Pensão São Paulo, na Rio-Baía e termina na Rua do Hospital, – chama-se Rua Capitão Anastácio; finalmente, chama-se Rua Professor Teotônio, o trecho que, começando na Rio-Baía, quase no fim da Avenida 28 de Março, e se dirige para a ponte sobre o Rio Caratinga.<sup>203</sup>

Mais uma vez, as ruas com o nosso grifo, mantêm o nome até os dias de hoje. A Rua do Hospital, embora popularmente conhecida ainda por esse nome, é denominada oficialmente de Teófilo José Moreira. A Praça 15 de Novembro hoje se chama Alaíde Quintela Soares – já foi denominada também de Lindolfo Barbosa Vieira –, sendo carinhosamente chamada de Praça das Palmeiras, não possuindo mais o referido coreto.

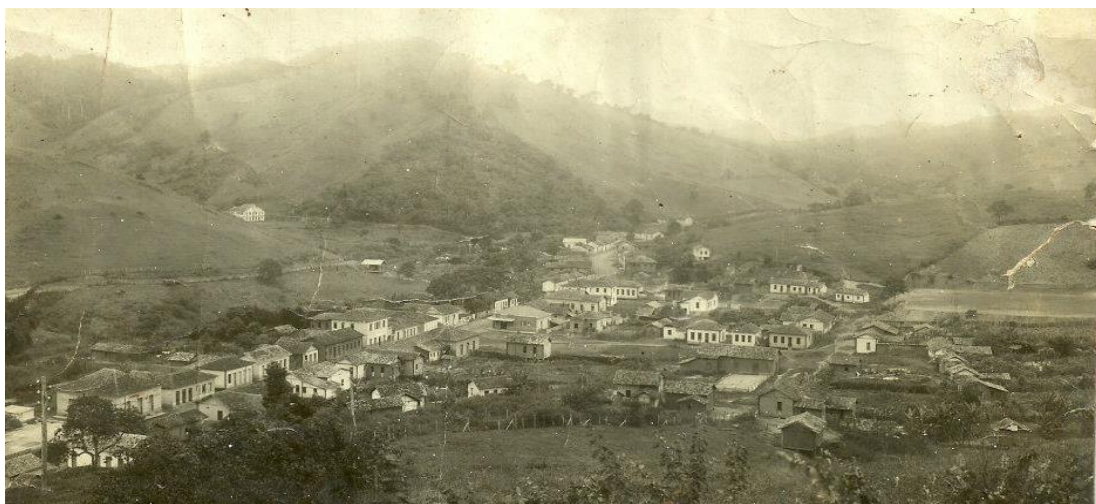


FIGURA 31 - Parte da antiga Avenida 28 de Março.

Nota: Vê-se, a partir do canto inferior esquerdo até o final do casario, parte da antiga Avenida 28 de Março, que posteriormente passou a ser chamada de Rua Osvaldo Silva Araújo. Essa área, até o final

<sup>203</sup> Jornal “A Bandeira” – 22 de junho de 1952 – nº 4, ano I. p. 4. (grifo nosso)

da rua, saída para Caratinga, era popularmente conhecida como Minguante. No lado direito, vê-se o campo de futebol.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

Na sequência da fala do secretário ele faz referência ao emplacamento das ruas que, segundo disse, seria em breve. Quanto aos homenageados, diz “serem todos nomes muito dignos e gratíssimos à minha terra, pelo muito que fizeram pelo seu progresso, sua civilização e seu bem estar.”<sup>204</sup>

Para se ter uma ideia mais próxima do que foi esta mudança na denominação das ruas, apresentamos a seguir dois mapas. O primeiro deles, elaborado a partir de uma espécie de croqui da área urbana da cidade de Inhapim por volta do ano de 1947<sup>205</sup>. O segundo mapa retrata a situação atual da área mais central da cidade. Tendo como referência o primeiro mapa, vemos em destaque, ao centro, o rio Caratinga (1); para o lado direito, na parte de baixo, o córrego São Silvestre (2) – segundo os relatos já citados aqui no capítulo 1, foi na confluência desses dois cursos d’água que passaram os primeiros “desbravadores” da região –, com a indicação da cachoeira (3), muito utilizada como área de lazer. Desaguando também no rio Caratinga, temos o córrego Dona Sinhá (4) no lado direito da parte de cima. Ainda na parte superior, vemos a indicação da plantação de eucaliptos (5) que passou a ser conhecida como bairro do “Calipe”. Também nessa área encontra-se o cemitério (6), bem no alto do mesmo morro. Para o lado esquerdo, encontramos a Rua do Romano (7) que hoje é a Rua Higino Fernandes, popularmente chamada de “Rasga Saco”. Na sequência dela, para o lado oposto, temos a Rua Direita (8) – posteriormente “dividida” em duas partes: Rua Coronel Guilherme e Rua Coronel Antônio Fernandes –, que vai se encontrar com a Avenida Monsenhor Rocha (9), que hoje é denominada Rua Amélia Godinho. Bem atrás da Matriz, temos a Rua da Igreja (10) e em seu prosseguimento, a Rua Padre José Faustino (11) – hoje toda essa extensão se chama Rua Padre Vigilato. Sobre o rio Caratinga, temos a Travessa do Carmo (12) – hoje, Rua Carmo Viggiano – e na parte inferior ao rio, temos, para a esquerda, a Rua Coronel Pico (13), que atualmente é a Rua Alberto Azevedo e a estrada da Rio-Baía (14)

---

<sup>204</sup> *Ibidem.*

<sup>205</sup> Este documento encontra-se no acervo do Museu Casa do Bentoca, em Inhapim. Trata-se de uma espécie de croqui, rascunhado pelo então seminarista Raul Motta de Oliveira, hoje sacerdote da Igreja Católica e diretor da “Fundação Maria José Motta”. Segundo relatos, ele teria elaborado este rascunho como um registro de sua memória do que era a área urbana da cidade de Inhapim, na década de 1940 – também no próprio documento consta um registro de data “1947 (?)”. A partir deste documento e de recursos tecnológicos disponíveis na atualidade, foram elaborados os mapas apresentados aqui, servindo como uma interessante comparação das transformações do espaço urbano ao longo de sete décadas.

que num trecho era chamada de Rua 28 de Março (15), paralela à qual se encontra a praça do coreto, cujo entorno era denominado de Rua da Minguante (16) – nos dias de hoje, esse trecho da rua é chamado de Major Aquiles de Sá Quintela e a praça tem a denominação de Alaíde Quintela Soares. Podemos identificar ainda, a área do campo de futebol (17) e ao lado dele, o hospital (18), que ainda funcionam praticamente nos mesmos lugares. Finalmente, temos ainda nas extremidades do mapa, à esquerda, a referência à usina (19) que gerava energia para a cidade e a Rio-Baía (20); à direita, no alto, a estrada para o córrego dos Januários (21) e em baixo, novamente, a estrada Rio-Baía (22); na parte de cima, para a esquerda, a estrada para o Santo Antônio (23), hoje Rua Dr. Rodrigo do Vale Castro; na parte de baixo, a estrada para o São Silvestre (24) e a estrada para a cachoeira (25).

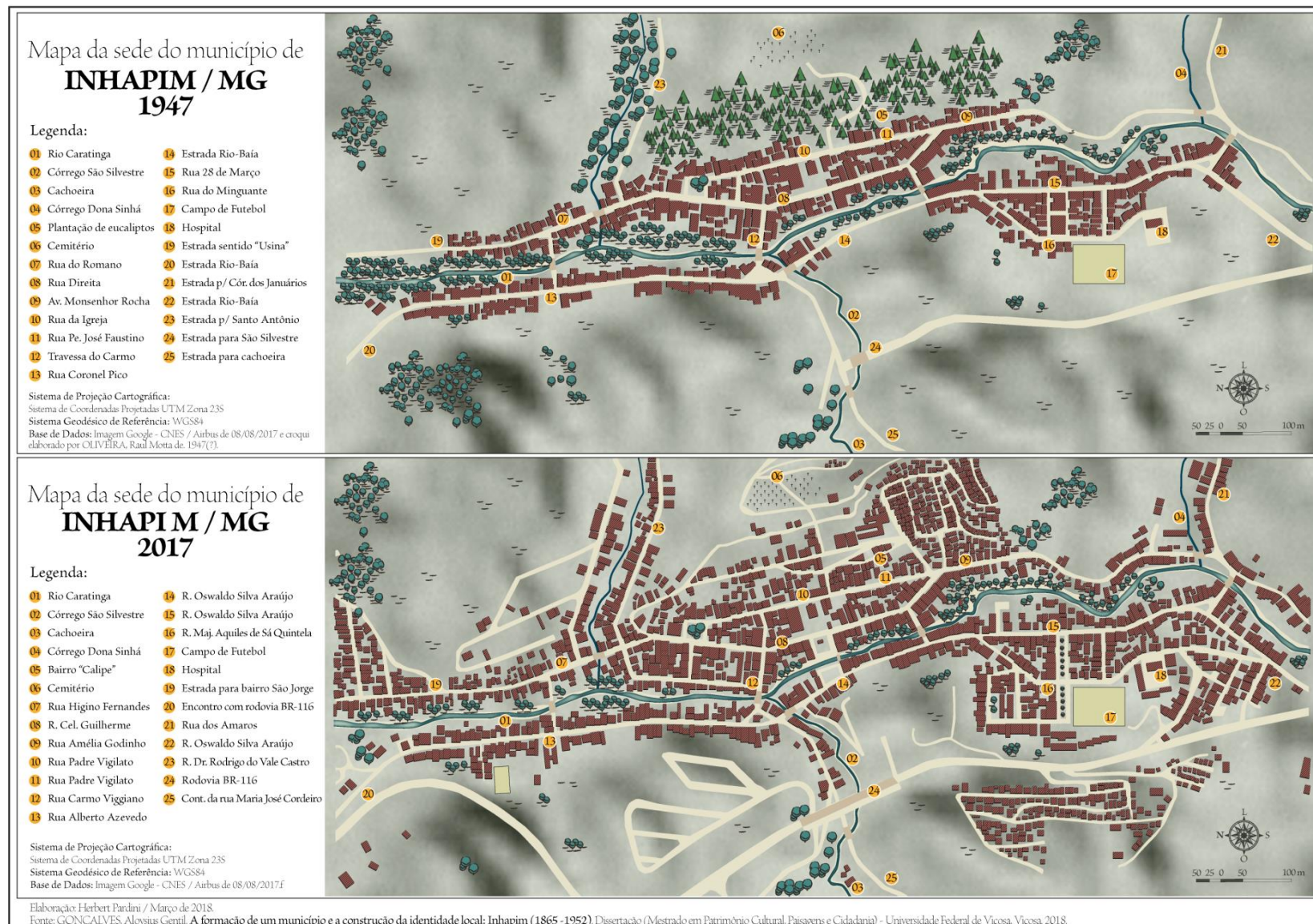


FIGURA 32 - "Planta" da área central de Inhapim em 1947.

Fonte: Adaptado e elaborado pelo autor, 2017.

Uma vez mais, levando em consideração a estruturação da cidade, lemos nas páginas do jornal “*A Bandeira*” uma interessante reflexão intitulada: “Reação Urbanística, a quase imobilidade de anos a fio sucede a promissora reação urbanística que verificamos, Inhapim evolui, enfim.”<sup>206</sup> E assim prossegue o editorial do jornal:

Na evolução natural das cidades não raro acontece que a vagareza contrastante de algumas atinge as raias da imobilidade. Inhapim era das que apresentavam este retardamento. Durante anos a fio, tanto para nós, munícipes, como para os estranhos, nossa cidade apresentava o jeito de cara envelhecida de matrona austera que se recusasse uma *maquillage* menos discreta. Prédios antigos, de feição quase colonial, eternizavam-se ladeados pela tristeza das posses vagas. As mesmas ruas, sinuosas ou retas, mais planas ou mais íngrimes, eram palmilhadas pelos mesmos homens, bons, integralmente bons, mas um tanto alheios ao avançar do progresso.

Numa espécie de introdução, que constata o problema ao qual o autor já vislumbra, através do título, uma saída, é-nos apresentada uma visão de modernidade que tende a eliminar elementos do passado e a ocupar espaços vazios. Prossegue o articulista:

A rodovia Rio-Baía que, para tantas outras, carregou o calor do progresso e o prurido de novidades, foi de ação quase improfíqua para a nossa cidade, Inhapim, sem embargo de sua emancipação política, marchava como que sentindo receio de tentar novos passos (...). Sentia-se agarrada ao cunho de velho arraial de casario antigo. Sim, Inhapim, cidade de mais de dez anos, tinha foros novos num feitio antigo.<sup>207</sup>

Pelas palavras do editorial, fica clara a constatação da dificuldade que a cidade apresentou de aproveitar as oportunidades que se colocaram diante dela ao longo dos dez anos de sua emancipação. Na sequência, parece ressurgir a esperança:

Há, porém, cerca de ano e meio a esta data que a velha letargia vem cedendo lugar ao interesse de melhoria no seu feitio urbanístico. A cidade desperta e, de pé, resoluta, zombando do pessimismo de alguns e da apatia de outros, avança rumo ao ponto de referência do lugar que merece. Ruas rasgadas em várias direções, onde ontem ainda, vicejava o mato. Trechos aplainados, onde ontem ainda, era morro a pique. O povo quer, enfim, uma cidade mais moderna, ostentando nas linhas de seus prédios o gosto pelo artístico, pelo belo. Surge, aqui e ali, alguma bela vivenda, de porte elegante, construída sob a obediência de plantas de estio novo.<sup>208</sup>

---

<sup>206</sup> Jornal “*A Bandeira*” – 13 de julho de 1952 – nº 7, ano I. p. 1.

<sup>207</sup> *Ibidem.*

<sup>208</sup> *Ibidem.*

Aparece aqui o entusiasmo com a modernidade que surge na paisagem urbana de Inhapim, mas percebe-se certa inadequação estética ao novo:

Pena é que, da parte de todos os proprietários não se haja desenvolvido maior gosto estético na escolha de boas plantas para as casas residenciais. Ainda se notam aqui e ali, planos antiquados; apego às horríveis platibandas, já por fora da época. Mas, com o tempo, e em obediência à natural evolução, que não chegou tarde, tudo conseguiremos. O razoável é que, quem quiser, com uma confortável residência, servir-se e servir à cidade, não deve deixar a respectiva planta à mercê da escolha de pedreiros. Deve escolhê-la sob o critério de bons arquitetos e, munidos dessas boas plantas, iniciar sua casa que, dia a dia, se valoriza mais, embelezando a cidade, emprestando-lhe feição moderna e atraente e concorrendo também para resolver o problema de habitação, já tão premente. Inhapim cresce, mostrando que não é indiferente à evolução, ao contrário, quer apresentar-se como cidade moderna e confortável.<sup>209</sup>

O fechamento do editorial é um convite à entrada numa nova etapa da urbanização da cidade, abrindo-se para as novas possibilidades de crescimento e estruturação de seu espaço urbano.

A seguir, vemos através da reprodução de duas fotos da mesma praça – a então Praça Duque de Caxias –, em duas décadas diferentes (1940 e 1950), notando-se a transformação da paisagem, com certo ar de modernidade.



FIGURA 33 - Antiga Praça Duque de Caxias (década de 1940).

<sup>209</sup> Jornal “A Bandeira” – 13 de julho de 1952 – nº 7, ano I. p. 1.

Nota: Com ares de modernidade em seu traçado, a Praça Duque de Caxias na década de 1940. Hoje, o nome da praça homenageia um dos prefeitos da cidade, Antônio Fernandes Filho, que exerceu três mandatos.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

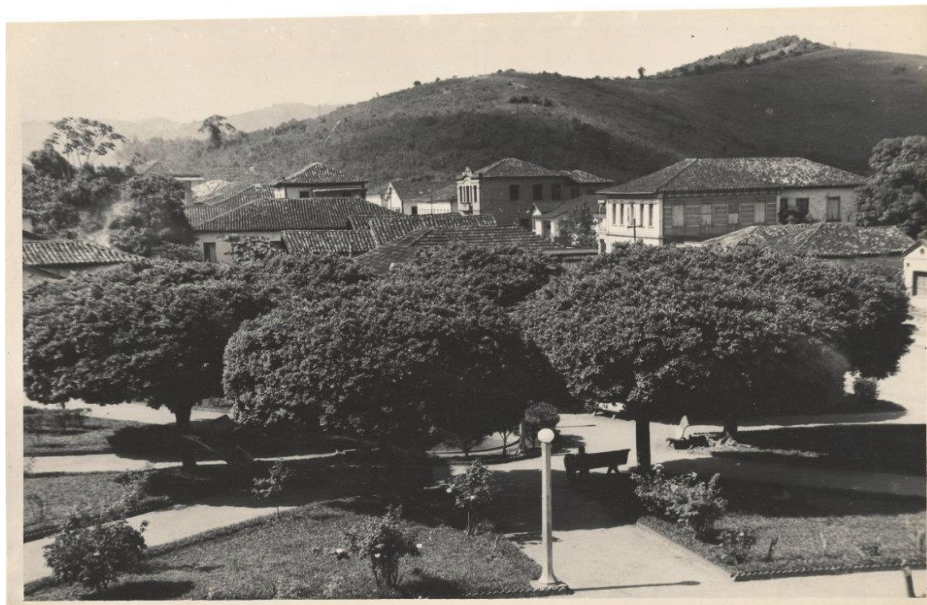


FIGURA 34 - Antiga Praça Duque de Caxias (década de 1950).

Nota: A Praça Duque de Caxias na década de 1950. Hoje, o nome da praça homenageia um dos prefeitos da cidade, Antônio Fernandes Filho, que exerceu três mandatos.

Fonte: Acervo fotográfico do Museu “Casa do Bentoca”.

### 3.2 Questões acerca do poder local

Na consolidação de determinado território, uma questão que, sem dúvida, ganha importância diz respeito ao poder local e suas implicações. Nesse sentido, há que se constatar que questões relacionadas ao poder local têm despertado muito interesse de estudiosos, gerando, por isto mesmo, diversos trabalhos que adotaram abordagens sob as mais variadas perspectivas, desde a dimensão histórica e política, passando pela dimensão geográfica, e chegando inclusive à dimensão relacionada ao universo da administração pública, por exemplo.

Sendo assim, procuramos tratar o assunto numa perspectiva sempre relacional com outros níveis de poder, mas procurando manter sua condição própria, como nos alerta Tânia Fisher: “Se o poder local, de certa forma, define-se por exclusão e oposição a outros níveis (o

local se opõe ao global, o local se opõe ao nacional), não há como estudar o tema sem fazê-lo correlativamente, em um duplo movimento: do Estado central ao local, do local ao central.”<sup>210</sup>

Desse modo, privilegiadamente, procuramos estar atentos às múltiplas relações que foram se constituindo neste ambiente específico, Inhapim, e devidamente datado – final do século XIX e primeira metade do XX –, bem como aos diversos discursos que foram produzidos a partir daqueles que exerciam o poder local e sua interlocução com o poder mais central, identificado com o governo do estado e o da federação.

Para nos ajudar a pensar sobre a questão em pauta, numa espécie de contraponto, temos, por exemplo, o filósofo francês Michel Foucault, que propõe que se abandone a ideia de que o poder deva ser identificado exclusivamente com o Estado. Para ele, o poder se manifesta localmente, circunscrevendo-se a áreas mais reduzidas de ação, “o que aparece como evidente é a existência de formas de exercício do poder diferentes do Estado, a ele articuladas de maneiras variadas e que são indispensáveis inclusive à sua sustentação e atuação eficaz.”<sup>211</sup> Ou seja, nas relações de poder local são tecidas redes que se articulam e colaboram, em última análise, na “sustentação” de um poder mais central.

A esse respeito, concordamos com a opinião expressa por Roberto Machado na introdução (“Por uma genealogia do poder”) do livro “*Microfísica do Poder*”, quando se refere à proposta do filósofo francês: “O que Foucault chamou de microfísica do poder significa tanto um deslocamento do espaço da análise quanto do nível em que esta se efetua.”<sup>212</sup> Obviamente, temos consciência de que a busca foucaultiana se fez em ambientes diversos daquele que propomos aqui. Foucault investigou, privilegiadamente, determinadas instituições como, por exemplo, as prisões e os manicômios. No nosso caso, nos voltamos para uma coletividade constituída num município do interior de Minas Gerais. Por isto mesmo, procuramos estar conscientes da imprevisibilidade daquilo que o lugar pudesse nos revelar, mas com o olhar atento àquilo que porventura surgisse diante de nossas indagações.

Desse modo, pudemos identificar, em especial nas fontes jornalísticas pesquisadas, como se dá a produção e emissão do discurso na perspectiva de grupos específicos constituídos numa sociedade presente num município do interior de Minas Gerais.

---

<sup>210</sup> FISHER, Tânia. Poder Local: um tema em análise. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro – 26 (4): 105-113, outubro/dezembro. 1992. p. 108.

<sup>211</sup> Cfe. FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 22ª ed. Org. e trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2006. p. XI.

<sup>212</sup> *Ibidem*, p. XII.

Sobre esta questão da produção do discurso inclusive, Foucault apresenta num tom muito característico do seu estilo irônico-questionador a seguinte formulação:

[...] suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.<sup>213</sup>

Se considerarmos correta, portanto, a constatação foucaultiana a esse respeito, mesmo numa sociedade interiorana, teremos que nos confrontar com certos procedimentos diante dos quais aqueles que formularam e emitiram os discursos analisados tiveram que ser submetidos. E mais ainda, de acordo com o pensador francês, o discurso é algo profundamente marcado por interdições que o levam a se ligar com o desejo e com o poder. Em suas palavras: “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.”<sup>214</sup>

E o poder local, manifestado numa rede de micro poderes, suscita também, permanentes, e até mesmo, intensas lutas pela sua conquista e/ou manutenção ao longo de todo o processo histórico da localidade em questão. Isso pudemos identificar, por exemplo, quando os líderes locais procuravam garantir seu espaço de poder desde a formação do nucleamento urbano mais original, quando doavam terras para a construção da primeira capela do lugar, até quando procuravam manter o seu poder político de influenciar as nomeações para funções públicas.

Num outro momento da formação do lugar, quando ocorre o processo de emancipação política do município, constatamos os discursos das lideranças favoráveis à autonomia utilizarem-se dos jornais locais como lugares de fala privilegiados. E, mesmo no momento seguinte, da consolidação do espaço urbano, vemos o embate pela garantia do predomínio à frente do poder local acontecendo. Mas não somente nesta perspectiva – atentos ainda ao alerta de Foucault –, pois as relações de poder local se manifestam também no ambiente religioso, escolar, cultural e em tantos outros mais. Ou seja, pode-se verificar concretamente a incursão desses grupos políticos nas diversas dimensões das relações construídas localmente.

---

<sup>213</sup> FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**, 13ª ed. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2006, pp. 8 e 9.

<sup>214</sup> *Ibidem*, p. 10.

Enfim, como já sinalizado, constatamos a existência de lugares de fala privilegiados na comunidade – tais como a igreja, o jornal, a administração municipal –, mesmo numa localidade de pequeno porte, como é o caso de Inhapim, que acabam refletindo os interesses dos respectivos emissores dos discursos pronunciados. Pelo que se revelou através da pesquisa empreendida, ao menos naquelas fontes principais utilizadas – os jornais publicados em Inhapim ao longo do tempo correspondente ao recorte temporal estabelecido –, pudemos detectar uma espécie de interação discursiva. Isso porque em muitos momentos, o discurso religioso se fazia também porta-voz das questões educacionais, políticas, culturais, etc.<sup>215</sup> O mesmo valendo, de forma inversa, se a perspectiva da abordagem partisse de outra referência, por exemplo, em muitos momentos, o discurso político era recheado de elementos marcadamente religiosos.

### 3.3 Inhapim e a construção de sua identidade

De maneira geral, o poder local em Inhapim se estruturou de forma semelhante ao que ocorreu em outros lugares, seja em Minas Gerais ou pelo Brasil a fora, tendo obviamente,

---

<sup>215</sup> No Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião de Inhapim, que é próprio para o registro da vida diária de uma paróquia, encontram-se muitas e curiosas narrativas de ações do pároco local – neste caso específico, o padre Othon Fernandes Loures – que, desde o momento em que chega à cidade, produz, de forma bem detalhada, relatos de sua atuação junto à comunidade. Obviamente, salta aos olhos a visão marcadamente eclesial da realidade na qual ele se insere, ou seja, assume o lugar de fala de um líder religioso que procura descrever sua vivência a partir dessa perspectiva, o que não deixa de ser algo de interesse do pesquisador. Mesmo porque, nesse caso, aparecem com muita frequência, registros que envolvem questões que extrapolam a dimensão religiosa, perpassando aspectos políticos, sociais, culturais, etc. Um exemplo bem claro disso encontramos registrado no Livro III, quando o padre Othon faz uma referência direta à discussão no parlamento brasileiro da época sobre o divórcio. Com data de 18 de setembro de 1951: “**A Paróquia levanta-se contra o divórcio.** Foi apresentado na Câmara dos Deputados um projeto de lei, da autoria do deputado divorcista Sr. Néelson Carneiro, propondo como causa de anulação do casamento com permissão de novas núpcias civilmente válidas, a irreconciliabilidade dos cônjuges, após cinco anos de decretado o desquite. Tendo o Pároco instruído nosso bom povo a respeito disso, aliás, coisa fartamente anunciada no rádio e nos jornais, a partir do dia 1º do corrente foram enviados por numerosas pessoas de nossa paróquia telegramas de protesto contra o projeto, dirigidos à Presidência da Câmara Federal, do Senado, e a deputados conhecidos, cada um de seu próprio partido político. Ao Sr. Deputado Guilhermino de Oliveira, nosso paroquiano e membro da bancada mineira na Câmara Federal, embora não pertencendo ao seu partido, como aliás a nenhum outro, mas, como seu pároco e aproveitando a oportunidade de ter que agradecer-lhe um cartão de sua esposa, comunicando, em nome de ambos, sua mudança para o Rio de Janeiro.” E segue o padre transcrevendo a carta enviada ao deputado que, como já sabemos, tinha sido o primeiro prefeito da cidade de Inhapim, apresentando-lhe argumentos para a não aprovação da proposta de lei que pretendia instituir o divórcio no Brasil. Em registro posterior, vemos o retorno do deputado ao apelo do padre, garantindo-lhe que votará contra o projeto e trabalhará por sua rejeição pela Câmara dos Deputados.

nuances próprias de sua história específica. Nesse sentido, cabe destacar o papel da Igreja Católica e também a permanente influência de certas lideranças, ligadas a determinadas famílias que predominaram no comando político do lugar, algumas delas desde o início de sua formação.

Primeiramente, vejamos o papel da Igreja Católica neste contexto, que de antemão já constatamos ser bastante significativo. Como em outros momentos da história do Brasil, a presença do aspecto religioso é um dos traços que marcam nossa cultura nacional. No caso em pauta, uma cultura, em grande parte, herdada de Portugal e sua forte tradição católica.

Historicamente falando, a segunda metade do século XIX – quando se dá o processo de incorporação econômica da área onde teve origem o nucleamento urbano de Inhapim – passa por um momento de expansão do catolicismo nas terras mineiras, como bem nos lembra Flávio Augusto de Freitas Teixeira em sua dissertação de mestrado:

[...] no processo de conquista e ocupação do território que é hoje o estado de Minas Gerais, estavam também presentes agentes da Igreja Católica, responsáveis pela criação dos primeiros e rústicos altares nos acampamentos provisórios que se constituíam em assentamentos humanos e após, em núcleos de povoamento tais como as capelas, freguesias, vilas e cidades.<sup>216</sup>

No caso de Inhapim, como já referido no capítulo de abertura dessa nossa dissertação, uma primeira capela dedicada a São Sebastião foi construída na área destinada para este fim ainda no século XIX, confirmando assim, uma permanente ligação que ficará estabelecida entre a constituição urbana do futuro município e a atuação da Igreja Católica. Posteriormente, outra capela foi construída no mesmo local e, anos mais tarde, uma igreja de dimensões bem maiores, a atual Matriz de São Sebastião, acabou por ser edificada no mesmo terreno, consolidando ainda mais a presença da Igreja Católica nesse processo de constituição da área territorial de Inhapim e, porque não dizer também, favorecendo desde o princípio, a estruturação de uma identidade local própria.

Em diversos relatos de cunho memorialista consultados e já referidos aqui, notamos a dinâmica da formação e constituição urbana de Inhapim sempre marcada pela atuação da Igreja, em especial através de seus representantes ordenados, os padres e bispos. Nesse sentido, convém que se refira à vinculação da área da então freguesia de São Sebastião de

---

<sup>216</sup> TEIXEIRA, Flávio Augusto de Freitas. **Sobre as terras de São Sebastião: estudo e representação cartográfica da freguesia do anta nos sertões do leste (1855-1858)**. UFV- Viçosa, MG: 2016. p.72-73

Inhapim, inicialmente, à Arquidiocese de Mariana – como de resto uma parte considerável do território mineiro também pertencia ao seu domínio eclesiástico. Somente mais tarde, em 1915, com a criação e separação da área territorial da Diocese de Caratinga – desmembrada de Mariana –, é que essa vinculação será alterada<sup>217</sup>. Aliás, esta vinculação com Mariana tem a ver, obviamente, com aquela divisão primeira da antiga província de Minas Gerais, quando da sua criação – e das suas primeiras vilas, dentre elas a Vila do Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo, hoje Mariana – ainda no início do século XVIII. E mais, parte importante da dinâmica administrativa portuguesa, ao longo do período colonial brasileiro, quase sempre, manteve uma estreita ligação entre a dimensão civil e a dimensão de caráter mais religioso.

Ainda de acordo com alguns dos relatos consultados e registrados memorialisticamente, e mesmo em certas fontes fotográficas do acervo do Museu Casa do Bentoca, percebemos o papel da Igreja Católica, através da atuação principalmente dos padres e de seu trabalho de cunho religioso, colaborando de forma direta para a constituição e posterior consolidação do território do município de Inhapim. Isto, mesmo levando em conta o fato de que, no final do século XIX, a área de atuação dos padres fosse bem maior do que aquela que veio a se constituir efetivamente a área do município de Inhapim, quando de sua emancipação. Nesse sentido, há que se lembrar também de que, em muitos casos, a área do município ou mesmo do distrito, nem sempre correspondia à área de uma paróquia e vice-versa. Aliás, essa é uma realidade que ainda permanece de forma muito frequente, hoje em dia, como prática organizacional da Igreja Católica.

No caso de Inhapim, há registros da atuação de padres que atendiam à capela local, oriundos da sede de duas paróquias às quais esteve vinculado, Vermelho Velho e Caratinga, nas últimas décadas do século XIX. Após a doação da área e posterior edificação da primeira capela, a comunidade ainda esteve na dependência de padres de fora que iam celebrar, sem, no entanto, manterem residência fixa. Esta situação somente foi alterada com a chegada de um padre para atender à capela e manter residência no local, o que ocorre a partir de 1902, quando se instala o Curato de São Sebastião de Inhapim. Como referido, de forma superficial, ainda no início dessa nossa dissertação, o primeiro sacerdote a atuar nestas novas condições

---

<sup>217</sup> Informações colhidas na Cúria Diocesana de Caratinga que mantém registros de todas as paróquias da Diocese.

foi o padre José Faustino dos Santos, formado nos rigores daquele tempo, no tradicional seminário de Mariana<sup>218</sup>.

Na sequência, outros padres residentes também desempenharam seu trabalho percorrendo longas extensões em lombo de animais no intuito de atender aos fiéis. Neste sentido, um destaque é o padre Vigilato Rezende Fernandes que trabalhou aproximadamente 16 anos à frente do Curato, tendo sido em seu período de atuação que se deu a elevação de Inhapim à condição de Paróquia de São Sebastião, deixando de ser apenas um Curato, fato ocorrido no ano de 1928<sup>219</sup>. Foi dele também a iniciativa de começar a construção de uma nova igreja matriz, bem maior em suas dimensões, em substituição à antiga capela, lançando as bases da edificação, reafirmando e fortalecendo a presença católica na constituição do território do município de Inhapim.

Outro sacerdote de destaque neste período referido foi Monsenhor Aristides Marques da Rocha – que atuou durante longo período como Vigário Geral da Diocese de Caratinga, cargo que corresponde a uma espécie de substituto imediato do bispo, na ausência desse – que, embora tenha permanecido por menos tempo que o padre Vigilato à frente da paróquia de Inhapim, conseguiu concluir a construção da atual igreja matriz de São Sebastião que foi oficialmente consagrada no ano de 1938 (mês de abril), mesmo ano da emancipação do município (mês de dezembro). Sua atuação foi de forma bem dinâmica para a concretização da obra que levou a cabo. Registros fotográficos, por exemplo, mostram o envolvimento da comunidade nas ações empreendidas para a obtenção de recursos visando à conclusão da construção da igreja matriz de São Sebastião, bem como os mutirões que envolviam um grande número de pessoas, principalmente da zona rural.

Esta presença atuante da liderança católica à frente de muitas atividades locais colaborou para, de certo modo, consolidar a formação de um nucleamento urbano e, a partir desse, a estruturação de ampla rede relacional que se estabeleceu através do contato entre as comunidades rurais – e suas capelas – e a igreja matriz. Isto, sem falar também nos vários

---

<sup>218</sup> Sobre o padre José Faustino dos Santos, o jornal “A Bandeira” traz importantes informações sobre ele, num trabalho de pesquisa feito pelo coletor municipal de Inhapim na década de 1950, Osvaldo Silva Araújo – que também era artista plástico, pesquisador e escritor, tendo pintado quadros que retratavam paisagens de Inhapim naquela quadra histórica –, por ocasião de uma grande festividade religiosa ocorrida, o cinquentenário do Apostolado da Oração, amplamente divulgado nas páginas do referido jornal. O que se depreende das informações coletadas na matéria do jornal é que as longas distâncias associadas às dificuldades próprias da época foram grandes desafios para o trabalho do padre José Faustino, que acabou adoecendo e falecendo, em 1907, poucos anos após sua chegada em Inhapim.

<sup>219</sup> Informações colhidas junto ao Arquivo da Paróquia de São Sebastião de Inhapim.

exemplos de ações de caráter mais cultural, na maioria das vezes, motivadas e conduzidas por iniciativa da Igreja, como por exemplo, peças teatrais, atividades voltadas para o campo educacional, publicação de jornais, banda de música, etc.

Para fortalecer a compreensão do papel da Igreja em todo este processo, vamos nos ater, agora, a dois casos bem específicos. Primeiramente o do padre José Alves, que esteve de 1943 a 1945 à frente da paróquia. Além de ter contribuído de forma muito ativa nas ações sociais na recém-emancipada cidade – exemplo dessa sua atuação foi a criação do Asilo Padre José Faustino, numa homenagem ao primeiro padre residente em Inhapim, para o atendimento de idosos e pessoas desamparadas da comunidade, numa época em que o serviço público voltado para esta área ainda não estava estruturado – e na condução das atividades musicais de uma das bandas de música local também. Outro aspecto que chama a atenção da atuação do padre José Alves foi o seu envolvimento político partidário com um dos grupos que disputava o comando do poder local, mais especificamente o partido da UDN (União Democrática Nacional)<sup>220</sup>, cujos correligionários em Inhapim eram popularmente chamados de “Bacuraus”.

Ao longo do trabalho dessa pesquisa, em especial nos jornais consultados, identificamos uma permanente e destacada presença do discurso religioso católico nas matérias publicadas. Invariavelmente havia uma coluna – ou em alguns casos até mais de um espaço específico – destinada para os comunicados da paróquia local, bem como artigos de reflexão e doutrinação. Um exemplo curioso pode ser identificado num pedido feito através das páginas do “*Inhapim*”, quando a recém-inaugurada igreja matriz ainda carecia de certos recursos para concluir a adequação de seu espaço interno para os devidos serviços religiosos. No caso em questão, diz respeito ao pedido feito aos fiéis, em especial aos proprietários rurais, para a doação de madeira para a fabricação de bancos para a igreja:

O generoso povo de Inhapim deve mostrar-se à altura da fama que possui. Um povo que leva tudo por diante com entusiasmo e dedicação sem par. Depois que INHAPIM passou a Cidade, entrando dest’arte de maneira solene no cenário político e econômico de nossa Pátria, não pode perder o brio que sempre o caracterizou. Tudo que se faz para a Igreja faz-se para o povo, para a Cidade. Até hoje os que nos visitam não podem esconder o pasmo ao verem a Matriz tão bela no exterior, desprovida de tudo, até mesmo de bancos.<sup>221</sup>

---

<sup>220</sup> No já referido Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião, o então pároco, padre Othon, abre o primeiro volume de seus registros, narrando alguns detalhes do envolvimento político de seu antecessor, padre José Alves.

<sup>221</sup> Jornal “*Inhapim*” – 22 de Junho de 1941 – nº 18, ano I. p. 4. (Grifo nosso).

Nota-se, através do apelo da liderança religiosa, a forte vinculação daquilo que é próprio da Igreja com aquilo que é específico da cidade. Isto é, no discurso veiculado pelo jornal fica patente a imbricação dos interesses da Igreja com aqueles que seriam de interesse público que, teoricamente – inclusive respaldado pela lei constitucional da separação da Igreja do Estado –, são distintos da dimensão religiosa.

E numa conclamação final do pedido feito, reforça a ideia do vínculo Igreja-Cidade: “esperamos que o povo Inhapinhense não esmoreça neste empreendimento que há de constituir um motivo de orgulho para a Cidade.”<sup>222</sup>

Outro exemplo dessa permanente vinculação de interesses do Estado e da Igreja vemos num outro editorial do mesmo jornal “*Inhapim*” uma reflexão em torno da questão educacional. O texto intitulado “Educação e Disciplina da infância de Inhapim” faz uma referência direta ao trabalho da Igreja Católica através do então pároco local, padre Altamiro de Mesquita que, no dizer dos editores do jornal,

está levando avante uma obra social de incomensurável mérito para a sociedade de Inhapim. Trata-se do ensino do catecismo religioso, às crianças da Cidade. Patriota, entusiasmado e soldado graduado da tarefa de Jesus, jovem, culto e fino, molestava-lhe sobremaneira nacionalista e lhe confrangia o coração de sacerdote, ver nossa infância crescer ao sabor dos instintos incontidos sem receber um fluxo moderador da moral evangélica, que arma o cidadão com as virtudes indispensáveis para a vida social normal, e sem sofrer a ação fecunda do calor e da luz da divina fé cristã que induz o homem às relações com Deus e lhe aponta a finalidade suprema da vida neste mundo, a perfeição que conduz à paz interior e à bem-aventurança eterna.<sup>223</sup>

Se levarmos em conta agora o outro aspecto referido anteriormente – o de certas lideranças, ligadas a determinadas famílias que predominaram no comando político do lugar, algumas desde o início de sua formação – veremos que ele se conjuga com a influência da Igreja no estabelecimento do poder local no município de Inhapim. Nesse sentido vejamos como se desdobra a ação política dessas lideranças à frente deste poder.

Após o processo de emancipação político-administrativo do município de Inhapim, concluído com a instalação do governo municipal em primeiro de janeiro de 1939, veremos que as décadas de 1940 e 1950 serão tempos de estruturação da cidade, seja no sentido

---

<sup>222</sup> Jornal “*Inhapim*” – 22 de Junho de 1941 – nº 18, ano I. p. 4.

<sup>223</sup> Jornal “*Inhapim*” – 16 de Novembro de 1941 – nº 36, ano I. p. 1.

administrativo ou no aspecto da construção de determinados equipamentos que identificam claramente um processo de urbanização.

Ainda também prevalecem, constantemente, as disputas políticas pelo domínio do poder local nas mãos de determinados grupos específicos, que já se iniciara desde muito tempo antes, num revezamento que se dá entre aqueles que se alinham conforme os ditames da política nacional e estadual, identificados a partir de 1945, com o fim do Estado Novo e o processo de redemocratização, com as siglas do PSD (Partido Social Democrático) e da UDN (União Democrática Nacional).<sup>224</sup> Mas desde a década de 1920, quando surgem os nomes de “Caranguejo” e “Bacurau” para identificar os grupos que se enfrentam na cena política local, as disputas já são acirradas e até mesmo violentas em certos momentos. Tais disputas colocam em campos opostos as tradicionais famílias do lugar, muitas delas pioneiras na ocupação do território e, por consequência, responsáveis pela constituição de uma territorialidade específica, quase sempre, conduzida pelos interesses dessas mesmas elites locais.

Quanto aos referidos nomes utilizados para a identificação de cada uma destas forças político-partidárias, encontramos o seguinte relato colhido da lembrança do escritor Anatólio Chaves:

Um destes partidos de Inhapim era o “Bacurau”. Por que? Porque este pássaro rastaquera pia a perfeita frase “Amanhã eu vou”. Isto lembra o Sr. Ademar de Barros: “Desta vez, vamos”. O outro partido chamava-se “Caranguejo”: para diante, para trás, para diante, para trás.<sup>225</sup>

Curiosamente, ainda hoje, em pleno século XXI, persiste esta prática de identificação dos grupos políticos não tanto pelos partidos oficialmente registrados na Justiça Eleitoral e

---

<sup>224</sup> Sobre as duas principais forças políticas presentes no cenário brasileiro deste período, PSD e UDN, vale a pena a consulta a duas obras de grande valor: HIPOLITO, Lúcia. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Na Introdução, a autora estabelece: “O objetivo maior do trabalho é investigar a contribuição fornecida pelo Partido Social Democrático para a estabilidade – e eventualmente a crise – do sistema partidário que funcionou no Brasil entre 1945 e 1964.” (p. 21). Para termos uma idéia da força política do PSD, a autora coloca como uma premissa básica do seu estudo a idéia “de que o PSD exerceu o papel de fiador da estabilidade política do regime de 1946.” (p. 22). A outra obra é: BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o udenismo – Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Logo na Apresentação a autora nos coloca diante da imagem “de um partido que nasceu da luta contra uma ditadura, cresceu apesar de sofridas derrotas – sempre em nome dos ideais de sua inspiração primeira – para finalmente, quase vinte anos depois, surgir vitorioso num esquema de poder que instalaria um regime militar de arbítrio, repressivo e autoritário.” (p.11) Em seguida, apresenta as perguntas norteadoras do seu trabalho de pesquisa: “o que foi a UDN, e que papel desempenhou no assim chamado período democrático? Em que consistia o ‘udenismo’, que justifica, até hoje, o recurso às expressões ‘moralismo udenista’, ‘bacharelismo udenista’ ou mesmo ‘reacionarismo udenista’?” (p. 11).

<sup>225</sup> CHAVES, Anatólio. *Op. cit.*, p. 31.

presentes no município (PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro – e DEM – Democratas), mas sim pelos nomes locais conhecidos pela tradicional nomenclatura de “Pica-pau” (PMDB) e de “Corta-goela” (DEM).

Talvez aqui pudéssemos nos valer de um auxílio importante nesta compreensão de como se processa a identificação com esta ou aquela agremiação político-partidária, refletindo-se de forma intensa na vida da comunidade em tela. Num texto intitulado “A Cultura Política”, Serge Berstein<sup>226</sup>, aponta para um processo que ele nomeia de “socialização política tradicional”<sup>227</sup>, identificando instituições que realizam um trabalho de criação de verdadeiras “representações de caráter normativo”<sup>228</sup>. Assim temos a família, a escola, “diversos grupos onde os cidadãos são chamados a viver”<sup>229</sup>, meios de trabalho, os partidos políticos. No caso em estudo, a pertencimento aos grupos partidários mencionados cria determinada prática que é internalizada de maneira profunda, passada de geração a geração. Nas palavras do próprio autor:

Simplesmente, e todos têm consciência disso, a interiorização das razões de um comportamento acaba por criar automatismos que são apenas o atalho da diligência racional anteriormente realizada. Se a cultura política acaba por fazer integralmente parte do ser humano, significa isso que, passada uma certa idade, se tornou intangível? Sem aí chegar, pode-se pelo menos admitir que, uma vez alcançada a idade madura, é difícil pô-la em questão, salvo traumatismo grave<sup>230</sup>.

Se voltarmos um pouco mais na linha do tempo, as questões e disputas políticas locais se constituíram desde os primórdios do município, quando o lugar ainda estava sendo ocupado pelas famílias que vinham de fora da região. À medida que o lugar foi galgando o *status* de povoado, distrito policial e de paz, vila, refletia-se localmente as disputas que ocorriam em nível estadual e federal, filtradas pelas posições tomadas pelos grupos políticos constituídos em Caratinga, município ao qual Inhapim esteve vinculado desde a sua origem primeira até o final da década de 1930, quando de sua efetiva emancipação político-administrativa. Deste modo, os partidos de maior destaque (PRM – Partido Republicano Mineiro – e PP – Partido Progressista) naquele período da chamada Primeira República, vão tendo em cada local os seus representantes, identificados pelos líderes políticos do lugar,

---

<sup>226</sup>BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P. SIRINELLI, J. F. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 349-363.

<sup>227</sup> *Ibidem*, p. 356.

<sup>228</sup> *Ibidem*, p. 356.

<sup>229</sup> *Ibidem*, p. 356.

<sup>230</sup> BERSTEIN, *op. cit.*, p. 361.

quase sempre chamados de coronéis, designação herdada ainda do período imperial, fruto da velha e desgastada instituição da Guarda Nacional.<sup>231</sup>

Assim, em Inhapim, no início do século XX, dois coronéis se destacam na cena política local: Coronel Guilherme Alberto Milward de Azevedo – grande proprietário de terras de descendência inglesa, proveniente de Santa Isabel do Rio Preto (RJ) – liderando o grupo dos “Bacuraus” (PP). Como contraponto, temos o Coronel Antônio Fernandes – produtor e comerciante de café, que chefiava o grupo dos “Caranguejos” (PRM). Ambos pertencentes a famílias pioneiras na região, como já referido anteriormente.<sup>232</sup> O embate político dos dois grupos se torna acirrado ao longo de toda década de 1920, quando ganha força a ideia de emancipação político-administrativa de Inhapim em relação à Caratinga.

O espírito de confronto entre os grupos vai ser expresso não somente no campo da política, mas também através de vários aspectos da vida social, cultural e até mesmo religiosa do lugar, como já fizemos referência anteriormente. Um exemplo disso são as duas bandas de música que se organizam, uma de cada partido, para animar a vida do lugar, participando dos eventos festivos da Igreja Católica e de outros grupos locais. Um relato curioso de um contemporâneo dos tempos das bandas nos é apresentado do seguinte modo:

As bandas de música passavam com os instrumentos bem avariados, parecendo novos mas com alguns amassados, devido a brigas uma com a outra, noutras oportunidades, pois eram rivais, pertencentes a partidos políticos de muita emulação. Quando coincidia encontrarem-se na rua, nenhuma dava caminho, entestavam-se, passando uma dentro da outra, tocando sempre. Por instantes, desafinavam-se horivelmente, entrechocando-se os instrumentos...<sup>233</sup>

Cada líder procurava a seu tempo e, principalmente, quando no poder do estado e do país estavam políticos ligados aos seus respectivos partidos, carrear recursos no sentido de obter melhorias no distrito. Mas também estabeleciam uma espécie de parceria em determinadas ocasiões. Assim foi, por exemplo, quando da instalação da luz elétrica, iniciativa do Coronel Guilherme a partir de uma usina instalada no lugar conhecido como

---

<sup>231</sup> Sobre esta questão dos partidos políticos brasileiros deste período, ver: MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. Nesta obra, o autor apresenta o funcionamento do processo partidário no Brasil ao longo de várias etapas distintas, incluindo obviamente aquela do início do século XX.

<sup>232</sup> Vale lembrar que atualmente as duas ruas mais centrais da cidade, uma na sequência da outra (o que corresponde à antiga Rua Direita), recebem exatamente os nomes dos dois coronéis (Rua Coronel Guilherme e Rua Coronel Antônio Fernandes).

<sup>233</sup> CHAVES, Anatólio. *Op. cit.*, p. 110-111.

Cachoeirão – local de uma enorme queda d’água, a maior de toda a região –, localizado em suas terras, mas que teve a ajuda direta do outro coronel (Antônio Fernandes). Em 21 de março de 1926 entrava em funcionamento a Companhia Força e Luz de Inhapim. Nas memórias do autor de “A Crônica de Pássaro Canoro I”:

A usina do Cachoeirão fora construída com sacrifícios e desprendimento de seus acionistas, principalmente dos coronéis Guilherme, avô de Geraldo Azevedo, e Antônio Fernandes, pai de nosso prefeito atual, que herdou do pai o digno e conhecido nome.<sup>234</sup>

Como herdeiro político do Coronel Guilherme, destaca-se seu filho Alberto Azevedo, líder do processo de emancipação do município, intensificada e concluída no final da década de 30. Mesmo depois do processo concluído em 1938 e efetivado em 1939, Alberto Azevedo manteve-se como importante e influente liderança local, unindo sua força econômica à sua força política, reforçando exatamente a ideia desse tipo de poder. Muito embora não tendo sido em nenhum momento prefeito da nova cidade, herdou do pai aquela “aura” de coronel, sendo, porém chamado, em diversas ocasiões, como demonstram certos registros jornalísticos, como Capitão Alberto Azevedo.

Por outro lado, como herdeiro direto do Coronel Antônio Fernandes – herdeiro, muito para além do sentido biológico, no sentido econômico de suas atividades nos negócios de café e muitos mais ainda no sentido político –, foi eleito para três mandatos como prefeito (décadas de 1950 e 1960), Antônio Fernandes, filho.

Constata-se assim, certa permanência de determinadas famílias na liderança política do lugar. Outras se alinharam, ao longo dos anos, a um lado ou ao outro, se guiando por diversos interesses e motivos, como por exemplo, gratidão por algum benefício recebido por quem exercia o poder em determinado período. Ou ainda, a mudança de apoio como forma de “vingança” por alguma perseguição sofrida por um membro da família. Práticas essas já identificadas por muitos estudiosos do assunto que procuraram relacionar questões ligadas ao poder local e a ação de determinadas lideranças na busca pela manutenção e ampliação deste poder.<sup>235</sup>

---

<sup>234</sup> CHAVES, Anatólio. *Op. cit.*, p. 111. (Grifo nosso). Este texto foi escrito originalmente em 1955, no Jornal “A Bandeira”.

<sup>235</sup> Ver JANOTTI, *op. cit.* e LEAL, *op. cit.*

Ainda levando em consideração este cenário de permanente disputa pelo poder, há também os casos mais extremos quando algum membro de um dos grupos políticos era assassinado por alguém do grupo adversário, como ocorreu na regionalmente conhecida “Chacina do Imbé”<sup>236</sup>. Tal fato teve lugar logo após a tomada de poder liderada por Getúlio Vargas no início dos anos 30, retirando o presidente Washington Luís e impedindo a posse do eleito Júlio Prestes. Nos dias e meses que se seguiram ao golpe, ocorreu pelo Brasil uma série de ações em nome de uma alegada “justiça revolucionária”. No caso em questão, trata-se de uma perseguição a um líder local – num dos distritos de Caratinga, Imbé – conduzida por inimigos políticos. O líder de Imbé era o Coronel Joaquim Cândido, homem de muitas posses, de origem negra e humilde, ligado partidariamente aos derrotados na “Revolução”. No distrito de Inhapim, onde ele mantinha constantes negócios, era ligado politicamente ao grupo dos “Bacuraus”.

Como era praxe na vida das pequenas localidades – e também uma característica do coronelismo, prática política vigente durante praticamente todo o período da Primeira República –, era o coronel que provia de melhorias a vida do lugar, tais como telefone, correio, escola, cinema, etc. Não foi diferente neste caso de Joaquim Cândido. Além das referidas melhorias, havia intensa vida de negócios entre Imbé e Inhapim (ambos distritos de Caratinga na mesma época), facilitada principalmente pela proximidade geográfica, o que favorecia também a aproximação entre os aliados políticos, bem como as inimizades com os adversários. Tanto foi assim que uma influente liderança de Inhapim, Domingos (Mingote) Viggiano, foi assassinada – ao que tudo indica, por questões que envolviam as disputas políticas locais – pouco tempo antes da “Chacina do Imbé”, causando a indignação de Joaquim Cândido, de quem era amigo pessoal, correligionário e parceiro nos negócios.

---

<sup>236</sup> O fato conhecido como “Chacina do Imbé”, muito propalado na região de Caratinga, através de certa tradição oral e da memória coletiva, contado e recontado por meio de relatos dos antigos moradores foi alvo também de pesquisas acadêmicas, bem como de variados escritos realizados a partir de pesquisas sem o rigor do trabalho historiográfico, mas de uma riqueza útil, pois permite conhecer um pouco da figura polêmica de Joaquim Cândido, líder político do então distrito de Imbé. Dentre esses trabalhos nos valem aqui do livreto memorialista publicado por VIEIRA, Neuraci Hébio. **Intentona em Sant’Ana de Imbé**. – A saga de Joaquim Cândido da Silva. Caratinga: Editora Caratinga, 2003. O autor – militar aposentado –, natural de Tabajara (anteriormente chamado de Veadozinho e ainda hoje distrito de Inhapim, próximo a Imbé, hoje cidade de Imbé de Minas), diz na apresentação do livro que fez um trabalho que incluiu pesquisa em arquivos familiares, jornais, além de diversas entrevistas, com destaque para aquelas que fez com vários descendentes de Joaquim Cândido, na sua maioria hoje residindo no município de Conselheiro Pena. Em suas considerações finais, expressa sua opinião, após “vários anos de pesquisa”: Joaquim Cândido era “um homem enigmático” e se pergunta “Um cidadão? Um assassino? Um caudilho? Ou um malfeitor? Não se sabe. Um homem amado e odiado por muitos, mas que em minha opinião foi vítima de seu próprio idealismo político”.

Os inimigos do coronel Joaquim Cândido, de Inhapim, de outros distritos vizinhos e também da sede do município (Caratinga) eram partidários do grupo que tomara o poder central, liderado por Getúlio Vargas. Exatamente este acontecimento histórico da “Revolução de 1930”, é que motivou a ação que se desdobrou de forma violenta. Unem-se diversos desafetos do coronel Joaquim Cândido para atacar o distrito de Imbé e exterminar o inimigo político. A resistência foi limitada e o coronel Joaquim Cândido teria sido chacinado, segundo os relatos da época, com mais de seiscentos tiros. Seus bens – e de muitos dos seus aliados e correligionários – foram saqueados, levados e repartidos entre muitos dos seus inimigos. Foi preciso a intervenção de força policial do estado para acalmar os ânimos.

Por tudo que foi visto até aqui, percebemos uma permanente disputa alimentada pelos grupos familiares e pelos grupos ligados aos interesses econômicos que transformam a disputa política numa luta pela manutenção do controle do poder local nas mãos de um ou de outro lado específico. De forma bem prática, considerando a questão político-partidária de Inhapim, o que temos é que quando em nível nacional surgem a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático) que vão dominar a cena política com o fim do Estado Novo até o Golpe civil-militar de 1964, os grupos locais se alinham de forma pragmática: “Bacurau” se liga aos udenistas e “Caranguejo” se enquadra nos ditames do PSD varguista.

Vale lembrar que, mesmo encontrando alguns registros referentes a outros partidos políticos, como o PR (Partido Republicano) e PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) – como na eleição de 1955, quando essas agremiações compuseram uma aliança com a UDN para a eleição municipal –, em Inhapim sempre prevaleceu a velha rixa dos tempos iniciais de sua história, com “apenas” dois lados em aguerrida concorrência.

As disputas eleitorais destes dois grupos se dão de maneira muito intensa e até mesmo agressiva, gerando questões que ocasionam reflexos em outros setores da sociedade local. Exemplo evidente disso encontramos num registro, mais uma vez, do Livro do Tombo da paróquia São Sebastião de Inhapim<sup>237</sup>. No ano de 1946, o padre Othon Fernandes Loures, ao tomar posse como pároco, registra sua apreensão em assumir esta função, pois o pároco anterior (padre José Alves) era muito identificado com o grupo político da UDN (já não mais

---

<sup>237</sup> Livro do Tombo I da Paróquia de São Sebastião de Inhapim, 1946 e 1947. Como já nos referimos anteriormente, cabe salientar que os registros não se limitavam exclusivamente aos eventos religiosos, mas também da relação da Igreja com a sociedade na qual estava inserida, como se pode perceber neste caso citado, no qual se nota a preocupação da possível interferência das disputas político-partidárias nas atividades a serem desenvolvidas pelo novo pároco.

liderado diretamente pela família de Alberto Azevedo, mas sim por um membro da família Chagas – Manoel Chagas Lopes, conhecido como Zito Chagas – maestro de uma das bandas de música, responsável futuramente pelo cartório de registro de imóveis da comarca e prefeito da cidade em meados da década de 1970). A apreensão está no fato de que o padre Othon tinha parentesco com a família que liderava o outro grupo (PSD), representado pelos Fernandes e os Silva Araújo, principalmente. O padre teme não ser bem recebido no exercício de suas funções, tendo inclusive, na cerimônia de sua posse, a presença de outro padre, representante direto do bispo diocesano da época (Dom João Batista Cavati), que faz um convite à pacificação dos ânimos, mas antes, valendo-se de um discurso eminentemente religioso, certamente para marcar posição, chega a ameaçar a comunidade com um possível castigo de Deus devido à divisão instalada no meio do povo, fruto da agitada campanha política do ano anterior, que elegeu o presidente Eurico Gaspar Dutra e os deputados e senadores para a Assembleia Nacional Constituinte a ser instalada em 1946. Consta do registro no referido Livro do Tombo que o padre que havia deixando a paróquia, fora comunicado pessoalmente pelo bispo de sua substituição em função do clima gerado pela disputa política e se compromete a conversar com seus correligionários para não dificultar o “paroquiato” (funções exercidas pelo pároco) do colega e garante que não há má vontade do povo para com o novo líder religioso.

Por fim, ao analisarmos o quadro histórico dos prefeitos da cidade<sup>238</sup>, iremos constatar que este clima de permanente disputa política entre as duas “facções” teve uma predominância do grupo dos “Caranguejos” (PSD, depois MDB) desde a época da emancipação político-administrativa até o final da década de 1960. Esta sequência só será quebrada no início da década seguinte, quando as nomenclaturas político-partidárias nem os nomes próprios utilizados pelo povo do lugar para cada agremiação já não eram mais os mesmos. A partir daí serão: ARENA (Aliança Renovadora Nacional) identificada no plano local de poder como “Corta-goelas” e MDB (Movimento Democrático Brasileiro) conhecidos como “Pica-paus”. Vive-se já sob o poder ditatorial dos militares com a imposição do bipartidarismo, quando foram criados o partido do governo (ARENA) e o da oposição “consentida” (MDB).

---

<sup>238</sup> No Museu Casa do Bentoca inclusive existe uma galeria de fotos, numa de suas paredes, com todos os ocupantes do cargo de prefeito municipal, desde aqueles que foram nomeados por certo período, ou interinamente, até aqueles que foram eleitos em pleitos regularmente realizados pela justiça eleitoral.

De forma a se ter uma melhor visão desse quadro histórico dos prefeitos do município de Inhapim, apresentamos a TAB. 2 a seguir.

TABELA 2 - Galeria dos prefeitos de Inhapim

<b>Prefeito</b>	<b>Período de Governo</b>	<b>Partido</b>
Guilhermino de Oliveira	1939-1945	*Não havia partidos políticos neste período do Estado Novo
Antônio Paranhos	1946 (Interino/Provisório)	(Sem identificação partidária local)
Antônio Alves da Silva	1947 (Interino/Provisório)	(Sem identificação partidária local)
Geraldo Romanelli	1947 (Interino/Provisório)	(Sem identificação partidária local)
Antônio Fernandes Filho (Nico Fernandes)	1948-1950/1955-1958/1963-1966	PSD (Caranguejo)
Rodrigo do Valle Castro	1951-1954	PSD (Caranguejo)
Argentino José Soares	1959-1963	PSD (Caranguejo)
Evaldo Oliveira Fernandes	1967-1970	MDB(Pica-pau)
Norton Viggiano	1971 (faleceu durante o mandato)	ARENA (Corta-goela)
Antônio Siqueira Rezende	1971-1972 (vice-prefeito que assumiu o mandato)	ARENA (Corta-goela)
Joaquim Pereira Neto	1973-1976	ARENA (Corta-goela)
Manoel Chagas Lopes (Zito Chagas)	1977-1979 (faleceu durante o mandato)	ARENA (Corta-goela)
Antônio Viggiano Filho	1979-1982 (vice-prefeito que assumiu o mandato)	ARENA (Corta-goela)
João Batista Marques	1983-1988/1997-2000	PMDB (Pica-pau)
César Augusto Torres	1989-1992	PMDB (Pica-pau)
Almiro Siqueira de Almeida	1993-1996	PMDB (Pica-pau)
Jairo Lucca de Souza	2001-2003 (renunciou ao mandato)	PFL (Corta-goela)
Paulo Rosa de Oliveira	2003-2004 (vice-prefeito que assumiu o mandato)	PSDB/coligado ao PFL (dissidente do grupo dos Pica-pau)
Hamilton Chagas Filho (Bó)	2005-2008/2013-2016	PFL-DEM (Corta-goela)
Grimaldo de Oliveira Bicalho	2009-2012	PMDB (Pica-pau)
Márcio Elias dos Santos	2017-2020	PMDB (Pica-pau)

Nota: Os dados para a elaboração dessa tabela foram coletados em FARIA, Padre Geraldo Homem de. **Memória**. Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 1999; no acervo fotográfico do “Museu Casa do Bentoca” e nos sites do TSE (<http://www.tse.jus.br/>) e do TRE-MG (<http://www.tre-mg.jus.br/>). Acesso em: 14 nov. 2017. Cabe ressaltar que o primeiro prefeito, como já referido ao longo do texto, bem como os “interinos/provisórios” foram nomeados pelo governo do Estado de Minas Gerais.

Como se viu, através destes relatos apresentados e dos dados compilados dos prefeitos, ao longo da história do município sempre houve uma intensa disputa pelo poder local, envolvendo grupos aguerridos na luta por hegemonia política. Mesmo que os exemplos extrapolem os marcos temporais do presente trabalho de pesquisa, evidencia-se, sob diversos aspectos, que a situação, em outros recortes temporais, não diferenciava tanto assim dos casos referidos.

\*\*\* \*\*

Chegando ao ponto de encaminhamento rumo à finalização desse nosso trabalho, podemos de alguma forma, retomar aqui questões de fundamental importância apresentadas no início de nossas reflexões. De relevância sempre presente, tivemos os conceitos apresentados de espaço e território. Na perspectiva de Rogério Haesbaert, por exemplo, vimos que a compreensão do território passa pela necessidade da experiência da concretude manifesta através da ação humana no espaço. Ação essa que inclui as relações econômico-políticas, desdobrando-se na prática do exercício de poder daqueles que compõem os grupos sociais hegemônicos. E, ao longo desse terceiro capítulo, pudemos perceber, numa realidade concreta, exatamente este poder sendo disputado, construído, enfim, exercido pelos grupos político-econômicos locais. Dessa forma, o espaço foi sendo delimitado e, conseqüentemente, o domínio sobre o território onde se formou e se construiu a história de Inhapim, foi sendo também consolidado.

**REVISTA “INHAPIM, ONTEM E HOJE”, VOLUME 2 - DOSSIÊ  
ACADÊMICO: “INHAPIM, UM LUGAR NA PAISAGEM DO VALE  
DO RIO DOCE”**

O Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa propõe que ao final do desenvolvimento da dissertação, o aluno também apresente um trabalho prático ou “produto”, a partir de sua pesquisa. Nesse sentido, como membro da diretoria da “Fundação Maria José Motta”, mantenedora do “Museu Casa do Bentoca”<sup>239</sup>, pude me dedicar diretamente com a produção da edição de número 2 da “Revista Inhapim Ontem e Hoje”<sup>240</sup>. Colaborei como um dos editores da revista e redator de uma parte do material produzido ao lado de outros membros da diretoria da fundação. Ainda, como colaborador direto na escrita, elaborei dois textos a partir da pesquisa que ora se conclui e cujo resultado se apresenta nessa dissertação. Dessa forma, acreditamos estar colaborando para a divulgação de material histórico relativo ao objeto de pesquisa em questão, a história da formação de Inhapim.

Essa proposta vem se somar a uma iniciativa que a “Fundação Maria José Motta”, mantenedora do “Museu Casa do Bentoca” de Inhapim desenvolve no sentido de divulgação de seu acervo histórico. No ano de 1988, dentro das comemorações dos 50 anos de emancipação político-administrativa da cidade, uma parceria entre a prefeitura municipal, as

---

<sup>239</sup> A “Fundação Maria José Motta” é uma entidade criada pela família Motta de Oliveira na cidade de Inhapim que cedeu o imóvel da família (uma pequena casa, então residencial), em 1986 para que se instalasse nele o “Museu Casa do Bentoca”. O nome a que se refere a entidade, Maria José Motta, é uma homenagem à matriarca da família. Já o nome do museu, “Casa do Bentoca”, é uma homenagem ao patriarca da família, fazendo uma referência direta ao apelido de Bento Francisco de Oliveira. O museu “Casa do Bentoca” foi criado em 1986 a partir da iniciativa de uma família da cidade (família Motta de Oliveira) que criou uma fundação (Fundação Maria José Motta) com objetivo de incentivar a cultura e a preservação da memória da cidade. A família doou a casa onde viveram e foram criados os filhos do casal Bento Francisco de Oliveira (o “Bentoca”) e Maria José Motta. O acervo do museu começou a ser formado inclusive com a doação feita por alguns dos membros da própria família Motta de Oliveira, incluindo objetos pessoais, além de um grande número de fotos e algumas coleções de jornais. A partir daí novas doações foram incentivadas junto da comunidade, constituindo-se hoje um acervo diversificado de material iconográfico (fotos e quadros, por exemplo), peças variadas, vestuário religioso (um dos membros da família é padre e outro é uma freira), coleção de jornais, etc. A manutenção do prédio e do acervo do museu ficou a cargo da Prefeitura Municipal de Inhapim, que mantém no local alguns funcionários, porém nenhum com formação técnica para o trabalho com os materiais guardados no local, o que de resto é uma realidade muito comum em instituições deste porte e desta natureza pelo Brasil a fora.

<sup>240</sup> A “Revista Inhapim Ontem e Hoje” é uma publicação coordenada pela “Fundação Maria José Motta”, mantenedora do “Museu Casa do Bentoca de Inhapim”. A revista tem como proposta a divulgação de material do acervo do museu e o incentivo à pesquisa sobre a história do município de Inhapim. Apesar da intenção inicial de ser editada com regularidade, por diversos motivos, somente foi publicado até hoje o número 1, em 1988. Depois de longo tempo, está em fase de conclusão o número 2, a ser publicada e lançada neste ano de 2017.

diversas escolas públicas da cidade e a diretoria da fundação, possibilitou o desenvolvimento de um amplo trabalho de pesquisa no acervo do museu, bem como em arquivos e acervos particulares de diversas famílias da cidade no intuito de divulgar para o grande público, aspectos relevantes da história local.

Nos últimos anos, o museu tem realizado um trabalho de maior aproximação com a comunidade, em especial com alunos das escolas do município e até mesmo de municípios vizinhos – alguns deles, inclusive, emancipados do território de Inhapim, como São Domingos das Dores e São Sebastião do Anta. Este trabalho se realiza ao longo do ano, mas em especial durante o mês de maio, quando acontece a “Semana Nacional dos Museus”, em nível nacional.<sup>241</sup> O trabalho consiste basicamente em visitas dos alunos ao museu para conhecer e manter contato com o acervo. Em determinadas ocasiões, quando possível, algumas pessoas mais idosas, moradoras da cidade, são convidadas para um diálogo com os alunos, recordando, a partir de sua vivência e memória pessoal, como era a vida na cidade de outros tempos, o que, pelos relatos dos participantes, enriquece a visita.

No intuito de retomar a publicação da “*Revista Inhapim Ontem e Hoje*”, o museu tem se desdobrado num trabalho novamente junto às escolas para uma pesquisa voltada para o conhecimento em torno das ruas da cidade, desde o nome do homenageado até uma comparação da rua do passado com a atual. O material produzido referente a uma das ruas – no caso em questão, a Rua Alberto Azevedo – está sendo encaminhado para a publicação no segundo número da revista.

Nossa proposta para o produto final desse trabalho de pesquisa e reflexão historiográfica é atuar para o prosseguimento da publicação da revista, colaborando com a edição e lançamento do número dois. Nela serão publicados, de nossa autoria, um texto sobre a origem do nome da cidade (Toponímia) e também uma espécie de dossiê contendo breve apresentação de cada coleção de jornais constante no acervo do museu. Deste modo, acreditamos estar contribuindo para a compreensão da história local e sua divulgação. Além disso, propõe-se também a divulgação, através da revista, de outros materiais de interesse historiográfico do acervo da instituição: fotos, anúncios de cinema, matérias dos jornais, etc.

---

<sup>241</sup> A “Semana Nacional dos Museus” é um evento coordenado pelo IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) que incentiva as comemorações do “Dia Internacional dos Museus”, celebrado a cada ano, no dia 18 de maio, com propostas articuladas de divulgação do trabalho realizado por diversas instituições presentes em todo o território nacional.

## 1.1 Roteiro de Produção da Revista “Inhapim Ontem e Hoje” (número 2)

A revista terá uma capa e uma contracapa (externa e interna) com fotos variadas de diversas paisagens do município, bem como de eventos promovidos pelo Museu Casa do Bentoca.

Como se trata de uma revista editada pela Fundação Maria José Motta, o expediente contemplará além de informações técnicas da produção, dados gerais contendo os nomes dos membros da diretoria e dos conselhos fiscal e consultivo da referida fundação.

Na sequência, a revista conterà um editorial cuja redação ficou a cargo do presidente da Fundação Maria José Motta, Monsenhor Raul Motta de Oliveira. Esse editorial constará de uma espécie de prestação de contas das atividades realizadas pela fundação nos últimos 30 anos, já que o único número editado da revista foi em 1988.

A Primeira Seção da revista se volta para um projeto desenvolvido pelo museu em parceria com diversas escolas da cidade. Trata-se do projeto “Minha cidade tem memória”, cujo objetivo principal é, num primeiro momento – pois existe a intenção de ampliar o projeto para os distritos que compõem o município –, pesquisar sobre as ruas da zona urbana de Inhapim. Como parte do projeto consta a pesquisa sobre a vida da pessoa homenageada com o nome da rua, o levantamento de histórias curiosas sobre a rua e seus moradores mais antigos, bem como o levantamento de material fotográfico do passado e do presente. Nesse número da revista foi retratada a Rua Alberto Azevedo, numa referência a um dos líderes do processo de emancipação político-administrativa de Inhapim. Além da rua, o homenageado também nomeia uma das principais escolas do município (Escola Estadual Alberto Azevedo) que se localiza exatamente nesse mesmo logradouro.

A Segunda Seção da revista será intitulada “Inhapim sob dois olhares” onde estarão textos abordando a relação de dois moradores com a cidade. O primeiro deles de Nádia de Oliveira Rocha mostra a perspectiva de quem, sendo inhapinhense, saiu para estudar e trabalhar fora e retornou depois de muitos anos para viver novamente em sua terra natal. O segundo, escrito por Francisco de Oliveira Corrêa Neto, parte do ponto de vista de quem, por circunstância do trabalho passou a residir em Inhapim e acabou ficando como morador da cidade, mesmo após a aposentadoria.

Uma Terceira Seção da revista terá como título “Inhapim, lugar de muitas memórias” e será composta de textos produzidos por inhapinhenses que expressam o sentimento que surge das lembranças do passado. Dessa seção também constarão um texto sobre outro museu existente no município (Museu Rural Mamédio Francisco Militão) e ainda a reprodução de um conjunto de panfletos produzidos na década de 1940 para divulgação dos filmes em exibição no cinema local.

Na última Seção da revista encontra-se o Dossiê Acadêmico intitulado de “Inhapim, um lugar na paisagem do Vale do Rio Doce” que consta de dois textos produzidos a partir das reflexões realizadas ao longo do trabalho de pesquisa do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural, Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa-MG. O primeiro texto, “A construção da identidade do lugar: o nome do município de Inhapim”, reflete sobre questões ligadas à toponímia, em especial no sentido de contrapor-se à tradicional explicação que sempre se deu para o denominação utilizada para referir-se à cidade. O segundo texto é a apresentação de uma espécie de perfil dos jornais colecionados no acervo do museu Casa do Bentoca – utilizados como material de pesquisa para o nosso trabalho –, acompanhado de imagens de determinadas capas referentes a algumas edições desses jornais.

## 1.2 Questões de Toponímia: o nome de Inhapim

Neste processo de identificação e consequente apresentação de um território de ocupação específico – a porção norte da Zona da Mata, no Vale do Rio Doce, Leste de Minas Gerais, local onde se constitui o nucleamento urbano que deu origem ao município de Inhapim – consideramos significativo procurar meios para a compreensão das origens do lugar, não restritamente em sua conformação geográfica, mas acreditamos que esta compreensão pode ser enriquecida com o conhecimento acerca da denominação deste referido lugar. Os estudos de toponímia confirmam tal importância, inclusive no sentido de garantia de uma apropriação mais ampla e efetiva de determinado território.

Assim, uma questão útil que se pode colocar diz respeito aos nomes utilizados para designar os lugares e acidentes geográficos recém-descobertos em terras do Brasil, isto já desde 1500, quando se constitui como colônia de Portugal. Assim, alguns deles se ligam à força da tradição religiosa católica e se justificam através de recorrente prática de se designar

o acidente geográfico com o nome do santo, ou a época do calendário litúrgico da Igreja em que se encontravam (casos típicos são o do Monte Pascoal, na Bahia, avistado na oitava da festa da Páscoa pela esquadra de Cabral; e os dos primeiros nomes do Brasil: ilha de Vera-Cruz – numa lembrança também da visão da constelação do Cruzeiro do Sul, própria deste hemisfério e que sempre servira de orientação aos marinheiros – e Terra de Santa Cruz, numa referência também a elementos da devoção popular católica).

Na obra “*Toponímia de Minas Gerais*”, de Joaquim Ribeiro Costa, encontramos as seguintes considerações a este respeito:

Os primeiros núcleos de população que se formaram no território mineiro receberam os nomes que lhe foram dados pelos bandeirantes paulistas e outros povoadores, inspirados tanto nos aspectos oferecidos pela natureza como no sentimento religioso, manifestado desde os primeiros tempos pelos descobridores do Brasil. (...) Os que vieram para o reconhecimento do grande território agiram sob o mesmo pensamento. Cada acidente geográfico recebia o nome de acordo com o santo do dia, no calendário cristão. Serve de exemplo, entre outros, o nosso Rio São Francisco, descoberto que foi a 4 de outubro de 1501. Tal pensamento foi o mesmo a inspirar aqueles que mais tarde vieram povoar o território mineiro, habitado então apenas pelos índios.<sup>242</sup>

No caso do território de Inhapim, um córrego afluente do rio Caratinga, por exemplo, alcançado muito provavelmente no dia 31 de dezembro, recebeu o nome de São Silvestre, data celebrativa da festa do santo católico. Num texto intitulado “Introdução Histórica de Inhapim”, publicado também na “*Revista Inhapim Ontem e Hoje*”, escrito pelo Monsenhor Raul Motta de Oliveira, sacerdote, jornalista e diretor-presidente da Fundação Maria José Motta, mantenedora do Museu Casa do Bentoca, encontramos no subtítulo “Inhapim em seus primórdios” o seguinte:

Muitos relatos existem sobre os inícios de Inhapim. O aparente desencontro de alguns indica apenas haver várias fontes de tradição. É certo que Inhapim era o caminho do Degredo do Cuieté. Cassemiro de Lana, o poaieiro, teria passado por Inhapim (1811). João Caetano do Nascimento, o fundador de Caratinga (24-6-1847), “descendo o Rio Caratinga, encontrou a desembocadura de um córrego a que chamou de São Silvestre, por ser dia 31 de dezembro”. Todos sabemos que a confluência dos dois rios se dá bem no centro de Inhapim.<sup>243</sup>

---

<sup>242</sup> COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com estudo da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte, MG: Imprensa Oficial do Estado, 1970, p. 127.

<sup>243</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 05.

Retornando mais uma vez às considerações do autor do livro “*Toponímia de Minas Gerais*” sobre os nomes dos acidentes geográficos mineiros:

(...) os núcleos de população surgiam às vezes assinalados por sua proximidade a um acidente geográfico ou vinculados a uma propriedade territorial, para que influíssem conjuntamente as duas coisas como motivadoras principais na formação do topônimo. Em Minas, como mais frequentemente aconteceu, surgia o núcleo e os fundadores logo fincavam o cruzeiro e levantavam a capelinha para o culto de sua devoção, afervorada pelos temores e incertezas ante as empresas arriscadas a que se aventuravam.<sup>244</sup>

Nesta referência do autor, podemos identificar não somente a sua reflexão a respeito do surgimento dos topônimos, bem como perceber a presença de certo modelo de formação de diversos nucleamentos urbanos de muitas das regiões de Minas Gerais. Em nosso caso em estudo, Inhapim, no Vale do Rio Doce, também ocorreu a constituição de um patrimônio dedicado a um santo, no caso em tela, São Sebastião, que resultou na construção de uma capela dedicada a ele, em torno da qual surgiram os primeiros arruamentos que deram origem efetivamente ao município de Inhapim.

Enfim, Joaquim Ribeiro Costa conclui, de forma esquemática, o enquadramento possível para os nomes dados às áreas que foram sendo ocupadas:

Cada arraial ou povoação recebia assim o respectivo topônimo, representado: a) por um acidente geográfico (rio, serra etc.); b) por um nome do calendário cristão; c) por um nome do calendário cristão juntamente com o do acidente; d) pelo nome de uma propriedade ou do seu proprietário ou morador.<sup>245</sup>

Outra forma de nomear os lugares, muito recorrente em várias regiões interioranas do Brasil, é se valer da denominação indígena para certos elementos da natureza. Pois efetivamente “o contato dos povoadores com as tribos indígenas dava lugar, (...) a que as ocorrências geográficas ou os aspectos da natureza, nos três reinos, tivessem em grande parte a sua indicação no idioma tupi-guarani, que era a língua dos nossos silvícolas”<sup>246</sup>. Podemos inferir que o caso de Inhapim se enquadra nesta regra. De acordo com a diversa língua tupi-guarani, *inhapim* refere-se ao nome de um pássaro muito abundante na região, quando da

---

<sup>244</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 127.

<sup>245</sup> *Ibidem*, p. 127.

<sup>246</sup> *Ibidem*, p. 127. Mesmo identificado aqui pelo autor, o tupi-guarani como língua mais geral do Brasil, muitos estudos atuais apontam para o tronco linguístico “macro-gê”, a origem da língua utilizada pelos nativos presentes nesta área específica do “Sertão do Leste”.

chegada das primeiras famílias que formaram a povoação. Como elemento que reforça nossa inferência, vejamos o curioso relato que se segue:

O Dr. João Joaquim Fonseca de Albuquerque, o primeiro Juiz de Direito de Caratinga, em “O Combate” (*jornal da época*) de 23/12/1894, explica que Inhapim é corruptela de JAPIM, que na língua dos índios, designa “um pássaro preto, de encontros amarelos, o sublime cantor dos bosques dessa região”.<sup>247</sup>

Com o tempo, o lugar tornou-se muito procurado pelos caçadores de pássaros para serem negociados em outras regiões, e estas terras passaram a ser designadas pelos de fora como sendo a “terra dos inhapins”. No jornal “*Flama Cenegista*”, editado em Inhapim na década de 1950, existe a seguinte explicação, dada por Antônio Viggiano Filho, à época estudante do Ginásio de Inhapim, baseada em pesquisas realizadas, segundo ele, em relatos antigos, sem, no entanto, precisar exatamente a fonte para tais informações: “(...) o causador do nome foi Horácio Passarinheiro, que pegava inhapins em nossas matas e os vendia por bom preço em outras localidades. Daí começarem a chamar esta região de ‘terra do Inhapim’.”<sup>248</sup>

Vai-se tornando evidente a constituição de certa memória transmitida através das gerações que, aliada a uma tradição, consolida a versão para o nome da cidade que procura estabelecer uma relação direta do nome do lugar com o nome do pássaro, mas a origem etimológica da palavra, de acordo ainda com a obra de Joaquim Ribeiro Costa, seria “iãpir, cabeceira do rio, cumiada donde vem o rio; yapi ou y-apira, nascentes ou cabeceiras dos rios”.<sup>249</sup>

Dada à grande diversidade linguística do Brasil, que remonta aos primórdios de seus povos nativos, temos também uma curiosa definição da etimologia da palavra “inhapim”, diferenciando-a daquela referida anteriormente. O estudioso das línguas nativas brasileiras, Salvador Pires Pontes, em sua obra “*Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais*” assim nos apresenta o termo inhapim:

INHAPIM (nheen-pyyi) – o falador. Form. de NHEEN, NHEENGA, falar; PYYI, amiúde, repetição, depressa, muito. Inhapim, japim, japi, japi-i (japu pequeno), também chamado xexeu, João-conquinho em Goiás; japuê, japiim, na Amazônia. Conforme Eurico Santos, em “Pássaros do Brasil”, o Inhapim

---

<sup>247</sup> RIOH, *op. cit.*, p. 06.

<sup>248</sup> *Ibidem*.

<sup>249</sup> COSTA, *op. cit.*, p. 253.

(família dos Ictéridas, cocicus cela cela), possui em alto grau a faculdade de imitar as outras aves e chega até a arremedar as vozes de certos animais. Seg. Bat. C., yapi, yapi ou yapii é susceptível de várias explicações, como falador ou portador. Nelson de Senna adverte que, em Minas, o nome designa uma ave das matas do Rio Doce. Cidade. Mun. 17-XII-1938.<sup>250</sup>

Como se percebe por esta última definição, levando-se em conta a etimologia da palavra, fica evidente a vinculação com o nome do pássaro utilizado pelos povos nativos habitantes das “matas do Rio Doce”.

Desse modo, considerando as duas explicações etimológicas apresentadas, podemos arriscar certa conclusão a respeito da toponímia local, especulando que, possivelmente, era um termo utilizado pelos nativos para designar o acidente geográfico – “nascente” ou “cabeceira” do rio – a que a origem da palavra faz referência, bem como para nomear o pássaro abundantemente encontrado em grande parte das matas da região, identificado pelos nativos como “imitador/falador”.

Finalmente, quanto a esta questão relacionada à toponímia referente a Inhapim, não se tem um registro exato de quando o nome se oficializa, mas o fato é que ainda no final do século XIX, pelos relatos consultados, a referência ao nome do lugar já aparece bastante consolidada e, quase sempre, numa associação à dimensão religiosa. Neste caso, especificamente, a São Sebastião de Inhapim.

### 1.3 Acervo de jornais do “Museu Casa do Bentoca”

A partir das pesquisas empreendidas para essa dissertação, pudemos encontrar um acervo de fontes de grande relevância para a compreensão da percepção de uma sociedade interiorana, e do discurso produzido a partir dela, acerca de acontecimentos marcantes na sua vida, nas questões estaduais, na vida do país e até mesmo em fatos de alcance mundial. Estas fontes referidas são os jornais editados em Inhapim ao longo do período privilegiado por essa pesquisa.

---

<sup>250</sup> PONTES, Salvador Pires. **Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1970, p. 188.

Pudemos perceber, logo de início, que, quase sempre, esses informativos são fruto da iniciativa isolada de pequenos grupos ou de indivíduos da comunidade, que encontram em tais produções jornalísticas, o canal para expressarem o discurso produzido em seu espaço relacional. Servem como meios de expressão de sua visão de mundo, através da produção de um discurso apropriado, a partir da condição de possibilidade constituída historicamente. Em vários deles temos referências sobre a história da cidade, sobre a situação econômica e estrutural do município, bem como dos assuntos em questão na sociedade local e fora dela. Em muitos deles, encontramos também referências aos poderes constituídos em níveis mais centrais (estadual e federal). Cabe aqui ressaltar que tais referências se caracterizam, quase sempre, por um direcionamento personalista encaminhado à figura do líder político, nas mais variadas funções, em evidência no momento da publicação de cada um dos jornais consultados.

Como destaque utilizado na presente dissertação, estão os jornais produzidos e editados em Inhapim, em vários períodos de sua história. Assim se constitui uma espécie de quadro das relações estabelecidas na formação da sociedade local, com seus respectivos conflitos, avanços e retrocessos. Eles formam como que um grande espelho da sociedade que ali se desenvolve e produz o seu discurso.

Desta forma, estamos nos colocando diretamente em contato com relatos e testemunhos produzidos pelos diversos grupos que compõem esta sociedade e que estabelecem nela suas relações e disputas de poder. E os jornais editados servem como canais de expressão do discurso produzido a partir dos interesses destes grupos específicos que são, em grande parte, os responsáveis pelo estabelecimento, no lugar em questão, destas mais diversas redes de relações de poder, ou de micropoderes, como se referiria o filósofo francês Michel Foucault em sua linguagem característica.

Sobre o uso dos jornais como fonte de pesquisa, numa abordagem sobre a metodologia historiográfica, já nos disse José D'Assunção Barros: “A fonte histórica é aquilo que coloca o historiador diretamente em contato com o seu problema. Ela é precisamente o material através do qual o historiador examina ou analisa uma sociedade humana no tempo”.<sup>251</sup> E os jornais, datados como são, produzidos por um grupo específico, frutos de determinados interesses localizados, canal de expressão de um discurso, favorecem a detecção de uma espécie de rastro deixado por esta “sociedade humana no tempo”.

---

<sup>251</sup> BARROS, *op. cit.*, p. 134.

Os jornais editados em Inhapim são, portanto, uma fonte privilegiada de acesso ao discurso de uma época, uma espécie de testemunha do seu tempo e o lugar de expressão da palavra de quem exerce o poder local. No dizer ainda de Barros:

(...) o texto que se está tomando naquele momento como fonte é já aquilo que deve ser analisado, enquanto discurso de época a ser decifrado, a ser compreendido, a ser questionado. É neste sentido que diremos que a fonte pode ser vista como ‘testemunho’ de uma época e como ‘discurso’ produzido em uma época.<sup>252</sup>

E o ritmo próprio das notícias e referências dos jornais nos insere na dinâmica típica da cidade, de seu povo e, por que não dizer também, do processo de constituição de uma determinada territorialidade. E ainda mais, os jornais nos revelam quase que, permanentemente, os conflitos, embates e lutas pelo estabelecimento e exercício do poder local.

Os jornais pesquisados se encontram colecionados por nome e período de edição, encadernados em pasta simples de papel-cartão, e arquivados no “Museu Casa do Bentoca”, da “Fundação Maria José Motta”, em Inhapim. Sabe-se que outros jornais foram produzidos, porém a estes o acesso é facilitado por estarem organizados em um arquivo de uma instituição aberta ao público.

Antes de tudo, numa espécie de cuidado metodológico, procuramos ressaltar as informações pertinentes ao jornal, com destaque para os grupos responsáveis pela sua publicação, pois temos consciência, como nos alerta Tânia Regina de Lucca, sobre a

importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos<sup>253</sup>.

Neste sentido, uma atenção especial se deve aos editoriais dos periódicos consultados. Neles estão delineadas as orientações que as edições devem seguir. No caso dos jornais de

---

<sup>252</sup> BARROS, *op. cit.*, p. 134-135.

<sup>253</sup> LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 140.

Inhapim pesquisados, pela própria estrutura de funcionamento e existência dos mesmos, alguns nem tinham o que se pode chamar de um editorial especificamente. Na maior parte das vezes, percebemos as linhas de orientações dos jornais ao longo dos artigos publicados ou até mesmo pela formação dos editores e responsáveis pela publicação.

Procurando marcar uma data específica para o início desta nossa investigação, optamos por retornar à época anterior à emancipação político-administrativa de Inhapim<sup>254</sup>, que se deu em 17 de dezembro de 1938, quando, na história do Brasil, vê-se a figura do presidente Getúlio Vargas centralizar as atenções. Esta realidade já vinha se construindo desde a tomada de poder liderada por ele contra o governo de Washington Luis, em 1930, e consolidada de forma também golpista em 1937, quando da instalação do chamado Estado Novo.

Os jornais de Inhapim deste período constituem-se basicamente como porta-vozes do processo de emancipação político-administrativa, que ganhou força ao longo dos anos daquela década, visto ser o distrito o mais rico e próspero de Caratinga, município ao qual estava ligado administrativamente. Funcionavam também como uma folha de variedades para a sociedade local, bem como para a divulgação de propagandas do comércio e notas de utilidade pública. Em alguns dos artigos ou editoriais, ressaltam-se as referências aos governos do estado e do país – principalmente aquelas direcionadas à figura do presidente da República, Getúlio Dornelles Vargas.

No jornal “*O Iman*”, por exemplo – que era composto de quatro páginas, tamanho tabloide, com quatro colunas, nas quais se abordavam assuntos de interesses variados –, foram encontradas referências a ações do governo do estado de Minas Gerais, vistas como positivas para a cidade e a região. Uma destas referências se fez quando foi instalada em Caratinga (então sede do Município) uma “Agência da Companhia Progresso de Armazéns Geraes” e do “Escritório do Banco Mineiro do Café”, reafirmando o caráter agrícola da produção econômica da região:

Felizmente, o Governo Estadual e os nossos dirigentes políticos não têm descuidado, de último, do amparo à lavoura de nossa zona. Dois aparelhos de defeza da lavoura, recentemente fundados em Caratinga, dizem bem alto dos propositos do Governo e de nossos dirigentes, em cuidarem ao serio da

---

<sup>254</sup> Os jornais encontrados no acervo do “Museu Casa do Bentoca” têm sua cronologia iniciada exatamente no período em que ocorria o debate em torno da possibilidade de emancipação do então distrito de Inhapim, no início dos anos de 1930. Daí para frente, sempre houve algum informativo sendo publicado.

defeza e do fomento de nossa lavoura de café e de nossa produção agrícola – bases que são de nossa economia e fontes de renda para o erário publico.<sup>255</sup>

Numa referência ao cumprimento de promessas eleitorais, o texto intitulado “Aparelhos de Defeza da Lavoura” procura exaltar a atitude do governador do estado de Minas Gerais, naquela época, Benedicto Valadares (nomeado interventor pelo presidente Getúlio Vargas):

Em vésperas das últimas eleições, circulou vastamente, em nosso município, em boletins, o radiogramma que o Sr. Governador do Estado endereçara ao Sr. Dr. Agenor L. Alves, sobre a breve fundação, em Caratinga, do Escritorio do Banco Mineiro do Café. Os acostumados a falazes promessas de outros governos e de outros homens de tempos idos, enxergaram no texto do radiogramma umas dessas jamais cumpridas promessas de melhoramentos locais, de vésperas de eleições. Mas, agora, não foi assim. E o prometido foi cumprido. É que os Governos e os homens da actualidade são outros, todos escravos da palavra dada.<sup>256</sup>

Nota-se não só a exaltação do governo em questão, mas também certa crítica à atitude dos governantes de “tempos idos” que em comparação com os atuais – naquele ano de 1936 –, não cumpriam a “palavra dada.”.

E numa expressão que denota o desejo de transparecer a ideia de ser o porta-voz da comunidade diante do benefício recebido, o jornal se posiciona, através de seus editores:

A fundação do Escritorio, como dissemos, fala bem alto dos propositos do Governo e dos nossos dirigentes políticos, em tratarem com carinho e com justiça os interesses da nossa lavoura e de nosso povo! A elles, os nossos appalausos e a certeza de batermos palmas a todos os seus actos felizes.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> Jornal “*O Iman*” – Órgão defensor do interesse público local e regional – Ano I – 19 de julho de 1936 – n. 50, p. 1. Jornal editado semanalmente (em alguns períodos quinzenalmente) no distrito de Inhapim, quando este ainda pertencia ao município de Caratinga. Encontram-se arquivados no Museu Casa do Bentoca, 06 cópias xerocadas de exemplares do ano de 1935 e 1936. Apesar de o jornal ter sido editado por mais de 50 números, o acervo só possui estas cópias. Encontram-se nestes exemplares desde textos abordando conteúdos religiosos até pequenas anedotas. As propagandas inseridas ao longo das páginas contemplam basicamente o comércio do distrito, havendo também pequenos anúncios dos filmes em cartaz no cinema local e ainda o oferecimento de serviços médicos prestados pelo clínico geral residente na localidade. O jornal também serviu de canal para a divulgação da campanha pela emancipação de Inhapim do município de Caratinga (“Pró-Villa de Inhapim”).

<sup>256</sup> *Ibidem.*

<sup>257</sup> *Ibidem.*

Ou seja, o periódico se torna o canal para a manifestação do discurso daqueles que reconhecem as benesses do estado para a região contemplada com os recursos carreados pela iniciativa governamental. Aliás, em jornais de pequeno porte – em circulação e/ou em número de exemplares impressos – do interior esta prática é recorrente até os dias atuais.

Numa referência mais voltada ao poder central, percebemos que naquele período, várias iniciativas do governo Vargas tiveram repercussão na sociedade brasileira de forma muito destacada e às vezes até mesmo polêmica. Mesmo no interior, mais distante dos grandes debates das capitais e cidades maiores, estes temas, por mais polêmicos que fossem, não passaram despercebidos. É o caso desta notícia veiculada no jornal “*O Inhapim*”, com destaque para o comentário e detalhamento de uma lei implantada em fevereiro de 1937, ainda sob o governo constitucional de Getúlio Vargas. Trata-se da regulamentação do casamento religioso para os efeitos civis:

O casamento religioso, em tal caso, segundo a lei, pode ser celebrado por ministros da Igreja Catholica, do culto protestante, grego, ortodoxo, ou israelita, ou de outro cujo rito não contrarie a ordem publica ou os bons costumes. Mas, para que o casamento religioso tenha validade para o efeitos civis, é necessário que os nubentes requeiram ao juiz competente para a habilitação conforme a lei civil, que seu casamento seja celebrado por ministro das citadas religiões.<sup>258</sup>

Após uma detalhada apresentação dos procedimentos a serem efetuados por aqueles que contraíssem núpcias após a publicação da nova lei, o artigo é encerrado apontando quem foi diretamente favorecido por tal determinação legal:

---

<sup>258</sup> Jornal “*O Inhapim*” – “Propugnador pela criação da Villa de Inhapim” – Ano I – 4 de abril de 1937 – n. 10, p. 1. Periódico semanal publicado também no distrito de Inhapim. As cópias dos cinco exemplares encontrados no Museu Casa do Bentoca, estão xerocadas e correspondem somente ao ano de 1937 (foram publicados mais de uma dezena). Este jornal se volta de maneira bem específica pela causa da emancipação político-administrativa do distrito, servindo como uma espécie de tribuna de onde são emitidas as falas em defesa do ideal anunciado no lema do jornal. Em suas quatro páginas, divididas em quatro colunas, destacadamente em seus editoriais, encontramos o posicionamento das lideranças locais acerca do ideal pretendido. Mesmo manifestando a necessidade de união das forças políticas em torno desta causa, não se deixa de notar a disputa de poder que se estabelece entre estas lideranças, logicamente já vislumbrando a manutenção ou a conquista dos postos de comando na futura cidade. Isto fica inclusive evidenciado pelos nomes dos diretores do jornal: Alberto Azevedo, filho do antigo Coronel Guilherme Milward de Azevedo, líder político do lugar. O outro diretor é o senhor Anastácio de Araújo Chaves, que havia dirigido o jornal anteriormente mencionado (“*O Iman*”) e que, politicamente falando, era vinculado ao grupo de Alberto Azevedo. Constam de suas páginas também assuntos ligados ao dia-a-dia da sociedade local como os casamentos, aniversários, apresentações teatrais e disputas esportivas (futebol), além das propagandas comerciais e de prestação de serviços – do distrito ou da sede do município, Caratinga.

A vantagem maior que houve no dispositivo Constitucional e na Lei N. 379, permitindo o casamento religioso com os efeitos civis, foi prestar uma homenagem à Religião Catholica, que é a da maioria da Nação Brasileira. Louvamos sinceramente, por esse lado, a instituição, entre nós brasileiros, do casamento religioso com os efeitos civis.<sup>259</sup>

A notícia desta lei implantada pelo governo federal, como faz referência a matéria, presta “uma homenagem à Religião Catholica”, que desde a proclamação da República, quando houve a separação Igreja-Estado, sempre tentou recuperar seu espaço. Mesmo numa comunidade pequena do interior, marcada pela prática do catolicismo, havia, através do discurso de uma parcela da população ali residente, a percepção desta problemática envolvendo a nova lei e seus efeitos.

Em outro número do mesmo “*O Inhapim*”, numa interlocução com as questões mais amplas do cenário político internacional daquele ano de 1937 – marcado pelo crescimento de ideologias totalitárias e a instalação de governos ditatoriais em diversas partes do mundo – num texto assinado sob o pseudônimo de Sacy, o autor nos fala a respeito dos ditadores de então, expressando determinada visão que se constituiu a partir de uma comunidade do interior, através das páginas de um periódico que serviu como canal de manifestação de um discurso específico:

Os dictadores que tomaram posse de alguns paizes e povos da Europa, não podem fugir às contingências da fraqueza humana, não obstante a convicção intima de que são semi-deuses. E têm quasi todos as suas extravagancias. O peor é que os seus caprichos não são lá muito innocentes! Mesmo sem fallar nos pendores mavroticos de todos elles, exigindo e impondo sacrificios enormes para os seus preparativos bellicos, e obrigando os povos extranhos a se armarem tambem, por via das duvidas, - ainda fica nesses “gajos”, muita mania esquisita para o commentario de quem os observa.<sup>260</sup>

Em seguida, o articulista do jornal apresenta três dos líderes mundiais daquela época que se enquadram no perfil estabelecido na introdução do seu texto:

Stalin, esse tártaro mal encarado que domina a Rússia, gosta do passa-tempo bem mongólico, de caçar e exterminar os seus adversarios, enquanto, nas terras alheias, lavra o incendio por elle assoprado!  
Hitler – com aquella percentagem mínima de bigode, que traz logo à mente a figura comica do Carlitos, e que sacrifica, lamentavelmente, a magestade da sua physionomia de dictador , - quando não está gritando, para desassocego

---

<sup>259</sup> Jornal “*O Inhapim*” – “Propugnador pela criação da Villa de Inhapim” – Ano I – 4 de abril de 1937 – n. 10, p. 2.

<sup>260</sup> Jornal “*O Inhapim*” – “Propugnador pela criação da Villa de Inhapim” – Ano I – 14 de março de 1937 – n. 8, p. 4.

dos vizinhos proximos e remotos, os seus discursos de alto poder explosivo, gosta de divertir-se , perseguindo e escoraçando os judeus. Que sina triste a dos pobres filhos de Israel! Depois de ter sido o “povo escolhido de Deus”, passou a ser, no decurso da historia, o cachorro vira-lata da humanidade, que toda gente quer correr e apedrejar.

E Mussolini? – O donatario da Italia contemporanea tem a preocupação da dictadura até diante de uma machina fotografica! Calado ou discursando, ceifando espigas ou revistando tropas, de “camisa preta” ou sem camisa nenhuma, – quando se retrata, tem sempre aquella physionomia fechada e ameaçadora de quem vae dizer um desaforo ou dar um socco...

Defronta-do uma objectiva, é incapaz de sorrir, ainda que lhe façam coegas!<sup>261</sup>

Nota-se até mesmo certo ar de ironia e humor em torno destas figuras que se tornaram quase que sinônimo de crueldade ao longo do século XX. É a expressão da opinião de um articulista de um modesto e simples jornal – com tiragem e circulação limitadas – de uma pequena localidade do interior demonstrando sintonia com a percepção de boa parte da humanidade que via, cada vez mais, tais líderes como sendo figuras que representavam perigo real para a paz e a estabilidade mundiais, como de fato foi efetivado quando da eclosão da Segunda Grande Guerra, praticamente dois anos depois, em 1939.

Pensando em questões mais nacionais, numa demonstração de afinado alinhamento ao grande direcionamento empreendido pela política propagandista do Estado Novo, implantada pelo governo de Vargas – através da qual o personalismo do líder maior da nação é exaltado, de forma especial pela juventude estudantil – encontramos num jornal editado e publicado a partir da iniciativa de jovens estudantes do Grupo Escolar local, referências ao mandatário maior do país. Nele temos um exemplo de como a figura do presidente Getúlio Vargas exercia naquela época uma grande influência sobre a sociedade brasileira, aqui representada pelo setor estudantil de uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, em sua porção Leste, em pleno Vale do rio Doce, através do texto de primeira página de autoria do tesoureiro do jornal, Pedro Campos de Miranda:

O nosso presidente da Republica, Dr. Getulio Vargas está melhorando muito o nosso Brasil.

É um magnânimo e justo; è um homem que gosta da paz. Acabou com a maldita política do Brasil que era um inferno; as famílias viviam em brigas constantes e as cidades revolucionadas. Acabou com o comunismo e o integralismo do qual era chefe o Plínio Salgado. Nós somos felizes em possuí-lo. O povo brasileiro gosta muito dele e há 10 anos ele governa o Brasil. Agora está comprando armas para o Paiz porque se formos invadidos

---

<sup>261</sup> Jornal “*O Inhapim*” – “Propugnador pela criação da Villa de Inhapim” – Ano I – 14 de março de 1937 – n. 8, p. 4.

pelos estrangeiros, poderemos nos defender. O Estado Novo, lei do dia 10 de Novembro de 1937, foi feita por ele. Tem diminuído muito os crimes, porque o sujeito que cometer um crime hoje, è raro sair livre, pois, não há política e nem proteção para criminosos.<sup>262</sup>

Mais uma vez, percebemos aqui uma referência indireta aos governos e autoridades que anteriormente exerciam o poder nas terras brasileiras, comparando-os com os novos ocupantes dos cargos de comando da nação, alegando-se não haver “política e nem proteção para criminosos”.

Ainda numa referência explícita aos poderes mais centrais (estadual e federal) o jornal “*Inhapim – Segunda Fase*”, procurando estabelecer uma linha de sintonia com os acontecimentos de maior abrangência, traz logo no seu primeiro número, datado de 1º de janeiro de 1941, uma referência ao governador do Estado de Minas Gerais, na época Benedito Valadares Ribeiro, e também ao presidente Getúlio Vargas, bem como da relação existente entre ambos:

O Estado Novo na sua forte entrosagem administrativa e na sua dinâmica positiva e construtora, é sem duvida a única realidade política tangível que impera em todo o grande Estado de Minas Gerais.

Extraordinário mineiro, o Governador Benedito Valadares tem sabido compreender profundamente, interpretar e aplicar, com larga visão de estadista o sentido de re-integração do Brasil no seu destino histórico de ordem, coesão e trabalho, que o Presidente Getulio Vargas apontou e para o qual reconduz a nação desde 1937.

Nem outra poderia ser a pauta de procedimentos do nosso esclarecido governador. Mineiro, de nascimento, caráter e tradição familiar, é ele naturalmente dotado de profundo senso das realidades, agudo tino diplomático, e tem a lealdade e a firmeza temperamentais, muito conhecidas, da sólida gente montanhesa.

Acertou, portanto, o presidente Getulio Vargas, quando oportunamente o fez interventor em 1933, em nome do nascente Estado Novo.

E, o pago de tamanha confiança, Benedito Valadares os tem dado, sem equivoco, a toda a nação, sustentando rigorosamente a política do presidente, com o peso da voz poderosa de Minas Gerais, coêsa e disciplinada.<sup>263</sup>

---

<sup>262</sup> Jornal “*O Inhapim*” – Ano II – 2ª Fase: 21 de Abril de 1940 – n. 1, p. 1. Jornal editado em Inhapim no ano de 1940. Era definido como “Órgão dedicado aos interesses do Grupo Escolar de Inhapim”. Foi encontrada no acervo do Museu Casa do Bentoca apenas uma cópia de 1 exemplar (1940). Era um jornal editado pelos alunos da escola local, servindo como um canal de comunicação entre a escola e a comunidade.

<sup>263</sup> Jornal “*Inhapim*” – Ano I – n. 1: 1º de Janeiro de 1941 – Segunda Fase, p. 1. Jornal semanal editado em Inhapim nos de 1941 e 1942. Publicava notícias locais e, quase sempre fazia referências aos poderes constituídos em nível estadual e federal. O acervo do Museu Casa do Bentoca possui 52 exemplares originais do ano I (1941 – 1942). Este jornal era produzido sob a responsabilidade de dois profissionais liberais, um advogado (Dr. Geraldo Romanelli Fernandes) e um médico (Dr. José Getúlio Ribeiro).

Como se pode perceber por este breve recorte no editorial de apresentação do nascente informativo, existe uma preocupação guiada no sentido de enaltecer as figuras públicas de destaque no cenário tanto estadual quanto em nível federal, como se nota nas referências também ao então presidente Getúlio Vargas, em plena vigência do Estado Novo. Nesta linha também se guiam outros editoriais e artigos em números subsequentes do mesmo jornal.

Em seu primeiro número, outro jornal, “*A Bandeira*”, apresentado pelo seu redator-chefe, Francisco de Paula, tem sua linha editorial delineada. Nota-se a preocupação em assumir um discurso que expressa o desejo de estar a serviço da “coletividade”, de alguma forma ser o porta-voz e o canal adequado para o estabelecimento de relações internas e externas da comunidade:

A folha que, nesta manhã trisada do último sol de maio, surge nesta florescente cidade de Inhapim, tem um programa a executar e um ideal a atingir.

Destinada à árdua luta em prol da verdade em defesa dos interesses da coletividade, surge disposta à tríplice tarefa de semear o bem, estirpar os vícios e apontar soluções dignas e eficientes. Assim, se seu lema é PELA VERDADE E PELA JUSTIÇA A SERVIÇO DO POVO, pode e deve gravar no seu bôjo, com caracteres indelévels, este dístico que assinalava o peito dos antigos cruzados: *Nec laudibus nec timore*.

Condescendente, lhana cortez, saberá inculcar ânimo, suscitar interesse, imprimir orientação. – Mas, se necessário, saberá, dizendo a verdade tôda, baixar o azorrago de seu zêlo para fustigar abusos, ou defender inocentes.

264

Essas relações (internas e externas) se evidenciam, em parte, pela afirmativa expressa no lema “Pela verdade e pela justiça a serviço do povo”. E, em nossa busca por perceber o discurso produzido a partir desta comunidade acerca de questões mais amplas, vemos a tentativa de marcar a posição da editoria do jornal no que se refere à questão política neste trecho do mesmo autor ainda em sua apresentação:

Apolítica, inteiramente votada aos problemas humanos, não terá mão estendida a nenhum dos 13 partidos que mutuamente se degladiam neste

---

<sup>264</sup> Jornal “*A Bandeira*” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1. Semanário editado em Inhapim entre os anos de 1952 e 1956. Tinha como lema: “Pela Verdade e pela Justiça a Serviço do Povo”. O acervo do Museu Casa do Bentoca possui arquivados 186 exemplares originais (coleção completa!) dos anos I ao IV (1952 – 1956). Foi o jornal de maior tempo de circulação deste período, em torno de cinco anos. Por este motivo, o de maior número de exemplares encontrado. Era ligado à Igreja Católica e seu principal responsável era o pároco da cidade à época: padre Othon Fernandes Loures. Por isto mesmo suas matérias e notícias seguiam muito de perto as orientações pastorais do clero daquele tempo. Ganha destaque, deste modo, a exaltação dos eventos e festividades religiosos, bem como uma espécie de apologia dos dogmas e princípios da Igreja. Por outro lado, percebe-se também em suas páginas uma clara postura de combate ao protestantismo. Mas o conteúdo não era exclusivamente religioso, contemplava também assuntos de interesse geral da comunidade como questões políticas, eventos sociais, anúncios comerciais e propagandas de filmes do cinema local.

querido Brasil. Mas se sentirá à vontade, “fora e acima dos partidos”. Sem embargo, dentro de suas diretrizes, patrocinará tôdas as causas dignas, dêsses mesmos partidos.<sup>265</sup>

Mesmo tendo presente na vida do município, de forma destacada, somente a representação dos dois maiores partidos políticos daquela quadra histórica (PSD e UDN), o colunista do jornal faz questão de informar de forma precisa a quantidade de partidos existentes no Brasil naquele período, treze.<sup>266</sup>

Continua o editorial de abertura do número de lançamento do periódico, ainda numa apresentação geral:

Avêssos a louvores gratuitos, tratará igual e cristãmente às duas classes de que se compõe a Sociedade – a classe rica e a classe pobre – prodigalizando à última um profundo acatamento como sua condição exige e inspira... Inhapim, abrigo de um povo civilizado e boníssimo, faz jus a um imprensa ereta e corajosa, para fazer frente aos seus problemas, suaves ou cruciantes, remotos ou imediatos, de difícil, ou de fácil solução...<sup>267</sup>

O editorial, cujo título é “Pela Verdade e pela Justiça a serviço do povo – No tôpo (*sic*) de ‘A Bandeira’”, é concluído num clima de exaltação de suas virtudes e propósitos, no contexto mais amplo do país, tendo como evidente sua vinculação com os princípios da religiosidade cristã-católica:

“A Bandeira”! Bandeira que se desfralda sob os Céus de Inhapim e sôbre as nossas cabeças! Bandeira, que não é um lenço de bolso, e sim um pendão nos ares! Bandeira que é uma definição! Sua tarefa se resume em trabalhar para um Brasil maior, mais feliz, mais cristão.<sup>268</sup>

---

<sup>265</sup> Jornal “A Bandeira” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1.

<sup>266</sup> Ver DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. Neste texto a autora analisa a política partidária brasileira entre 1945 e 1964 e apresenta um quadro com a Composição Partidária da Câmara Federal neste período (p. 142). Neste quadro são apresentados os partidos PSD, UDN, PTB, PSP, PCB e agrupados sob o termo PEQUENOS, todos os outros partidos, sem, no entanto, precisar o número exato destes partidos. Ver também HIPOLITO, Lúcia. **De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Ao final desta obra, a autora nos apresenta anexos com a composição da Câmara Federal e do Senado pelo partido de cada um dos seus membros (pp. 259-285), perfazendo um total de 16 partidos naquele período: PSD, UDN, PTB, PR, PSP, PTN, PSB, PL, PDC, MTR, PCB, PPS, PPB, PRT, PST e PRP. Ainda no site do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) consta um breve histórico dos partidos no Brasil. Na parte referente a este período histórico cita-se a existência de 13 partidos, sem, no entanto elencá-los ([www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)).

<sup>267</sup> Jornal “A Bandeira” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1.

<sup>268</sup> *Ibidem*.

Ainda no mesmo número de estreia do jornal, sob o título de “Observatório”, encontramos também, numa espécie complementar de apresentação da postura do periódico em relação às questões políticas, subtítulos identificados como: Política Internacional, Política Nacional e Política Mineira. Também encontramos uma reflexão geral sobre a abordagem adequada da Política, a partir de uma visão identificada pelo autor como sendo do “interior”:

Abordar Política, no interior, requer de nossa parte, maior que seja a isenção que nos anime, têmpera rija para resistir às incompreensões que as inevitáveis críticas muitas vezes suscitam no espírito daqueles que, pouco afeitos ao pleno exercício da democracia, ignoram a função construtiva da boa imprensa. Prova é que os nossos jornais raramente ousam imiscuir-se em Política, numa pusilânime acomodação, que a nós não seduz, mas faz compreender.<sup>269</sup>

Nota-se uma preocupação com a questão da isenção ao referir-se à abordagem da problemática que envolve o tema da política. Compreende-se tal preocupação pelo fato de existirem acirradas disputas entre os grupos que lutavam pelo exercício do poder local, como já foi apresentado no terceiro capítulo da dissertação. Para a sobrevivência de um jornal, mesmo que de tiragem limitada e alcance microrregional, o fato de não ser e talvez, muito mais ainda, não ser visto, como a serviço do adversário político, era fundamental. Uma vinculação já referida, porém, não há como ser omitida, a saber, aquela relacionada com a Igreja Católica, visto ser o diretor do jornal um padre, sendo ele o pároco local.

Prossegue mais à frente, o autor da coluna “Observatório”:

Não nos move o mórbido e deletério desejo de a tudo censurar. Não. Desta coluna não faremos política. Apenas analizaremos, acima dos partidos, com honesta e serena firmeza, os fatos políticos que se desenrolarem no universo, em nossa pátria, na província e em Inhapim, tendo sempre em mente que a crítica elevada, construtiva e sincera é colaboração de que a democracia não pode prescindir. Só teremos compromisso com a nossa consciência, que estará sempre voltada para os interesses supremos do povo. Com toda a austeridade e independência, queremos nós também sempre poder exclamar: - “Eu estimo Platão, mas estimo ainda mais a verdade!”.<sup>270</sup>

Em seguida, com o subtítulo “Política Internacional”, temos uma breve ambientação do mundo daquela época, maio de 1952, após a Segunda Grande Guerra, quando pairava no ar

---

<sup>269</sup> Jornal “A Bandeira” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1.

<sup>270</sup> *Ibidem*.

a nuvem cinzenta da chamada Guerra Fria, aqui não exatamente nomeada desta clássica forma, mas sugerida e insinuada:

“Si vis pacem, para bellum”, diziam os romanos. “Se quereis a paz, preparai-vos para a guerra” é ainda o lema do mundo paganizado em que vivemos. As normas éticas do amor fraterno, impostas por Cristo, já não são mais ouvidas. E o mundo, louco, febril, se arma, se arma... Bombas de hidrogênio, atômicas, aviões a jato, discos voadores, são a constante das preocupações dos senhores da terra. No universo inteiro há o temor de nova guerra (*trecho rasgado e arrancado do jornal*) os instintos de bêtea falarem mais alto que a voz da razão, enquanto o egoísmo e a cobiça de mando na terra fizerem guarida, esta psicose coletiva persistirá. E “a guerra execrada pelas mães”, leitores, esta é a dura verdade, mais ou menos tempo, virá fatalmente, para sorver mais vidas, para destruir mais lares, para arruinar mais povos.<sup>271</sup>

Justifica-se este tipo de discurso, sintonizado com os temas mais em evidência, mesmo num cenário mais globalizado como é neste caso, pelo fato dos responsáveis pela publicação do jornal, ainda que falando a partir de um lugar de pouca visibilidade – uma cidade pequena do interior, pelas páginas de um jornal de pouca tiragem e limitada circulação –, constituírem um grupo com certo grau de formação e instrução. Isto, mesmo levando-se em conta o fato de algum dos responsáveis pelo jornal terem tal formação longe dos meios acadêmicos, incluindo até mesmo aí, autodidatas.

Na mesma coluna, agora voltando o olhar e a atenção para os problemas mais domésticos, com o subtítulo “Política Nacional”, encontramos referências também ao cenário brasileiro naquele ano de 1952:

Enquanto isto, o Brasil asfíxiado, com a economia e finanças combalidas, luta para sobreviver à crise que o consome. S. Excia., o Snr. Presidente da República entregou a Pasta da Fazenda a um técnico de incontestável capacidade, a uma autoridade no assunto, o Ministro Horácio Lafer. É inegável que Sua Excia., o Ministro, tudo tem feito para, à luz da Economia Política, em que é doutor para estancar o aumento constante do custo de vida. Tem procurado arrecadar o máximo e gastar o mínimo. Seguindo sua Política, o Banco do Brasil suspendeu as operações da Carteira de Redescontos e, em consequência, os outros Bancos restringiram também, ao máximo, os seus empréstimos. O comércio sente a retração do crédito. Não só o comércio, mas também a iniciativa privada. Será mesmo esta, Sr. Ministro, a melhor Política?<sup>272</sup>

---

<sup>271</sup> Jornal “A Bandeira” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1.

<sup>272</sup> *Ibidem*.

Nota-se a partir deste trecho selecionado, o posicionamento da editoria de forma questionadora quanto ao ambiente econômico instaurado no país naquela quadra histórica. Isto, numa distante cidade do interior, através de um jornal de baixa tiragem (na verdade não temos a informação precisa da quantidade de exemplares impressos, mas sabe-se que não era assim tão grande) e de uma circulação bastante localizada, atingindo o município de Inhapim e alguns municípios vizinhos, principalmente Caratinga, o antigo município-sede.

Finalmente, com relação a Minas Gerais, temos o subtítulo “Política Mineira”, no qual lemos apenas um trecho do texto, visto que a parte inferior do jornal encontra-se danificada (foi rasgado e arrancado um pedaço do jornal): “O Governador Juscelino Kubitschek, ao assumir o governo, adotou o binômio “Estado e Transporte” como sua preocupação fundamental. Sem dúvida, um belo programa. Seria ocioso enumerar as vantagens que traria, ao nosso decadente Estado (...)”.<sup>273</sup> Claramente se percebe uma postura de quem critica o governo anterior, apostando, de modo esperançoso, em prováveis transformações geradas por quem está no início do exercício de poder estadual.

Ao analisarmos os números subsequentes do jornal “A Bandeira”, constatamos que uma recorrência em seus editoriais e/ou artigos, eram referências, críticas, reflexões acerca de questões de ordem política, econômica, social, cultural que tinham a ver primeiramente com a própria cidade, mas que se abriam quase que invariavelmente para uma interlocução com problemáticas que ganhavam uma perspectiva muito mais ampla.

Como se pode notar até aqui, não somente o nome se repete em alguns dos jornais editados, mas também o tipo de conteúdo e a orientação de suas linhas editoriais permanecem bastante semelhantes. É o caso de mais um periódico com o nome de “*O Inhapim*”. Nele pudemos encontrar um breve texto, escrito por um dos colaboradores do jornal (Wanderley Faria), sob o título “A Futura Capital”, no qual são tecidos elogios à figura do presidente Juscelino por causa de sua iniciativa considerada ousada de construção de uma nova capital para o país. Começa, estabelecendo sua perspectiva de abordagem: “Aqui estou mais uma vez, não para falar de coisas de nossa cidade, mas sim de nosso País”<sup>274</sup>. Em seguida, após

---

<sup>273</sup> Jornal “A Bandeira” – Ano I – n. 1: 31 de Maio de 1952, p. 1.

<sup>274</sup> Jornal “*O Inhapim*” – Ano 1 – 1 de novembro de 1959 – n. 14, p. 1. Semanário publicado em Inhapim nos anos de 1959 e 1960, com mais de 20 números editados. Das quatro páginas (de quatro colunas), a primeira e a última continham basicamente textos, informativos/opinativos. As páginas centrais, quase que integralmente se destinavam às propagandas comerciais, de Inhapim e Caratinga. Começou a ser editado num tamanho pequeno (2 exemplares encontrados no acervo do museu), depois teve o tamanho aumentado para o tabloide, com cinco colunas, e finalmente retornou ao tamanho menor no ano de 1960. Trazia conteúdos variados em suas páginas,

uma breve referência – acompanhada de uma reflexão – a fatos históricos ligados ao processo de independência do Brasil, fala sobre o tema anunciado no título do artigo:

A construção já afamada no mundo inteiro de Brasília, é uma imposição de nossa conjuntura econômica, social e política. O Brasil não pode e não deve viver à beira de si mesmo, divorciado de sua própria realidade, atuando, realizando, reagindo, exclusivamente por reflexos, automatizados pelos interesses das grandes potências. Precisamos ocupar nosso próprio território, precisamos integrar definitivamente o País, através de um sistema no qual Brasília é o centro, no seu verdadeiro ponto de equilíbrio, dividindo-se sempre com os Estados do Brasil, em influência de fator e de riqueza.<sup>275</sup>

Finalmente, procura estabelecer uma espécie de continuidade em eventos marcantes da história nacional, ao colocar Brasília como um dos momentos-chave do desenvolvimento pátrio:

Brasília, representa o nosso terceiro ciclo econômico, e é a capital, o iman poderoso de nossa Revolução Industrial e de tôdas as nossas energias. Sêr contra Brasília, neste momento, é sêr contra o Brasil, é sêr a favor de nossa sujeição, a sêr a favor do estrangeiro. Brasília, é o símbolo de nosso Nacionalismo em marcha, símbolo de nossa revolução Industrial. Brasília, sem dúvida, será daqui alguns anos o orgulho de todos nós, porque dará ao Brasil um futuro cheio de esperanças. Em 1500 com a nossa descoberta, no ano de 1822 com a nossa Independência Brasília em 1960 completa o terceiro marco de nossa presença no consêto (*sic*) das Nações.<sup>276</sup>

E encerra o texto numa exaltação do presidente Juscelino, o responsável maior por aquele acontecimento, a construção de Brasília: “brasileiros, saudemos o Presidente do Brasil, por esta obra gigantesca que está fazendo para nós, e tenhamos confiança em Brasília, porque esta será sem dúvida, o grande futuro, a grande esperança de nosso País.”<sup>277</sup>

Em outro número do mesmo jornal, sob o título de “Quixotes de Aragarças”, o autor Anatólio Chaves – também colaborador em praticamente todos os jornais anteriores – faz uma reflexão em torno do acontecimento envolvendo aviadores da Força Aérea Brasileira, durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek. Este movimento militar, que ficou conhecido como “Revolta de Aragarças”, teve início em 02 de dezembro de 1959 e durou em torno de 36 horas. O fato em questão compõe na verdade um pouco do cenário do embate político-

---

quase sempre, textos opinativos sobre questões locais ligadas à religião (católica), ao esporte (futebol), à vida estudantil, à administração municipal, além das propagandas do comércio local e regional.

<sup>275</sup> *Ibidem.*

<sup>276</sup> *Ibidem.*

<sup>277</sup> *Ibidem.*

ideológico daquela quadra histórica dos anos 1950 e principalmente do governo de Juscelino Kubitschek sobre o qual pesavam denúncias de corrupção. Os líderes do movimento tenente-coronel aviador Haroldo Veloso (envolvido também na “Revolta de Jacareacanga”, em 1956) e o também tenente-coronel João Paulo Moreira Burnier tinham como objetivo, ao lado de outros militares e civis envolvidos, afastarem do poder “elementos corruptos e comprometidos com o comunismo internacional.”<sup>278</sup> Para tanto,

“pretendiam bombardear o Palácio Laranjeiras e do Catete, no Rio, e ocupar também as bases de Santarém e Jacareacanga, no Pará, entre outras. Na realidade, nem o bombardeio aos palácios, nem a ocupação das bases chegaram a ocorrer, e a rebelião ficou restrita a Aragarças. A revolta durou apenas 36 horas. Seus líderes fugiram nos aviões para o Paraguai, Bolívia e Argentina, e só retornaram ao Brasil no governo de Jânio Quadros.”<sup>279</sup>

O articulista interiorano, em sintonia com os acontecimentos que envolviam interesses maiores da vida republicana nacional, ao iniciar seu texto, adverte: “Ao contrário dos aviadores, que andam em linha reta, vou fazer uns zigs-zags antes de chegar ao caso deles. Relevem e não reparem, que é do meu pobre estilo.”<sup>280</sup> Em seguida, conta algumas histórias, através de parábolas, para finalmente referenciá-las com o acontecido:

Para atualizar o que escrevo, aí está o caso dos militares que recentemente, se dizendo revolucionários, pegaram aviões e correram para o Paraguai e Argentina.

Desconhecedores de seus arredores, de Constituição, das Leis e Regulamentos. Sendo instruídos e muito conhecedores da mecânica, de estratégia militar, não sabem como funciona precisamente a máquina político-administrativa da Nação, num govêrno em que não se pode negar, e ninguém nega, tolerância, democracia e grande esforço administrativo. Usemos o voto, para mudar governos e mesmo regimes, porque é a melhor arma e nos dá ainda apôio popular aos dirigentes, sem o que ninguém se agüenta lá em cima. Derramemos sangue, sim, quando no govêrno houver homens que não saiam nunca, por faltar o sistema representativo, a liberdade democrática. Quem está impedindo a quem de ser candidato de nosso agrado?<sup>281</sup>

Ressalte-se a percepção, a partir de uma cidade pequena do interior de Minas Gerais, acerca deste fato marcante na vida republicana daquele período. Isto, mais uma vez, num

---

<sup>278</sup> Texto escrito por Célia Maria Leite Costa no site [www.cpdoc.fgv.br](http://www.cpdoc.fgv.br) na página intitulada “O Brasil de JK”. Acesso em 22 de maio de 2017.

<sup>279</sup> *Ibidem*.

<sup>280</sup> Jornal “*O Inhapim*” – Ano 1 – 30 de dezembro de 1959 – n. 20, p. 1.

<sup>281</sup> *Ibidem*, pp. 1 e 4.

jornal de circulação limitada, caracterizado, de maneira destacada, pelo noticiário local. Em seguida, concluindo o artigo, o autor, no desejo de justificar o título do seu texto, nos diz:

Pois é. Os homens de Aragarças praticaram, pura e simplesmente, o quixotismo. Saíram para as suas andanças, fora do tempo e da atualidade brasileira, que desconhecem lamentavelmente, imitando, como o célebre personagem de Cervantes, o feio de outros brasileiros do passado, que embora quixotescos, também, emocionaram realmente a Nação. Fizeram-no, entretanto, como o macaco, dando-nos oportunidade de rir. Reprovados por todos que têm responsabilidade, pessoas e instituições, se transformaram em “saco de pancadaria”, igualzinho ao que sucedeu a D. Quixote, por mais de uma vez, tudo pelo amor de Dulcinéia.<sup>282</sup>

Após estas referências jornalísticas podemos chegar a uma conclusão bastante evidente, como regra geral, pode-se dizer que tais fontes estão recheadas, principalmente, de informações referentes à vida da sociedade local, bem como de textos que tentam estabelecer uma espécie de diálogo de setores desta sociedade com outros círculos sociais, próximos – das cidades e comunidades vizinhas – ou até mesmo com os mais distantes, como em casos referentes ao estado e ao país e, em alguns situações, como se viu, até mesmo internacionais. Ou seja, o discurso produzido a partir de determinados grupos da comunidade procuram estar ligados aos temas mais em evidência no momento em que são produzidos.

Ao final dessa análise, para composição desse dossiê, constata-se basicamente a produção de um discurso que procura mostrar a vida do lugar e as relações nele estabelecidas. Porém, apesar de, primordialmente, ser um discurso sobre um lugar específico, ele não se fecha em si mesmo. Abre-se a outras dimensões, passando a ser inclusive o discurso a partir de um lugar. Por isso mesmo, em muitos jornais pudemos encontrar quase que permanentemente notícias e referências diretas às lideranças estaduais, federais e até mundiais, além de reflexões sobre os acontecimentos mais significativos do momento datado da edição de tais periódicos. Evidentemente tais reflexões expressam a opinião de apenas uma parte desta comunidade, representada por aqueles que são os responsáveis pela edição e publicação dos periódicos, e em nenhum momento buscou-se pretensiosamente afirmar o contrário.

Cabe observar ainda que estas iniciativas de edição dos periódicos não contavam com jornalistas, no sentido estrito do termo, entre os responsáveis por tais publicações. Isto é, não

---

<sup>282</sup>Jornal “*O Inhapim*” – Ano 1 – 30 de dezembro de 1959 – n. 20, p. 4.

era o discurso de quem detinha a formação acadêmica adequada para pronunciá-lo, mas que nem por isto deixou de ser dito. Esta falta do profissional talvez se justificasse pela distância de grandes centros onde este efetivamente atuava, e muito provavelmente também, pelo fato de não haver àquela época legislação pertinente que exigisse a obrigatoriedade de tal profissional para a publicação de um jornal. Os jornais eram publicados, quase sempre pela iniciativa de profissionais liberais, funcionários públicos, professores, estudantes, escritores, autodidatas, membros do clero, etc. Cabe lembrar ainda que muitas destas iniciativas contavam com a simpatia e até mesmo o apoio financeiro daqueles que exerciam o poder local de alguma forma, representado não somente pelos ocupantes da prefeitura municipal, mas também pela Igreja Católica, pelas escolas ou determinados grupos de profissionais liberais.

Enfim, podemos dizer que este conjunto de jornais pesquisados constitui-se em lugar de fala privilegiado, demonstrando a existência de uma importante forma de expressar o ponto de vista, através do discurso – dentro das condições de possibilidade determinadas pelo jogo de relações de poder construídas ao longo da história local –, de uma sociedade formada na região Leste do estado de Minas Gerais, encravada bem no Vale do Rio Doce. Ou ainda numa outra formulação: vimos como uma sociedade do interior percebe e até mesmo vivencia e se comunica com determinados acontecimentos que têm lugar em um âmbito maior, mais amplo, numa esfera de poder estadual, federal e, em alguns casos, até mesmo mundial.

\*\*\* \*\*

Observações referentes aos dados da TAB. 3, apresentadas logo a seguir:

- 1) os jornais que correspondem aos anos de 1935 a 1978, constantes no arquivo do “Museu Casa do Bentoca”, foram colecionados, organizados e doados pelo Monsenhor Raul Motta de Oliveira, que é o diretor-presidente da “Fundação Maria José Motta”, mantenedora do museu, desde a sua fundação, em 1986, até o presente ano de 2017.
- 2) a coleção do jornal “Oficina de Ideias” foi doada ao museu pelo grupo de pessoas que editava o informativo quando do encerramento das atividades dele, em 2002.
- 3) sabe-se que outros jornais foram editados em Inhapim no período entre 1978 e 1997, bem como a partir de 2002, porém, de forma mais organizada e arquivado junto ao acervo do museu estes foram os jornais encontrados e pesquisados.

TABELA 3 - Acervo de jornais do Museu “Casa do Bentoca”

Nº	Título do jornal	Lema	Período	Exemplares no acervo
1	O IMAN	“Órgão defensor do interesse público local e regional”	1935 – 1936	Cópias de 6 exemplares do ano I
2	O INHAPIM	“Propugnador pela criação da Villa de Inhapim”	1935	Cópias de 5 exemplares do ano I
3	O COQUELUCHE	“Impresso nas afamadas machinas marca ‘Emprestada’ – Jornal Humorístico”	1936	Cópias de 15 exemplares do ano I
4	O INHAPIM	“Órgão dedicado aos interesses do Grupo Escolar de Inhapim – Jornal escolar”	1940	1 exemplar original
5	O INHAPIM	“Segunda Fase”	1941 – 1942	52 exemplares originais do ano I
6	A LUZ DA INTELIGÊNCIA	“Jornal infantil editado mensalmente pelos alunos do Grupo Escolar ‘Antônio Carlos’”	1952 e 1954	Cópias de 1 exemplar do ano I e 1 exemplar do ano IV
7	FLAMA CENEGISTA	“Órgão dos alunos do Ginásio de Inhapim; Campanha Nacional de Educandários Gratuitos”	1956 – 1958	6 exemplares originais
8	A BANDEIRA	“Jornal Semanário – Pela Verdade e pela Justiça a Serviço do Povo”	1952 – 1956	186 exemplares originais dos anos I ao IV
9	O INHAPIM	—	1959 – 1960	3 exemplares originais
10	O IMPARCIAL	“Órgão líder independente”	1964 – 1966	18 exemplares originais dos anos I e II
11	A TRIBUNA DE INHAPIM	“Órgão Independente a Serviço do Povo e da Cidade”	1966	1 exemplar original do ano I
12	JORNAL DO POVO	—	1968	3 exemplares originais
13	O LINCE	“O jornal de maior tiragem do Vale do Rio Doce (Fundação do Centro dos Estudantes do Inhapim)”	1970	2 exemplares originais
14	O INHAPIM	“Fase IV”	1974 a 1976	19 exemplares originais dos anos I e II
15	O ACARPIM	“Informativo Mensal do Escritório da ACAR”	1974	3 exemplares originais do ano I
16	PROGREDIR SEMPRE	“Informativo mensal dos Clubes 4s de Inhapim e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Inhapim”	1974	1 exemplar original
17	SEM PARTIDO	“Um jornal sem padrinhos”	1978	5 exemplares originais datilografados
18	OFICINA DE IDEIAS	“O jornal pensante de Inhapim”	1997 a 2002	52 exemplares originais organizados por ano em volumes encadernados

Fonte: Lista elaborada pelo autor dessa dissertação a partir do acervo de jornais do “Museu Casa do Bentoca”.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Finalizamos o estudo aqui proposto que se fundamentou numa hipótese que pautou o nosso interesse ao longo da pesquisa: “Inhapim, cidade do Vale do Rio Doce, através de sua história – que perpassa a constituição do município e a formação de sua identidade – pode ser considerada como representativa da importância de valorização do elemento local, inserido numa região específica, frente à imposição do global”. Como sinalizado na introdução desse trabalho, muitos estudiosos têm apontado na direção de se fortalecer o estudo de elementos locais para a própria compreensão do aspecto proeminente do global no mundo de hoje. A valorização das identidades locais acabou por se tornar uma espécie de efeito do próprio processo de globalização, ou até mesmo uma reação a ele. Tendo em vista a motivação exatamente sob essa perspectiva, pudemos desenvolver nosso trabalho que procurou direcionar seu foco acerca da formação de um município, Inhapim, no Vale do Rio Doce, numa região mais ampla do estado de Minas Gerais, o Leste.

Seguindo o propósito de ser um trabalho que buscasse o elemento de cunho histórico como fundamento, também esteve presente, de modo permanente, a interface com a geografia, já que nosso estudo se coloca dentro da linha de pesquisa Tempo e Espaço das Paisagens do Mestrado Profissional em Patrimônio Cultural Paisagens e Cidadania da Universidade Federal de Viçosa. Por isso mesmo, ao discutir conceitos básicos da disciplina geográfica, como território e região, através de uma bibliografia própria, pudemos compreender como nosso objeto específico, a história da formação de Inhapim, se insere dentro desse contexto.

Desse modo, pôde-se identificar que a ocupação tardia do Leste de Minas – ao qual se designava de uma forma mais ampla, até o século XIX, como “Sertão” –, ocorreu como fruto de um processo de abertura, aos colonizadores, de novas áreas de exploração, inclusive incentivadas pelo próprio governo da época, na busca por ampliar as possibilidades de desenvolvimento de outras atividades econômicas que não fossem vinculadas exclusivamente à mineração. Neste sentido, fortalecendo exatamente o aspecto vinculado à questão econômica, identificamos a expansão da lavoura cafeeira, característica de boa parte do XIX – no caso de Minas Gerais, a partir da Zona da Mata em sua porção mais ao sul –, como elemento que, em grande medida, possibilitou o estabelecimento de um novo processo de

territorialização – já que não se pode esquecer da territorialidade primitiva dos povos nativos/indígenas – da área que viria a se tornar o nucleamento urbano de Inhapim.

A partir dessa espécie de localização inicial de nosso objeto, pudemos acompanhar todo o desenvolvimento que se deu a partir desse núcleo inicialmente estabelecido, bem como as relações que vão sendo constituídas no local. Para tanto, o trabalho com outras fontes para além daquela de cunho bibliográfico – no caso em estudo, jornais e relatos memorialistas, principalmente, mesmo cientes de algumas limitações inerentes a tais fontes – nos ajudaram a conhecer a dinâmica de formação do lugar que, como se pôde perceber, guarda elementos característicos semelhantes com outros processos, na região, especificamente, e em outras áreas do território brasileiro.

Um desses elementos referidos liga-se à dimensão religiosa, no seu viés católico, que marca profundamente a vida nacional, desde o início da ocupação do território – que se tornaria o Brasil – pelos portugueses, desde o final século XV. Desse modo, identificamos a direta relação entre a preocupação em se estruturar a vida religiosa do lugar com a apropriação do espaço que se constitui no entorno da igreja, enquanto construção arquitetônica. Assim, ressalta-nos a centralidade exatamente da obra edificada do templo religioso como elemento que chega a determinar o surgimento dos arruamentos e do casario que vão constituindo o espaço urbano. Inhapim, em seu processo de formação, constituição e posterior consolidação da sua área urbana, vivenciou, de forma bastante evidente, esse processo, o que se pôde também comprovar com outro tipo de fonte utilizada, qual sejam, as fotografias que ilustram, com o passar do tempo, as transformações advindas dessa relação intrínseca.

Ao prosseguir no caminho proposto para esse estudo, pudemos também acompanhar, a partir da constituição de um nucleamento inicial, o processo que vai resultar na conseqüente municipalização e emancipação de Inhapim, na medida em que o espaço originalmente constituído foi, como que, galgando os níveis ascendentes de sua formação, enquanto espaço urbano. Obviamente, como se pôde constatar, o caso de Inhapim não esteve à parte de outros casos também semelhantes. Por isso mesmo, identificamos toda uma estruturação vivenciada no estado de Minas Gerais – que se coloca, obviamente, ao lado dos outros entes federativos em todo esse contexto – de processos de criação de novos municípios, geralmente feitos por decretos oficiais, ou melhor dizendo, efetivados por esses.

Muito embora seja fruto direto de um ato governamental, numa instância superior de poder, o processo de emancipação de um município guarda elementos de uma disputa pelo poder local que, inexoravelmente, irá se refletir na estruturação e consolidação da nova cidade então surgida. Nessa perspectiva, no trabalho desenvolvido com nosso objeto de estudo, procurando nos valer, principalmente de fontes jornalísticas, acervo fotográfico e obras memorialistas – em alguns casos pontuais, nos valemos ainda de registros no livro do tomo da paróquia de São Sebastião de Inhapim –, pudemos constatar as intensas lutas das lideranças pelo controle do poder localmente estabelecido.

Acompanhamos também, a gradativa conformação do espaço urbano que se foi constituindo à medida em que novos elementos e equipamentos próprios a esse espaço foram sendo incorporados. Desse modo, portanto, em seu processo de formação, identificamos que ocorreu certa consolidação do município de Inhapim.

Enfim, após o trabalho com as fontes identificadas e escolhidas para desenvolver essa pesquisa, pudemos chegar a algumas conclusões, se não definitivas, ao menos sinalizadoras de elementos que, a nosso ver, poderão contribuir para o conhecimento acerca de uma história local e também regional, mas antes de tudo, para perceber a constituição da identidade de um lugar específico: Inhapim.

Sendo assim, de acordo com o estudo realizado e os dados apresentados ao longo desse trabalho, depreende-se que Inhapim é um município do interior de Minas Gerais, típico representante do processo de expansão empreendido na região Leste do estado, no Vale do Rio Doce, cuja territorialidade foi sendo estruturada em torno de uma economia baseada fundamentalmente na agricultura – tendo como destaque o cultivo do café, o que, sem dúvida, ajudou a produzir novos contornos a todo esse processo, destacadamente quanto à territorialização da região –, apresentando uma sociedade marcada pelo seu aspecto religioso, notadamente na perspectiva do catolicismo. No que concerne às questões de ordem política, é uma cidade herdeira de uma tradição de renhidas disputas eleitorais, fruto das lutas partidárias que ainda hoje guardam elementos típicos da prática coronelista, vigente em grande parte do Brasil ao longo das primeiras décadas do século XX.

Assim, podemos considerar Inhapim – e a história de sua formação, passando por sua estruturação urbana, acompanhada do processo de luta pelo poder local – como sendo uma

típica representante da importância de se conhecer e se destacar o elemento local diante da forte imposição de uma realidade mais globalizada, característica dos tempos hodiernos.

Desse modo, deve-se ressaltar ainda, a real necessidade que se coloca, sob diversas perspectivas, da construção de uma identidade própria pelas comunidades locais como parte integrante da busca por sentir-se pertencente a uma comunidade global que faça uma interface valorativa com o elemento local, de forma que se considere aquilo que é próprio desse lugar específico. O que, obviamente, se torna um desafio cotidiano, visto serem, aparentemente, mais atraentes os argumentos “encantadores” de um pertencimento inevitável e irreversível a um mundo globalizado, que de forma geral, tem buscado muito mais uma padronização que anula, na maioria das vezes, a possibilidade do resgate das identidades locais e o respeito à diversidade. Seja essa diversidade histórica, geográfica, cultural ou de que natureza for.

## FONTES

- Arquivos da “Casa do Bentoca” (Museu e Centro Cultural da Cidade de Inhapim).
- Arquivo Público Mineiro (APM).
- Arquivo da Diocese de Caratinga.
- Arquivo da Casa Setecentista de Mariana.
- Atas de Instalação do Quadro Territorial da República para o município de Inhapim (1939-1953).
- Biblioteca do Seminário Diocesano Nossa Senhora do Rosário de Caratinga-MG.
- Coleção de jornais do Museu Casa do Bentoca:
  - O IMAN – “Órgão defensor do interesse público local e regional”: cópia de 6 exemplares do ano I (1935 – 1936) do jornal.
  - O INHAPIM – “Propugnador pela criação da Villa de Inhapim”: cópia de 5 exemplares do ano I (1935) do jornal.
  - O COQUELUCHE – “Impresso nas afamadas machinas marca ‘Emprestada’ –Jornal Humorístico”: cópias de 15 exemplares do ano I (1936) do jornal.
  - O INHAPIM – “Órgão dedicado aos interesses do Grupo Escolar de Inhapim – Jornal escolar”: 1 exemplar original (1940).
  - O INHAPIM – “Segunda Fase”: 52 exemplares originais do ano I (1941 – 1942).
  - A LUZ DA INTELIGÊNCIA – “Jornal infantil editado mensalmente pelos alunos do Grupo Escolar ‘Antônio Carlos’”: cópias de 1 exemplar do ano I (1952) e 1 exemplar do ano IV (1954) do jornal.
  - FLAMA CENEGISTA – “Órgão dos alunos do Ginásio de Inhapim; Campanha Nacional de Educandários Gratuitos”: 6 exemplares originais (1956 – 1958).
  - A BANDEIRA – “Jornal Semanário – Pela Verdade e pela Justiça a Serviço do Povo”: 186 exemplares originais dos anos I ao IV (1952 – 1956).
- Livro do Tombo da Paróquia de São Sebastião de Inhapim (1946-1957)
- Relatos de cunho memorialista escritos por pessoas da cidade.
- Revista Inhapim Ontem e Hoje – 50 anos de Inhapim. Fundação Maria José Motta, 1988.
- Revista do Arquivo Público Mineiro.
- Revista Municípios do Brasil.

## REFERÊNCIAS

### Obras Memorialistas

ABELHA, Glorinha Rocha. **Monsenhor Rocha**. 1ª edição. Caratinga: Gráfica-Editora Dom Carlotto Ltda, 1991.

CHAVES, Anatólio. **A Crônica de Pássaro Canoro I** – Crônicas, Quadras e Poeminhos. Inhapim (MG): Edição da “Fundação Maria José Motta”, 1994.

CHAVES, Stella M. **Cantinho da Saudade**. GONÇALVES, Aloysius Gentil. *et alli* (orgs.). Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 2007.

FARIA, Padre Geraldo Homem de. **Memória**. Inhapim: Editora Oficina de Idéias, 1999.

TEIXEIRA, Nelson Carlos. **Inhapim da minha infância** – Anos 1940-1950. Belo Horizonte: Gráfica O Lutador, 2016.

VIEIRA, Neuraci Hébio. **Intentona em Sant’Ana de Imbé** – A saga de Joaquim Cândido da Silva. Caratinga: Editora Caratinga, 2003.

VV. AA. **Imagens de uma Cidade**: Uma homenagem aos 60 anos de Emancipação Político-administrativa de Inhapim – MG. Inhapim: Oficina de Idéias, 1998.

### Dissertações e Teses

ARAÚJO, Patrícia Vargas Lopes de. **Vila de Campanha da Princesa**: urbanidade e civilidade em Minas Gerais, 1798-1840. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, SP: 2008.

CIGOLINI, Adilar Antônio. **Território e Criação de Municípios no Brasil Uma abordagem histórico-geográfica sobre a compartimentação do espaço**. Tese de Doutorado pela Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

FURTADO, Bernardo Alves. **Minas Gerais – Evolução dos Limites Municipais: Uma Análise Exploratória**. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada à Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-Minas: 2003.

GUSMÃO, Denise Sampaio. **Por uma estética da delicadeza**: ressignificando contos e imagens nas roças de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado apresentada à Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio de Janeiro: 2004.

PINTO, Georges José. **Do sonho à realidade: Córrego Fundo – MG: Fragmentação territorial e criação de municípios de pequeno porte.** 2003. 248 f. Dissertação de Mestrado em Geografia apresentada ao Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

SANTOS, Victor Vinícius dos. **Uma investigação geo-histórica sobre a ocupação do Sertão do Leste nas Minas Gerais do século XIX.** Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG-Belo Horizonte: 2014.

TEIXEIRA, Flávio Augusto de Freitas. **Sobre as terras de São Sebastião:** estudo e representação cartográfica da freguesia do Anta nos Sertões do Leste (1855-1858) Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal de Viçosa – UFV-Viçosa, MG: 2016.

## Obras Referenciais

ABREU, Maurício de Almeida. *In: Escritos sobre espaço e história.* FRIDMAN, Fania; HAESBAERT, Rogério (orgs.). Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *In: Revista da Faculdade de Letras – Geografia I série*, vol. XIV, Porto, 1998. pp. 77-97.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995, p. 145-151.

AMADO, Janaína. História e Região: reconhecendo e construindo espaços. *In: SILVA, Marcos (org.). República em Migalhas: história regional e local.* São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 7-15.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. **História de Minas.** Volumes 1 e 2. Belo Horizonte: Editora Comunicação, 1979.

BARROS, José D'Assunção. **O Campo da História:** Especialidades e Abordagens. Petrópolis: Vozes, 2004.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História:** da escolha do tema ao quadro teórico. Petrópolis: Vozes, 2005.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **A UDN e o Udenismo:** Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BESSE, Jean-Marc. A fisionomia da Paisagem, de Alexander Von Humboldt a Paul Vidal de La Blache. *In: Ver a Terra.* Seis Ensaios sobre a Paisagem e a Geografia. Trad. de Vladimir Bartalini. São Paulo: Perspectiva, 2006. pp. 61-74.

BERQUE, Agustin. Paisagem-Marca, Paisagem-Matriz: elementos da problemática para uma Geografia Cultural. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny (orgs). **Paisagem, Tempo e Cultura**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004. pp. 84-91.

BERSTEIN, Serge. A Cultura Política. In: RIOUX, J. P. SIRINELLI, J. F. **Para uma História Cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1999, pp. 349-363.

BILAC, Maria Beatriz Bianchini. **As elites Políticas de Rio Claro**: recrutamento e trajetória. Piracicaba/Campinas: Editora UNIMEP/Editora da UNICAMP. Centro de Memória da UNICAMP, 2001.

BRANDÃO, Carlos. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

BURKE, Peter. **A Escrita da História**: Novas perspectivas. 7. ed. São Paulo: UNESP, 1992.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Domínios da História**. Ensaios de Teoria e Metodologia. 3ª ed. Rio de Janeiro: CAMPUS, 1997.

CARRARA, Angelo Alves. Estruturas Agrárias e Capitalismo; contribuição para o estudo da ocupação do solo e da transformação do trabalho na zona da Mata mineira (séculos XVIII e XIX). In: **Série Estudos – 2** do Núcleo de História Econômica e Demográfica do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG: 1999.

CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; Paulo César da Costa (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

CHAGAS, Carmo. **Política: Arte de Minas**. São Paulo: Carthago & Forte, 1994.

COSTA, Joaquim Ribeiro. **Toponímia de Minas Gerais**. Com Estudo Histórico da Divisão Territorial Administrativa. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1970.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. Trad. de Gilson César Cardoso de Souza. 19. ed. revista. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Território e Geopolítica nas Minas Gerais do século XIX. In: **Cadernos da Escola do Legislativo**. Belo Horizonte, v. 11, nº 16, pp. 71-88, jan/jun. 2009.

ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. Sertão, Território e Fronteira: expansão territorial de Minas Gerais na direção do litoral. In: **Fronteiras**, Dourados, MS, v. 10, n. 17, jan./jun. 2008.

Disponível em <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/63>. Acesso em 25/10/2017.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Alemida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano: O tempo do nacional-estatismo** – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 2.

FISHER, Tânia. Poder Local: um tema em análise. *In: Revista de Administração Pública*. Rio de Janeiro – 26 (4): 105-113, outubro/dezembro. 1992.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13ª ed. Trad. de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Loyola, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GINSBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

GOMES, Ângela de Castro Gomes; FERREIRA, Marieta de Moraes. Primeira República: um balanço historiográfico. *In: Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.2, nº 4, 1989. p. 244-280.

GONÇALVES, Andréa Lisly; OLIVEIRA, Ronald Polito de (orgs.). **Termo de Mariana: história e documentação**. Mariana: Imprensa Universitária da UFOP, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-Global: Dilema da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HIPPOLITO, Lúcia. **De Raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira, 1945-64**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

JANOTTI, Maria de Lourdes Monaco. **O coronelismo: uma política de compromissos**. 5ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1986.

JENKINS, Keith. **A história repensada**. Trad. de Mario Vilela. São Paulo: Contexto, 2005.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. **A morte dos coronéis: política e poder local**. Curitiba: Appris, 2016.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. 7ª edição (3ª reimpressão). São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

LOURES, Pe. Othon Fernandes. **Diocese de Caratinga: Documentos para a sua História (1840-1920)**. Caratinga: FUNEC Editora, 2015.

LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos. In: **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil terra de quem?** São Paulo: Nobel, Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

MELLO, Diogo, Lordello de. Governo e administração municipal: a experiência Brasileira. In: **RAP (Revista de Administração Pública)** Rio de Janeiro 35(2): 79-96, Mar./Abr. 2001. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6372/4957>> Acesso em: 28/06/2017.

MORESI, Eduardo. **Metodologia da Pesquisa**. Brasília: UCB (Universidade Católica de Brasília), 2003.

MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. **Introdução à história dos partidos políticos brasileiros**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquias (1889-1934): a Bahia na Primeira República Brasileira**. Tradução de Vera Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

PEREIRA, Robson Mendonça. **Washington Luís e a modernização de Batatais**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2005.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, literatura e cidades diferentes narrativas para o campo do patrimônio. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 34**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012. pp. 397-409.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

PONTES, Salvador Pires. **Nomes indígenas na geografia de Minas Gerais**. Belo Horizonte: 1970.

RÊGO, André Heráclio do. **Família e Coronelismo no Brasil: uma história de poder**. São Paulo: A Girafa Editora, 2008.

RÉMOND, René (org.). **Por Uma História Política**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Itinerários e interditos na territorialização das Geraes.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. VILLALTA, Luiz Carlos. (Orgs.) In: **História de Minas Gerais. As Minas Setecentistas 1**. Autêntica: Belo Horizonte. 2007.

SANTOS, Carlos. Território e Territorialidade. In: **Revista Zona de Impacto**. Vol. 13, Setembro/Dezembro, Ano 11, 2009.

SANTOS, Flávio Mateus dos. **A República do Silêncio**: manifestações de poder local no Leste de Minas (1877 – 1896). 2ª edição, revista e ampliada. Caratinga: Editora Caratinga, 2010.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço** – Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, Milton. Concepções de geografia, espaço e território. *In: Geo UERJ* - Ano 10, v.2, n.18, 2º semestre de 2008. pp. 24-42.

SANTOS, Milton. **Da Totalidade ao Lugar**. 1ª ed., 3ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5ª ed., 2ª reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton; BECKER, Bertha K. (orgs.). **Território, território: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio; SILVA, Sueli Santos da. Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *In: Geo UERJ* – Ano 10, v. 2, nº 18, 2º semestre de 2008. pp. 24-42.

SAYGLI, Monir Ali. **História da Caratinga**. 1ª edição. Caratinga: Editora Gráfica Ana Pontes Ltda, 1998.

SCHWARCZ, Lília Moritz; STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia**. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Thiago Henrique Mota. Guido Thomaz Marlière e os índios Botocudo nos sertões do Leste (1818-1824). *In: Revista de Ciências Humanas/Universidade Federal de Viçosa*. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Vol. I, nº 1 (2001), p. 361-375. Viçosa: UFV, CCH, 2001.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Região e História: questão de método. *In: SILVA, Marcos (org.). República em Migalhas: história regional e local*. São Paulo: Marco Zero, 1990. p. 17-41.

TEIXIERA, Paulo Eduardo. **O outro lado da família brasileira**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.

TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na República Velha**. São Paulo, SP: Editora Brasiliense S.A., 1982.

VAL, Lázaro Denizart do. **Cronologia da Região de Caratinga**. Editora Gráfica Alvorada Ltda.

VASCONCELOS, Diogo de. **História Antiga das Minas Gerais**. 1º e 2º volumes. 4ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.

VIEITES, Ethel Guedes; VIEITES, Renato Guedes; FREITAS, Inês Aguiar de. Sertões do Leste: A construção de uma região geográfica. *In: Geo UERJ*. Rio de Janeiro – Ano 16, nº 25, v. 1, 1º semestre de 2014, pp. 257-275.